



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GREYCE FALCÃO DO NASCIMENTO

**A RESISTÊNCIA NO EXÍLIO: Miguel Arraes e o boletim *Frente Brasileira de*
Informações (1969-1973)**

Recife
2021

GREYCE FALCÃO DO NASCIMENTO

**A RESISTÊNCIA NO EXÍLIO: Miguel Arraes e o boletim *Frente Brasileira de*
Informações (1969-1973)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História. Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

N244r Nascimento, Greyce Falcão do.

A resistência no exílio : Miguel Arraes e o boletim Frente Brasileira de Informações (1969-1973) / Greyce Falcão do Nascimento. – 2021.
323 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.

Inclui referências e anexo.

1. Brasil – História. 2. Ditadura. 3. Exílio. 4. Imprensa alternativa. I. Guillen, Isabel Cristina Martins (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-131)

GREYCE FALCÃO DO NASCIMENTO

**A RESISTÊNCIA NO EXÍLIO: Miguel Arraes e o boletim *Frente Brasileira de*
Informações (1969-1973)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História. Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Aprovada em: 08/06/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro (examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio (examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Thiago Nunes Soares (examinador externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Marcília Gama da Silva (examinadora externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Pela memória de todas as mulheres e homens que resistiram e combateram a ditadura militar brasileira, mesmo diante das adversidades impostas pelo exílio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela sua infinita graça.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A minha orientadora, Profa. Dra. Isabel Cristina Martins Guillen. Obrigada por acreditar em mim, quando nem eu mesma acreditava. Por ter entrado na minha vida como uma luz, trazendo esperança para o meu futuro. Por ser amiga, professora, orientadora, crítica da minha escrita, sem jamais perder a sensibilidade. Pelo coração generoso e pela capacidade de ensinar apenas com seu exemplo. Pela grande pessoa e profissional que a senhora é, exigente, competente, comprometida com seus alunos e uma grande intelectual. Seu papel foi importantíssimo, desde a sugestão do tema desta tese, até as leituras, sugestões, críticas e correções.

A Thiago Nunes Soares, amigo, incentivador e crítico. Obrigada pela amizade, pelo carinho, pela disponibilidade, pelas contribuições acadêmicas e pelo apoio nas horas de dificuldade.

A toda minha família. Aos meus queridos amigos, Profa. Dra. Ana Maria Barros (professora e incentivadora há mais de dez anos), Bruna Barros, Rosely Tavares, Grasiela Moraes, Janaína Fernandes, Kátia Cilene, Carlyne do Monte, Cíntia Sales, Gabriel Navarro, Carla Nunes, Flávio Benites, Fabiana Ferreira, Tércio Amaral, Mércia Luna, JohnyMarllon, Fred Pedrosa, Jeffrey Aislan e Leandro Cardozo, pelo carinho, apoio e sorrisos de sempre.

Aos alunos, professores e professoras com os quais trabalhei ao longo desses últimos anos, em especial, aos professores Dr. Antonio Torres Montenegro, Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto e Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima. Aos funcionários dos arquivos consultados, que gentilmente colaboraram com a pesquisa nos acervos, em especial, à bibliotecária Sandra Maia, do já extinto, Instituto Miguel Arraes.

Aos professores que participaram da banca de qualificação; Prof.º Dr.º Antonio Torres Montenegro e Prof.º Dr.º Pablo Francisco de Andrade Porfírio. As observações feitas naquela ocasião foram de vital importância para o desenvolvimento da tese.

A todos aqueles que vivenciaram as dificuldades do exílio, resistindo e compartilhando suas experiências.

E em especial aos meus filhos, Marília Gabriela e João Gilberto, que cresceram junto comigo ao longo dessa jornada.

“Aqueles que não conhecem a história estão fadados a repeti-la.” (BURKE, 1753).

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a atuação dos brasileiros que foram exilados obrigatoriamente pela ditadura militar brasileira. Esses sujeitos editaram o boletim *Frente Brasileira de Informações*, e utilizaram-no enquanto ferramenta de combate e resistência ao autoritarismo vivido no Brasil. Discutimos a existência do informativo como forma de luta e de enfrentamento dos brasileiros que foram forçados a deixar o país, e também toda a trajetória desenvolvida pelo impresso, de sua produção até a sua repercussão. O *Front* se insere nas redes de comunicação, denúncia e resistência organizadas por exilados fora do país. A imprensa alternativa produzida no exílio permitiu que os indivíduos pudessem se expressar, resistir, refletir, e estar mais próximos dos que partilhavam das mesmas condições e opiniões, através da troca de conhecimentos, experiências, e ampliação dos horizontes políticos e culturais. O objetivo do *Front* era, sobretudo, trazer notícias então censuradas no Brasil, informando à comunidade internacional, aquilo que não podia ser publicado na grande imprensa nacional, principalmente as denúncias de violação aos direitos humanos. Editado em nove países, Argélia, Alemanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Itália, Suécia, Suíça e Chile, *Front* noticiou e denunciou importantes desdobramentos no campo da informação, tanto aqui, quanto no exterior. Através do boletim, constatamos que a resistência à ditadura não se deu apenas internamente, e que a resistência no exílio foi parte importante desse período histórico.

Palavras-chave: Frente Brasileira de Informações; ditadura civil-militar; imprensa alternativa; exílio.

ABSTRACT

This work aims to analyze the performance of Brazilians who were compulsorily exiled by the Brazilian military dictatorship. These subjects edited the newsletter Frente Brasileira de Informação, and used it as a tool to fight and resist authoritarianism in Brazil. We discuss the existence of the newsletter as a form of struggle and confrontation for Brazilians who were forced to leave the country, and also the entire trajectory developed by the press, from its production to its repercussion. The Front is part of the networks of communication, denunciation and resistance organized by exiles outside the country. The alternative press produced in exile allowed individuals to express themselves, resist, reflect, and be closer to those who shared the same conditions and opinions, through the exchange of knowledge, experiences, and expansion of political and cultural horizons. The Front's objective was, above all, to bring news then censored in Brazil, informing the international community of what could not be published in the major national press, especially the allegations of human rights violations. Published in nine countries, Algeria, Germany, Belgium, Holland, England, Italy, Sweden, Switzerland and Chile, Front reported and denounced important developments in the field of information, both here and abroad. Through the bullet in, we verified that the resistance to the dictatorship did not only happen internally, and that the resistance in exile was an important part of this historical period.

Keywords: Brazilian Information Front; civil-military dictatorship; alternative press; exile.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Nordeste: de importador a exportador de escravos	44
Figura 2 –	40 mil trabalhadores em greve no Nordeste	46
Figura 3 –	Matéria do Diário de Pernambuco sobre a saída de Miguel Arraes do Governo de Pernambuco	68
Figura 4 –	Trecho da matéria da Revista O Cruzeiro sobre a prisão de Miguel Arraes	70
Figura 5 –	Arraes e família no jardim da casa na Argélia, em 1967	78
Quadro 1 –	Edições do Front	100
Figura 6 –	Dados da chegada de Ângelo Pezzuti	109
Figura 7 –	Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 1	113
Figura 8 –	Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 2	114
Figura 9 –	Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 3	115
Figura 10 –	Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 4	116
Figura 11 –	Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 5	117
Figura 12 –	Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 6	118
Figura 13 –	Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 7	119
Figura 14 –	Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 8	120
Figura 15 –	Documento financeiro – prestação de contas	123
Figura 16 –	Protocolo de acordo entre as empresas SERT e Gresso – 1	124
Figura 17 –	Protocolo de acordo entre as empresas SERT e Gresso – 2	125
Figura 18 –	Transações financeiras entre as empresas SERT e Gresso	126
Figura 19 –	Bureau de cooperação técnica	128
Figura 20 –	Lista de funcionários da SERT	130

Figura 21 –	Despesas do <i>Front</i>	131
Figura 22 –	Despesas da empresa SERT	132
Figura 23 –	Resumo de reunião financeira do <i>Front</i>	133
Figura 24 –	Capa da edição do <i>Front</i> em francês – setembro 1971	138
Figura 25 –	Capa da Edição do <i>Front</i> em italiano – fevereiro de 1971	145
Figura 26 –	Organograma de funcionamento do <i>Front</i>	153
Figura 27 –	Endereços dos escritórios do <i>Front</i>	156
Figura 28 –	Resumo de reunião do <i>Front</i>	168
Figura 29 –	Informe CIEEX – Nº 332	185
Figura 30 –	Dossiê da repressão – Isto É	251
Figura 31 –	Resumo da reunião do Front em Berna – Suíça	269

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AI-5	Ato Institucional N. 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
AMNESTY	Movimento Internacional pela Liberdade de Opinião e Religião
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APML	Ação Popular Marxista Leninista
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CABE	Comissão de Ajuda aos Brasileiros no Exílio
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CIJ	Comissão Internacional dos Juristas
CIME	Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CISL	Confederação Internacional dos Sindicatos Livres
CMI	Conselho Mundial das Igrejas
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI-DOI	Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações
Colina	Comando de Libertação Nacional
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPP	Código de Processo Penal
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEIC	Departamento Estadual de Investigações Criminais
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
DOPS	Departamentos de Ordem Política e Social
DP	Diario de Pernambuco
DSI/MRE	Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores
DSND	Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG	Escola Superior de Guerra
ESNI	Escola Nacional de Informações
FBI	Frente Brasileira de Informação
FLN	Frente de Libertação Nacional
FRELIMO	Frente pela Libertação de Moçambique
FRONT	Frente Brasileira de Informações
FSM	Federação Mundial dos Sindicatos
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ILPS	Liga Internacional pelos Direitos e a Libertação dos Povos
IMA	Instituto Miguel Arraes
INTRADE	Empresa de Incorporação, Exportação e Representação
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LSN	Lei de Segurança Nacional
MCI	Movimento Comunista Internacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDB	Movimento Democrática Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MJ	Ministério da Justiça
MPB	Música Popular Brasileira
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Popular de Libertação
MPLA	Movimento pela Libertação de Angola

MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
OEA	Organização dos Estados Americanos
OLP	Organização para a Liberdade da Palestina
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PV	Partido Verde
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDE	Seção de Diligências Especiais
SDP	Suspensão dos direitos políticos
SERT	Sociedade de Estudos e Realizações Técnicas Limitada
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TBR	Tribunal Bertrand Russel
TVRAMA	Turma Volante de Repressão aos Assaltos a Mão Armada
UEE	União Estadual dos Estudantes

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPI	United Press International
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
VAR	Vanguarda Armada Revolucionária
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	MIGUEL ARRAES: DO GOVERNO DE PERNAMBUCO AO EXÍLIO NA ARGÉLIA	32
2.1	O GOLPE NO BRASIL	32
2.2	PERNAMBUCO NA MIRA DO GOLPE	37
2.2.1	As Ligas Camponesas	37
2.3	A EXPERIÊNCIA DO EXÍLIO PARA OS BRASILEIROS NO CONTEXTO DA DITADURA	47
2.3.1	A imprensa no exílio	58
2.4	DO PALÁCIO AO EXÍLIO	60
2.4.1	Arraes é deposto e preso	68
2.5	A ATUAÇÃO POLÍTICA E INTELECTUAL DE MIGUEL ARRAES NO EXÍLIO	73
2.6	ARRAES RETOMA SUA VIDA POLÍTICA NO BRASIL	79
3	O FRONT	83
3.1	A CENSURA E O SURGIMENTO DE VÁRIOS JORNAIS CLANDESTINOS, ALTERNATIVOS E NO EXÍLIO	83
3.2	A FORMAÇÃO DO BOLETIM FRENTE BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES	95
3.3	FUNDADORES DO <i>FRONT</i>	101
3.4	COLABORADORES DO <i>FRONT</i>	105
3.5	FINANCIAMENTO DO <i>FRONT</i>	121
3.6	O <i>FRONT</i> : UMA ESCRITA DE SI	134
3.7	<i>FRONT</i> NO MUNDO	145
3.8	DIVERGÊNCIAS ENTRE AS EQUIPES E O FIM DO <i>FRONT</i>	156
3.9	A DITADURA CRIA O CIEX	169
3.9.1	A criação do CIEX	172
3.9.2	A vigilância aos exilados	180
3.9.3	A importância do acervo do CIEX para novos estudos sobre a ditadura	186
3.10	A VIGILÂNCIA AOS INTEGRANTES DO <i>FRONT</i>	189

4	O BOLETIM COMO INSTRUMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA	212
4.1	UMA HISTÓRIA DA TORTURA	214
4.2	A TORTURA NA DITADURA E SUA REPERCUSSÃO NO <i>FRONT</i>	220
4.3	A LUTA ARMADA	234
4.4	O ESQUADRÃO DA MORTE NO <i>FRONT</i>	238
4.5	O CASO RUBENS PAIVA NO <i>FRONT</i>	249
4.6	E A RESISTÊNCIA PRODUZ RESULTADOS: O TRIBUNAL BERTRAND RUSSEL E A ANISTIA INTERNACIONAL	261
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	278
	REFERÊNCIAS	284
	ANEXO A – LISTA DAS CAPAS DO FRONT	293

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, multiplicaram-se os estudos dedicados à ditadura civil-militar brasileira¹. Esse interesse tem contribuído para ampliação das temáticas analisadas, com destaque para o trabalho da imprensa. Diante de inúmeras tentativas de discuti-la no âmbito da sociedade nesse período, é importante lançar luz aos periódicos publicados no exílio, temática ainda pouco explorada em nossa historiografia. Assim como atuou de forma decisiva, em alguns momentos, na preparação e sustentação do golpe, a imprensa também foi utilizada como ferramenta de resistência e enfrentamento à ditadura².

Nesse momento da história houve uma grande preocupação com o chamado setor de informações, que incluía todos os órgãos públicos que atuaram em cooperação com órgãos civis, objetivando a vigilância e possíveis punições para qualquer tentativa de “subversão”³. O controle das informações a serem divulgadas buscava preservar a imagem da ditadura, em um exercício de silenciamento e repressão a alguns veículos de imprensa no país⁴. Vale salientar, que durante o período ditatorial, a imprensa demonstrou-se ideologicamente diversificada e atuou, além da forma oficial, nas modalidades: alternativa, clandestina, colaboracionista e exilada⁵.

Nesse momento histórico o Brasil vivia uma intensa repressão política e multiplicavam-se as ações violentas e arbitrárias contra os opositores da ditadura. Logo após o golpe, houve um cerceamento das liberdades de organização, opinião e

¹ A utilização do termo ditadura civil-militar tem sido cenário de efervescentes debates historiográficos, mas este não é o objetivo da nossa tese analisá-los. Todavia, destacamos que a nomenclatura é usada com ressalvas. Nesse sentido, partilhamos do trabalho de René Armand Dreifuss (1987), onde demonstrou que existiu a participação de membros da sociedade civil durante o golpe de 1964, resultando na tomada do poder por militares. Além disso, tomamos como referência o historiador Carlos Fico (2004), na medida em que ele problematizou a ditadura no Brasil foi comandada por militares. DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987. FICO, Carlos. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

²CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. História da censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2002.

³ Esta era uma nomenclatura genérica, repleta de muitas representações e bastante usada pelos agentes de segurança e informação, com a finalidade de enquadrar criminalmente os sujeitos vistos como inimigos do Estado ditatorial.

⁴KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 41.

⁵KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. Nos tempos da imprensa alternativa. 1ª ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.

expressão. Além disso, civis e militares que estavam em consonância com o governo foram colocados em cargos estratégicos nas áreas da saúde, educação, indústria, comunicações e sistema bancário, buscando impedir cada vez mais que as vozes dissonantes tivessem um “lugar” de atuação. Enquanto isso, políticos de partidos de esquerda foram imediatamente depostos, presos e exilados⁶.

Vemos que a ampliação do campo de atuação do historiador, colocou o trabalho jornalístico numa categoria de fonte, objeto e documento de pesquisa. No Brasil, até a década de 1970, eram poucos os trabalhos que se utilizavam de jornais e revistas. Ainda predominava a forte tradição positivista, que buscava a verdade absoluta através dos documentos ditos oficiais. As fontes eram consideradas legítimas por conterem características como objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade e distanciamento temporal. Os jornais eram considerados fontes distorcidas, parciais e subjetivas, produzidos sob o influxo de interesses, compromissos e paixões⁷.

A partir dos anos 1970 a imprensa foi considerada uma importante fonte primária em nosso país. Nos anos subsequentes, jornais, almanaques, folhetos publicitários, panfletos e revistas, passaram a ser usados em pesquisas acadêmicas sobre a militância política de grupos específicos, enfocando aspectos como a economia, a política e a cultura que estes desenvolviam⁸.

Durante o exílio, decorrente da ditadura, cerca de sessenta periódicos foram editados em diversos países, com diferentes regularidades, expressando uma série de tendências políticas naquele momento⁹. O número de publicações não é definitivo, pois lidamos com dados dispersos em vários países e continentes, e o período de atuação dessas publicações foi bastante variável. Ainda não há números exatos de quantos materiais foram impressos, pois há uma dificuldade em catalogar as coleções, que quase sempre estão espalhadas em instituições diferentes. Nem sempre é possível checar a tiragem, distribuição, amplitude atingida, recepção e público leitor, fatores essenciais a qualquer pesquisa histórica que utilize os jornais como sendo sua fonte.

⁶ KUSHNIR, *Cães de Guarda* – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

⁷ LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

⁸ Ibidem.

⁹ CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Entre os anos de 1969 e 1973, a ditadura no Brasil teve uma das suas fases mais coercitivas, na medida em que inúmeras pessoas, tais como: militantes, artistas, lideranças estudantis, professores, intelectuais, escritores, jornalistas, políticos, sindicalistas e trabalhadores de diversas categorias, foram presas, exiladas, demitidas, aposentadas sumariamente, censuradas, torturadas, mortas e desaparecidas. Nesse cenário foi criado o *Front*, uma importante ferramenta de denúncia e combate aos arbítrios cometidos pela ditadura. O que não quer dizer que antes de 1969 o governo brasileiro já não viesse mantendo uma postura arbitrária. A questão, é que parte desses brasileiros que já tinha sofrido essas ações, estava agora no exílio, e é nessa condição que eles se organizam e passam a fazer denúncias sistemáticas.

Possivelmente, por essas razões, ainda são poucos os trabalhos dedicados a analisar a atuação dos periódicos publicados no exílio durante a ditadura. Apesar do importante papel que esses informativos desempenharam na luta contra a repressão, existe uma escassez de pesquisas tendo esses títulos como fonte principal. Verificamos que até o momento, apenas um trabalho historiográfico trata diretamente do *Frente Brasileira de Informações*¹⁰, outros, fazem apenas menção à existência do boletim. Além disso, constatamos a ausência de pesquisas específicas e aprofundadas acerca da trajetória política de Miguel Arraes durante seu exílio na Argélia.

Frente Brasileira de Informações foi fundado, dirigido e editado, inicialmente pelo ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes de Alencar, durante o período em que viveu exilado na Argélia. Maria Violeta Arraes de Alencar Gervasieau¹¹, Everaldo Norões, Almeri Bezerra de Mello e Márcio Moreira Alves também foram co-fundadores do boletim, que foi produzido na própria residência de Arraes na capital da Argélia, em Argel, no bairro El Muradia¹². Com o desenvolvimento e visibilidade, ele passou a ser produzido em outros países, por colaboradores brasileiros exilados, de diferentes tendências políticas. Por se tratar de um impresso de escrita anônima, não foi uma tarefa fácil, identificar os colaboradores. Já os endereços dos

¹⁰ CRUZ, Fábio Lucas da. *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: Os jornais de brasileiros editados no Chile e na França (1968-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

¹¹ FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES. *Acervo Exílio*. Instituto Miguel Arraes. Identificação: EXI_BIFBI_063_001.

¹² CAVALCANTI, Lailson de Holanda. COLARES, Valda. *Magdalena Arraes: a dama da história*. Recife: Cepe, 2015, p. 107.

respectivos escritórios, aparecem com frequência em documentos do acervo do exílio do ex-governador.

O impresso dedicava-se a denunciar crimes praticados pelo Estado, como a tortura e a censura, além de discutir questões como a desigualdade social, a questão indígena, o desmatamento na Amazônia, denúncias de obras públicas superfaturadas, e outros problemas que o país enfrentava naquele momento. Cada núcleo internacional possuía um grupo de exilados que organizava a produção, traduzindo os textos para o idioma correspondente e incorporando novos escritos de acordo com a realidade local e providenciando a distribuição, que se dava geralmente em pontos específicos, como bancas de jornal, sindicatos, organizações políticas, além das vendas realizadas na entrada de algumas universidades e do envio direto feito pelos correios locais. Além disso, exemplares eram enviados para militantes que viviam no Brasil, em Cuba e na União Soviética. O *Front* reunia pessoas de segmentos distintos das esquerdas. No Chile, o boletim integrou-se a um organismo conhecido como Comitê de Denúncia de Repressão no Brasil¹³.

O público alvo era composto por jornalistas, acadêmicos, sindicalistas, religiosos, estudantes e membros de partidos políticos que solicitavam os exemplares. O boletim circulou entre os anos de 1969 a 1973, e encerrou suas atividades por divergências políticas entre os participantes, aspecto que abordaremos mais adiante. Em sua dissertação, Fabio Lucas da Cruz¹⁴ afirmou que o *Front* foi a maior expressão da oposição dos brasileiros fora do país, causando preocupações no governo ditatorial e sendo assunto de diversas correspondências do Centro de Informações do Exterior. Afirmação com a qual concordamos ao analisarmos a documentação que se refere à repercussão nacional e internacional do impresso.

O boletim era financiado por Miguel Arraes a partir do auxílio financeiro que recebia do governo argelino por seu trabalho no governo local e, posteriormente, dos recursos que ele recebeu quando trabalhou e atuou como consultor político e em outras atividades, como as empresas criadas por ele e por outros exilados na Argélia. Posteriormente, os núcleos locais também mobilizaram ações para garantir

¹³CRUZ, Fábio Lucas da. Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: Os jornais de brasileiros editados no Chile e na França (1968-1979). *Dissertação (Mestrado em História)* - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

¹⁴ Ibidem.

os gastos com o financiamento do boletim. O impresso transformou-se em uma estrutura política e de informações recebendo contribuições de diferentes segmentos das esquerdas, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), além de intelectuais e artistas diversos¹⁵.

Para a construção desta tese, não utilizamos apenas os boletins e a bibliografia sobre o tema. Investigamos o acervo que fez parte do exílio de Miguel Arraes de Alencar, dentre elas, cartas, manuscritos, relatórios de reuniões, documentos de cunho econômico, entre outros escritos que fazem parte do Instituto Miguel Arraes (IMA), o acervo do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e documentos da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE). Com esse aporte, há milhares de documentos que tratam da vigilância sofrida pelo *Front*, por Miguel Arraes e por outros exilados que colaboravam com o boletim. Os documentos estão digitalizados e podem ser acessados através da página do Arquivo Nacional¹⁶.

No Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (CEDEM/UNESP) encontram-se vinte e três exemplares digitalizados do *Front*. Já no Instituto Miguel Arraes - IMA estão disponibilizados mais de cem exemplares do boletim, em inglês, francês, espanhol, português, italiano, alemão e holandês, cerca de trinta mil documentos produzidos no período do exílio político de Miguel Arraes, além de mais de dez mil fotografias. Este órgão foi fundado em 2009 e é sediado na casa em que o ex-governador morou após a sua volta da Argélia, e está localizado na Rua do Chacon, nº 323, bairro do Poço da Panela, Recife, Pernambuco¹⁷.

O IMA possui esta documentação toda digitalizada, e esse fato viabilizou o desenvolvimento da pesquisa, na medida em que permitiu a elaboração de cópias digitais dos exemplares do boletim e de todo o acervo pertencente ao exílio. A motivação para desenvolver a pesquisa também se deu quando verifiquei a quase inexistência de trabalhos acadêmicos sobre o tema, considerando a sua importância e dimensão histórica. Ainda hoje, não se tem o número exato de quantas publicações circularam no exterior, produzidas por brasileiros que viviam no exílio. Nesse

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ BRASIL. *Arquivo Nacional*. Disponível em: <<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>> Acesso em 24/06/2021.

¹⁷ Para mais informações sobre o Instituto Miguel Arraes acessar o site: www.institutomiguelarraes.com.br.

momento, vemos surgir alguns projetos que têm por objetivo pesquisar esses periódicos e suas trajetórias. Escolhemos utilizar o termo boletim, embora a nomenclatura jornal apareça em alguns informes oficiais do *Front*, porque era assim que os seus idealizadores o autodenominavam.

Durante o período desta pesquisa, alguns fatos alteraram essas informações citadas anteriormente. No mês de agosto de 2020, os mais de trinta mil itens, entre fotografias, obras de arte, cartas, recortes de jornal, livros e documentos que compõem o acervo do advogado e ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes de Alencar, foram doados à Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). A herança material foi considerada, em 2013, Patrimônio Cultural de Pernambuco, e estava sendo mantida sob os cuidados do Instituto Miguel Arraes. A coleção ficará disponível para a pesquisa no Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Mello Franco de Andrade (Cehibra), braço documental da Fundaj, em Apipucos, bairro da Zona Norte do Recife¹⁸. Esses documentos demonstram as disputas pela construção da memória política que se queria passar do Brasil naquele momento. É sobre a desconstrução dessa memória “positiva” da ditadura que o boletim trabalhou ao direcionar suas ações no âmbito internacional.

A imprensa produzida no exílio possibilitava que os exilados, longe de suas famílias e amigos, pudessem, de alguma forma, participar de uma organização coletiva que reforçasse vínculos, sejam ideológicos ou afetivos, além da troca de conhecimentos, experiências, e ampliação dos horizontes políticos e culturais. Esses aspectos também refletem relações de poder que foram sendo estabelecidas e níveis de inserção social e política às quais esses exilados puderam vivenciar fora do Brasil.

Entendemos que o vínculo afetivo dos exilados foi desenvolvido a partir de memórias compartilhadas. Para Pollak¹⁹ (1992) a memória é um elemento formador do sentimento de identidade individual ou coletiva, uma vez que ela é elemento primordial para despertar o sentimento de pertencimento e de conexão de uma pessoa ou de um grupo no entendimento de si. Se existe o possível confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a

¹⁸ DIARIO DE PERNAMBUCO. Acervo completo de ex-governador Miguel Arraes é doado a Fundaj. 10/08/2020. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2020/08/acervo-completo-de-ex-governador-miguel-arraes-e-doado-a-fundaj.html>>. Acesso em 11/02/2021.

¹⁹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, 1989.

identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que se opõem a grupos políticos diversos.

As publicações no exílio buscavam informar e ao mesmo tempo denunciar as arbitrariedades que estavam sendo cometidas no Brasil, pois existiam pressões para que os meios de publicação nacionais divulgassem apenas notícias de interesse governamental²⁰. Essa conjuntura não influenciou apenas as relações entre censores e censurados, mas interferiu também nas relações entre jornalistas, proprietários e administradores de órgãos de imprensa.

As publicações no exterior também promoviam debates entre os diferentes grupos de esquerda, além de reproduzir artigos da imprensa brasileira e de periódicos clandestinos. Nesse contexto, a escrita foi utilizada para informar e discutir ideias e estratégias de ação. Este trabalho funcionava através de uma rede de colaboração entre os exilados que se propunham a combater a ditadura através das assinaturas, doações e informações para serem publicadas. Miguel Arraes começou esse trabalho no *Front*, mas com a expansão dos escritórios em outros países, cada um desses núcleos começou a desempenhar certa autonomia, fato esse que foi motivo de várias divergências entre os colaboradores, levando, inclusive, ao fim do impresso.

Comunicação e mobilização eram ações essenciais. Diante disso, informar e discutir sobre o que acontecia no Brasil era uma forma de estar ligado ao país, de refletir sobre os acontecimentos políticos e de planejar ações que pudessem de alguma forma transformar o cenário ditatorial que colocava o país sob um intenso de censura e de propaganda positiva do governo²¹.

A censura inserida na lógica de repressão aos militantes e aos segmentos sociais considerados como inimigos internos atingiu diretamente os meios de comunicação. Assuntos específicos, como o episódio da “Guerrilha do Araguaia”, eram proibidos de serem mencionados, e as ações urbanas de grupos pertencentes às esquerdas eram postas à sociedade, pela grande imprensa, como ações terroristas, além de uso de nomenclaturas como, marginais e subversivos. A tortura praticada por agentes de segurança também era negada ou ocultada do grande

²⁰ NASCIMENTO, Greyce Falcão. *Aconteceu, virou Manchete*: notícias da ditadura. Rio Grande do Sul: Editora Fi, 2020.

²¹ CRUZ, Fábio Lucas da. *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: Os jornais de brasileiros editados no Chile e na França (1968-1979)*. *Dissertação (Mestrado em História)* - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

público²². Por isso, as publicações consideradas “clandestinas” eram essenciais para a divulgação desses acontecimentos. Dessa forma:

O aparelho repressivo do governo militar, como é sabido, não incidiu apenas sobre as atividades políticas discordantes do regime, mas também, e de forma severa, sobre as manifestações artísticas e literárias e neste campo o choque talvez tenha sido ainda mais pernicioso, dado que a criatividade, faculdade do espírito através da qual a cultura se expressa, reivindica campo livre de amarras para que o criador dê livre curso à imaginação. Contudo, malgrado as restrições impostas, muitas obras imbuídas de inequívoco sentido de protesto, produzidas pela intelectualidade brasileira na literatura, na poesia, nas artes plásticas, no teatro, no cinema e, mais principalmente, na música acolhida na opinião pública, convertendo-se em resposta ao arbítrio da ditadura²³.

Com o impacto da censura, vários veículos de comunicação fecharam, seja por iniciativa própria, por proibição, ou devido aos prejuízos econômicos. Os periódicos essencialmente políticos, que eram radicalmente opostos à ditadura, foram os mais atingidos. A autocensura também influenciou o mercado e a escrita dos jornalistas, que mudaram algumas práticas do seu ofício, seja por receio da prisão, pelo fechamento do jornal ou por temer o fim dos empréstimos e financiamentos²⁴.

Sobre a censura, ainda permanece uma extensa documentação nos acervos das antigas Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), além da extinta Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça, um órgão de informações instaurado em todos os ministérios civis, que se subordinava hierarquicamente ao ministro da justiça, mas que permanecia sob a superintendência do órgão federal de informações, o Serviço Nacional de Informações (SNI). O SNI atuava como um “fornecedor de informações”, tendo aprovado em junho de 1970, o seu Plano Nacional de Informações, que definia as missões a serem cumpridas pelas outras entidades a ele associadas. O SNI chegou a ter mais de dois mil e quinhentos funcionários, e também contava com colaboradores espontâneos e remunerados.

Em 1971 foi criada a Escola Nacional de Informações (ENI), a partir da experiência de países como Estados Unidos, Alemanha, Israel, França e

²² FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

²³ GOUVEIA, Oserias. *Os (des)caminhos da utopia: glória e derrocada do comunismo na memória política de militantes dos anos sessenta*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003, p. 187.

²⁴ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Inglaterra. O estabelecimento pretendia formar espiões civis, para que o SNI se transformasse, aos poucos, numa agência como a norte-americana CIA, mas isso nunca chegou a bom termo – aspecto, dentre outros, que demonstra o caráter preponderantemente militar da ditadura ultimamente chamada de “civil-militar”. Cerca de 120 pessoas passavam, anualmente, pela Escola, sendo que noventa, aproximadamente, eram funcionários públicos civis selecionados em seus ministérios²⁵.

O SNI elaborava relatórios, a partir de informações recebidas, que seriam posteriormente enviadas a presidência da República. Nesses relatos, havia recomendações para que músicas, peças de teatro, filmes, livros, cenas de novela, espetáculos circenses e até bailes musicais fossem censurados. Segundo Fico, a censura começou a ser praticada assim que o golpe foi imposto. No entanto, depois do Ato Institucional Nº5 (AI-5), esta atividade foi organizada de forma ampla e sistemática. Para o historiador, a “autocensura” revelava-se na precaução nos atos de fala, ações e escritas do período, e podem também denotar um comportamento de colaboracionismo, algo distinto dos procedimentos pragmáticos dos que pretendiam “evitar problemas” ou dos que seguiam as ordens da censura por receios diversos²⁶.

Note-se, portanto, que havia dois tipos específicos de censura à imprensa: o primeiro era chamado de “censura prévia” e pressupunha o exame, pelos técnicos do Departamento de Polícia Federal, dos textos jornalísticos antes de sua proibição. Isso poderia ser feito na própria redação do periódico, na sede da DPF da cidade onde estava a redação ou em Brasília. No início de 1973, alguns poucos veículos estavam submetidos a este tipo de censura: Tribuna da Imprensa, O Pasquim, A Notícia (Manaus), Opinião, Ele e Ela, e Pais e Filhos, mas outros órgãos sofreram a sistemática durante todo o período da ditadura. O segundo tipo era a fiscalização sistemática e velada “no sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições”. Os dois procedimentos baseavam-se numa classificação de temas censurados que a ditadura chamava de “proibições determinadas”. Entre agosto de 1971 e janeiro de 1973 foram determinadas oitenta proibições, a maioria delas originada no Ministério da Justiça²⁷.

Dentro desse contexto de censura, as edições do *Front* registraram as diversas formas com que alguns militantes interpretaram o período; suas experiências, seus interesses, suas referências, suas discussões e seus embates que estavam em voga naqueles anos. Nesse momento, pessoas que provinham de diferentes correntes ideológicas procuravam interpretar o passado e formular

²⁵ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª ed., v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 178.

²⁶ Ibidem, p. 189.

²⁷ Ibidem, p. 190.

projetos para a política brasileira após a anistia, demonstrando assim, que a condição de exilado, não significou o fim da militância política para aqueles que atuavam na oposição a ditadura. Nesse sentido, a imprensa foi uma das principais ferramentas utilizadas pelos exilados para exporem suas ideias, fazerem denúncias e dar visibilidade para os seus projetos. Ainda que no exterior não estivessem “totalmente livres” e ainda sob o signo da vigilância²⁸.

A historiadora Tania Regina de Luca²⁹ nos aponta uma série de questionamentos sobre o trabalho com fontes jornalísticas. A importância do visual, da diagramação, de como a publicação se apresenta ao leitor, o lugar social ocupado pelos periódicos, as imagens, capas, charges, fotografias, os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, as condições de produção, de distribuição, escolha e averiguação das informações, dentro de tudo que se dispunha o que foi escolhido e porquê, as funções sociais dos impressos, que grupo social e político compunha a organização do veículo e com quais objetivos, os editoriais, se tratamos de imprensa alternativa ou grande imprensa; são as principais perguntas iniciais. É essencial perceber as diferenças dos diversos tipos de publicação, as formas de abordagem, como esses impressos chegam aos leitores, identificando os grupos responsáveis pela elaboração e publicação, as fontes de receita e o público alvo. Estes são fatores indispensáveis para o desenvolvimento dessa pesquisa³⁰.

Para Cruz, a imprensa, assim como os grupos políticos e culturais, são lugares privilegiados para refletir de que maneira as esquerdas viveram a experiência do exílio durante a ditadura³¹. Diante disso e do contato inicial com um expressivo e significativo acervo documental acerca desse impresso, da trajetória política de Miguel Arraes e do período ditatorial buscamos responder as seguintes problemáticas durante a pesquisa: qual o cenário político, social, econômico e cultural durante o período de existência do *Front*? Como funcionou o *Front*, levando em consideração aspectos como: periodicidade, espaços de circulação, estrutura

²⁸CRUZ, Denise Rollemberg. Debate no exílio: em busca de renovação. In: Marcelo Ridenti; Daniel Aarão Reis Filho (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v. 6, p. 291-339.

²⁹LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

³⁰ Ibidem.

³¹CRUZ, Denise Rollemberg. Debate no exílio: em busca de renovação. Marcelo Ridenti; Daniel Aarão Reis Filho (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v. 6, p. 291-339.

financeira, autores, leitores. De que forma as matérias produzidas por esse periódico foram importantes na resistência contra a ditadura brasileira? Como foi a trajetória política de Miguel Arraes durante o seu exílio na Argélia? Como o político e o *Frente Brasileira de Informações* estiveram sob a lógica da vigilância de uma rede de informações, com destaque para o Centro de Informações do Exterior? Diante disso, destacamos a necessidade de esclarecer as questões supracitadas e apontar que as pesquisas acerca da imprensa produzida no exílio neste período são um campo bastante fecundo, pois nos ajuda a responder indagações ainda não elucidadas³².

Os arquivos produzidos pela repressão trazem uma gama de informações de importância fundamental, pois através de dados armazenados em arquivos militares e policiais, os líderes do governo pautavam as ações repressivas. O próprio Serviço Nacional de Informações (SNI), criado três meses após o golpe de 1964, teve explicitamente esse objetivo. Esses arquivos que formam uma documentação criada pelos órgãos de informação durante a ditadura atingem diretamente a sociedade, pois envolvem a memória e a elucidação de casos de desaparecidos políticos, de torturas, de assassinatos e apontam agentes do estado que estavam envolvidos nesses episódios, muitos, inclusive, ainda estão vivos³³.

Assim, é relevante salientar que a documentação resultante de governos repressivos “[...] está permeada por práticas difundidas e legitimadas pelo autoritarismo, como a delação e os falsos testemunhos, o que muitas vezes, geram informações imprecisas”³⁴, daí a relevância de indagá-las e problematizá-las, buscando descortinar seus silêncios e simbologias.

A originalidade está na maneira como o historiador vai lidar com as fontes e o debate historiográfico que ele se propõe. O historiador Jurandir Malerba³⁵ propõe uma importante reflexão sobre o trabalho do historiador, seu campo de pesquisa e

³²BRASIL. Projeto Memórias Reveladas. *Arquivo Nacional*. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em 17/09/2015. Um trabalho institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e implantado no Arquivo Nacional com a finalidade de reunir informações sobre a história política recente do país. INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. *Resistir é preciso*. Disponível em: <<http://resistirepreciso.org.br/>>. Acesso em 20/09/2015. Esse projeto busca identificar e analisar a trajetória da imprensa brasileira que combateu a ditadura, seja de forma alternativa, clandestina ou no exílio.

³³PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1. Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

³⁴GERTZ, René E.; BAUER, Caroline Silveira. Arquivos de regimes repressivos: Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 177.

³⁵MALERBA, Jurandir (org.) *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

os estatutos que regem um texto histórico. Produzidos por profissionais vinculados a instituições acadêmicas, a cada geração, os historiadores constroem um patrimônio próprio da memória das sociedades constituído por sua historiografia. Ao longo do tempo, o trabalho de pesquisa histórica guarda não só o desenvolvimento da própria disciplina, como também, a relação do historiador com as sociedades que tiveram a necessidade de sistematizar e relatar o seu passado.

É esse caráter autorreflexivo do conhecimento histórico que nos faz diferente das outras ciências. O historiador dificilmente parte do ponto zero. Ao empreender qualquer pesquisa histórica obedece a uma premissa básica do conhecimento histórico, que é a sua própria historicidade, observando as contribuições dos que nos antecederam. Essa propriedade eleva a crítica historiográfica a fundamentos do conhecimento histórico.

Esses sujeitos, muitas vezes, marginalizados ou silenciados, reivindicam que suas memórias sejam compartilhadas. Para Sabrina Loriga³⁶ a necessidade de memória não nasce do orgulho, mas da vergonha, principalmente para que crimes atrozes não caiam no esquecimento. Diante desse perigo, um grande número de historiadores aceitou a ideia de um dever de memória. “Nessa conjuntura social e política, é preciso lembrar que o historiador, apenas o historiador, animado pela austera paixão pelos fatos, provas e testemunhos, deve velar contra os assassinos da memória”.

Em contrapartida, é uma prática dos autoritários o desejo pelo domínio da informação, da fala e da expressão das pessoas. O que permeia esse trabalho é a discussão sobre o poder da informação enquanto ferramenta de mobilização e de resistência. Qual o sentido histórico do *Front* convidar personalidades de reconhecimento internacional para que publicassem no boletim, é um dos fatos que nos chamaram bastante atenção. Ao construir uma rede internacional de informações e estabelecer comunicação com exilados em outras partes do mundo, o *Front* estabelece para nós, uma representação de que é possível combater um governo autoritário na perspectiva da informação e da circularidade, rompendo o bloqueio estabelecido pela censura.

³⁶ LORIGA, Sabrina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela Maria de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

No primeiro capítulo descrevemos a trajetória de vida do político Miguel Arraes de Alencar. Tendo como ponto de partida sua deposição do cargo de governador de Pernambuco e, posteriormente, sua prisão. Mas para isso, discutimos como foi instaurado o golpe civil-militar no Brasil e no estado, e relembramos sua trajetória de vida, da infância, à entrada no cenário político local. Num segundo momento deste capítulo analisamos como a historiografia discute o exílio e seus desdobramentos. Como foi esse processo durante a ditadura e o que isso representou para milhares de pessoas, dentre elas artistas, professores, intelectuais, militantes, políticos e sindicalistas, buscando contextualizar como conseguiram atuar politicamente e resistir, em outros países, organizando revistas, jornais e eventos. Dando destaque para o período de exílio de Miguel Arraes. Desde sua ida para Argélia, sua atuação no país e seu papel de militante com a criação do *Front*. Com a Lei da Anistia, Arraes retorna ao país e retoma sua carreira política tornando-se o único governador pernambucano a conseguir se eleger em três mandatos.

Compreendemos o exílio e a censura como elementos essenciais para a construção do boletim e ressaltamos a relevância de conhecer a trajetória de Miguel Arraes, fundador do impresso e um dos principais financiadores, do surgimento até o seu encerramento. Nesse sentido, é importante conhecermos seu pensamento político, e os caminhos que ele percorreu até chegar à Argélia. Analisamos a bibliografia que trata de sua trajetória política, os livros que escreveu e as relações que desenvolveu no exílio. Além disso, compreendemos Miguel Arraes enquanto conferencista, intelectual e consultor político, em um cenário de vigilância permanente, pois sua atuação no exílio era tida como ameaçadora e perigosa, conforme demonstram alguns documentos que iremos apresentar.

No segundo capítulo discutimos como a censura imposta no Brasil teve como consequência a criação de diversas publicações alternativas e clandestinas, inclusive no exílio. Problematisamos como foi o surgimento do *Front*, sua estrutura textual, diagramação, periodicidade, público-alvo, circulação, capas, idiomas, pessoas que escreviam (na medida do possível, já que quase todos os exemplares eram anônimos, salvo quando publicavam matérias escritas por grandes personalidades e intelectuais), quantos exemplares foram escritos, os locais aonde estão disponíveis para consulta, a recepção, divulgação e repercussão do boletim no exterior, as reuniões de pauta, as circulares internas, os documentos confidenciais e

os próprios documentos em que o *Front* se auto definia, com todos os seus parâmetros e objetivos. Dessa forma, o leitor terá uma compreensão do funcionamento do boletim, da rede que o constituía, da materialidade que lhe dava suporte, dentre outras questões. Descrevemos como o boletim era organizado e distribuído fora da Argélia, e como as divergências entre os colaboradores do impresso culminaram no fim da publicação.

A elaboração desse panorama nos permitiu fazer uma discussão sobre a censura e sobre a importância do boletim no Brasil e no exterior, demonstrando a relevância do *Front* como uma voz de combate e de denúncia a ditadura. Além disso, é essencial compreendermos como essas informações, então censuradas no Brasil, conseguiram romper essas barreiras. Outro elemento interessante é a repercussão desses escritos aqui no Brasil, e como os jornais e revistas locais, citavam o *Front*. O segundo capítulo ainda traz uma importante discussão sobre o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), órgão criado para tratar da vigilância dos exilados e elaborar constantes relatórios sobre esses indivíduos e suas ações no exterior.

No terceiro capítulo abordamos como o *Front* tratou os temas da tortura, da luta armada, do esquadrão da morte, dos direitos humanos, e de como essas temáticas estiveram presentes em todos os exemplares do *Front* nos cinco anos de existência do boletim, trazendo inclusive casos emblemáticos e de grande repercussão, como foi o caso do engenheiro e político Rubens Paiva. Nesse sentido, problematizamos a visibilidade e credibilidade do boletim, que através dos seus escritos e denúncias, ganhou projeção internacional, fazendo com o que o Brasil e os crimes contra os direitos humanos que estavam sendo cometidos pela ditadura fossem tema de discussão e investigação do Tribunal Bertrand Russel e da Anistia Internacional.

Os organizadores do *Front* se autodenominam produtores de um boletim, que significa: um texto breve para circulação interna ou divulgação ao público. No entanto, ao nos referirmos ao *Front* ao longo deste trabalho, também utilizamos os termos *impresso* (que quer dizer folheto que é resultado de um processo de impressão) e *periódico* (que se reproduz em intervalos de tempos iguais, que apresenta uma regularidade de circulação), não interferindo no sentido que damos ao nosso objeto de estudo.

2 MIGUEL ARRAES: DO GOVERNO DE PERNAMBUCO AO EXÍLIO NA ARGÉLIA

2.1 O GOLPE NO BRASIL

Desta maneira, é possível recuperar como o regime militar e civil de 1964 buscou construir suportes jurídicos e aliou estratégias de legalização do regime às práticas de censura aos meios de comunicação, de cassação arbitrária de mandatos parlamentares e dos direitos políticos, de repressão, de sequestro, de tortura e de assassinatos de opositores³⁷.

De 1960 a 1964 a política brasileira tornou-se mais participativa, na medida em que os debates e disputas de poder ultrapassaram a esfera partidária para penetrarem nos movimentos sociais. Embora não fosse um aspecto novo, a ampliação da ação popular no processo político brasileiro ganhou visibilidade e repercussão em diversos segmentos da sociedade pressionando o Estado por melhores condições de vida e de cidadania. A reorganização do movimento sindical, a ascensão de lideranças entre os trabalhadores e os pactos intersindicais que se estabeleciam, desenhavam um panorama inadmissível para as forças conservadoras do país. Não por coincidência, as principais greves do período tiveram caráter político-ideológico, embora associadas ao programa de reivindicações salariais e trabalhistas³⁸.

Desde a Primeira República o cenário político brasileiro é permeado por lutas e disputas pelo poder e o golpe de 1964 faz parte desse processo histórico, já que a democracia no Brasil é permeada por um processo de construção permanente. O historiador Jorge Ferreira³⁹ defende que não havia partidos políticos golpistas no início do Governo Goulart, já que os partidos não aceitaram a coação militar ocorrida durante a crise da renúncia de Jânio Quadros. Por outro lado, o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart dava sinais claros de que as Forças Armadas possuíam seus próprios pontos de vista em relação aos rumos da política brasileira.

³⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina. Ministério da Justiça, o lado duro da transição. IN: CASTRO, Celso de; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.), *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 22.

³⁸ MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 1964*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 36.

³⁹ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano 3: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-404.

A historiografia demonstra que a ditadura brasileira acentuou a concentração de renda e a perda de direitos políticos e civis. Segundo Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, entre 1946 e 1964, o país construiu um período democrático, rompido por uma soma de forças que incluiu diretamente o financiamento do governo estadunidense⁴⁰. Com isso, descartamos a passividade da sociedade brasileira diante do ocorrido, pois reconhecemos o valor da experiência brasileira na construção da democracia através da livre atuação dos partidos políticos e da participação de parte do povo brasileiro como agente de transformação coletiva da realidade através das diversas entidades e movimentos sociais.

Sobre as Forças Armadas percebemos sinais de discordância com relação a Constituição de 1946, mais precisamente sobre a sucessão de Jânio Quadros. Já o golpe de 1964 não se configurava uma surpresa para as esquerdas, pois as articulações da direita vinham sendo denunciadas frequentemente desde o segundo semestre de 1963. No entanto, havia um sentimento de “segurança” entre as esquerdas de que a conspiração existia, mas que não triunfaria e que os golpistas respeitariam o processo político⁴¹.

O intenso trabalho da direita e de boa parte dos veículos de comunicação criou um ambiente de hostilidade em relação às reformas sociais que vinham sendo reivindicadas e as mudanças que poderiam ser desencadeadas na estrutura da sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito à distribuição de renda.

No entanto, os políticos que apoiaram e trabalharam pelo golpe possuíam posturas contraditórias em relação ao projeto político que seria implantado. As divergências começavam com a questão das eleições, pois não havia um consenso de como seria o processo eleitoral após a tomada do poder. Por outro lado, havia um posicionamento de era preciso fazer uma *limpeza ideológica* de políticos e funcionários públicos considerados subversivos e corruptos, expulsando-os dos quadros do governo.

O período pré-golpe foi marcado pela atuação independente dos movimentos sindicais e operários que lutaram para ampliar direitos e pressionar o governo no sentido de uma participação maior dos trabalhadores na esfera política. O fenômeno

⁴⁰ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. vol. 24, nº. 47, São Paulo. 2004, p. 29-60.

⁴¹ MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 1964*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 188.

da aliança entre trabalhistas, nacionalistas e membros do partido comunista constituiu-se com base nessa sensação de pertencimento da classe operária alinhada a um projeto nacional-reformista. E foi contra isso que o golpe se colocou.

Consideramos que a ruptura democrática foi imposta com a liderança das Forças Armadas, mas com importantes participações e negociações por parte da direita política brasileira e de segmentos como parte da classe empresarial, da grande imprensa e da Igreja Cristã, representada aqui pelas igrejas católicas e protestantes. Embora o presidente Jango tivesse a fama de um exímio negociador, não conseguiu articular-se naquele momento, pois vinha sendo pressionado tanto pela direita, quanto pelas esquerdas. O impedimento de sua posse diante da renúncia de Jânio Quadros, já era uma demonstração de que a direita não queria seguir o procedimento legal de sucessão da presidência por estar em desacordo com o seu posicionamento político. Naquela ocasião, a vitória da Rede da Legalidade que mobilizou a posse de Jango, encabeçada por Leonel Brizola, permitiu uma breve sensação de vitória para as esquerdas⁴².

O reconhecimento da atuação política dos movimentos populares foi um dos protagonistas naquele momento de crise democrática, pois esses grupos se espalhavam por todo o país, em áreas urbanas e rurais, envolvendo vários segmentos, desde estudantes, a graduados das Forças Armadas. Os movimentos sociais dotaram-se de um programa político comum, as reformas de base; agrária, urbana, tributária, eleitoral, bancária, a reforma do estatuto do capital estrangeiro e a reforma universitária.

Os problemas sociais que o Brasil enfrentava durante o período pré-golpe eram diversos, dentre eles, destacamos a concentração de terras nas mãos dos latifundiários. No entanto, a luta pela reforma agrária começou a ser divulgada na imprensa com um tom agressivo, pejorativo e ameaçador, resumido no slogan, “reforma agrária na lei ou na marra” que passou a ganhar materialidade nas ocupações de terras. Embora outras vertentes existissem, como a luta do Partido Comunista Brasileiro que se baseava nas negociações democráticas e eleitorais para a reforma agrária, não era essa a ênfase dada pela grande imprensa.

⁴² REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Discutiremos mais adiante, o papel das Ligas Camponesas e sua história de luta pelo direito à terra e ao trabalho rural.

No cenário internacional, tínhamos a Guerra Fria, a perseguição ao comunismo, a Revolução Cubana e a Guerra do Vietnã, além de todo o esforço norte-americano para impedir uma revolução socialista no Brasil, elementos que contribuíram para estabelecer o golpe, que começou com conspirações fragmentadas e espalhadas pelo país.

Compreendemos que a ruptura democrática no Brasil foi resultado de uma conjunção de fatores. Não se admitia os levantes contra o abuso de autoridade, o processo de mudança social, de distribuição de renda e de acesso a direitos em uma sociedade marcada pela desigualdade. Isso significava, para algumas pessoas, transformar o país em uma república sindicalista ou comunista. A sociedade brasileira estava polarizada, e os movimentos sociais que exigiam reformas políticas e sociais ampliavam suas demandas e formas de luta.

A maioria dos políticos do congresso tinha uma postura conservadora e não apoiava os projetos reformistas do governo de João Goulart. Em contrapartida, as esquerdas reivindicavam ao presidente Jango que implantasse o projeto das reformas de base. Jango estava sendo pressionado por ambos segmentos políticos, o que pode ser demonstrado com a fracassada tentativa de implantar o estado de sítio no país.

O golpe tentou impedir a continuidade de todo um período de desenvolvimento dos direitos civis e políticos que a sociedade brasileira vinha conquistando. Isso é mostrado através das tentativas de destruição das estruturas democráticas, como o sistema pluripartidário, as organizações políticas de massa, a estrutura sindical e a atuação dos movimentos sociais que emergiam enquanto segmentos políticos no cenário nacional.

Segundo Miguel Arraes⁴³, o golpe de Estado foi resultado de uma dupla incapacidade: a de João Goulart, por demonstrar impotência para governar o país e opor-se às manobras reacionárias, e a das forças populares, incapazes de se entenderem para chegar a uma ação coletiva partindo de uma visão comum dos problemas advindos das ações antidemocráticas.

⁴³ ARRAES, Miguel. *O Brasil, o povo e o poder*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008, p. 174.

As esquerdas podem não ter tido, naquele momento, a capacidade de realizar uma análise holística e realista dos acontecimentos. O que é difícil de se discutir, pois não olhamos com o olhar do futuro. Olhamos com o olhar do presente. De quem estava imerso em todo aquele turbilhão de acontecimentos e diante de uma sequência de ações promovidas para desestabilizar o governo, onde vários segmentos da sociedade estavam alinhados a um projeto ditatorial. As esquerdas estavam diante de um confronto com partes importantes da sociedade, como a Igreja Católica, a grande imprensa, os políticos conservadores, a classe empresarial, o exército, todos partilhando dos mesmos objetivos, manter seus interesses.

Com a instauração do Golpe, ocorreram perseguições de toda ordem: prisões arbitrárias, torturas, exílios, mortes, entre outras ações que objetivavam desmobilizar as forças opositoras. Essas ações trouxeram consequências que ainda hoje refletem na ideia que temos de democracia e na relação do povo brasileiro com a política.

As influências externas para que não se instaurasse um governo socialista no país permitiram a ascensão de um governo ditatorial e autoritário que visava o fortalecimento de grupos industriais estrangeiros, em detrimento das empresas nacionais; uma política de arrocho salarial, privatizações, redução da autonomia do país diante do capital estrangeiro, retirada de direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, impedindo a atuação política dos movimentos sociais e das reformas de base.

A idealização do golpe aproximou um quadro que demonstrava certa heterogeneidade reunindo líderes políticos, elites sociais, segmentos populares e lideranças empresariais, religiosas, civis e militares. A possibilidade de perder privilégios e a repulsa à uma ideia de revolução social no Brasil uniu esses grupos a um objetivo em comum, já que uma possível guinada revolucionária colocaria em xeque uma ampla gama de reformas, já citadas anteriormente, além de uma possível opção política comunista e, consequentemente, uma quebra nas tradicionais hierarquias do saber e do poder já instauradas no país.

É importante compreendermos as relações estabelecidas durante a ditadura, considerando que a dominação não se impõe apenas pelo uso da força, mas que o convencimento, a negociação, a concessão, a colaboração e a resistência fizeram parte desse processo. As oposições e os partidários da ditadura devem ser compreendidos de modo relacional. A participação civil no golpe, composta pelo

empresariado nacional e multinacional, pelas oligarquias rurais, pelos setores das classes médias, por parte da grande imprensa, pelas instituições religiosas, por profissionais liberais e até de alguns trabalhadores, deve ser interpretada e analisada dentro do seu contexto histórico, se possível, sem maniqueísmos e conceitos totalizantes⁴⁴.

2.2 PERNAMBUCO NA MIRA DO GOLPE

Neste tópico discutiremos o golpe em Pernambuco destacando o papel das Ligas Camponesas e o processo de deposição do governador Miguel Arraes. Entendemos que as ações golpistas no estado foram truculentas e violentas tanto na capital como nos demais municípios. Coelho relata as prisões arbitrárias ocorridas no pós-golpe e como não existia um critério, tanto nas denúncias, como na efetivação das prisões⁴⁵. Nesse momento, várias lideranças políticas pernambucanas deixaram o estado, assim que tomaram conhecimento de que haviam sido indiciadas em inquéritos ou em processos, pois sabiam que seus direitos civis não seriam respeitados. Para manter a seguridade de sua vida, muitos brasileiros recorreram ao exílio, como foi o caso do ex-governador Miguel Arraes. Em Pernambuco, a repressão recaiu sobre toda a oposição, desde a esquerda católica, a lideranças universitárias⁴⁶, aos sindicatos e movimentos sociais populares, com destaque para os representantes das Ligas Camponesas.

2.2.1 As Ligas Camponesas

As relações de trabalho e a convivência que se estabeleciam no campo passam por uma transformação no decorrer do século XX. Ao analisar a situação do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, o historiador Antonio Torres Montenegro descreve como, no final dos anos 1950, esse espaço, ocupado

⁴⁴ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 31.

⁴⁵ COELHO, Fernando Vasconcellos. *Direita Volver: O Golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.

⁴⁶ SOARES, Thiago Nunes. "Um clima de agitação criado por alunos esquerdistas": vigilância, militância política e lutas pelas liberdades democráticas na UFPE (1973-1985). 296 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

por cento e quarenta famílias de trabalhadores rurais, que viviam do cultivo da agricultura de subsistência, revelam-se em um campo de disputas, não que antes também não fosse, mas que naquele momento, certas práticas ditas paternalistas, que mascaravam a intensa exploração sobre os trabalhadores, passam a ser rompidas com certa frequência⁴⁷.

Os camponeses do Engenho Galileia pagavam um aluguel pelo uso da terra chamado de foro, e com os constantes aumentos, tornava-se cada vez mais inviável cumprir com essa obrigação. Além disso, a situação de extrema pobreza não lhes permitia nem mesmo um enterro digno. É nesse momento, com objetivos assistencialistas, que é fundada a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), futuro embrião do que seriam as Ligas Camponesas no Estado de Pernambuco e em todo o Nordeste⁴⁸.

Mesmo tendo sido convidado para ser o presidente de honra da SAPPP, o senhor Oscar Beltrão, dono do engenho, ao ser alertado sobre um possível caráter comunista da mesma, ordenou o fechamento da Sociedade⁴⁹. Segundo Montenegro, os camponeses não aceitaram a decisão passivamente e foram em busca de seus direitos.

Os trabalhadores formaram uma comissão que visitou o governador Cordeiro de Farias, alguns advogados, bem como procurou apoio na Assembleia Legislativa, sem obter sucesso em nenhuma das situações. Contudo, em meio a essa procura por ajuda, foi indicado, a esses camponeses, o nome de Francisco Julião, bacharel em direito e deputado estadual pelo Partido Socialista. Os trabalhadores, então, fizeram uma visita a casa de Julião, expuseram seus problemas e no final da conversa o deputado estadual pelo PSB aceitou trabalhar na defesa dos interesses dos foreiros do Engenho Galileia⁵⁰.

Ainda de acordo com o historiador, essas práticas abusivas e autoritárias intensificaram a construção de uma representação da região Nordeste como um lugar de ameaça para o restante do país, seja pela miséria existente, ou pela perseguição de quem se opunha.

⁴⁷ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia, Memória*. 1. Ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2017.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 78.

⁴⁹ PORFÍRIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, p. 23.

⁵⁰ MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. V. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 265.

No campo, os trabalhadores viam-se de “mãos atadas” diante do controle político das oligarquias rurais que negavam o acesso a sindicalização rural e a obtenção de direitos trabalhistas, alguns já alcançados por trabalhadores urbanos. A falta de acesso a direitos básicos, como, por exemplo, velar seus mortos e ter um enterro digno, saúde pública, incluindo médicos, remédios e tratamentos, dentre outros direitos violados, desencadearam uma mobilização entre os homens e as mulheres do campo. Não podemos negligenciar as crescentes dívidas com os proprietários de terras, bem representadas pela figura do barracão⁵¹, onde o trabalhador via-se sempre na posição de devedor, por depender, em várias ocasiões, exclusivamente daquele estabelecimento comercial. São esses elementos, associados à miséria, que se transformaram em combustíveis para a luta pelos direitos dos trabalhadores do campo.

O Engenho Galileia viria a se tornar uma Liga Camponesa, atraindo para si visibilidade e ao mesmo tempo perseguição das oligarquias rurais. Nesse processo de reivindicação de direitos, esses mesmos trabalhadores foram até Recife, à procura do então deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião, dando início a um movimento de luta pela reforma agrária, pelo direito à terra, por direitos e dignidade para os trabalhadores rurais. A luta do Engenho Galileia não se restringiu apenas à criação de uma associação de cunho assistencialista. A partir de 1959 começou uma discussão acerca da desapropriação do terreno, tornando-o, inclusive, em um projeto apresentado pelo deputado Carlos Luís, no dia 1º de outubro daquele ano⁵².

A desapropriação do Engenho Galileia tornou conhecido nacionalmente e internacionalmente o movimento dos camponeses em Pernambuco. Aliado a isso, no início dos anos 60, as Ligas intensificaram o seu processo de expansão e se instalaram em diversos municípios do Estado, assim como passaram a realizar suas atividades na Paraíba, tendo como destaque a Liga Camponesa de Pedra de Fogo, fundada em 1962⁵³.

Antônio Callado ao defender a desapropriação do Engenho Galileia, já no final do governo de Cid Sampaio, fez um investimento a favor da ordem vigente, configurando uma tentativa de “apagar o fogo” da rebelião camponesa, da qual

⁵¹ É um tipo de mercearia que vendia um pouco de tudo, principalmente gêneros alimentícios.

⁵² PORFÍRIO, *Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, p. 25.

⁵³ *Ibidem*, p. 47.

Francisco Julião fazia parte. “O fogo foi extinto, mas as faíscas caíram alegremente na palha de cana de Pernambuco inteiro”⁵⁴. Os trabalhadores do campo, em sua maioria, eram inflamados pelas palavras de Julião e pela possibilidade de melhores condições de trabalho e de existência.

A mobilização espalhava-se por todo Nordeste e isso era refletido nos congressos que reuniam não só trabalhadores agrários, como também parlamentares, intelectuais, profissionais liberais e líderes sindicais das causas rurais. O primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco, organizado pela SAPPP, em 1955, reuniu mais de três mil trabalhadores rurais e contou com o apoio do geógrafo Josué de Castro. Segundo Montenegro, foi a imprensa que passou a denominar a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco de “Ligas Camponesas”, apontando na organização um caráter comunista, pois o PCB, entre 1945 e 1947 já constituía um movimento de mobilização dos trabalhadores rurais em diversos estados do país e que se denominava Ligas Camponesas⁵⁵.

A expressão foi apropriada pelos trabalhadores rurais, ganhando ainda mais visibilidade e repercussão na imprensa nacional e internacional. O Nordeste passou a estar cada vez mais associado a um espaço de lutas sociais, ora representando um símbolo de resistência, ora representando o avanço do comunismo, dependendo do viés político que o texto seguia. Em matérias de jornais de circulação nacional noticiavam-se as discussões sobre a desapropriação de terras ocupadas há décadas por trabalhadores rurais. As relações paternalistas no campo que se utilizavam de pequenos favores e apadrinhamentos para encobrir a exploração à qual eram submetidos esses trabalhadores estavam sendo discutidas em passeatas, mobilizações e ações judiciais⁵⁶.

As Ligas Camponesas passaram a representar a força de organização e mobilização no meio rural. De acordo com Montenegro, a partir de 1962, o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) reconheceu a validade dos sindicatos rurais, rompendo com a tradição dos proprietários rurais de impedir qualquer forma de regulamentação efetiva das relações de trabalho no meio rural. No entanto:

⁵⁴ CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. A revolução sem violência. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1979, p. 66.

⁵⁵ MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. V. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 84.

⁵⁶ Ibidem, p. 92.

O golpe de 1964 interrompia toda essa experiência histórica. Líderes sindicais, políticos e militantes de esquerda seriam alvo de prisões, torturas e assassinatos. Os proprietários teriam o apoio dos militares para cercear qualquer tentativa de modernização das relações de trabalho no meio rural. Durante décadas de resistência as lutas no campo se transformariam, engendrando novas formas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais⁵⁷.

No Nordeste, as Ligas Camponesas, representadas pela figura de Francisco Julião, e a atuação do Partido Comunista no campo, vinham crescendo significativamente desde a década de 1950 e trabalhando para alcançar hegemonia entre os trabalhadores rurais. Entre as pautas dos estavam: a desapropriação de terras não aproveitáveis com área superior a 500 hectares; o pagamento de indenização mediante títulos da dívida pública, a concessão gratuita das terras improdutivas aos camponeses; a entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros e o estímulo à produção cooperativa⁵⁸.

No entanto, o Partido Comunista e as Ligas Camponesas defendiam linhas de ação diferentes. Os comunistas insistiam no trabalho de sindicalização rural e de negociação com o governo para ampliação dos direitos trabalhistas e sociais. Já os integrantes das Ligas Camponesas queriam impor a reforma agrária de forma imediata.

Em Pernambuco, o governador Arraes coloca o dedo no formigueiro e obriga os usineiros a pagarem salário mínimo na Zona da Mata. Nossa câmera volta-se para um quadro estatístico: em fins de 1963, o ministro do trabalho registrava 270 sindicatos de trabalhadores rurais reconhecidos e 557 em processo de legalização. No mesmo período, levantamento do II Exército indicava a existência de 218 Ligas Camponesas em 20 Estados, sendo 64 em Pernambuco⁵⁹.

O conceito de “camponês” abrange alguns tipos de trabalhadores, os assalariados e aqueles que tem o controle de pequenas porções de terra, como proprietários, arrendatários ou meeiros e os que cultivam-nas visando o seu próprio

⁵⁷ MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. V. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 100.

⁵⁸ MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 1964*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 45.

⁵⁹ Ibidem, p. 46.

abastecimento e a venda do excedente⁶⁰. Dentre os que viviam e trabalhavam no campo havia uma grande diversidade nas relações de trabalho.

Os movimentos de luta no campo surgem como uma reação à estrutura fundiária que negava o acesso à posse da terra aos que nela trabalhavam, em benefício dos que tendo direito à terra, utilizavam-na como uma mercadoria, com um bem negociável⁶¹.

O primeiro sindicato de trabalhadores rurais que obteve reconhecimento foi o da cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, em 1933. Até 1955 havia apenas cinco sindicatos rurais reconhecidos no Brasil, sendo dois localizados em São Paulo, um no Rio de Janeiro, um na Bahia e um em Pernambuco, na cidade de Barreiros.

Ao mesmo tempo que as ligas camponesas eram criadas e ampliavam sua importância, estendendo sua influência por quase todos os estados do Brasil, o movimento de sindicalização rural era desenvolvido pela Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), criada em 1954, na Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo, sob a influência do PCB. Se as ligas tinham uma grande penetração no meio rural camponês, onde dominavam arrendatários, posseiros, parceiros e pequenos proprietários, o movimento sindical teve maior expressão nas áreas onde dominavam os assalariados agrícolas, onde se fazia a cultura da cana-de-açúcar, do cacau e posteriormente do café. Tanto é assim que, ao atuar em áreas canavieiras, os líderes das ligas procuravam organizar sindicatos, como ocorreu em Goiana, Pernambuco⁶².

A situação do Nordeste e das Ligas Camponesas foram um dos assuntos abordados pelo *Front*. Especificamente nos anos de 1972 e 1973, os textos descreviam as greves e mobilizações que aconteciam no campo, as prisões e as torturas pelas quais os militantes rurais eram submetidos. Como podemos analisar no texto a seguir:

Desde o começo de novembro, a repressão contra os camponeses do Norte e do Nordeste aumentou consideravelmente. Em Pernambuco, na pequena cidade de Quipapá, o proprietário Epitacio Vieira e seus capangas, sequestraram os camponeses Geraldo Severino e João Vitor. Obrigaram João, sob a mira de uma arma, a cavar uma cova onde Geraldo foi enterrado vivo. João fugiu e denunciou o crime. Ele foi imediatamente preso pelo sargento Taurino da Silva, da polícia local, acusado de “subversão”. Os incêndios nas plantações de cana na Zona da Mata de Pernambuco – uma faixa de terra extremamente úmida ocupada pela monocultura da cana

⁶⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1989.

⁶¹ ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 35.

⁶² Ibidem, p. 28.

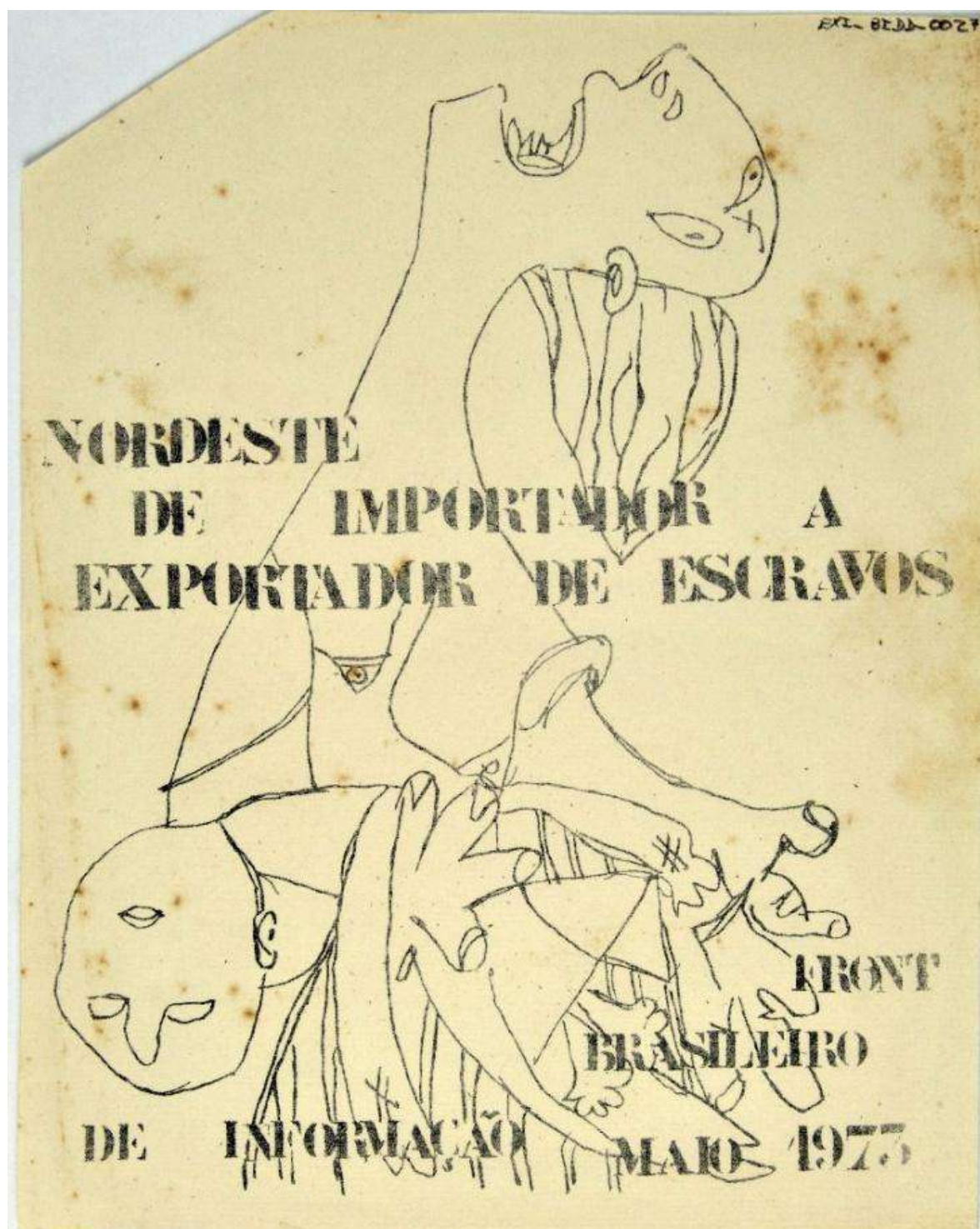
– serviu de pretexto para que o exército atacasse os camponeses. Mais de oitenta foram presos em poucos dias. Amaro Luis de Carvalho, chamado por “Capivara”, acusado de ser o líder de seus companheiros, foi torturado no Recife em 17 de novembro. Em algumas fábricas de açúcar dessa mesma região, uma greve foi reprimida violentamente pelo representante do Ministério do Trabalho, Sr. Romildo Leite, que declarou “insuflada por elementos subversivos que só pretendem perturbar a ordem”⁶³.

O caso do militante camponês Manoel da Conceição esteve em sete edições do *Front*. E será detalhado no terceiro capítulo desta tese. A partir dos casos apresentados percebemos as práticas violentas às quais eram submetidas as pessoas que eram consideradas inimigas do governo.

Na edição de maio de 1973, o boletim fez uma edição especial dedicada exclusivamente a discutir a situação da região Nordeste. O texto apresenta um detalhamento da região a partir de dados e caracterizações do território, da população, do processo de colonização, da natureza do povoamento português, da formação de uma economia de subsistência, das calamidades naturais, da sobrevivência das estruturas coloniais, das relações de trabalho, das propostas de reforma agrária, da economia local, da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da política governamental e da situação do Nordeste após a ditadura.

⁶³ FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES. *Série Exílio*. Instituto Miguel Arraes: Jaboatão dos Guararapes, dezembro de 1969 – Edição em francês Nº 4. Identificação: EXI_BIFBI_014_035.

Figura 1 - Nordeste de importador a exportador de escravos.⁶⁴

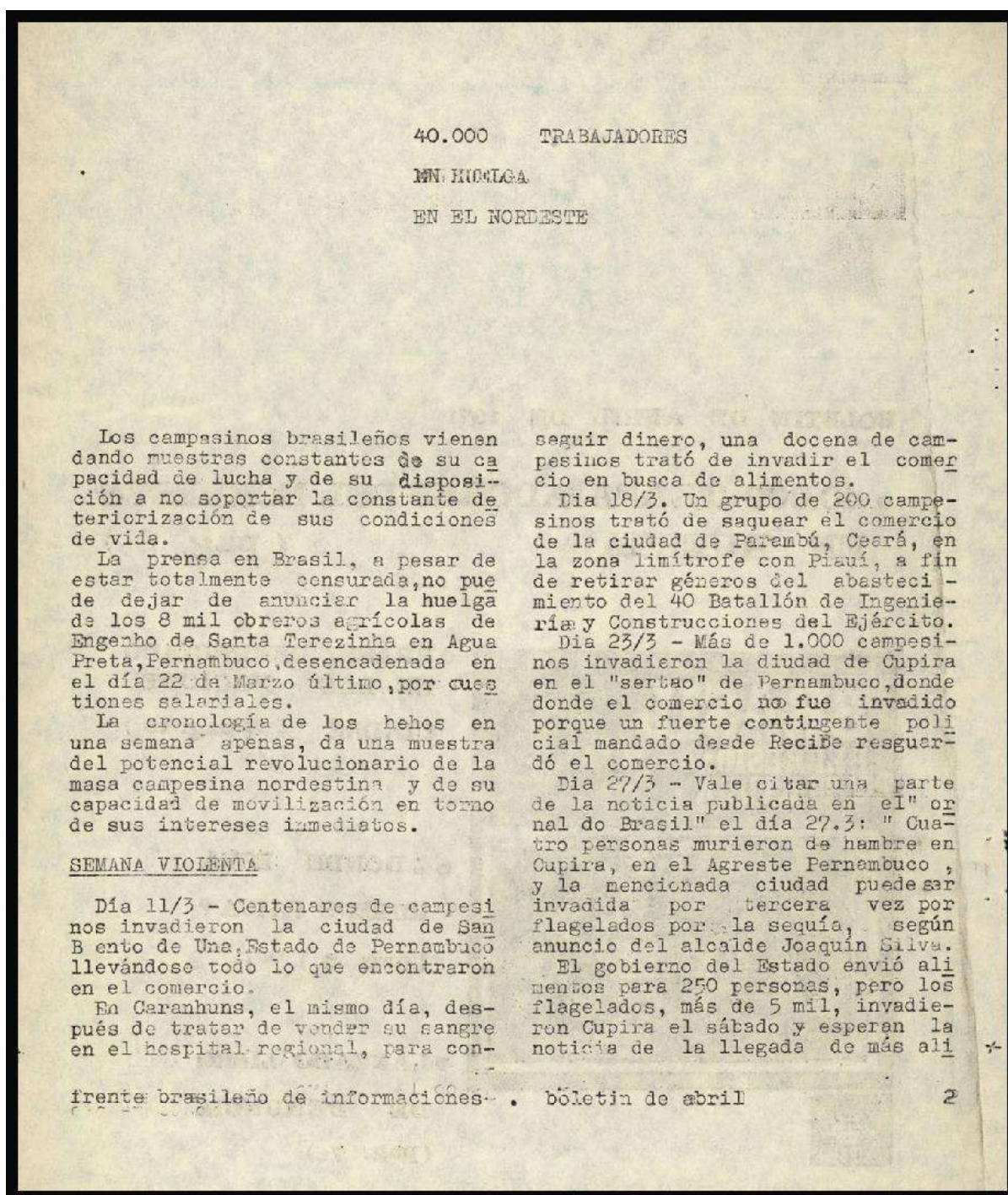


Fonte: Instituto Miguel Arraes (1973).

⁶⁴ FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES. Nordeste de importador a exportador de escravos. Acervo *Exílio*. Instituto Miguel Arraes: Jaboatão dos Guararapes, maio de 1973. Identificação: EXI_BIDD_027_001.capa.

A Figura 1 apresenta um desenho aparentemente feito à mão e um texto sobreposto, sobre o desenho. Seus traços nos remetem de imediato a fase cubista do pintor e desenhista espanhol Pablo Picasso. Embora não saibamos a autoria do desenho, podemos interpretá-lo como a imagem de uma mulher aos prantos, com o filho nos braços remetendo a cena de Maria segurando o corpo de Jesus sem vida, eternizado na escultura de Michelangelo, Pietá. Esse desenho é o retrato comum dos moradores de certas partes do Nordeste, principalmente aquelas assoladas pela fome e pela seca, em que mulheres veem seus filhos desfalecidos ou mortos pelas condições de vida que lhes foram impostas.

O título: “Nordeste: de importador a exportador de escravos” nos remete ao período colonial, quando o sistema escravocrata estava em vigor em nosso país, e que milhares de africanos, de diversos países, vieram em condições de escravos, submissos aos desmandos de seus senhores. Mesmo conquistando sua liberdade, muito mais formal do que efetiva, não foram indenizados ou reparados de alguma forma, tendo que se submeter a péssimas condições de trabalho, ou vivendo na marginalidade. Essa população empobrecida e explorada migrou para diversos estados do país, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, como também para os estados da região Norte que compõem o chamado ciclo da borracha, permanecendo em condições precárias de trabalho, análogas à escravidão.

Figura 2 -40 mil trabalhadores em greve no Nordeste⁶⁵

Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).

A Figura 2 descreve como os camponeses brasileiros, apesar das péssimas condições de vida, continuavam resistindo e lutando. Na ocasião, oito mil trabalhadores agrícolas do Engenho de Santa Terezinha, em Água Preta,

⁶⁵ FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES. 40.000 trabalhadores em greve no Nordeste. *Acervo Exílio*. Instituto Miguel Arraes: abril de 1971. Identificação: FBI_CHI_19710400_00_002.jpg, p. 2.

Pernambuco, em 1971, decretaram greve por questões salariais. O *Front* informou que a reivindicação repercutiu na imprensa nacional, apesar de toda a censura imposta no período. A reportagem enfatizava o “potencial revolucionário” da massa campesina nordestina e sua capacidade de mobilização. O texto ainda relata várias ações organizadas pelos trabalhadores nas cidades de São Bento do Una, Garanhuns e Cupira, no Estado de Pernambuco e em Parambú, no Ceará. A greve dos trabalhadores da Usina Santa Terezinha tem uma importância simbólica, pois, foi a primeira paralização depois do movimento de Osasco, em São Paulo, em 1968. Sua importância se deve não somente pelo expressivo número de trabalhadores, que chegou a alcançar trinta mil pessoas, mas também pela capacidade de organização desses trabalhadores rurais.

2.3 A EXPERIÊNCIA DO EXÍLIO PARA OS BRASILEIROS NO CONTEXTO DA DITADURA

Segundo Edward Said, a moderna cultura ocidental é, em larga medida, obra de exilados, emigrantes e refugiados. O fenômeno do exílio é um dos resultados da ação dos governos totalitários, sendo um tema complexo, tanto do ponto de vista estético quanto do ponto de vista humanista. Entendemos que “o exílio, ao contrário do nacionalismo, é fundamentalmente um estado de ser descontínuo. A necessidade do exilado de reconstruir uma identidade a partir de refrações e descontinuidades⁶⁶”. O exílio é tratado na religião, na literatura, na história, e considerado uma punição dentro do contexto da política contemporânea. Contudo, é necessário fazer uma distinção entre os exilados e as outras formas de expurgos sociais:

Embora seja verdade que toda pessoa impedida de voltar para casa é um exilado, é possível fazer algumas distinções entre exilados, refugiados, expatriados e emigrados. O exílio tem origem na velha prática do banimento. Uma vez banido, o exilado leva uma vida anômala e infeliz, com o estigma e o forasteiro. Por outro lado, os refugiados são uma criação do Estado do Século XX. A palavra refugiado tornou-se política: ela sugere grandes rebanhos de gente inocente e desnorteada que precise de ajuda internacional urgente, ao passo que o termo “exilado”, creio eu, traz consigo um toque de solidão e espiritualidade⁶⁷.

⁶⁶ SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In: SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 50.

⁶⁷ Ibidem, p. 60.

Essas duas definições, exilado e banido, são fundamentais para entendermos os sentimentos das pessoas exiladas, o estigma de ser expulso de sua terra natal, o sentimento de não pertencer aquele local, a restrição de convívio com seus familiares e amigos, entre outros fatores sociais que ocasionam o sentimento de solidão e abandono.

Para que exista um exilado é necessário que um país receba essa pessoa que está sendo perseguida politicamente, e que sua vida ou liberdade seja violada caso permaneça em seu país. Por isso:

O asilo diplomático consiste no acolhimento de perseguidos políticos em instalações de missões diplomáticas estrangeiras. O Estado de acolhida do perseguido político exige que o Estado Acreditado (que é o Estado que recebe as missões diplomáticas em seu território) conceda o chamado “salvo conduto” para assegurar a saída segura do perseguido político do seu território de origem. O Estado Acreditado é então obrigado a conceder o salvo conduto aos perseguidos políticos abrigados nas missões diplomáticas estrangeiras em seu território⁶⁸.

Foram muitos os pedidos de asilo diplomático nas embaixadas no Brasil. Contudo, nem sempre é simples especificar a situação de um exilado, asilado, refugiado ou migrante. O exilado é o termo genérico utilizado na literatura e que não possui correspondência jurídica, portanto a legislação considera a existência de dois tipos de asilo político: o territorial e o diplomático. Na documentação produzida pelo Itamaraty, que apresentaremos no próximo capítulo, raramente essas nomenclaturas são utilizadas, quase sempre os indivíduos citados são chamados de terroristas, marginados e subversivos.

O asilado territorial está “fugindo” de possíveis punições e perseguições decorrentes de crime de natureza política cometidos no país de origem. Já o asilo diplomático ou extraterritorial, instituto criado na América Latina, no século XIX, e apenas praticado regularmente nessa região, é uma forma provisória do asilo territorial. O asilo diplomático ocorre quando um indivíduo busca proteção em Embaixadas, Consulados, navios de guerra ou aviões militares no próprio estado onde é perseguido, pois são zonas consideradas imunes à jurisdição local. O asilo diplomático é sempre temporário e o indivíduo asilado necessita de um salvo conduto para deixar, com segurança, o país onde se encontra e dirigir-se a um estado que aceite recebê-lo⁶⁹.

⁶⁸ SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). *Tese de doutorado*. UFRJ. Rio de Janeiro: 2013, p. 251.

⁶⁹ GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2019, p. 76.

Após entendermos sobre o exílio e sobre as formas de se conseguir asilo, discutiremos sobre a narrativa dos exilados. Para isso, utilizamos como base a obra *O Drama Barroco dos exilados do Nordeste*⁷⁰ que é uma importante referência para este trabalho, pois traz uma contextualização de alguns nordestinos que foram exilados e traça um panorama político de cada país para onde esses brasileiros foram enviados. O livro apresenta uma construção retrospectiva dos acontecimentos através do processo de rememoração e das histórias de vida. Através das entrevistas, a autora reconstruiu a trajetória de exilados saídos do Nordeste sob uma ótica particular e individualizada, abordando como esses indivíduos lidaram com a perda da identidade política e como reestruturaram suas vidas, inclusive, permanecendo na militância política, fora do país.

A autora explica como a condição de exilado foi múltipla e gerou diferentes situações de acordo com as circunstâncias particulares. Demonstrando ainda, que mesmo do exílio, muitos indivíduos passaram a trabalhar em favor da redemocratização do Brasil, principalmente atuando nos comitês da Anistia Internacional, e na produção de uma literatura diversa sobre o assunto.

Entre 1964 a 1979 o exílio atingiu milhares de brasileiros. Dentro desse público, estão representantes da classe média escolarizada e politizada atuante nos movimentos sociais; sindicalistas, operários, militares, políticos, jornalistas, intelectuais, entre outros trabalhadores e também pessoas que foram para o exílio na condições de parentes que acompanhavam os indivíduos que eram “alvo” do governo. Cortez descreve como foi o processo de adaptação e como, a partir da vivência da luta por direitos, puderam construir movimentos de resistência fora do país. Ela ainda discute a trajetória política e como apreenderam a construção da memória desse período. Embora represente certa amplitude, o exílio discutido é restrito, nesse sentido, aos brasileiros pressionados a sair do país, os banidos, os que fugiram, os que se encontravam no exterior e os que foram impedidos de retornar.

Ao tratar da representação da prática política no período da ditadura militar através da memória dos exilados nordestinos, busca-se refletir como esses indivíduos “apreendem” e estruturam um discurso que o leva à defesa de

⁷⁰ CORTEZ, LuciliGrangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

uma utopia e ao enfrentamento de uma realidade adversa adotando variadas práticas políticas⁷¹.

Através desse trabalho, entendemos que os exilados compreendem, constroem ou ignoram as memórias que ao mesmo tempo podem beneficiar ou prejudicar a sua autoimagem. O que eles fazem questão de lembrar, em seus depoimentos, e o que preferem não comentar, fazem parte dessa construção. A questão da identidade política no exílio também é um dos temas fundamentais para analisarmos a especificidade dos discursos e da prática política adotada pelos exilados de diferentes tendências ideológicas e suas estruturas de pensamento.

Um dos textos mais influentes para a nossa pesquisa, é a obra *Exílio: entre raízes e radares*⁷². Segundo a autora, Denise Rollemberg, não se sabe com exatidão o número de brasileiros que foram exilados. As suposições apontam entre dez mil e quinze mil pessoas. Esse livro propõe uma periodização do exílio brasileiro. Uma primeira fase compreende de 1964 até 1973, aonde as cidades de Montevideu e Santiago são apontadas como os dois polos de concentração das esquerdas asiladas. A partir de 1973, com a deposição do presidente chileno Salvador Allende, e o golpe militar que coloca o general Augusto José Ramón Pinochet Ugarte na presidência do Chile, começou uma segunda fase, aonde a maioria dos exilados partiu para a Europa com perspectivas políticas bem diferentes da fase anterior.

Nos dois primeiros anos de regime militar, os exilados acompanhavam com grande interesse o que se passava no país, mantendo a expectativa quanto à possibilidade de reversão da conjuntura. Para muitos da geração 1964, o golpe assemelhava-se a um rearranjo de elites políticas e o exílio a um breve intervalo, de onde se observariam os desdobramentos do episódio. No entanto, depois de 1965, já começava a ficar claro que o rápido retorno, não era tão evidente. [...] A geração de 1968, em geral, também avaliou que o exílio não se prolongaria. [...] O tipo de militância foi mudando, em um processo de crescente valorização da defesa dos direitos humanos. [...] A revolução em evidência na primeira fase, aos poucos, cedeu lugar à temática da democracia. Paris tornou-se a capital do exílio da segunda fase⁷³.

Nos anos 1970, os exilados, a partir de seus relatos, demonstraram se tratar de um período de descontentamento e cansaço. Aonde a possibilidade de volta ao Brasil, redefinida pela Lei da Anistia, ocorreria de modo muito diferente do que eles

⁷¹CORTEZ, LuciliGrangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

⁷² CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁷³ CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 55.

havam pensado anteriormente. Nesse momento, as ditaduras eram estabelecidas em outros países da América Latina e a possibilidade de resistência era cada vez mais remota. Isso contribuiu para que as mobilizações de denúncias e a defesa dos direitos humanos no âmbito internacional crescessem amplamente.

A passagem para a terceira fase não foi marcada por um evento, e, portanto, não há um ano preciso, mas por um processo de desgaste na fase anterior, resultado de uma adaptação social limitada ou, profissionalmente, muito abaixo das aspirações dos exilados, em sua maioria de classe média. [...] A busca de outros países de exílio não se deu mais no quadro de fugas e constrangimentos, como ocorrera anteriormente, mas como uma opção dentro de uma margem de escolhas possíveis, se não muito ampla, ao menos existente. Assim, a terceira fase pode ser entendida como de migrações⁷⁴.

A terceira fase, como foi descrita acima, é caracterizada pela migração de muitos exilados para o continente africano, que seria uma das poucas localidades que ainda aceitava exilados brasileiros, pois emergiam vitórias em lutas de libertação nacional e, justamente, compreendem ao período em que muitos exilados decidiram por não retornar ao Brasil após a anistia em 1979⁷⁵.

De acordo com Cruz, prevaleceu para as esquerdas exiladas, uma perspectiva de que o povo brasileiro estava sendo vítima de um governo opressor e manipulador e que existia o dever de informar a essa população, através da imprensa publicada no exílio e nos diversos eventos promovidos pelos exilados. Era preciso “desmascarar” a ditadura e mostrar o que estava acontecendo na “realidade⁷⁶”. Em seus escritos, a maioria dos exilados enxergava o *povo* brasileiro como vítima e se colocava num lugar de “esclarecedores da verdade”. No entanto, ignoravam o apoio que parte da sociedade civil deu aos militares. Havia uma recusa em aceitar o acordo, a cumplicidade ou a omissão. Segundo Cruz, a distância espacial permitiu certa idealização da visão política sobre aquele momento e muitos deles, ao voltarem ao país, perceberam estar diante de uma visão um tanto “desfocada” da realidade. Através dos registros percebemos que o exílio representou uma metamorfose, pois a princípio foi pensado como breve, mas configurou-se num período longo, tanto no sentido cronológico, como no sentido emocional dos exilados. Organizações e partidos políticos reformistas e revolucionários

⁷⁴ Ibidem, p. 58.

⁷⁵ CRUZ, Denise Rollemberg. Memórias no exílio, memórias do exílio. FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs.). *As Esquerdas no Brasil*. Revolução e democracia (1964...). Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁷⁶ CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

transformaram-se ou mesmo se dissolveram. A militância adquiriu outros significados⁷⁷.

Para Cruz a primeira geração de exilados era composta de indivíduos que se identificavam com o projeto das reformas de base, e estavam ligados a sindicatos e a partidos políticos, como o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e o Partido Comunista Brasileiro - PCB. Quando partiram para o exílio, já eram em sua maioria, pessoas maduras e estabelecidas profissionalmente. Segundo a autora, a delimitação de diferentes gerações de exilados nos ajuda a traçar semelhanças e diferenças imprescindíveis para compreendermos o exílio em suas diversas fases. Nesse sentido, Miguel Arraes é citado, tanto por Cortez, quanto por Cruz, como um dos poucos políticos que conseguiu transitar entre as diferentes gerações de exilados que atuavam no exterior.

A proibição de retornar ao seu país de nascimento, reverberou em diferentes trajetórias vividas pelos exilados.

[...] uma experiência heterogênea, vivida em função de uma série de variáveis [...], inclusive de traços de personalidade de cada um. Assim, houve quem suportasse situações adversas, as mesmas nas quais outras sucumbiram e vice-versa. E mesmo há quem foi capaz de lutar, bravamente, pela vida em momento de perigo e, passada a ameaça, entraram em processo de autodestruição. Ou seja, as trajetórias no exílio variaram não só de pessoa para pessoa, mas também na mesma pessoa, segundo razões explicadas, muitas vezes, pelas circunstâncias históricas, mas que vão muito além destas, dizem respeito a um mundo subjetivo que só a História não dá conta⁷⁸.

O exílio pode refletir uma diversidade infinita de experiências, pode ser o fim, ou talvez um recomeço. Várias questões devem ser observadas; se a permanência foi num só país, ou em vários; qual foi o país de destino; qual a profissão e grau de instrução do exilado; se possuía domínio do idioma; se a militância política continuou ou não; se era membro de algum partido ou organização política no período; se recebeu apoio direto da organização à qual pertencia, o tempo que ficou exilado, se o exílio foi decisão ou imposição, entre outros fatores que podem interferir na sua experiência. Além de todos esses questionamentos, há o elemento da subjetividade, apontando que o exílio é vivenciado de acordo com as características e a personalidade de cada indivíduo.

⁷⁷ CRUZ, Denise Rollemberg. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no exílio. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 277-296.

⁷⁸ Ibidem, p. 279-280.

O exílio também significou o desenraizamento das referências que davam identidade política e pessoal às gerações de 1964 e 1968. Refletiu, para muitos exilados, a derrota de um projeto político, o constrangimento, o estranhamento, a perda do convívio com a língua materna, o afastamento dos familiares, a separação dos cônjuges, a interrupção de carreiras, o abandono de empregos, a ruptura física e psicológica e a desestruturação emocional⁷⁹. O exílio pode ser interpretado como um lugar de dor, mas também como lugar de transgressão, de inovação, de resistência e de luta. Como é o caso dos exilados que atuaram diretamente na construção da *Frente Brasileira de Informações*. Além disso, veremos, como, diferentemente da maioria dos casos, essas pessoas foram inseridas profissionalmente e politicamente.

Segundo Cruz, as lutas de resistência e de oposição que aconteciam no Brasil não foram apoiadas, em sua maioria, pela população, principalmente pela classe média, que muitas vezes associou os resultados econômicos mais imediatos à administração militar. A luta pelo fim da ditadura não foi uma luta nacional, com ampla participação popular, ela ficou restrita a grupos particulares. Para a autora, o exílio foi antes de tudo, lugar de transformação, decepção, mas também de retomada de sonhos e projetos políticos⁸⁰.

Refletir sobre o exílio é reconhecer a trajetória política de indivíduos que mesmo sendo expulsos de seu país de origem, lutaram para construir um projeto revolucionário e nele apostaram suas vidas. Não há tantos estudos com referência para analisarmos o exílio brasileiro de 1964-1979. Em seus estudos, Cruz⁸¹ propõe contar o exílio a partir dos relatos de vida e da produção escrita e não escrita que os exilados deixaram. Para a autora, o exílio dos anos 1960 e 1970 foi uma tentativa de afastar ou de eliminar o pensamento revolucionário que contestava a ordem política e econômica imposta pela ditadura. O slogan do Governo Médici é emblemático nesse sentido, “Brasil: Ame-o ou Deixe-o”, expõe de maneira impositiva que não se devia questionar as decisões do governo, caso contrário, seria melhor deixar o país.

O exílio cumpriu para a ditadura o mesmo papel das prisões, isolando ou afastando indivíduos, grupos ou vanguardas sociais dos seus locais de luta. Essa ação buscava impor a derrota de um projeto político e pessoal. Esses indivíduos

⁷⁹ CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 290.

⁸⁰ Ibidem, p. 292.

⁸¹ Ibidem.

exilados tiveram que passar por várias vicissitudes, dubiedades, desenraizamentos e recomeços, além de sentimentos controversos e conflitantes de desistência e resiliência. No entanto, o principal objetivo do exílio na ditadura, que era calar aquelas vozes, não foi cumprido, pois muitas vozes no exílio continuaram ecoando e resistindo.

Para Cruz, o exílio não foi uma experiência homogênea, por diversos motivos já citados, e essa diversidade de fatores influenciou nas experiências individuais, como a questão da militância ou o fato de pertencer a alguma organização. A direita política instaurou ditaduras por vários países da América Latina forçando também o deslocamento de exilados brasileiros que haviam migrado para esses países. Os poucos que conseguiram ficar na América Latina formaram associações mobilizando campanhas de denúncia aos crimes da ditadura. Nesse momento, a França, mas especificamente Paris, Portugal e alguns países africanos tornaram-se as melhores opções.

O exílio no Brasil não representou um fenômeno de massas. Atingiu determinados segmentos da sociedade que migraram para outros países. As esquerdas brasileiras tiveram muita dificuldade em pensar e aceitar a possibilidade do exílio⁸². Embora a resistência tenha sido um fenômeno comum às duas gerações, muitos militantes não aceitaram o exílio. A atividade profissional teve um peso fundamental na maneira como a experiência foi vivida, uma vez que a inserção e a adaptação social estiveram diretamente ligadas ao tipo de trabalho exercido⁸³.

Para alguns exilados, portas foram abertas em instituições de pesquisa e na própria Organização das Nações Unidas – ONU, através de projetos específicos aonde conseguiram retomar suas carreiras acadêmicas e profissionais. Contudo, o mesmo não aconteceu aos exilados na Europa, aonde raramente trabalharam de acordo com a sua qualificação, passando a exercer atividades braçais.

A volta dos exilados também não significou o fim do exílio. Essa experiência deixou marcas profundas a esses indivíduos, deixando sérias consequências, como casos de depressão e suicídio, dificuldade de adaptação, sentimento de estranhamento e o choque da chegada ao encarar uma realidade que não era mais a idealizada. “Não tínhamos, nem de longe, a percepção da magnitude de nossa

⁸² CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 62-67.

⁸³ *Ibidem*, p. 162.

derrota e do que significava para toda a América Latina” diz José Maria Rabelo⁸⁴ ao encarar a volta ao país.

Muitos exilados enfrentaram dificuldades de se adaptar no exterior, pois nem sempre contavam com ajuda do governo local para que pudessem reestruturar suas vidas. Os títulos acadêmicos ou a falta deles, a pouca oferta de empregos locais, o choque cultural, a xenofobia, foram alguns dos problemas relatados. Segundo Cortez, a inferioridade da posição social da mulher na Argélia foi um dos problemas enfrentados pelas brasileiras exiladas neste país⁸⁵.

O exílio proporcionou uma realidade estranha, desconhecida e muitas vezes hostil, diante de uma sensação de desenraizamento, de ruptura com o passado e com sua própria história. Não havia inicialmente um projeto definido e muitas vezes se viram numa situação clandestina e com a vida ameaçada. Não era uma adaptação rápida e fácil, pois existiam profundos desajustamentos pessoais e familiares, e ainda havia a frustração por não estar exercendo suas profissões ou atuando na vida pública. Muitos chegaram a buscar assistência psicológica e psiquiátrica e permaneceram, segundo Rabelo, obsessivamente ligados ao Brasil na expectativa de poder retornar a qualquer momento, o que dificultava a sua integração nessa nova realidade.

Sob esse estado de espírito, transformavam-se em vítimas de dupla alienação: com relação ao país que os acolhia, e que rejeitavam, e ao outro, de que não se afastavam, mas do qual, de fato, estavam separados. Na verdade, não se sentiam nem em um, nem em outro. Em muitos casos, o ministro continuava ministro, o deputado continuava deputado, embora fossem apenas simples cidadãos na planície do exílio⁸⁶.

O exílio deve ser compreendido como uma experiência que é ao mesmo tempo coletiva e individual, pois abrangeu indivíduos e grupos políticos diversos. Houve certa heterogeneidade quanto às atividades exercidas no exílio, devido as condições de sobrevivência num país até então desconhecido e a diversidade de lugares e de experiências políticas. Nesse sentido, a questão da subjetividade pode ser um elemento essencial para a compreensão desse momento histórico,

⁸⁴ RABELO, José Maria; RABELO, Thereza. *Diáspora: Os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

⁸⁵ CORTEZ, LuciliGrangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

⁸⁶ RABELO, José Maria; RABELO, Thereza. *Diáspora: Os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001, p. 17.

principalmente por nos ajudar a entender como o exílio atuou nas transformações das esquerdas brasileiras.

A opção por países que estavam lutando por sua independência ou que estavam se reorganizando, era uma forma dos exilados manterem vivos seus ideais políticos e sua militância. Argentina, Uruguai e Chile, foram, num primeiro momento, as principais preferências. Poucos foram pra Cuba, exemplo da vitória socialista, e outros foram para os continentes africano e europeu. De acordo com Cortez, os exilados do Nordeste, destituídos de seus postos na estrutura de poder brasileiro enfrentaram situações totalmente novas diante do padrão social e do tipo de vida estável a que estavam acostumados.

Segundo a autora, muitos exilados participaram das lutas pela libertação e reconstrução de países africanos. Uns ocuparam postos estratégicos nesses países, envolvendo-se com a reorganização do sistema educacional e administrativo, outros aproveitaram esses espaços para denunciar os fatos que ocorriam no Brasil, e outros se ocuparam na defesa e na segurança dos recém-refugiados. Esses três casos se enquadram nas atividades desenvolvidas por Miguel Arraes em seu exílio na Argélia.

As partidas para o exílio ocorreram de forma legal, clandestina e/ou oficial. Passaportes foram expedidos pela polícia federal justificando a viagem para turismo ou para a realização de cursos acadêmicos. As partidas também ocorreram por meio da intervenção de embaixadas estrangeiras que mediarão as viagens ou pelo Estatuto do Banimento. Também existiram partidas clandestinas com documentos falsos, que eram geralmente por fronteiras terrestres. Assim, deveria deixar o país quem comprovadamente fosse inconveniente, nocivo ou perigoso à “segurança nacional⁸⁷”.

Outro critério de classificação da estada no exterior considera o estatuto daqueles que se deslocavam – exilado, refugiado e migrante. Conforme já observado, o exilado é uma categoria geral de caráter político para denominar aqueles que foram impossibilitados de retornar à pátria. Já o refugiado possui conotação burocrática e o migrante se caracteriza por suas motivações econômicas. Contudo, os militantes transitaram por estas diferentes categorias, de acordo com a adaptação ao país receptor⁸⁸.

⁸⁷ BARCELOS, Thatiana Amaral de. A imprensa no PCB editada no exílio: Informação, Identidade e Militância. *Dissertação de Mestrado em História Social*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2013, p. 10.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 19.

Por vezes, os exilados recorreram a órgãos internacionais como a Anistia Internacional, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) e Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Em alguns casos, chegaram ao exterior na condição de apátridas, sem portar seus documentos oficiais.

O exílio brasileiro caracterizou-se pela diversidade das formas de permanência. Para muitos exilados, o retorno era inviabilizado pela ameaça de prisão e de sofrer qualquer algum tipo de violência. Nesse sentido, três momentos marcam a permanência forçada em terras estrangeiras: o estranhamento, a adaptação e a aculturação. De acordo com Cruz,⁸⁹ se o exílio da geração de 1964 era um projeto coletivo que frequentemente envolvia toda a família, inclusive, as mulheres que partiam para acompanhar seus maridos, em contrapartida, para a geração, de 1968, ele se configurou como um projeto individual.

Com o golpe no Chile, a Europa passou a ser uma opção de refúgio. Após momentos de angústia nas embaixadas estrangeiras alguns brasileiros receberam o salvo-conduto que possibilitava sua saída do país. França, Suécia e Suíça foram os primeiros países a recebê-los⁹⁰. Nesse contexto, os exilados tiveram que enfrentar vários problemas, como: moradia, dinheiro para as despesas, adaptação a culinária local, autorizações para trabalharem e estudarem nesses países, a dificuldade em obter bolsas acadêmicas, aprender o idioma, a desvalorização profissional, pois, na maioria das vezes não podiam exercer as profissões aos quais eram diplomados no Brasil e assim tinham que aceitar trabalhos que não exigiam qualificação, entre outras adversidades.

A última fase do exílio não possui uma datação cronológica como nos outros períodos, mas é caracterizada pela adaptação ao país de acolha e pelas migrações em busca de melhores condições de vida⁹¹. Houve também uma desestruturação das organizações políticas de esquerda aonde muitos exilados perderam seus vínculos políticos que mantinham no Brasil. Naquele momento, o apoio de um partido com fortes vínculos internacionais representava um engajamento político ao exilado além de expandir sua rede de sociabilidade.

⁸⁹ CRUZ. Denise Rollemberg. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁹⁰ Ibidem, p. 22.

⁹¹ Ibidem, p. 23.

2.3.1 A imprensa no exílio

A partir de 1973, quando pareceram esgotadas as possibilidades de enfrentamento direto à ditadura, o exílio foi sendo redefinido enquanto espaço de luta. Percebemos as transformações, por exemplo, na imprensa publicada pelos exilados. Nessas publicações falavam-se principalmente da situação política do Brasil, da economia, das desigualdades sociais, das denúncias das arbitrariedades, do contexto latino americano e da própria relação da sociedade com a ditadura⁹².

A imprensa cria condições necessárias ao desenvolvimento de um campo intelectual, cujos integrantes vão participar diretamente das instituições e dos grupos que irão exercer a própria dominação [...] a vida intelectual passa a ser dominada pela grande imprensa que se constituiu na principal instância de produção cultural, fornecendo a maioria das posições intelectuais.

Além disso, é necessário considerar as práticas além de um simples fazer técnico. As práticas são produzidas a partir de percepções do mundo social, não sendo discursos neutros. As práticas dominantes no mundo do jornalismo em cada época são aquelas que foram impostas a outros, a partir de um signo de autoridade.

O que os jornais pretendem é não apenas atuar no campo político, lugar onde se geram problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos entre os quais os consumidores devem escolher, mas, sobretudo, conseguir a mobilização cada vez maior do público. Quanto maior a sua audiência maior o seu poder de divulgação e a possibilidade de conquistar mais poder.

Considerando que as relações de comunicação dependem do que foi acumulado material ou simbolicamente pelos agentes envolvidos, é preciso ainda perceber que está em jogo não somente a participação efetiva no campo político, mas o uso de uma categoria particular de sinais e deste modo da visão e do sentido do mundo social⁹³.

A imprensa foi um meio, entre outros, de reconstituir a experiência político-cultural dos exilados. Assim como a atividade dos exilados atingiu polos extremos, a imprensa também não foi homogênea. Havia publicações que estavam a serviço de determinados partidos, outras que divulgavam a produção artística e cultural e outras que se colocavam como instrumento de combate e denúncia à ditadura. Nesse contexto, é importante compreender que as ditaduras são construções sociais, e só se sustentam porque seus valores, referências e suas culturas políticas estão difusas na sociedade⁹⁴.

Coadunamos com o pensamento de Cruz ao se referir ao *Front* como um instrumento de confronto à ditadura, pois o impresso dedicou-se a escrever sobre a

⁹² CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 191.

⁹³ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 141.

⁹⁴ *Ibidem*.

repressão política e discutiu amplamente as medidas econômicas implantadas internamente, em contraponto à imagem de um Brasil em crescimento, próspero, alegre, campeão de futebol, capaz de construir obras faraônicas, promovida externamente pelo governo ditatorial. Essa imagem que tentavam construir através da propaganda veiculada em meios de comunicação nacionais e internacionais, ocultavam o cenário de pobreza, violência, arbitrariedade, impunidade, tortura, descaso político e de corrupção que o país atravessava.

As publicações no exílio traziam, em sua maioria, uma visão equivocada e simplista de parte sociedade brasileira, colocando-a como vítima e tomando para si o dever de esclarecer esta realidade para essas pessoas que estavam sendo enganadas. Havia uma expectativa de que quando a *verdade* viesse à tona, a ditadura seria desmascarada e desmantelada com apoio popular. O próprio *Front* partilhava dessa idealização superdimensionado o peso das campanhas de denúncia e pela anistia, no Brasil e no exterior⁹⁵.

No caso do *Front*, a leitura de um boletim editado de forma artesanal por grupos de exilados de diferentes orientações políticas, a leitura individualizada destes exemplares, os idiomas utilizados para aproximar os leitores e o apoio de instituições internacionais foi determinante para garantir a perenidade e qualidade das publicações, o que não aconteceu com a maioria das publicações⁹⁶.

A materialização de um impresso no exílio exigia a mobilização de determinadas práticas: organização dos colaboradores, captação de recursos, produção de textos, edição, distribuição, coleta de informações e notícias vindas do Brasil, comunicação com as diversas organizações de esquerda naquele período, tradução dos textos, entre outras ações. A seleção desses elementos que faziam parte da narrativa também incorporava as perspectivas ideológicas daqueles que os produziam. Além disso, a leitura desse material por um determinado público sugere a produção de novas representações e por consequência a produção de novas práticas.

A imprensa no exílio é uma imprensa diversa, de caráter militante, onde cada veículo exercia sua crítica de acordo com os objetivos propostos por sua

⁹⁵ Ibidem, p. 204.

⁹⁶ BARCELOS, Thatiana Amaral de. A imprensa no PCB editada no exílio: Informação, Identidade e Militância. *Dissertação de Mestrado em História Social*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2013.

organização mantenedora. Mesmo no exílio, coexistiam modelos de escrita diferentes. O que era comum a todas as publicações produzidas por exilados era o exercício de oposição à ditadura, pois a maioria era feita por organizações políticas e grupos cujo exílio foi resultado da atuação contestatória no Brasil. É a censura que vai levar esses grupos a buscarem um espaço de atuação, por isso os periódicos editados no exílio faziam parte da categoria de imprensa alternativa. Nesse sentido:

[...] a importância dessa imprensa está na manutenção do grupo. Através dela, os exilados podiam se expressar mantendo aceso o espírito de oposição. Talvez a grande quantidade de publicações seja proporcional à vontade e à necessidade de recusar o silêncio e, talvez, um indício da dispersão e da diversidade de posições⁹⁷.

Por isso, acreditamos que esses impressos tinham sua razão de existir na prática de resistência do contexto do exílio. Desta forma, com a aprovação da Lei da Anistia e o retorno de parte dos exilados, muitos destes periódicos foram extintos. Assim como os projetos políticos aos quais estavam inseridos foram reformulados para atenderem a uma nova realidade. Mais do que informar, a imprensa no exílio pretendia reorganizar os grupos militantes em terras estrangeiras, através da coesão e do reforço da identidade política. A experiência de ruptura provocada pelo exílio é reelaborada pela continuidade do exercício da atividade política através da produção desses escritos.

2.4 DO PALÁCIO AO EXÍLIO

Tenho duas mãos e o sentimento do mundo.
Carlos Drummond de Andrade⁹⁸

É com essa frase, que Miguel Arraes de Alencar, natural do Araripe, Ceará, eleito para o cargo de governador do estado de Pernambuco, encerrou o seu discurso de posse. Esse trecho do poema icônico de Carlos Drummond de Andrade demonstra o desejo desse nordestino pela transformação, pois como o movimento modernista tinha pretensões de romper com a tradição clássica e eurocêntrica das artes, nosso personagem alimentava as mesmas ambições no campo da política,

⁹⁷ Ibidem, p. 202.

⁹⁸ ANDRADE, Carlos Drummond. *Sentimento do mundo*. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 154-155.

através de sua atuação profissional. Essa frase ficou marcada em textos, entrevistas, apresentações, e por toda sua vida pública.

Miguel Arraes de Alencar é um dos personagens políticos cuja trajetória é permanentemente revisitada. Nos aniversários de nascimento e de morte, nos lançamentos de livros, na Fundação João Mangabeira, e através do Instituto Miguel Arraes – IMA, que detém todo o seu acervo pessoal e oficial⁹⁹. Enquanto político e intelectual é importante conhecermos toda sua trajetória até chegar no *Frente Brasileira de Informações*, porque ele foi o principal idealizador e fundador desse boletim de notícias e denúncias que movimentou vários exilados com o objetivo de trazer informações sobre o Brasil durante a ditadura. Miguel Arraes marcou a história da política, não só no estado de Pernambuco, onde foi governador por três mandatos, mas também como sua liderança, sendo uma referência nacional e tornando-se ainda, internacional, por sua atuação no exílio.

Arraes nasceu no município de Araripe, estado do Ceará, cidade que faz divisa com Pernambuco e Piauí, no dia 15 de dezembro de 1916. Era o único filho homem da família que contava com seis filhas. Seu pai, José Almino Alencar e Silva, era agricultor, pecuarista e chegou a montar um matadouro industrial e uma fábrica de beneficiamento de algodão. Segundo sua biógrafa, Tereza Rozowykwiat, desde criança Arraes já demonstrava características de sua personalidade, como a seriedade e a firmeza. Coursou o primário numa escola estadual do Araripe e o secundário no Colégio Diocesano do Crato. Chegou a passar no vestibular para ingressar na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Foi aprovado, mas não conseguiu se manter na cidade e assim, transferiu o curso para a Faculdade de Direito do Recife. A política já estava presente em sua família. Seu tio, Alexandre Alencar, foi prefeito da cidade do Crato, assim como seu primo, José Alencar, que foi prefeito de Araripe. Arraes prestou concurso público para escriturário promovido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em Pernambuco. Diplomado, foi ascendendo de posto no IAA, chegando a ser delegado em 1943. Cinco anos depois, em 1948, foi convidado pelo governador eleito de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho, para ser secretário da

⁹⁹ Para mais informações: <<http://institutomiguelarraes.com.br/>>. Acesso em: 20/05/2019.

fazenda, cargo que exerceu até o ano de 1950, quando concorreu e foi eleito Deputado Estadual pelo Partido Social Democrata (PSD)¹⁰⁰.

Arraes foi casado com Célia de Souza Leão, irmã da mulher do ex-governador Cid Sampaio, seu aliado, e depois, adversário. Com ela, teve oito filhos e ficou viúvo quando ocupava a Prefeitura do Recife. Conheceu sua segunda mulher, Magdalena Fiúza, que estudava na Sorbonne, em Paris, através de sua irmã Violeta Arraes Gervasieu, que lá residia. Os dois se casaram no Rio de Janeiro e ela foi sua companheira por toda a vida; juntos tiveram dois filhos¹⁰¹.

Após o término do primeiro mandato como deputado estadual, Arraes candidatou-se à reeleição dentro de uma experiência de alianças entre tendências políticas comunistas, socialistas, trabalhistas e sociais. Barbosa Lima Sobrinho e Arraes defendiam essa aliança entre as forças de esquerda, ainda que plural, complexa, e, às vezes, até divergente¹⁰².

Em 1954 Arraes conquistou um segundo mandato, dessa vez pelo Partido Social Trabalhista (PST) e entrou em choque aberto com o novo governador, general Cordeiro de Farias, declarado anticomunista. Este havia sido eleito com o apoio dos coronéis do Sertão e do Agreste. Formou-se então, um amplo movimento de oposição ao governo, assentado nos setores urbanos, operários, classe média e burguesia industrial¹⁰³.

Cid Sampaio, em 1958, encabeçou uma coligação de forças oposicionistas para a eleição do governo. Arraes comandou a campanha no interior do estado, mas não se elegeu. Com a vitória de Cid Sampaio, Arraes assumiu novamente a pasta da secretaria da fazenda estadual, em 1959. Porém, no ano seguinte, lançou-se candidato a prefeito pelo Partido Social Trabalhista com apoio da Frente do Recife. Segundo Teixeira¹⁰⁴ o início da carreira política de Arraes está diretamente ligado ao destaque que obteve no campo político. A Frente do Recife, formada pelo PCB e o PST, enfrentou o anticomunismo de amplos setores da sociedade pernambucana. O arcebispo de Olinda e Recife Antônio de Almeida Moraes Júnior promoveu uma

¹⁰⁰ ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 27.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 25.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ COSTA, Evaldo. Cartas de Agosto – O adeus a Miguel Arraes em sites, jornais e revistas. In: COSTA, Edvaldo (Org.). *Coletânea de artigos*. Fundação João Mangabeira: Brasília, DF, 2007, p. 24.

¹⁰⁴ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes. Imagens do povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

campanha nas igrejas das duas cidades contra o candidato a prefeito, o engenheiro e professor da Universidade do Recife, que a partir de 1965 mudaria para Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pelópidas Silveira, que fazia parte também do PSB.

A Frente tornou-se nacionalmente conhecida como representante das esquerdas locais. As campanhas eleitorais que se seguiram em 1959 para a Prefeitura do Recife, em 1962 para o Governo do Estado e novamente para a Prefeitura em 1963 foram apontadas por alguns autores como decisivas para consolidar a imagem da hegemonia das esquerdas no estado, principalmente nas cidades da Região Metropolitana, como Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes.

[...] consolida a Frente Popular que congregará, inicialmente, o Partido Comunista, o Partido Socialista e o que se convencionou de chamar de esquerda democrática. Contudo, será na primeira eleição direta para prefeito do Recife que a Frente Popular ampliará seu leque de alianças e se apresentará na campanha com a expressão Frente do Recife¹⁰⁵.

Embora a Imprensa, a Igreja Católica e outras instituições reforçassem em seus discursos e mobilizações suas posições anticomunistas, em 1955, Pelópidas Silveira venceu as eleições com mais de 60% dos votos. A Frente ainda elegeu cinco vereadores para um total de vinte e cinco cadeiras na Câmara do Recife. Em dezembro de 1960 Miguel Arraes foi empossado prefeito da cidade do Recife. Nesse mesmo período, o Governo Federal criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE com o intuito de industrializar a região promovendo mudanças políticas e sociais.

Em seu primeiro mandato como prefeito do Recife Miguel Arraes executou um programa de obras em vias públicas e de urbanização em bairros pertencentes a classe média recifense, diminuindo assim, sua rejeição e estigma de “comunista”. Entretanto, o principal marco de sua administração foi a criação do Movimento de Cultura Popular - MCP. Aliando uma proposta de valorização da cultura popular, promovendo festas, rituais e artes de fazer do povo, além de uma importante atuação na educação, o movimento trabalhou na alfabetização de jovens e adultos,

¹⁰⁵ MONTENEGRO, Antônio Torres. SANTOS, Taciana Mendonça. Lutas em Pernambuco... A frente do Recife chega ao poder (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil; v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 454.

principalmente trabalhadores. O processo de alfabetização promovido pelo MCP qualificou trabalhadores para o exercício básico da cidadania política, representado pelo voto. Após quase dois anos, o movimento já alcançava mais de vinte mil alunos, em um momento de efervescência intelectual e cultural na cidade, com a participação de professores e intelectuais como Paulo Freire e Paulo Rosas.

O MCP ocupou sedes de pequenos clubes, sacristias, salões de culto evangélico e associações de bairro, em um projeto social de alfabetização de adultos em massa. Foram produzidos, nesse período, milhares de cartilhas que traziam na sua primeira lição, a seguinte frase: “O voto pertence ao povo”. Em outras cartilhas, apresentavam a frase: “Um trabalhador, num sindicato de trabalhadores, é um homem forte”. Além de promover outras atividades como um festival de cantadores, que teve como tema “A terra pertence àqueles que nela trabalham” e uma exposição fotográfica sobre a Albânia Socialista¹⁰⁶.

Segundo Rozowykwiat, Arraes fez um governo pautado por obras que beneficiavam a população mais carente. Como prefeito do Recife imprimiu uma marca popular em sua administração. Ampliou o sistema de abastecimento de água e fornecimento de energia, autorizou a construção de chafarizes, ampliou a rede de esgotos e desenvolveu projetos de urbanização nos bairros mais pobres¹⁰⁷.

Os catorze meses de Governo de Arraes (1963-1964) foram conturbados, pois o país vivia um momento de crescentes mobilizações sociais, passeatas, greves e ocupações de propriedades rurais. Nesse momento, foi instituído o *Acordo do Campo*, onde o Estado promoveu um acordo coletivo entre patrões e trabalhadores do setor sucroalcooleiro e que representou importantes benefícios para os trabalhadores do campo, já que era uma conquista baseada na luta intensa desses trabalhadores. Para Weinstein é nesse momento que nasce a figura paternalista de Arraes, “pai Arraia”¹⁰⁸.

Na campanha para o Governo do Estado, em 1962, embora tenha enfrentado uma forte resistência anticomunista, inclusive tendo travado um embate com Gilberto Freyre, em uma votação bastante equilibrada, Arraes elegeu-se como o primeiro

¹⁰⁶ MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

¹⁰⁷ ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

¹⁰⁸ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes. Imagens do povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

governador de esquerda do Estado de Pernambuco, com apenas treze mil votos de diferença e enfrentando uma forte oposição, Arraes tomou posse em janeiro de 1963¹⁰⁹.

Enquanto governador do estado, Miguel Arraes passou a interferir diretamente nas relações entre trabalhadores rurais e latifundiários. Na educação, o método de alfabetização de Paulo Freire foi ampliado e consolidado. O político também passou a travar alguns conflitos com os usineiros¹¹⁰. Em sua campanha para o Governo do Estado, demonstrou a ação do IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, e de uma intensa interferência estrangeira através em projetos e financiamentos. Os estadunidenses faziam contatos no estado, inclusive com as prefeituras do interior, oferecendo aos seus titulares recursos para obras públicas, em troca de que se colocassem em oposição ao Governo de Pernambuco.

Na maioria das suas publicações, dentro e fora do país, o ex-governador de Pernambuco e idealizador do boletim *Frente Brasileira de Informações*, defendeu, por diversas vezes, que os campos da cultura, economia, política e sociedade, formavam um todo indivisível e que a ditadura sabia articular suas ações sempre no sentido de impedir a formação de um movimento amplo que se lançasse decididamente na luta pela mudança da situação brasileira¹¹¹. Para o político, as atitudes dos militares facilitavam o controle da oposição, na medida em que elas condicionavam as ações de seus adversários. Para Arraes, a ditadura criou um cenário aonde o adversário poderia se mover sem riscos para a segurança do sistema, pois o governo não estava posto sob fórmulas ou esquemas coerentes.

Ao longo de uma diversa documentação produzida no exílio, Arraes fez várias discussões de como as esquerdas deveriam se articular para resistir e combater a ditadura, cuja postura ele acusava de entreguista, comprometida com os interesses internacionais e com uma política econômica pautada nas privatizações¹¹². Isso pode ser demonstrado pelas principais medidas econômicas do governo federal, que foram o “arrocho salarial” imposto às camadas mais pobres, os benefícios aos

¹⁰⁹ Ibidem, p. 26.

¹¹⁰ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes. Imagens do povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹¹¹ MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

¹¹² COSTA, Evaldo. Cartas de Agosto – O adeus a Miguel Arraes em sites, jornais e revistas. In: COSTA, Edvaldo (Org.). *Coletânea de artigos*. Fundação João Mangabeira: Brasília, DF, 2007, p. 24.

grandes grupos empresariais, sobretudo os estrangeiros, em detrimento de pequenas e médias empresas nacionais. O que se viu na economia foi uma crescente concentração de renda no país, e um estímulo intenso a produção e à aquisição de bens de consumo duráveis, aonde as camadas médias foram o principal público, sendo alcançado por uma importante rede de propaganda produzida pelos jornais e principalmente pelas revistas da época como *Manchete* e *O Cruzeiro*, argumentou o ex-governador¹¹³.

Para Arraes, as atitudes dos militares eram controladas e as concessões limitadas, sendo utilizadas para neutralizar as contestações dos setores liberais, além de ganhar tempo para implantar outras medidas, consideradas mais urgentes. Além dos militares, o empresariado moderno brasileiro mantinha interesses, laços ideológicos e econômicos com o governo estadunidense. De acordo com o ex-governador, a ditadura não utilizou apenas a repressão como instrumento de controle: “A imposição ao adversário de um método de pensar, de ideias que tomassem como principais foi fundamental para a manutenção do poder¹¹⁴”, pois em sua ótica, só a força não seria suficiente para manter a ditadura.

Arraes dizia que a sua visão política não se alinhava a outros pensamentos vigentes no momento pós-golpe. Para o ex-governador, a tomada do poder representou uma derrota e que por essa razão era necessário recomeçar uma batalha política, apresentando uma alternativa para o Brasil, lutando intensivamente pela transformação do país. O político declarou a necessidade de uma mudança de postura de determinados elementos da esquerda. Arraes criticou o posicionamento de Leonel Brizola. Defendeu em seus escritos e entrevistas uma união das forças contrárias à ditadura. No exílio, a chamada *unidade das esquerdas* foi sua pauta constante, pois sempre advertia a seus correligionários a unirem-se mesmo em tempo de divergências. “Não adianta pensar nos modelos externos, como o Europeu, por exemplo, é preciso pensar sobre a realidade do Brasil. O socialismo tem sido implantado em meios e condições inteiramente diversas da que vivemos¹¹⁵”.

¹¹³MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

¹¹⁴ARRAES, Miguel. *O jogo do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010, p. 33.

¹¹⁵MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

Segundo Arraes, os militares deveriam participar da política enquanto cidadãos brasileiros, democraticamente, mas jamais utilizando o uso das armas para reprimir, oprimir, silenciar ou fazer desaparecer as liberdades individuais e coletivas. Argumentava que a democracia era a possibilidade de expressão, por todos os meios, das mais amplas camadas da população. E que para a democracia, não bastavam as eleições periódicas, mas também os pronunciamentos permanentes das organizações que representavam o povo em suas atividades promovendo consciência política e participação nas decisões¹¹⁶.

Segundo o político, as oposições deveriam atuar junto aos movimentos populares num mesmo propósito de mudança do país, o que implicaria também em lutar por uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana e o restabelecimento da liberdade de expressão e organização, inclusive partidária. Em vários pronunciamentos chamou a atenção para o fato de que as oposições precisavam avaliar seus fracassos e sucessos e assim analisar os resultados das estratégias que vinham sendo utilizadas para enfrentar o autoritarismo.

A pauta da *unidade das esquerdas* no Brasil sempre foi uma constante no *Front* e em seus demais escritos. Segundo Arraes, as esquerdas do país não conseguiam chegar a um acordo sobre como combater a ditadura, pois estava fragmentada em várias correntes ideológicas e diferentes posicionamentos de ação, além disso, as principais lideranças estavam presas ou exiladas em diferentes países. As tentativas de criar um projeto único fracassaram, pois as iniciativas, armadas ou não, passaram a acontecer a partir de pequenos grupos, sem unidade e sem grandes expressões numéricas.

Seus textos sobre a pobreza do Nordeste e críticas ao capitalismo estavam frequentemente nas páginas do *Front*. Arraes e seus colaboradores criticavam a força das multinacionais, a questão da internacionalização da economia, a marginalização da maioria da população brasileira e a violência, tanto nos meios rurais, quanto nos meios urbanos. No campo, os investimentos da ditadura priorizaram as grandes empresas agrícolas em detrimento das pequenas e médias propriedades. Entre 1965 e 1980, os latifúndios cresceram em média 15,5% ao ano.

¹¹⁶ Ibidem, p. 109.

A região Nordeste tornou-se ainda mais dependente da importação de gêneros alimentícios intensificando as graves condições sociais e desigualdade social¹¹⁷.

Em sua carreira política, Arraes passou por três partidos; Partido Social Trabalhista; Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido Socialista Brasileiro, além de manter boas relações com as organizações de esquerda do país, principalmente durante o exílio.

2.4.1 Arraes é deposto e preso

Figura 3 - Matéria do Diário de Pernambuco sobre a saída de Miguel Arraes do Governo de Pernambuco¹¹⁸

PRIMEIRO CADERNO DIÁRIO DE PERNAMBUCO — QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 1964

AL Declarou Arraes Impedido: Paulo Guerra Empossado À Noite

Por 45 votos contra 18 e em sessão de Assembleia Legislativa aprovou uma resolução declarando a falta de fé e de lealdade a Arraes e a suspensão de seus poderes. O governador, Miguel Arraes, foi declarado impedido de exercer o cargo de governador do Estado. A resolução foi aprovada por 45 votos contra 18. A sessão foi presidida pelo deputado Paulo Guerra, presidente da Assembleia. A resolução foi lida e aprovada por 45 votos contra 18. A sessão foi presidida pelo deputado Paulo Guerra, presidente da Assembleia. A resolução foi lida e aprovada por 45 votos contra 18.

PAULO GUERRA TOMA POSSE

O deputado Paulo Guerra tomou posse como governador do Estado de Pernambuco. Ele foi eleito por 45 votos contra 18. A sessão foi presidida pelo deputado Paulo Guerra, presidente da Assembleia. A resolução foi lida e aprovada por 45 votos contra 18.

SOLIDARIEDADE DAS CLASSES PRODUTORAS

Os produtores rurais de Pernambuco manifestaram sua solidariedade com o povo pernambucano. Eles se reuniram em uma assembleia para discutir a situação do Estado. A sessão foi presidida pelo deputado Paulo Guerra, presidente da Assembleia. A resolução foi lida e aprovada por 45 votos contra 18.

SEDE VACANTE

A sede do governo do Estado de Pernambuco ficou vacante após a saída de Miguel Arraes. O governador foi declarado impedido de exercer o cargo. A sessão foi presidida pelo deputado Paulo Guerra, presidente da Assembleia. A resolução foi lida e aprovada por 45 votos contra 18.

Coesas As Unidades Das Forças Armadas: Proclamações Dos Três Chefes Militares

As unidades das forças armadas proclamaram sua fidelidade ao povo pernambucano. Os chefes militares fizeram declarações de apoio ao povo. A sessão foi presidida pelo deputado Paulo Guerra, presidente da Assembleia. A resolução foi lida e aprovada por 45 votos contra 18.

Fonte: Diário de Pernambuco (1964).

Como vemos na Figura 3, no dia primeiro de abril de 1964, houve uma manifestação de estudantes nas ruas do Recife. As tropas exército reprimiram fortemente, resultando na morte de três jovens. Foram as primeiras vítimas fatais da

¹¹⁷ ARRAES, Miguel. *A Democracia e a questão nordestina*. Pernambuco: Editora Asa. 2ª edição, 1986.

¹¹⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. AL declarou Arraes impedido: Paulo Guerra empossado à noite. Recife, 02 abr. 1964, p. 3.

ditadura, no Estado de Pernambuco. Nesse mesmo dia, Arraes foi levado para o Quartel do bairro de Socorro, em Jaboatão dos Guararapes sendo em seguida enviado para a Ilha-prisão de Fernando de Noronha, onde ficou detido por onze meses, sem nenhum acesso a rádio ou a jornais. Os direitos civis de sua família e dos seus correligionários políticos também não foram respeitados. Foram cassados os mandatos dos deputados Cícero Targino Dantas, Cláudio Braga e Gilberto Azevedo.

A prisão de Arraes repercutiu na imprensa local e nacional. O que observamos é uma diferença no uso das palavras, dependendo do veículo. No texto publicado pelo Diário de Pernambuco (DP), não vemos o uso de palavras como prisão ou deposição. A utilização do termo “impedido”, parece tentar amenizar os fatos e a mudança do enfoque apresentando a posse de Paulo Guerra, empossado como novo governador naquele mesmo dia, demonstrando a intenção de desviar a atenção do leitor e colocar a saída e prisão de Arraes, como algo de segundo plano, sem relevância alguma. Utilizar o termo “impedido” é uma forma de não revelar que Arraes foi cassado, expulso do cargo para o qual foi eleito, e que a Constituição brasileira havia sido violentada, pois o governador não assinou nenhum documento renunciando ao cargo.

Figura 4 -Trecho da matéria da Revista O Cruzeiro sobre a prisão de Miguel Arraes¹¹⁹



Fonte: Revista O Cruzeiro (1964).

Embora não traga uma matéria extensa, a revista nacional *O Cruzeiro*, editada no Rio de Janeiro, noticiou a prisão de Arraes de forma clara e objetiva, descrevendo o que realmente estava acontecendo. O governador de Pernambuco, eleito pelo povo, recebeu voz de prisão no Palácio das Princesas, sede do governo estadual.

A prisão de Miguel Arraes, logo após o golpe de 1964, gerou uma intensa repercussão internacional. Em março de 1965, um grupo de personalidades francesas enviou uma carta ao presidente Castello Branco em protesto contra a prisão do ex-governador. Henri Bartoli, Roger Bastide, Jacques Beaumont, Gilbert Blardonne, R.P. Chenu, Henri Desroches, Jean-Marie Domenach, René Dumont, Pierre Emmanuel, Joseph Folliet, Paul Fraisse, Pierre Goutet, Georges Hourdin, Pierre Monbeig, Charles Morazé, Paul Ricoeur, Joseph Rovin, Alfred Sauvy, entre outros, assinaram o manifesto e questionaram o motivo da prisão do político que

¹¹⁹ REVISTA O CRUZEIRO. A prisão do governador Miguel Arraes. Reportagem de Hécio José e Rubens Américo. Rio de Janeiro. Edição de 10 de abril de 1964.

havia acontecido sem nenhuma justificativa legal e pediam para que o presidente Castello Branco: “usasse de sua autoridade a fim de que Miguel Arraes fosse libertado ou que fosse regularmente inculpado diante de um tribunal civil por meio de um processo público”. Esse manifesto assinado por diversos intelectuais de renome internacional demonstrou a influência de Miguel Arraes dentro do campo intelectual e como sua prisão foi vista de forma arbitrária.

Algumas semanas antes, o religioso belga Joseph Cardijn, fundador da Juventude Operária Católica (JOC), posteriormente nomeado cardeal, também havia escrito a Castello Branco para interceder por Arraes. O mesmo fez Ramon Sugranyes de Franch, do movimento internacional de intelectuais católicos *Pax Romana*, já que os meios legais de defesa haviam sido negados ao ex-governador. Outra personalidade que se dirigiu diretamente ao presidente brasileiro foi o renomado escritor francês François Mauriac. Para Mendes Viana, a iniciativa das citadas personalidades era inspirada por Violeta Arraes, irmã de Miguel Arraes, que vivia em Paris e circulava nos meios intelectuais, políticos e culturais franceses¹²⁰.

Para Arraes, o golpe de 1964 expressou a manutenção da agenda econômica imposta ao país por interesses externos e somente os ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart teriam tentado ir contra esse sistema¹²¹. No *Frente Brasileira de Informações*, em praticamente todas as edições, vemos diversas matérias de cunho econômico, denunciando uma suposta “farsa do milagre econômico” e os principais problemas apresentados pelo latifúndio, desmistificando a ideia de um crescimento econômico advindo da ditadura¹²².

Segundo Cortez¹²³, os militares temiam que os familiares de Arraes organizassem algum ato de resistência, por isso foram mantidos em prisão domiciliar. Pressionados, Violeta Arraes Gervaiseau (irmã de Miguel Arraes) e família, e o padre Almeri Bezerra de Melo¹²⁴ (amigo de Miguel Arraes) foram

¹²⁰ GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2019, p. 153.

¹²¹ PEREIRA, Jair (org.). *Miguel Arraes: Pensamento e Ação Política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

¹²² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Edição do Front de janeiro de 1971, p. 7.

¹²³ CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

¹²⁴ Nascido em 1927, no município de Escada, na Mata Norte de Pernambuco, Almeri foi um dos nomes mais influentes na formação de dores. Atuou ao lado do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e do advogado Cândido Mendes. Aos 11 anos, ingressou no seminário de Olinda, onde formou-se anos mais tarde em filosofia. Em Roma, estudou teologia. Ao regressar para o Brasil, trouxe a sua experiência junto ao movimento operário da Bélgica, Alemanha e França. Durante o

obrigados a sair do país em cinco dias. O religioso foi considerado perigoso por conta de suas ideias e atividades educativas e políticas, tendo atuado junto a Paulo Freire. Além disso, o clérigo publicava semanalmente artigos de página inteira no jornal *Última Hora* de Samuel Weiner.

Diante do golpe imposto em todo o país, na noite de 31 de março de 1964, Arraes escreveu um manifesto e encaminhou a todos os governadores do Nordeste. Embora pregasse o caminho do pacifismo, o texto sugeria que os governadores manifestassem apoio a João Goulart e ao seu projeto de prosseguir com as reformas de base. No entanto, o contato não surtiu efeito por parte dos demais governantes nordestinos. Até a manhã seguinte, toda a família de Arraes permaneceu no Palácio das Princesas, que já estava cercado e ocupado pelo exército. Horas depois Arraes foi preso. No mesmo dia, a Assembleia Legislativa decretou a vacância do cargo de governador, determinando que o poder fosse repassado ao vice-governador, Paulo Guerra.

Arraes foi levado para o Quartel de Socorro, e no dia seguinte, foi transferido para a ilha de Fernando de Noronha. Depois de passar nove meses no arquipélago e quatro meses na prisão da Companhia de Guarda, do Corpo de Bombeiros, no Recife, Arraes foi para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro¹²⁵. Miguel Arraes foi solto, por força de um *habeas corpus*, mas não podia permanecer no país. No dia 20 de maio de 1964, o ex-governador foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, ao mesmo tempo que era informado pelo seu advogado, Sobral Pinto, de que seria impossível mantê-lo em liberdade através de recursos legais.

A partir desse momento, Arraes passou a se hospedar em casas de diferentes parentes, sempre por pouco tempo, até que foi preso novamente, no dia 21 de abril do mesmo ano. Só foi liberado porque na ocasião não havia ninguém com a patente exigida para autorizar a detenção. A partir daí começaram os movimentos para que Arraes conseguisse autorização para deixar o país como asilado político.

governo militar, exilou-se na Argélia, onde foi assessor do ex-governador Miguel Arraes. Anos mais tarde, foi embaixador do UNICEF na África. Disponível em: <http://www.unicap.br/assecom1/catolica-lamenta-morte-do-ex-professor-almeri-bezerra-de-melo/>. Acesso em: 25/02/2021.

¹²⁵ ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 80.

2.5 A ATUAÇÃO POLÍTICA E INTELECTUAL DE MIGUEL ARRAES NO EXÍLIO

Eu não queria deixar o Brasil. Preferia ter permanecido na minha terra. Mas as circunstâncias me obrigaram, depois de um ano de prisão e mais alguns meses de inquéritos e interrogatórios. Na medida em que não me era possível permanecer no Brasil em liberdade, nem mesmo clandestinamente, por falta de condições, examinei as hipóteses que se me apresentavam para sair do país. O meu advogado, Sobral Pinto, enviou uma carta esclarecendo-me sobre a impossibilidade de assegurar minha liberdade através dos recursos legais que ele tentara e, portanto, seria preferível tomar uma decisão a partir da carta formalmente encaminhada¹²⁶.

Em 20 de maio de 1965, Miguel Arraes de Alencar foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, tendo de esconder documentos e sem nenhuma garantia de liberdade. Naquele momento, sair do país era a única opção. Inicialmente, nenhum dos países da América Latina aceitou Miguel Arraes como exilado. Naquele mês, praticamente todas as embaixadas estavam cercadas pela polícia. O processo de concessão de asilo político não foi fácil. As únicas opções eram Iugoslávia ou Argélia. Diante da situação de perigo, Arraes procurou ajuda na embaixada da Argélia, no Rio de Janeiro.

O jornalista Darwin Brandão realizou contato com a embaixada argelina, aproveitando-se do fato de conhecer um encarregado de negócios da Argélia, no Brasil. Arraes esperou um mês na embaixada até que o novo embaixador da Argélia chegasse ao Brasil com a confirmação do asilo e do salvo conduto¹²⁷.

A Argélia, sob a liderança da Frente de Libertação Nacional (FLN) conquistou sua independência da França em 03 de janeiro de 1962 após uma guerra civil que durou oito anos (1954-1962). Os conflitos resultaram em mais de um milhão de mortos e um país a ser reconstruído. É possível, que, por esta razão, o governo argelino tenha concordado em receber exilados políticos dos mais diversos países, pois precisava de mão de obra qualificada para reerguer a nação. Segundo Almeri Bezerra de Mello, brasileiro exilado em Argel:

Naquela época, Alger era a Meca de tudo quanto fosse refugiado político e movimento de libertação. Desde Dr. Arraes até Carl Michael, líder dos Black Panthers; desde a FRELIMO até o movimento de libertação da Suíça. Lá

¹²⁶ Ibidem, p. 85.

¹²⁷ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016, p. 73.

chegavam aos magotes, tantos revolucionários brasileiros, como chilenos, sul-africanos, chadianos, angolanos, egípcios e companhia¹²⁸.

Argel, a capital da Argélia, tornou-se um lugar estratégico de organização de oposição às ditaduras. Brasileiros que lá se exilaram, mantinham contatos com lideranças das esquerdas na Europa e com instituições internacionais de defesa dos direitos humanos. Arraes deixou o país com destino a Argélia em 17 de junho de 1965. O embaixador argelino no Brasil, Tayebi Larbi, recebeu o ex-governador na embaixada e acompanhou Arraes e sua esposa, Magdalena, durante a viagem a Argel. O governo da Argélia concedeu passaporte argelino ao casal, pois haviam saído do Brasil apenas com um salvo conduto. A partir desse momento vemos como Miguel Arraes vai construindo importantes relações com o governo argelino.

O voo que conduziu Arraes a Argel faria uma parada em Paris. Tanto a Embaixada brasileira como o Quai d'Orsay foram alertados para ficarem atentos à passagem do político pela cidade. Assim, na escala feita no aeroporto de Orly, os jornalistas foram impedidos de falar com ele e mesmo sua família só pôde encontrá-lo após mais de uma hora de negociações. Apenas quando chegou à Argélia Arraes pôde responder à imprensa. Ele concedeu uma entrevista ao jornal *Le Monde*, na qual relatava suas dificuldades para conseguir sair do Brasil. Disse que, após refugiar-se na Embaixada argelina, obteve um salvo-conduto que o autorizava a deixar o país, contudo, no último momento, as autoridades militares opuseram-se à sua partida. Segundo Arraes, teria sido necessário que o embaixador ameaçasse recusar os vistos de saída de jogadores de futebol brasileiros que estavam no país africano. Arraes afirmou ainda que, em meio à política repressiva do governo Castelo Branco, a qual tornava cada vez mais difícil o exercício da liberdade, sua única esperança era a atitude de determinados membros da Igreja que erguiam suas vozes para condenar o regime¹²⁹.

Inicialmente, Arraes e Magdalena ficaram hospedados no Hotel Saint Georges durante uma semana. Posteriormente, o casal mudou-se para uma casa próxima ao palácio presidencial aonde viveram por três anos. Desde a sua chegada, o governo argelino concedeu uma pensão a Miguel Arraes¹³⁰, que declarou ter sido bem recebido no país:

Não foi por mero acaso que escolhemos a Argélia, anos atrás, como lugar de exílio. Naquela ocasião, dentre as possibilidades de que dispúnhamos, era o país que havia vencido o colonialismo e que assumia, como até agora,

¹²⁸ MELLO, Almeri Bezerra de. *Para além dos verdes mares*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006, p. 36.

¹²⁹ GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019, p. 156.

¹³⁰ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, 2016, p. 74.

uma clara posição anti-imperialista. Essa linha política coincidia com a que defendíamos e defendemos para o Brasil. [...] ¹³¹.

Quando Arraes chegou a Argélia, o país enfrentava uma grave crise política, pois havia acabado de sofrer um golpe de estado, por parte do coronel Boumediène contra o governo civil local. O *Front de Liberation Nationale* (FNL), partido único e oficial, era o interlocutor de Arraes, como também dos que chegavam ao país. O ex-governador passou a acompanhar de perto a luta dos movimentos de libertação da África convivendo com vários dirigentes e líderes políticos.

O esquema de comunicações entre MIGUEL ARRAES, na Argélia, e outros elementos subversivos brasileiros, na França, Brasil, Chile, México e Uruguai repousaria em dois elementos principais, que manteriam contacto com pilotos brasileiros e de outras nacionalidades, em Paris. [...]

MIGUEL ARRAES vem a algum tempo assessorando o governo argelino no que se refere a assuntos latino-americanos. Nessa qualidade, tem por diversas vezes aconselhado diretamente o Coronel Boumediene.

Os contatos de MIGUEL ARRAES com o chefe do governo, bem como com o Ministério das Relações Exteriores da Argélia, são correntemente mantidos através do Coronel SLIMANE HOFFMAN, Chefe do Serviço de Inteligência e encarregado de todo o setor de treinamento, equipamento e distribuição de guerrilheiros na África e, ultimamente, na América Latina.

Na qualidade de assessor, MIGUEL ARRAES esteve em contacto com o Embaixador da Argélia no Brasil KERAMANE, orientando-o nas conversações que este último manteve, como representante do MRE da Argélia, com o encarregado de negócios do Brasil em Argel, FELIPE SALDANHA, em torno da atuação e "status" dos asilados brasileiros e o funcionamento da "Frente Brasileira de Informações".

ARRAES teria sido apresentado a KERAMANE por FATIH AGHA BOUAYED, assessor direto do Ministro das Relações Exteriores da Argélia, encarregado de assuntos latino-americanos. BOUAYED foi secretário da Embaixada da Argélia no Rio de Janeiro, tendo sido declarado "persona non grata" por nosso Governo ¹³².

Os frequentes informes produzidos pelo Centro de Informações do Exterior, trazem detalhes de toda a movimentação do ex-governador na Argélia. Arraes atuou como consultor e manteve contatos privilegiados com os movimentos de libertação africanos, com os progressistas europeus, com o escritório da Organização para a Liberdade da Palestina (OLP) e com seu líder, Yasser Arafat. Embora o primeiro ano de exílio tenha sido de adaptação, os anos seguintes foram de muitos contatos com Brasil, China, Cuba, França, Chile, Portugal, Suíça, Palestina, Itália e Rússia. O ex-governador passou a ser convidado para participar de seminários, debates e congressos em vários países. Ele iniciou uma intensa atividade política pelo fim da

¹³¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DPED_063_001.

¹³² ARQUIVO NACIONAL. *Fundo Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.7, P.41/71. INFORME.

ditadura no Brasil e se envolveu na criação do Movimento Popular de Libertação (MLP).

Em Argel, Arraes colaborou com a elaboração da Declaração Universal dos Direitos dos Povos, em 4 de julho de 1976, iniciativa da Liga Internacional pelos Direitos e a Libertação dos Povos (ILPS) presidida pelo senador italiano da esquerda independente Lelio Basso. Durante esse período participou ativamente do processo de independência de Moçambique e manteve contato com brasileiros, através de cartas, jornais, revistas, relatórios oficiais ou de origem particular, além de manter discussões sobre os problemas do Brasil em seus mais diferentes aspectos.

Em meados dos anos 1970, Miguel Arraes, junto com o jornalista e editor mineiro José Maria Rabelo, fundaram uma livraria especializada em títulos sobre a América Latina e sobre o Terceiro Mundo, *Livraria Portuguesa e Brasileira*, no número 12 da Rue des Ecóles, em Paris, sendo considerada posteriormente a melhor livraria estrangeira daquela cidade e ponto de encontro dos exilados.

O político pernambucano também trabalhou intensamente com o MPLA – Movimento pela Libertação de Angola e o FRELIMO – Frente pela Libertação de Moçambique. Além de atuar em outros movimentos de independência das colônias portuguesas no continente africano. Foi na Argélia que Arraes conheceu vários integrantes dos movimentos de libertação africanos¹³³, sobretudo dos seguintes países, Namíbia, África do Sul, Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Em junho de 1970 Arraes e Magdalena receberam em sua casa, quarenta brasileiros, banidos para a Argélia após o sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben. O sequestro havia sido organizado por membros das organizações Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Ação Libertadora Nacional (ALN). No grupo de libertos estavam Fernando Gabeira, Apolônio de Carvalho, Maria do Carmo Brito e Ladislau Dowbor, entre outros. Os sequestros de representantes diplomáticos por grupos defensores da luta armada permitiram que muitos presos políticos deixassem o país. Como foram os casos dos embaixadores Charles Elbrick, dos Estados Unidos e do cônsul japonês Nobuo Okushi. Esse fato intensificou ainda mais a vigilância ao grupo. Arraes também ajudou na busca de profissionais para serem contratados para trabalhar na reconstrução do país,

¹³³ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação. EXI_DFBI_0336_001.

inclusive muitos brasileiros. Oscar Niemeyer chegou a realizar dois projetos na Argélia, a Universidade Constantine e a Mesquita de Argel.

Sentindo a necessidade de sensibilizar a população brasileira, Arraes estendeu o debate contra a ditadura para outros países, levando seus posicionamentos sobre o Brasil, discutindo política e denunciando casos de tortura e desaparecimentos políticos em diversas entrevistas a veículos estrangeiros. Por essas razões, uma semana após o assassinato, em 1969 de Carlos Marighella, da Aliança Nacional Libertadora (ANL) surgiu a *Frente Brasileira de Informações*. Um boletim mensal, distribuído entre jornalistas, pesquisadores e órgãos de direitos humanos de vários países, que obteve apoio de alguns católicos e foi bem recebido por grupos revolucionários em atuação no Brasil.

Atuante como o marido, Magdalena Arraes trabalhou como intérprete de francês e também passou a dar aulas de português na Facultad da Argélia.¹³⁴ “O embaixador tornou-se nosso amigo e sempre nos acompanhava. Depois ele foi nomeado ministro e através dele mantivemos contato com outros membros do governo”, disse Magdalena¹³⁵. Mesmo com passaporte argelino Miguel Arraes sempre viajava acompanhado, pois temia represálias, mesmo no exterior. Em sua biografia, Magdalena Arraes informou que recebeu apoio do governo argelino, inclusive financeiro e que se sentia segura no país. No entanto, o exílio político vivido por eles, ainda era permeado por vigilância e restrições.

Cartas eram emblemáticas, porque a gente não sabia se elas eram visitadas. Então, a gente tinha muito cuidado com a correspondência. Eram cartas formais, inocentes. Quando se queria mais notícias, só mesmo conversando com pessoas, que viajavam, que mandavam alguma notícia através de portador, mas era tudo sempre com muito cuidado¹³⁶.

Miguel Arraes e Magdalena foram alojados numa vila do governo argelino e à medida que os filhos foram chegando moraram nos números 21, 3 Bis e 7 da Avenida Roosevelt. As casas ficavam no bairro El Muradia, próximas ao Museu Bardo, para onde as crianças, pulavam o muro para irem brincar. No final da permanência na Argélia, como havia poucos filhos com eles, mudaram-se para um apartamento.

¹³⁴ CAVALCANTI, Lailson de Holanda. COLARES, Valda. *Magdalena Arraes: a dama da história*. Recife: Cepe, 2015, p. 89.

¹³⁵ Ibidem, p. 88.

¹³⁶ Ibidem, p. 103.

Figura 5 - Arraes e família no jardim da casa na Argélia, em 1967¹³⁷



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1967).

Arraes fala o que exílio significou para ele:

É evidente que, ao chegar ao exílio, tive necessidade de refazer o curso de minha vida. No começo, contei com a solidariedade de amigos. Em seguida, pude sobreviver porque vinha do Brasil com uma experiência no campo da administração, no campo político, possibilitando um trabalho de assessoria que permitiu o sustento de minha família e as minhas viagens. Dificuldades existiram, mas não foram graves¹³⁸.

Arraes desenvolveu atividades intelectuais no exílio. Traduziu o livro *L'Etabli* editado no Brasil sob o título de *Greve na Fábrica* pela Editora Paz e Terra. Escreveu os livros *O Povo e Poder*, editado em francês, inglês e espanhol, *A Questão Nacional* e *o Jogo do poder no Brasil*.

Não, nunca me senti isolado, porque venho com frequência à Europa e recebo na Argélia vasta documentação sobre o Brasil. Lá conheci também gente de todas as partes do mundo, inclusive aqueles que na época lutavam pela independência de seus países, como é o caso dos atuais dirigentes de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe¹³⁹.

¹³⁷ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016, p.101.

¹³⁸ Ibidem, p. 171.

¹³⁹ Ibidem, p. 168.

Escreveu vários artigos que foram publicados na imprensa internacional e era frequentemente convidado a participar de congressos. Um dos mais importantes foi em Paris, organizado pelo escritor Jean Paul Sartre¹⁴⁰. A visão que Arraes tinha das esquerdas e de como elas deveriam se articular para resistir e combater é um assunto que permeia toda a documentação do exílio e dos exemplares do *Front*, e que será desenvolvida no próximo capítulo.

Sobre o *Front*, encontram-se nos arquivos do Centro de Informações do Exterior – CIEEX, recortes de jornal, correspondências, cópias de exemplares, documentos financeiros, bilhetes, relatórios, e documentos produzidos nas reuniões do boletim. O monitoramento a Arraes também foi ostensivo. Alguns informes fazem menção a “fontes fidedignas” ou a “supostos colaboradores” evidenciando os meios clandestinos que utilizavam para obter as informações. A vigilância sofrida pelo *Front* e por Arraes serão discutidas no tópico em que tratamos do Centro de Informações do Exterior.

A volta do exílio não fez cessar a vigilância sobre Arraes. Em correspondência do dia 21 de dezembro de 1981, um documento do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco relata que enviaram ao diretor do Centro de Informações um “relatório” sobre o lançamento do livro “O jogo do poder no Brasil” que aconteceu na Livraria Sete, às 18:00 do dia 18/12/1981. O texto dizia que compareceram ao evento, aproximadamente cem pessoas, das quais, algumas ligadas ao mundo político-social do estado. O texto demonstrou o clima de vigilância que ainda cercava o político. Quando os arquivos do Dops pernambucano foram abertos soubemos que essa vigilância se estendeu até 1987. O processo contra Miguel Arraes tinha mais de dez mil páginas.

2.6 ARRAES RETOMA SUA VIDA POLÍTICA NO BRASIL

Arraes volta do exílio beneficiado pela Lei da Anistia que permitiu o retorno de milhares de brasileiros. Segundo Rozowykwiat o processo de Anistia foi ameaçado pouco antes da assinatura da lei, por volta do mês de julho, quando os representantes da ditadura decidiram excluir Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luiz Carlos Prestes e Francisco Julião, dos beneficiários da medida. A reação, entretanto,

¹⁴⁰ PEREIRA, Jair (org.). *Miguel Arraes: Pensamento e Ação Política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 101-104.

foi violenta, levando o governo a recuar e desistir de apresentar sua proposta discriminatória¹⁴¹.

Poucos dias antes da votação do Projeto de Lei de Anistia¹⁴², as principais capitais do país foram invadidas por milhares de pessoas que participavam de atos públicos, passeatas e comícios. Após a assinatura da lei, Arraes foi um dos primeiros a voltar ao Brasil, depois de catorze anos na Argélia. O ex-governador desembarcou no Rio de Janeiro às 6 horas do dia 15 de setembro de 1979 com sua esposa Magdalena e quatro de seus filhos. No aeroporto, senadores e deputados de diversos estados, lideranças estudantis, intelectuais e artistas, além de representantes da imprensa nacional e internacional o aguardavam. Em seguida partiu num jatinho particular para o estado do Ceará, a fim de rever sua família, em especial, a mãe, dona Benigna. No dia seguinte, ao desembarcar no Recife, o comício no bairro de Santo Amaro reuniu cerca de sessenta mil pessoas. Segundo Rozowykwiat, a chegada em Santo Amaro foi a maior emoção que Arraes teve em toda sua vida, principalmente porque ele não previa uma manifestação daquela dimensão¹⁴³.

Voltando a atuar na política local, Arraes apoiou a candidatura de Marcos Freire ao governo do estado em 1982, embora quisesse ser candidato ao cargo. Nesse momento, já se configurava uma disputa política entre Miguel Arraes, Marcos Freire e Jarbas Vasconcelos. No mesmo ano, se candidatou a deputado federal pelo PMDB, obtendo a maior votação até então registrada em eleições proporcionais no estado: 191.471 votos. Nas eleições de 1986, Arraes se candidatou a governador do estado, tendo como vice, Carlos Wilson.

A Frente Popular conseguiu transformar cada eleitor num militante. Milhares de pessoas se envolveram no trabalho de porta a porta, de conquista de votos e de mobilização de rua. O “Trem da Vitória”, enfeitado com fitas e bandeiras de Arraes, levava a campanha para a Zona da Mata. A “Caravana da Esperança”, que chegou a reunir mais de cem ônibus, arregimentava a classe média para levar as mensagens de Arraes aos subúrbios do Recife e Região Metropolitana. Lá, a militância ensinava o povo a preencher a cédula

¹⁴¹ ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 112.

¹⁴²A LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979, em seu primeiro artigo, diz o seguinte: é concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

¹⁴³ ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 114.

eleitoral e distribuía uma cartilha com o resumo do programa de governo, enquanto a população cantava: “O povo quer / Aquele que fez mais / Arraes, Arraes, Arraes / 86 só vai dar Arraes”¹⁴⁴.

A segunda campanha para governador teve como principal adversário José Múcio Monteiro, do Partido da Frente Liberal (PFL), cuja família era proprietária de um terço das usinas de açúcar do estado. A escolha de Carlos Wilson como vice, respondia a uma demanda jovem, de perfil urbano, fortalecendo a Frente Popular na Região Metropolitana do Recife, que concentrava 45% do eleitorado do Estado. Arraes buscou o apoio da Igreja Católica, dos sindicatos rurais e dos municípios sertanejos. A Frente Popular retomou a sua força principalmente com o empenho de artistas, mulheres e ecologistas. O ex-governador recebeu apoio de políticos de atuação nacional, mas apesar da grande mobilização, a campanha de 1986 não foi fácil, pois as pesquisas demonstravam um empate técnico entre os dois candidatos. No entanto, Arraes saiu vitorioso. Seu governo foi caracterizado por programas voltados ao pequeno agricultor, como o *Vaca na corda*, que financiava a compra de uma vaca e o *Chapéu de palha*, que empregava canavieiros no período de entressafra, na construção de pequenas obras públicas, além do projeto de eletrificação rural.

Em 1990, Arraes deixou o PMDB e filiou-se ao PSB. Foi eleito mais uma vez governador em 1994, aos 78 anos, sendo um dos principais opositores ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Seu último governo foi marcado pela grave crise financeira do estado e pelas greves das polícias civil e militar. Perdeu a reeleição em 1998 para seu ex-aliado e ex-prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, que obteve mais de 64% dos votos válidos. Em 2002, aos 86 anos, Arraes venceu sua última eleição, elegendo-se o quarto deputado federal mais votado do Estado de Pernambuco. Após 58 anos de vida pública, encerrou sua trajetória de vida como deputado federal, pelo PSB, sendo o único político a governar o estado por três vezes, e tendo um papel fundamental no encaminhamento da questão agrária do país.

Arraes foi internado no dia 16 de junho de 2005, com uma suspeita de dengue. Sua saúde piorou no dia 19 daquele mês, quando foi vitimado por uma arritmia e a consequente queda de pressão, sendo entubado logo em seguida e

¹⁴⁴ Ibidem, p. 134.

passando a respirar por aparelhos. Após alguns exames foi detectada uma infecção pulmonar. Após uma breve melhora no mês seguinte, Arraes passou a conversar com amigos e parentes. O seu quadro agravou-se após desenvolver uma pneumonia e no dia 29 de julho, uma artéria do pulmão esquerdo se rompeu, provocando uma hemorragia e levando o ex-governador a enfrentar uma cirurgia de emergência. Apesar da sobrevida, os rins e o fígado apresentaram falhas e novamente precisou ser submetido a sessões de hemodiálise. No dia 12 de agosto, foi anunciado que deixaria a unidade de tratamento intensivo. Porém, durante a madrugada do dia seguinte, o quadro de saúde apresentou uma infecção generalizada. No fim da manhã do dia 13 de agosto, Miguel Arraes de Alencar faleceu depois de 59 dias de internação na UTI do Hospital Esperança, no Recife. A *causa mortis* foi um choque séptico causado por infecção respiratória, agravada por insuficiência renal.

Seu corpo foi velado no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual, a partir do início da noite do dia 13 de agosto. O cortejo fúnebre saiu no final da tarde do dia seguinte em direção ao Cemitério de Santo Amaro no Recife, onde foi sepultado, seguido por milhares de pessoas que cantavam antigos jingles das suas campanhas políticas.

No final de 2008, a viúva, Magdalena Arraes, criou o Instituto Miguel Arraes com o objetivo de preservar a memória do ex-governador. O IMA detém quase cem mil itens, entre cartas, fotografias, exemplares de jornais, documentos oficiais, entre outros. O instituto foi fechado recentemente, em agosto de 2020, e todo o acervo agora está sob a administração da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

3 O FRONT

O objetivo deste capítulo é situar o boletim *Frente Brasileira de Informações* dentro do cenário dos jornais e impressos que surgiram diante da censura imposta pela ditadura no Brasil. Veremos como a censura influenciou diretamente o surgimento dessas publicações e mais adiante, toda a história e trajetória do *Front*, nosso objeto de estudo. Veremos desde a fundação e publicação dos primeiros exemplares, até as divergências entre os colaboradores que levaram ao fim do boletim, passando por questões como financiamento, a identidade dos colaboradores, os escritórios nos diferentes países, as dificuldades que enfrentavam, os temas mais recorrentes e a repercussão que essa atividade trouxe para o Brasil diante da imprensa e de órgãos internacionais. Primeiramente iremos demonstrar com a censura foi determinante para o surgimento desse tipo de publicação.

3.1 A CENSURA E O SURGIMENTO DE VÁRIOS JORNAIS CLANDESTINOS, ALTERNATIVOS E NO EXÍLIO

A ditadura durou vinte e um anos (1964-1985). Nesse período, o país passou por cinco mandatos de presidentes militares e se instituíram dezesseis atos institucionais, utilizados como mecanismos legais que se sobrepunham aos direitos previstos na constituição. Isso representou houve restrição à liberdade, repressão aos opositores e censura política e artística.

No dia 31 de março de 1964, tanques do exército foram enviados a cidade do Rio de Janeiro para depor o presidente João Goulart. Após três dias Jango partiu para o exílio no Uruguai e os militares assumiram o poder. No dia 15 de abril do mesmo ano, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi empossado presidente tornando-se o primeiro dos cinco militares que viriam a governar o país.

Com o golpe de 1964 o país ingressaria em mais uma fase de restrições violentas à liberdade de expressão. Falar dos anos de 1960 é, portanto, também do ponto de vista de uma história da comunicação referir-se a muitos processos em que as relações de poder atravessaram cada vez mais os meios de comunicação numa época em que a censura política se abateu violentamente sobre a imprensa¹⁴⁵.

¹⁴⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. História da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Fapesp. 2002, p. 21.

Podemos classificar censura toda repressão à atividade intelectual e artística. Interferir na liberdade de pensar e opinar dos cidadãos são algumas das chaves de um governo antidemocrático. Por isso é importante discutirmos as liberdades políticas sob o prisma da censura e da repressão às ideias. Os documentos de censura aos livros e aos intelectuais, segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, estão distribuídos nos múltiplos acervos do Brasil e demonstram que o controle da cultura é tradicionalmente uma questão de estado. Diante disso, coloca-se a importância da catalogação e proteção dos chamados “arquivos de repressão”. É preciso recuperar a memória escrita desse período, abrindo os arquivos políticos e aprofundando os estudos acerca da violência física e simbólica.

No Brasil, a repressão às ideias e aos intelectuais integrou projetos políticos articulados em diferentes momentos da nossa história.

Temiam-se os homens de vasta cultura, autores de livros, jornalistas e tipógrafos. Professores e estudantes de ciências humanas e ciências políticas também incomodavam. Temiam-se as críticas ao regime, as denúncias, as passeatas estudantis, o humor dos caricaturistas, os enredos cinematográficos e teatrais. Temiam-se os homens com passado de militante político, razão pela qual o regime militar pós 1964 instituiu os corriqueiros atestados de antecedentes políticos. Tudo contava, até a posse de um único livro. Regredimos aos tempos medievais. Livros foram queimados, intelectuais fichados e torturados¹⁴⁶.

A censura é uma das armas que os totalitários têm utilizado para impedir a propagação de ideais que podem colocar em dúvida a organização do poder que exerce sobre a sociedade. Ao longo dos tempos, desde a antiguidade buscou-se controlar o pensamento das pessoas, mas foi depois da invenção da imprensa que se iniciou uma maior preocupação com a censura prévia e se intensificaram as medidas repressivas contra os infratores.

Segundo Novinsky¹⁴⁷ a censura no Brasil começou desde o período colonial e durou três séculos. O Tribunal do Santo Ofício, na Espanha e em Portugal, combatia ideias consideradas heréticas e proibia aos leigos a leitura da Bíblia. Além da censura de livros, panfletos, manuscritos e outros impressos. A liberdade de expressão é um direito humano fundamental e consta no artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos. Cada indivíduo tem o direito à liberdade de expressão, o

¹⁴⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. História da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Fapesp. 2002, p. 21.

¹⁴⁷NOVINSKY, A. W. Os regimes totalitários e a censura. In: Maria Luiza Tucci Carneiro. (Org.). *Minorias Silenciosas: história da censura no Brasil*. 1ed.São Paulo: EDUSP / FAPESP, 2002, v. 1, p. 25-35.

direito à liberdade de ter opiniões sem interferência e procurar receber informações e ideias de qualquer mídia e de qualquer fronteira¹⁴⁸. A constância do controle da ação e das mentes na história do país que nasceu e viveu sob a sombra da censura desde a sua formação colonial até os dias atuais, faz com que tenhamos um convívio com o caráter restritivo dispensado às letras e as formas de pensamento.

No Brasil o financiamento dos veículos de imprensa foi uma ferramenta de controle estatal, em razão da vinculação entre os bancos e o governo. A concessão de licenças para a importação de materiais e equipamentos e o provisionamento de subsídios para cada importação teve influência a ponto de levarem os meios de comunicação de massa a adotarem uma posição de sustentação às medidas governamentais.

Do descobrimento à independência ou morte, chegando a ordem e progresso passando pelo refrão dos tempos de Getúlio, trabalhadores do Brasil, e chegando ao perverso ame-o ou deixe-o da ditadura militar, sempre vivemos sob o signo da censura. Hoje não obstante matizes diversas, ela se apresenta igualmente repressora, sob o crivo implacável da mídia¹⁴⁹.

Durante a ditadura a censura atuou sobre o rádio, a televisão, a imprensa escrita, as artes cênicas, a literatura, e entre outros meios. Livros foram proibidos e autores considerados indesejados. Além disso, atuava a cultura do medo, impondo a autocensura a artistas e profissionais de todas as áreas demonstrando assim, níveis implícitos e não visíveis.

A censura também atuou nas formas de controle político e econômico dos meios de comunicação de massa, tanto na mídia impressa como na eletrônica. No caso da mídia eletrônica este controle foi mais direto e evidente, porque, tanto as emissoras de rádio como as de televisão, operavam canais concedidos pela administração federal, os quais poderiam ser suspensos. Já os veículos de mídia impressa necessitavam apenas de um simples registro. De 1964 a 1988, a concessão de licenças para exploração de frequências reforçou o controle exercido pelo Estado, pelo simples fato de que tais permissões só eram concedidas a grupos que originalmente apoiavam as ações governamentais.

¹⁴⁸ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948). *Declaração universal dos direitos humanos*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 22/07/2020.

¹⁴⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. História da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Fapesp. 2002, p. 178.

É o artigo 21 da Constituição Federal¹⁵⁰ que dá, ao Estado brasileiro, o direito de autorizar a concessão pública para emissoras de rádio e televisão. No entanto, mesmo sendo pública, essa concessão tem sido utilizada ao longo dos anos para atender a fins particulares e privados. Até o início dos anos 1960 não havia uma política clara de comunicação no país.

A censura, então, atua em função da imagem que se quer construir em torno das instituições e das relações de poder de determinada sociedade em determinada época, mas sempre procura se embasar em valores já presentes na consciência coletiva¹⁵¹.

A censura agiu enquanto um dispositivo de manipulação ideológica orquestrado pelas forças armadas e por setores dominantes da sociedade civil. O exército precisava do apoio das elites para governar. Estas, precisavam da força das armas para manter seus interesses. Enquanto instrumento, a censura agiu para a produção de um consentimento à dominação ideológica. A ditadura utilizou-se dela e da propaganda para tentar construir uma imagem positiva do país.

Entre 1950 e 1980 gerou-se um conjunto de representações simbólicas de Brasil e de povo brasileiro que até hoje atua em nosso imaginário social. Na cultura, essas representações do *popular* se adequaram às manipulações ideológicas por parte das elites brasileiras na construção de um tipo ideal, conformado e nunca subversivo. Nesse sentido, vemos como a censura contribuiu para a formação cultural da população naquele determinado período. Observamos a existência de três tipos de atuação para a censura; a preventiva, a coercitiva, e a punitiva.

A censura prévia ou preventiva era utilizada para filtrar a produção artística, os meios de comunicação e as diversões públicas. Geralmente baseava-se em regras de moral já estabelecidas na sociedade. Nesse caso, o material era submetido a análise antes de ser liberado. Os técnicos censores recebiam uma cópia da obra a ser “filtrada” e emitiam seu parecer. No caso do rádio e da televisão, a programação era enviada com três dias de antecedência.

A censura coercitiva tinha um caráter extralegal e pretendia eliminar o conteúdo produzido, neutralizar os dirigentes e até mesmo torturar. Visava ainda tomar medidas que servissem de exemplo, para amedrontar, mostrando o que

¹⁵⁰ SENADO FEDERAL (BR). *Constituição*. Brasília: 1988. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22/07/2020.

¹⁵¹ BERG, Creuza de Oliveira. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Paulo: EdUFSCar, 2002, p. 79.

poderia acontecer aos subversivos, como desaparecimento e morte, como foi o caso do jornalista Wladimir Herzog¹⁵².

A censura punitiva culminava numa atitude repressiva, gerando muitas vezes, processos-crime, impedimento ou veto do conteúdo, e prisão.

Não é apenas sob a força das armas que os regimes autoritários tem se mantido e, não raro, com grande aceitação popular. Há que se atentar para a importância dada por esses regimes às questões psicossociais, à produção, por intermédio da censura e da propaganda, de uma imagem que “seduz” as massas. O apelo à matéria simbólica da qual se reveste a ditadura, a própria figura do ditador e, por outro lado, uma censura cuidadosamente articulada, talvez seja o ponto estratégico comum entre regimes desse tipo. O discurso, os cartazes, as festas e toda uma alegoria enaltecendo as maravilhas do regime, combinados com o mais absoluto silêncio acerca das misérias que este carrega, vêm compor um quadro que se apresenta às massas carregado de funções simbólicas que vão ao encontro de seus mais contidos anseios e aspirações¹⁵³.

A censura à imprensa não era regulamentada por normas ostensivas. Frequentemente visava os temas políticos e atuava através da presença dos censores nas redações dos veículos. Já o controle da propaganda política era antigo e legalizado. Existia desde 1945, era dirigido aos produtores de teatro, cinema, músicos e outros artistas e também contava com censores específicos que agiam em defesa da *moral e dos bons costumes*.

Na cultura, Chico Buarque e Nara Leão eram as grandes referências musicais da resistência. A vitória da Música Popular Brasileira - MPB contra o *iêiêiêiê* (assim como eram as chamadas as músicas da Jovem Guarda) levava em conta uma carga ideológica de embate, pois era uma cultura considerada de oposição. A MPB se preocupava em colocar em suas letras discussões que remetiam diretamente aos problemas políticos, sociais e econômicos do seu tempo sem negligenciar os dramas do amor e das angústias pessoais¹⁵⁴. A música com sua vocação ética e pedagógica trazia reflexões sobre o período pelo qual passava o país. As canções produzidas entre 1963 e 1979 por um grupo de compositores que ficou conhecido como *Clube*

¹⁵²Vladimir Herzog, o Vlado, foi jornalista, professor e cineasta brasileiro. No dia 24 de outubro de 1975 agentes do II Exército convocaram Vlado para prestar depoimento sobre as ligações que ele mantinha com o Partido Comunista Brasileiro, que atuava na ilegalidade durante o regime militar. Em 1978 a Justiça brasileira condenou a União pela prisão ilegal, tortura e morte do jornalista. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/>>. Acesso em: 22/07/2020.

¹⁵³ BERG, Creuza de Oliveira. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Paulo: EdUFSCar, 2002, p. 52.

¹⁵⁴ REIS, Daniel Aarão. MOTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: SP. EDUSC, 2004.

da *Esquina*¹⁵⁵ retratou o engajamento político e a resistência cultural em múltiplos registros. Novos temas e novos movimentos passaram a fazer parte da cena musical brasileira; tropicalismo, experimentalismo, trânsito, cinema novo, individualismo, competitividade, a nova condição feminina, o corpo da mulher, a música brega, o cotidiano do trabalhador, da prostituta, do marginal, etc.

Após o Ato Institucional Número 5 a censura passou a proibir os palavrões no teatro, as cenas de sexo no cinema, a nudez, e as letras de duplo sentido. Ao exibir novos comportamentos as novelas da televisão também foram responsáveis por influenciar algumas mudanças ético-morais pelas quais passou a sociedade brasileira. O impacto das telenovelas da Globo inseriu-se no contexto das transformações de costumes que então se vivia. Embora a censura moral já existisse, ela foi retomada nesse período e a censura das diversões públicas teve seu auge no final da década de 1970. O governo patrocinou campanhas que exaltavam a democracia ocidental e cristã, mesmo não seguindo os princípios éticos e morais do que se espera de um regime democrático e nem da doutrina cristã¹⁵⁶.

Em janeiro de 1968 foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP, tornando-se a agência oficial de propaganda política do governo.

Assim, a farsa que as máquinas ditatoriais constroem, por intermédio da propaganda, de uma sociedade ideal traz como consequência a necessidade de criação de uma censura capaz de detectar e eliminar tudo o que possa abalar a imagem cuidadosamente engendrada para a legitimação do poder¹⁵⁷.

Dentro do contexto da censura, uma importante ferramenta foi A Doutrina de Segurança Nacional¹⁵⁸. A doutrina trazia preceitos que constituíam um conjunto de considerações geopolíticas almejando o objetivo do *Brasil potência*. Formavam uma

¹⁵⁵ O Clube da Esquina foi um movimento musical, criado nas décadas de 1960 e 1970, em Belo Horizonte, e que lançou grandes nomes da cena musical brasileira, como Milton Nascimento, Márcio Borges, Fernando Brant, Wagner Tiso, Ronaldo Bastos, Lô Borges, Beto Guedes, Toninho Horta e Tavinho Moura. A nova musicalidade foi criada com base na fusão das seguintes tendências: bossa nova, samba, jazz, rock, os sons da América Hispânica e as tradições do interior mineiro, com fortes traços da cultura negra. As principais características do Clube da Esquina são os temas das letras das músicas, como amizade, utopia de um mundo melhor, natureza e os espaços rural e urbano, e a singularidade das melodias, das harmonias e dos arranjos.

¹⁵⁶ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 1.ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2012.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 60.

¹⁵⁸ Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento - DSND, proposta pela Escola Superior de Guerra - ESG, foi grande direcionadora das políticas e ações dos governos militares.

rede de atuação e contavam com a polícia política, a espionagem e o julgamento de supostos corruptos, além da caça aos comunistas e subversivos.

Legalmente, foi a partir de 20 de maio de 1970, através do Decreto-lei nº 1.077 de 1970¹⁵⁹, que a censura foi oficialmente instalada no Brasil. A partir daí a censura prévia passou a ter substrato legal para atuar em todo o território nacional. No entanto, nem sempre o governo agiu através de canais burocráticos e legais, muitas vezes fez uso ostensivo e clandestino de aparelhos repressores policiais e militares.

Muitas autoridades pressionaram jornais e revistas para que publicassem notícias de seu interesse. Isso não afetou apenas as relações entre censores e censurados, mas interferiu também nas relações entre jornalistas, proprietários e administradores. Com o impacto da censura, vários veículos fecharam, seja por iniciativa própria, por proibição, ou devido aos prejuízos econômicos. Atingindo principalmente os periódicos essencialmente políticos, opostos ao governo, a autocensura também influenciou o mercado e a escrita dos jornalistas, que mudaram algumas práticas do seu ofício, seja por receio da prisão, pelo fechamento do jornal ou por temer o fim dos empréstimos e financiamentos.

Apesar de termos que considerar que a censura política em momentos de autoritarismo age de forma intermitente, não constante e de maneira diferenciada em relação aos veículos de comunicação, desde o Golpe de 1964 instauram-se mecanismos diversos para controlar as informações veiculadas. O argumento frequentemente apresentado para a instituição da censura em todas as dimensões da vida cultural do país coloca em evidência o papel que se atribuía aos meios de comunicação: além de informar, deveriam orientar a população, tutelados pelo Estado. Os conteúdos que poderiam servir de estímulo à oposição dos militares deveriam ser aliados das publicações. O argumento que se vivia um período de “guerra” (promovida pelos estudantes e pelos “terroristas”) servia para justificar as ações de exceção¹⁶⁰.

No rádio e na televisão, a censura atingiu sistematicamente vários artistas cuja oposição à ditadura era conhecida publicamente, entre eles, Chico Buarque de Holanda, Geraldo Vandré, entre outros. A ditadura também procurava obter dos

¹⁵⁹ O Decreto-Lei Nº 1.077, de 26 de Janeiro de 1970, diz que não serão toleradas publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes; inclusive revistas que fazem publicações obscenas e canais de televisão que executam programas contrários à moral e aos bons costumes; serão proibidos livros que ofendem frontalmente à moral comum; e outras publicações que insinuem o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira; Considerando que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1077.htm. Acesso em 22/07/2020.

¹⁶⁰ BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 296.

brasileiros informações sigilosas através de telefones grampeados de pessoas e instituições. A censura artística e literária afetou predominantemente a produção nacional e, dentro dela, a de cunho político.

A censura aos conteúdos da maioria das publicações políticas, principalmente após 1968, provocou o desaparecimento de vários títulos. Ao mesmo tempo surgiram dezenas de revistas, de variados segmentos, destinadas a um público em ascensão numérica e economicamente: a classe média. Além disso, houve um processo de concentração da imprensa nas mãos de poucos grupos empresariais, a maioria de familiares, passaram a dominar os principais veículos de comunicação nos âmbitos regional e nacional. É nesse contexto da censura que surge a imprensa alternativa¹⁶¹.

Nas redações dos grandes jornais e revistas “chegavam” bilhetes que traziam ordens para que não se publicassem determinadas notícias, além dos telefonemas e da própria autocensura. Já a censura prévia tinha relação direta com a imagem que certos veículos tinham diante dos militares. A censura também causou prejuízos financeiros aos que não se alinhavam às ordens do governo. As proibições eram perceptíveis aos leitores através dos espaços em branco, das receitas culinárias e da inclusão de calhaus publicitários no lugar dos assuntos proibidos¹⁶².

Os textos originais eram submetidos aos censores que ficavam em Brasília, enquanto que a maioria dos veículos tinha seus escritórios centrais no Rio de Janeiro e em São Paulo, o que gerou um problema de transporte e de realização do trabalho cotidiano dos jornais.¹⁶³ Além disso, havia uma censura moral às revistas destinadas ao público masculino, que respondiam por boa parte da receita dessas empresas. Em algumas redações, os próprios representantes do exército iam pessoalmente fiscalizar o que seria publicado. Nesse contexto, houve um crescimento considerável dos jornais alternativos, clandestinos e posteriormente no exílio. Sem o advento da censura, não haveria sentido para o surgimento dessas publicações. Por isso é importante compreender como a censura operou no país,

¹⁶¹A imprensa alternativa foi um espaço importante de crítica ao regime militar, através de divulgação de denúncias, e de debate das organizações de esquerda. Esses impressos, geralmente de curta duração, eram editados frequentemente de forma improvisada e clandestina, por meio do humor, da análise política ou da informação.

¹⁶² KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. Nos tempos da imprensa alternativa. 1ª ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991, p. 533-551.

¹⁶³ Ibidem, p. 298-299.

não só coibindo a liberdade de expressão, mas dando sustentação para que a ditadura permanecesse.

Os jornais são um meio importante de comunicação entre um centro produtor intelectual e as camadas médias leitoras e reprodutoras de seus conteúdos. Eles são por isso parte do processo histórico que estão construindo em suas narrativas, não são apenas porta-vozes de sujeitos alheios [...] assim, o jornal ajuda a construir a realidade na qual seu leitor se circunscreve¹⁶⁴.

[...] A vida dos alternativos é longa e variada na história brasileira, sempre com a marca da efemeridade. Os alternativos são o exemplo de uma característica da vida cultural brasileira: a continuidade na descontinuidade. Isto é, os jornais e revistas surgem, duram relativamente pouco tempo, uns mais, outros menos, mas sempre estão de volta, e às vezes quando menos se espera. E que se opõem à pretensão hegemônica da imprensa de espírito oligarca e ideologia liberal, hoje neoliberal, que é a dominante no Brasil¹⁶⁵.

Devido a ditadura instalada em 1964 o conceito de “alternativo” ficou associado a uma posição antigovernista generalizando uma série de jornais e outras publicações. Na história brasileira os frequentes “alternativos” seriam jornais que se apoiaram ou se desviaram das tendências hegemônicas na imprensa convencional brasileira.

Segundo Maria Aparecida Aquino houve nesse momento uma ampla preocupação com o chamado setor de informações.

Esse formidável instrumental repressivo objetivava o exercício de uma vigilância cerrada sobre todos os setores da sociedade, visando detectar e punir toda e qualquer tentativa explícita ou implícita de “subversão” à ordem instaurada. [...] Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida¹⁶⁶.

De acordo com a autora tanto a grande imprensa, quanto a imprensa alternativa viveram a prática cotidiana da censura prévia. Desde 1978 a censura política foi se tornando cada vez menos explícita e passou a operar com formas sutis de produção de silêncio nas grandes empresas jornalísticas.

A censura é considerada um instrumento de aparato repressivo, no entanto, era muito importante ocultar do público a sua própria existência e, conseqüentemente, muito grande a preocupação em não deixar provas concretas que pudessem vir a constituir elementos que implicassem em

¹⁶⁴ SILVA, Carla Luciana (org.). *Estado e Poder: Ditadura e Democracia*. Cascavel: Edunioeste, 2011, p. 72.

¹⁶⁵ MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tânia Regina. (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2012, p. 234-235.

¹⁶⁶ AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

ações judiciais contra a união, por parte dos órgãos de divulgação afetados¹⁶⁷.

Nesse contexto a propaganda exerceu um papel fundamental tanto antes do golpe, quando durante a ditadura, na medida em que atuou na construção de um inimigo comum: o comunismo. Este era representado como um importante ameaça a sociedade brasileira e seus valores liberais¹⁶⁸.

Segundo Bernardo Kucinski¹⁶⁹ entre 1964 e 1980 circularam cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição ao governo. Tornaram-se conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica. Essas publicações denunciavam sistematicamente as torturas e violações dos direitos humanos e faziam a crítica ao modelo econômico procurando se opor ao discurso oficial e ao propagado pela grande imprensa. No entanto, a bibliografia que trabalha com a imprensa alternativa no Brasil ainda não abrange amplamente a imprensa alternativa produzida no exílio. Por isso a importância desse trabalho em trazer a atuação do *Front* que foi um dos principais boletins de informações produzidos no exílio e distribuído em vários países.

Os arquivos produzidos pela repressão nos remetem diretamente aos sistemas de informações e a todo um aparelho burocrático que produziu tais documentos. Ainda vivemos um intenso debate em relação à disponibilização desses arquivos. Além de ser importante para a história e para a memória do país, ele é essencial para as pessoas que direta ou indiretamente foram afetadas pelas repressões políticas através de processos de anistia, pensões e indenizações¹⁷⁰.

Para Kushnir foi a lógica do controle das informações de um estado autoritário que produziu o acervo da censura. Livros importados foram apreendidos e livrarias incendiadas¹⁷¹. Desde o início da ditadura as agências dos correios já faziam triagem das correspondências e das obras literárias que eram enviadas. Nesse sentido, a censura foi tratada como uma importante questão de estado, inclusive com a atuação da polícia na execução das medidas.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 79.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 81.

¹⁶⁹ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. Nos tempos da imprensa alternativa. 1ª ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.

¹⁷⁰ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. Nos tempos da imprensa alternativa. 1ª ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991, p. 173-175.

¹⁷¹ Ibidem, p. 181.

Por causa da atuação da censura no país, diversos impressos começaram a ser escritos por brasileiros exilados. Segundo Cruz, não se sabe o número exato de títulos, alguns autores falam de cinquenta, outros de sessenta. Muitas dessas publicações se auto denominavam boletins e se apresentavam sob um formato e um conteúdo mais próximo de um jornal ou de uma revista. Por terem sido publicados em diversos países e continentes, há certa dificuldade em obter os exemplares desses títulos, principalmente os primeiros e os últimos.

Nesse trabalho de oposição enfatizamos a atuação do boletim *Frente Brasileira de Informação*. É por causa da censura e do exílio que se impôs ao país que surgiu a vontade e o compromisso de publicar o que era proibido no Brasil. As pressões do governo também vinham sob a forma de pressões econômicas por meio de verbas publicitárias oficiais, anúncios e financiamentos, além de ações violentas como atentados, ameaças e vigilância ostensiva sobre os editores e jornalistas. Por isso, compreender o papel da censura no período em questão se torna algo decisivo em nossa narrativa.

No entanto, mesmo com a censura, uma pequena parte da imprensa brasileira, denominada alternativa e/ou clandestina, continuou acompanhando as atividades dos movimentos sociais, as greves e a atuação da oposição. Muitos veículos de comunicação que, inclusive, apoiaram o golpe, nos anos subsequentes, em graus e momentos distintos, assumiram uma postura de crítica. Segundo Pena, “a história, assim como o jornalismo, não reconstitui a verdade, interpreta-a¹⁷²”. Por isso, toda interpretação histórica depende de um sistema de referência¹⁷³. É improvável analisar o discurso histórico fora da instituição em torno da qual ela se organiza. Por isso é importante compreender o meio, o lugar, as relações e o contexto em que o *Front* está inserido.

A censura foi só a ponta do *iceberg*, pois houve a tortura, a repressão e a eliminação de indivíduos considerados inimigos. Para que tivéssemos acesso a essas ocorrências do passado, destacamos o papel da *Comissão Nacional da*

¹⁷²PENA, Felipe. Os jornalistas e as reconstruções de vidas – problemas epistemológicos na elaboração do discurso biográfico. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2001, Salvador, BA. Disponível na íntegra em CD-rom do evento.

¹⁷³PENA, Felipe. *Teorias e Críticas*. 3ª reimpressão. 2ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 157.

*Verdade*¹⁷⁴ e as respectivas comissões estaduais, que trouxeram informações que permaneceram durante muito tempo, ocultas do grande público. As Comissões permitiram que houvesse o reconhecimento oficial das violações praticadas contra os direitos humanos durante os vinte e um anos de ditadura instaurada no país.

Pensar sobre o passado de nossa sociedade, é a possibilidade de se ter o direito à memória, a informação e a verdade, pressupostos fundamentais de uma sociedade democrática. Ainda hoje convivemos com versões falsas de suicídios, acidentes, e omissão de informações desse período. Muitos familiares ainda procuram seus mortos, que inclusive, não foram reconhecidos como *desaparecidos políticos* pelo governo brasileiro.

A Comissão Nacional da Verdade possibilitou a divulgação de novos documentos e reacendeu o debate dos crimes e torturas praticados pela ditadura. No entanto, essa documentação é alvo de debate, de disputa de poder e de memória. Qual passado a sociedade ou alguns segmentos dela querem proteger, ocultar, revelar ou renegar? Durante anos os militares tentaram negar as torturas e assassinatos cometidos por agentes do estado. É importante, segundo Montenegro, pensar na operação de construção e efetivação dos mecanismos que institucionalizaram as prisões arbitrárias, os sequestros, as torturas e os assassinatos. Foram utilizados para isso, locais oficiais e também clandestinos, práticas de chantagem, coação física e moral, assassinatos, estupros, violência psicológica, apoio e financiamento de alguns setores privados. Em uma rede que incluía as polícias, as forças armadas, os órgãos e serviços de informação e espionagem, vemos ações arbitrárias, como prisões em lugares diferentes para impedir a comunicação. Muitos presos políticos ficavam incomunicáveis, e o estado se negava a repassar qualquer tipo de informação para os advogados e familiares. Com o AI-5, os presos políticos perderam o direito ao *habeas corpus*,¹⁷⁵ além de provocar a demissão de vários jornalistas e críticos ao governo. Os agentes do estado empreenderam invasões a domicílios e prisões sem mandato, forçando muitos jornalistas a deixarem seus empregos passando a viver na clandestinidade.

¹⁷⁴ Para mais informações sobre a: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório final da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, 10 dez. 2014b. 3v. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 17 dez. 2014. Acesso em: 22/07/2020.

¹⁷⁵ *Habeas Corpus* é uma ação existente na esfera jurídica brasileira para proteção da liberdade de locomoção dos indivíduos, isto é, serve para fazer parar ou prevenir qualquer restrição ilegal ao direito de ir e vir livremente: na prática é usado para soltura de pessoas presas ilegalmente ou para prevenir uma possível prisão ilegal.

No debate político atual ainda há uma tentativa de produzir discursos que justifiquem ou minimizem essas práticas, como por exemplo, a expressão *ditabranda*¹⁷⁶.

Essas discussões fizeram parte dos debates promovidos no exílio. São assuntos que fazem parte das disputas pela memória do país. Um passado recente e de lembranças dolorosas, presente nas memórias, nos testemunhos, nas versões contraditórias e mais do que nunca no desejo de silenciar e minimizar as ações efetuadas nesse período.

3.2 A FORMAÇÃO DO BOLETIM FRENTE BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES

Este Boletín representa um intento de romper el bloqueo impuesto por la ditadura brasileña a la divulgación de los hechos que ocurren en el interior del país. Hacer circular estas noticias, reproducirlas o cualquier otra forma de solidaridad significan una efectiva contribución a la lucha del Pueblo brasileño en contra del régimen militar que lo oprime, menospreciando cotidianamente los más elementales derechos humanos¹⁷⁷.

É com este texto que o *Frente Brasileiro de Informações* se apresenta aos leitores na maioria das capas escritas em língua espanhola. Este segundo capítulo tem como objetivo apresentar a história e trajetória do impresso enquanto ferramenta de denúncia e de resistência dos exilados brasileiros. *Front* não foi a única publicação produzida por brasileiros no exílio. Podemos destacar alguns títulos, como *Revolution Brésilienne*, *Brasil Hoy*, *Campanha*, *Agora é que são elas*, *Debate*, *Cartas Chilenas*, *Bolletino Informativo Della Resistenza Brasiliana*, *Realidade Brasileira*, *Palmares*, *Resistência*, *Temas e Debates*, *Brasil Boletim Informativo*, *Brasil mês a mês*, *Brasile*, *Brasilien Kommiten*, *Nyt Fra Brasilien*, *Brasil: order e progress*, *Brasilian Information Bulletin*, entre outros.

É importante apontar o crescimento e relevância das pesquisas acadêmicas onde a imprensa tem ocupado um lugar cada vez maior nos estudos ligados à política e a outras vertentes da produção historiográfica. Nesse caso, não lidamos com uma escrita ingênua ou involuntária, pelo contrário, os grupos em questão tem a consciência de que a imprensa, enquanto agente político e histórico, exerce

¹⁷⁶Em um editorial publicado no dia 17 de fevereiro de 2009, o jornal *Folha de S. Paulo* utilizou a expressão “ditabranda” para se referir à ditadura que governou o Brasil entre 1964 e 1985. Na opinião do jornal, que apoiou o golpe militar de 1964 que derrubou o governo constitucional de João Goulart, a ditadura brasileira teria sido “mais branda” e “menos violenta” que outros regimes similares na América Latina.

¹⁷⁷INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série. Seção de Boletins. Pasta 2. Identificação: FBI_CHI_19710300_00_001.jpg* capa. Março/1971.

hegemonia e poder na sociedade, interferindo diretamente na realidade social. Além do boletim em si, também utilizamos uma série de documentos, os quais discutiremos mais adiante, nos quais os colaboradores fazem uma escrita sobre o seu trabalho, colocando claramente a definição do boletim, seus objetivos e sua proposta de ação.

Dentro da imprensa alternativa e militante, os impressos não se apresentam apenas como fonte de informação, mas como ferramenta de mobilização e enfrentamento. A imprensa engajada e voltada a projetos políticos é característica do século XX e nos leva a problematizar as questões que envolvem a materialidade da fonte. Da autoconstrução da imagem do impresso à seleção das informações.

Segundo Franco¹⁷⁸ há uma distinção quanto à caracterização dos jornais, no que diz respeito a tipos, dimensões e elementos. Temos assim, os de temática livre e os de temática específica. Ainda no que concerne aos jornais de temática específica lembramos que eles são ora permitidos oficialmente, ora clandestinos, podendo abarcar aquilo que conhecemos como imprensa alternativa¹⁷⁹. Para a autora, a escolha da mídia impressa, seja ela oficial ou clandestina, como fonte de pesquisa para o campo político, não significa tratar esta fonte como receptáculo de verdades. É preciso pensar suas parcialidades, o grupo que o edita, as sociabilidades que exercita nas diferentes conjunturas políticas, as intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar determinados atores. Nesse sentido, tomamos como ponto importante o trabalho de Pierre Nora¹⁸⁰, ao colocar o papel do historiador como aquele que dá sentido aos fatos, e a importância da temporalidade da fonte pesquisada, da notícia e do momento histórico vivido, tratando a imprensa como um lugar de intensas lutas políticas¹⁸¹. Tendo o *Front* como parte da imprensa alternativa e de resistência, produzida no exílio, é imprescindível apreender que papel ele representou nesse momento da história brasileira e de que forma conseguiu interagir com seu entorno político e social.

Além das posições ideológicas, deve-se levar em conta também as condições materiais da produção; os processos de cooperação (pois um jornal é obra composta); as relações concretas entre as forças em presença;

¹⁷⁸ FRANCO, Gilmar Yoshihara. *História e imprensa: os usos do jornal na pesquisa histórica*. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2013. NATAL – RN.

¹⁷⁹ Ibidem.

¹⁸⁰ NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. *Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

¹⁸¹ Ibidem.

as relações entre os interlocutores. Para o leitor, as condições de sua leitura intervêm na interpretação que ele faz dos enunciados; para o jornalista, as condições de leitura que ele pressupõe para seu artigo fazem parte de suas condições de produção. Há, portanto, mais que “formações ideológicas” na constituição de uma fala¹⁸².

De acordo com Capelato¹⁸³ ao trabalhar com imprensa é importante definir objetos, métodos, fontes e recortes cronológicos. Nesse sentido, compreendemos que o trabalho da grande imprensa, contemporânea ao golpe, foi decisivo politicamente, pois o governo utilizava esses veículos para fazer propaganda oficial. Em contraponto, a imprensa alternativa combateu o autoritarismo em suas páginas, ao considerar escassas as possibilidades de estabelecer diálogos por meios “oficiais”.

A escrita da história com a utilização da imprensa como fonte encontra-se num campo de batalha pela memória e de disputa em torno do passado e é algo bem menos ingênuo do que costuma parecer, envolvendo embates das forças sociais sobre o presente/futuro. Isso é algo que se realiza coletivamente e que tem uma função social. Segundo o historiador português Fernando Rosas¹⁸⁴, tais batalhas pela interpretação do passado são, antes de tudo, atravessadas por lutas pela hegemonia nas sociedades contemporâneas. Os revisionismos podem servir para afirmar o caráter renovador de novas abordagens e/ou reconsiderações interpretativas; em outros casos representam viradas ético-políticas informadas pela disputa ideológica do presente; e na maior parte das vezes trazem uma mistura desses dois elementos.

Assim, para se pensar as relações entre História e memória, é preciso levar em consideração que:

A memória coletiva de um grupo representa determinados fatos, acontecimentos, situações; no entanto, reelabora-os constantemente. Tanto o grupo como o indivíduo operam estas transformações. Embora parta do real, do fato, do acontecido, o processo da memória se desloca e passa a operar através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da construção desse quadro. Com a história, a dimensão do fato, do acontecido, do acontecimento opera sempre em sintonia com o que é estabelecido no momento em que o fato ocorreu. A forma como o acontecido operou ou atuou no imaginário ou no

¹⁸² MOULLIAUD, Maurice. PORTO, Sérgio Dayrell. (orgs.) *O Jornal da forma ao sentido*. Editora UNB. 3ª edição revista e ampliada. 2012, p. 294.

¹⁸³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto / Edusp, 1998.

¹⁸⁴ Rosas, Fernando. *Fazer a História do Estado Novo*. Uma conversa com Fernando Rosas. Por Luís Trindade. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016): 203-223.

próprio comportamento social não se constitui em elemento fundante. [...] A história opera com o que se torna público, ou vem à tona da sociedade, recebendo todo um recorte cultural, temático, metodológico a partir do trabalho do historiador¹⁸⁵.

A imprensa produzida no exílio pode nos trazer uma considerável reflexão de como as esquerdas brasileiras viveram essa experiência. Os periódicos produzidos nesse período podem nos ajudar a compreender as permanências e rupturas dos exilados, suas expectativas, aspirações políticas, e de que modo recebiam as notícias vindas do Brasil¹⁸⁶.

Em que contexto o *Front* foi produzido, como e o porquê de sua existência? Como as relações de poder estão presentes nessas publicações? Qual o legado histórico do *Front*? Que ações foram tomadas em consequência do trabalho do boletim? São algumas perguntas que tentaremos responder com esse trabalho.

Front tinha seu conteúdo produzido na Argélia, a partir de discussões realizadas entre seus grupos de colaboradores, na maioria exilados e a partir de informações repassadas pelas redações dos veículos de comunicação do Brasil, que enviavam as notícias censuradas. Além disso, também recebiam cartas, artigos da imprensa alternativa, de partidos e jornais operários, textos de outras publicações produzidas no exílio e denúncias de voluntários. Os recortes de jornais eram compartilhados por correspondência e depois reproduzidos. Existia uma ampla rede de colaboração com troca de informações entre residentes no Brasil, exilados na Europa e membros de outros periódicos alternativos e/ou clandestinos. Em cada país, pequenos grupos formaram núcleos de edição e distribuição, dos quais falaremos mais adiante¹⁸⁷.

O público alvo do *Front* era formado por jornalistas, acadêmicos, sindicalistas, partidos políticos, estudantes, escritores, artistas, intelectuais, trabalhadores, etc. Algumas edições chegaram a ser enviadas clandestinamente ao Brasil e a

¹⁸⁵ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 19-20.

¹⁸⁶ CRUZ, Denise Rollemberg. Debate no exílio: em busca de renovação. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v. 6, p. 291-339.

¹⁸⁷ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: Os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)*. *Dissertação (Mestrado em História)* - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

Pernambuco, pelo jornalista Darwin Brandão¹⁸⁸. Os boletins eram vendidos em algumas livrarias e distribuídos para alguns assinantes, que assim solicitavam através da caixa postal, divulgada na última página da publicação. Além de denunciar as torturas, desaparecimentos e assassinatos, Front publicou casos de corrupção dentro dos governos militares, obras superfaturadas como a construção da rodovia Transamazônica, e a situação financeira pela qual passava a maior parte da população brasileira, a que eles chamavam nas reportagens de “a farsa do milagre econômico¹⁸⁹”. O impresso, no Chile, fazia parte de várias ações coordenadas pelo *Comitê de denúncia a repressão no Brasil*¹⁹⁰.

Cada edição tinha uma média de páginas que variava, podendo conter de quinze até mais de trinta páginas. Há um consenso na documentação de que a primeira edição foi publicada em 1969. No entanto, esse início, teve datas diferentes, conforme o país e o idioma. Há um documento, sem nome de remetente ou destinatário, enviado pelo *Front*, em francês, que data de 12 dezembro de 1969, que diz o seguinte:

A Frente Brasileira de Informações vem denunciar os milhares de brasileiros que estão sendo presos, torturados e mortos, e que toda essa violência precisa romper a barreira do silêncio. O regime a ser combatido é forte, e que o terror utilizado só tem aumentado, inclusive com o apoio americano e do presidente Rockefeller¹⁹¹.

O texto em si, indica que o boletim já existia em dezembro de 1969, além disso, a capa do boletim da edição de julho de 1970, em francês, diz que aquela é a edição de número 11, e as edições subsequentes nesse idioma seguem essa cronologia, o que nos indica que a primeira edição do *Front*, em francês, tenha sido publicada em setembro de 1969¹⁹². Não há, em outro idioma, nenhum documento ou exemplar do boletim que nos leve a uma publicação anterior a essa.

¹⁸⁸ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016, p. 144.

¹⁸⁹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Seção de Boletins. Pasta 2. Janeiro/1971.

¹⁹⁰ O *Comitê de Denúncia a repressão no Brasil* era formado por brasileiros que viviam no Chile. O principal objetivo era mobilizar as comunidades latino-americana e internacional contra a ditadura militar no Brasil e manter-se em contato com outras organizações que produziam boletins de denúncia. O grupo era formado por pessoas de diferentes tendências políticas.

¹⁹¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Frente Brasileira de Informações. Página datilografada. Anônima. Pasta 088. Identificação: EXI_BIFBI_081_001.

¹⁹² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Capa da edição de julho de 1970, em francês. Identificação: EXI_BIFBI_061_163JPG.

Na tabela a seguir, vemos a disponibilidade das edições do boletim no seu principal acervo, que é o Instituto Miguel Arraes¹⁹³.

Quadro 1 - Edições do Front¹⁹⁴

EDIÇÕES FRONT	1969	1970	1971	1972	1973
JANEIRO	-	X	X	X	X
FEVEREIRO	-	-	X	X	X
MARÇO	-	-	X	X	X
ABRIL	-	X	X	X	X
MAIO	-	-	X	X	X
JUNHO	-	-	X	X	X
JULHO	-	X	X	X	X
AGOSTO	-	X	X	X	X
SETEMBRO	-	X	X	X	-
OUTUBRO	-	X	X	X	-
NOVEMBRO	-	X	X	X	-
DEZEMBRO	-	X	X	X	-

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nesse contexto, pretendemos trabalhar com o arquivo do exílio como um lugar de memória¹⁹⁵. As edições do boletim disponíveis, a correspondência e produção oficial e não oficial de Miguel Arraes na Argélia, as circulares, pautas e atas de reunião, resoluções produzidas após cada encontro, são também a história de um movimento de resistência ao discurso que os governos militares pretendiam consolidar.

Dentro de um acervo que compõe uma memória, *Front* se configurou para além de um boletim de notícias. Os núcleos que se formaram atuaram como uma central de captação e redistribuição de informações composta por militantes de distintos grupos que se opunham à ditadura brasileira, dentre as mais variadas correntes de pensamento político. Em cada país, formavam seus respectivos centros de elaboração e distribuição, além de promoveram ações que iam de protestos, conferências até a publicação de livros.

¹⁹³ Durante a escrita desta tese, o Instituto Miguel Arraes ainda dispunha de todo o acervo do ex-governador. Com a extinção do instituto, o acervo está sob a administração da Fundação Joaquim Nabuco.

¹⁹⁴ Elaborada pela autora.

¹⁹⁵ FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

3.3 FUNDADORES DO *FRONT*

A relevância do boletim *Frente Brasileira de Informações* só foi possível graças ao trabalho de seus fundadores e colaboradores que se organizavam em diferentes países. Essa foi uma das questões mais difíceis na elaboração desta tese, porque não há uma bibliografia prévia que trate especificamente do *Front*, salvo o trabalho de Fábio Lucas Cruz, que nos trouxe informações essenciais sobre o boletim. Segundo o autor, o *Front* foi a maior expressão da oposição dos brasileiros fora do país, sendo descrito pelo general Médici como “uma campanha sistemática de difamação do Brasil no exterior”¹⁹⁶.

Dentro da bibliografia e documentação encontrada, há um consenso de que o *Front* foi fundado por Miguel Arraes, Violeta Arraes (irmã do ex-governador), o padre Almeri Bezerra de Melo, o ex-deputado Márcio Moreira Alves e Everardo Norões (sobrinho do ex-governador)¹⁹⁷. É essencial que conheçamos uma breve trajetória de cada um deles até a chegada ao exílio.

Considerada “embaixadora” dos exilados em Paris, o trabalho de Violeta Arraes foi fundamental para a denúncia dos crimes contra os direitos humanos cometidos pela ditadura. Além do boletim, o grupo de exilados na Argélia, do qual faziam parte Violeta Arraes Gervaiseau e Márcio Moreira Alves estabeleceram uma rede de solidariedade recebendo e procurando integrar os recém-chegados. Esses exilados vinham de diversas correntes das esquerdas e de diferentes lugares do país, gerando muitas vezes uma falta de coesão, fator esse que contribuiu para o esfacelamento do organismo anos depois¹⁹⁸.

Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau foi presidente da Juventude Universitária Católica (JUC) entre 1948 e 1950. Graduiu-se em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Concluiu uma pós-graduação em Psicologia na França e ao passar por um estágio no Centro Internacional de Economia e Humanismo de Paris, conheceu o economista francês e

¹⁹⁶ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2010, p. 62.

¹⁹⁷ Ibidem. p. 58.

¹⁹⁸ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2010, p. 56.

católico de esquerda Pierre Gervaiseau. Casados, vieram morar no Recife, aonde Violeta trabalhou no Movimento de Cultura Popular (MCP) e no Movimento de Educação de Base.

Logo após o golpe, foram presos quando iam ao encontro de dom Hélder Câmara na sede da Arquidiocese de Recife. Quatro meses depois, após enfrentarem várias dificuldades impostas pelas autoridades brasileiras, os dois partiram para o exílio em Paris com o auxílio do governo francês, já que, segundo a Embaixada no Rio, a permanência do casal em Recife tornara-se arriscada¹⁹⁹.

Violeta Arraes foi presa no Recife após o golpe de 1964 e depois de quatro meses foi expulsa do país pelos militares. A irmã de Arraes foi uma das primeiras exiladas nordestinas a chegar na França, pois já tinha cidadania francesa em decorrência do casamento com Pierre Gervaiseau. Da Europa, Violeta tentou combater a angústia e o desalento do exílio, promovendo um elo de ligação entre os exilados, embora reconhecesse as inúmeras divergências ideológicas. Além disso, promoveu um intenso trabalho de informação e conscientização da opinião pública francesa sobre o que se passava no Brasil. Segundo Cortez, ela fez parte de uma importante rede de solidariedade aos que chegavam à França²⁰⁰.

Na França, onde voltou a residir, formou-se em psicologia e trabalhou como psicoterapeuta para ajudar os brasileiros exilados que haviam sido vítimas da tortura do regime militar e também os refugiados chilenos após o golpe do general Pinochet que derrubou o governo de Salvador Allende. Pela sua maneira generosa de acolher os refugiados na França ficou conhecida como a Rosa de Paris²⁰¹.

Em 1979, com a anistia, Violeta regressou ao país. Voltou à França em 1984, para trabalhar como adida cultural na Embaixada brasileira. De Paris, voltou ao Ceará, para assumir a Secretaria de Cultura, em 1987. Dez anos depois, foi nomeada reitora da Universidade Regional do Cariri, em seguida, fundou uma organização não governamental voltada para preservação da região onde nasceu, a chapada do Araripe, localizada na junção dos Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. Nos últimos anos de vida lutou contra um câncer e faleceu no estado do Rio de Janeiro, aos 82 anos²⁰².

¹⁹⁹ GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 154.

²⁰⁰ CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005, p. 212-213.

²⁰¹ CAVALCANTI, Lailson de Holanda. COLARES, Valda. *Magdalena Arraes: a dama da história*. Recife: CEPE, 2015, p. 91.

²⁰² FOLHA DE SÃO PAULO. Violeta Arraes, “A rosa de Paris”, morre aos 82. São Paulo, 18 de junho de 2008. São Paulo. Caderno Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1806200828.htm>. Acesso em: 10/03/2021.

Almeri Bezerra de Melo nasceu em 1927, no município de Escada, na Mata Norte de Pernambuco. Aos 11 anos, ingressou no seminário de Olinda, onde formou-se anos mais tarde em filosofia. Em Roma, estudou teologia. Na Europa envolveu-se com movimentos operários na Bélgica, na Alemanha e na França. Em 1951, retornou ao Brasil, passou a ensinar no Seminário da Arquidiocese do Recife, na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), e a trabalhar como supervisor da Juventude Universitária Católica no Recife e no Movimento de Educação de Base (MEB), inspirado na pedagogia de Paulo Freire. Após o golpe exilou-se em Paris, partindo no mesmo avião em que Violeta Arraes viajava. Após se estabelecer em Paris, conseguiu ingressar no doutorado em Sociologia na École de Hautes Études e, logo depois, deixou o sacerdócio. Em 1966 foi para o México e, depois de três meses, foi para a Argélia, onde foi assessor do ex-governador Miguel Arraes. Atuou ao lado do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e do advogado Cândido Mendes. Anos mais tarde, foi embaixador do UNICEF na África²⁰³. O ex-padre, que também era professor e funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU) também atuou em outros países do continente africano, como Angola, Benin, Congo, Guiné Bissau e Mauritânia. Posteriormente ele escreveu dois livros a respeito de suas experiências no exílio, *Para além dos verdes mares* e *Oropa, França e Bahias*. Na equipe do *Front*, Almeri auxiliava Arraes na produção e organização do boletim na Argélia e por falar vários idiomas era um dos responsáveis pela tradução dos exemplares²⁰⁴.

Na Argélia, Almeri ainda trabalhou junto ao Ministério da Agricultura e depois, em uma organização não governamental na área da educação, adotando o método Paulo Freire na alfabetização de adultos em árabe. Depois dessa atividade, envolveu-se em um projeto nacional de construção de aldeias socialistas. O resultado dessa experiência foi publicado pela Universidade de Constantine, onde Almeri desenvolveu um estudo sobre a “relação entre o caminho privado e o público na sociedade tradicional argelina”²⁰⁵. Em 1976 mudou-se para Luanda, em Angola, como chefe da representação da Unicef. Após a anistia, em 1979, Almeri voltou ao

²⁰³ MELLO, Almeri Bezerra de. *Para além dos verdes mares*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006, p. 36.

²⁰⁴ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016, p. 145.

²⁰⁵ CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.p.216.

Brasil. O professor morreu no Recife, em 09 de maio de 2019, aos 92 anos, tendo dedicado sua vida à educação, à militância política e à formação de lideranças católicas²⁰⁶.

Márcio Emanuel Moreira Alves é um nome que aparece constantemente no acervo do exílio de Miguel Arraes, seja em correspondências ou em documentos relacionados ao *Front*. Foi um importante organizador do boletim. Por ele, transitavam todos os jornais e as revistas brasileiras que eram encaminhadas a Argel. Também realizava intermediações entre exilados brasileiros na Europa e em Argel²⁰⁷. O trabalho de Márcio era essencial para manter o diálogo entre as diferentes sessões que compunham o *Front*, mantendo contato com organizações não governamentais e com políticos europeus e americanos²⁰⁸.

Márcio Emanuel Moreira Alves nasceu no dia 14 de julho de 1936, no estado do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira profissional como repórter no jornal *Correio da Manhã*, tendo posteriormente concluído a faculdade de Direito na atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro²⁰⁹. Entre 1961 e 1963 foi assessor de San Tiago Dantas, quando este era ministro das relações exteriores e ministro da fazenda. Inicialmente apoiou o golpe de 1964, mas a partir do Ato Institucional Nº 1, participou, com outros jornalistas, de uma intensa campanha em defesa dos presos políticos que estavam sendo torturados. Em 1966 foi eleito deputado federal na Guanabara pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB. Após o Ato Institucional Nº 5, foi cassado e deixou o país clandestinamente em dezembro de 1968. Foi para o Chile e lá permaneceu até 1971, quando se mudou para a França. Em 1974 instalou-se em Lisboa, onde viveu até seu retorno ao Brasil em 1979, após o decreto da anistia. Continuou seu trabalho como jornalista, atuando como assessor e em

²⁰⁶ UNICAP. Católica lamenta morte do ex-professor Almeri Bezerra de Melo. Jailson da Paz. Disponível em: <http://www.unicap.br/assecom1/catolica-lamenta-morte-do-ex-professor-almeri-bezerra-de-melo/>. Acesso em: 10/03/2020.

²⁰⁷ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: Os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979). *Dissertação (Mestrado em História)* - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2010, p. 61.

²⁰⁸ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016, p. 215.

²⁰⁹ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. RAMOS, Jovelino. *Memórias do Exílio: Brasil 1964-19??*. São Paulo: Editora e Livraria Livramento LTDA, 1978, p. 226.

veículos como o *Tribuna da Imprensa*. Morreu em 3 de abril de 2009, aos 72 anos, no Rio de Janeiro.²¹⁰

José Everardo Arraes de Alencar Norões nasceu na cidade do Crato, no Ceará, em 1944, vindo anos depois estudar economia no Recife. Marxista de formação, engajou-se na luta contra a ditadura. Escritor radicado em Pernambuco, viveu exilado na França, Argélia e Moçambique. É autor dos livros: *Poemas argelinos* (Edições Pirata, 1981), *Poemas* (Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2000) e *Nas entrelinhas do mundo* (Bagaço, 2002), este, volume de crônicas em coautoria com Abelardo Baltar. Enquanto permaneceu em Argel, trabalhou redigindo as notícias do *Front*, sobretudo as denúncias²¹¹. Foi na Argélia onde passou a maior parte de seu exílio, de 1970 a 1977. Em 1977 foi para Moçambique, até voltar ao Brasil, em 1979. Everardo também fez parte da empresa SERT (Sociedade de Estudos e Realizações Técnicas Limitada), idealizada por Miguel Arraes, da qual falaremos mais adiante. Ele pediu desligamento da sociedade, e em 23 de junho de 1971, disponibilizou suas ações aos demais membros²¹². Em 2016, o escritor lançou seu livro mais recente, *Melhores Mangas*.

3.4 COLABORADORES DO FRONT

Os documentos que compõem o acervo de Miguel Arraes no exílio trazem uma série de referências ao *Front*. Circulares, atas de reunião, ações que o boletim deveria desenvolver, eventos, discussões entre as sessões em outros países, exemplares do próprio boletim, no entanto, são em sua maioria, anônimos. Em alguns momentos, encontramos referências a nomes próprios, sem sobrenome. O nome de Arraes como fundador principal e sua casa na Argélia como sede do boletim constam nos trabalhos de Lucili Grangeiro²¹³, na biografia de Madalena Arraes²¹⁴, na dissertação²¹⁵ e tese²¹⁶ de Fábio Lucas Cruz, e em biografias de ex-

²¹⁰ CPDOC. Marcio Moreira Alves. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/marcio_moreira_alves. Acesso em:

²¹¹ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: Os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979). *Dissertação (Mestrado em História)* - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2010, p. 61.

²¹² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Seção de Documentos, pasta 5. Identificação: EXI_DS_077_001.

²¹³ CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005, p. 213.

²¹⁴ CAVALCANTI, Lailson de Holanda. COLARES, Valda. *Magdalena Arraes: a dama da história*. Recife: CEPE, 2015, p. 107.

exilados políticos, como a de Almeri Bezerra de Melo, Yara Gouvêa, Miguel Arraes, entre outros, e no próprio acervo do Centro de Informações do Exterior - CIEX, que produzia frequentes relatórios de investigação aonde nomeava possíveis colaboradores do *Front*. Foi através dessa documentação que chegamos aos nomes dos fundadores, citados anteriormente.

Da mesma forma, fomos em busca de quem escrevia e organizava o boletim. Como um quebra-cabeças as informações estavam espalhadas em diferentes fontes. De acordo com o blog *Agências de Notícias*²¹⁷, trabalhavam na sede do *Front* na Argélia, Neiva Moreira (jornalista e ex-deputado) e Bayard Demaria Boiteux (matemático), ambos ex-guerrilheiros do Caparaó. No Uruguai, os contatos da agência eram Carlos Figueiredo de Sá, juiz e militante da Aliança Libertadora Nacional, e Paulo Schilling, antigo brizolista gaúcho.

Em Santiago, no Chile, estavam Márcio Moreira Alves e Almino Monteiro Álvares Afonso, ambos deputados que foram cassados. Em Lima, no Peru, o correspondente era outro deputado, o médico David Lerer, também cassado no AI-5. Em Portugal, estava o atual antropólogo Mauro Leonel Junior. De Londres, trabalhava o casal Maria Regina e Carlos Eduardo Sena Figueiredo. Na França, Renato Archer, cientista e militar, antigo militante da esquerda maranhense. O brasilianista James Green, por sua vez, registra praças de colaboração na Bélgica, Suíça, Suécia e Canadá. Cruz cita ainda grupos na Alemanha Ocidental e na Holanda²¹⁸.

De Paris, dava suporte à distribuição a irmã do governador, Violeta Arraes. Segundo o então guerrilheiro da ALN e ex-ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, que foi exilado na França por onze anos e era o contato da guerrilha com o governo argelino, a irmã de Arraes era o elo de ligação entre as diversas

²¹⁵ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979). *Dissertação (Mestrado em História)* - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2010, p. 58.

²¹⁶ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016, p. 80.

²¹⁷ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. *FBI: a agência de notícias que alternativa que desafiou a ditadura brasileira*. Agências de notícias. Blog sobre agências de notícias e temas relacionados. Pedro Aguiar. Jornalista e professor de Jornalismo da UFF. Disponível em: <https://agenciasdenoticiasblog.wordpress.com/2018/12/17/fbi-a-agencia-de-noticias-alternativa-que-desafiou-a-ditadura-brasileira/>. Acesso em: 27/06/2020.

²¹⁸ Ibidem.

correntes que cooperavam na agência. Yara Gouvêa (que assinava Sônia Taffasca), militante da Vanguarda Popular Revolucionária - VPR, graduada em Letras e pós-graduada na Sorbonne, foi repórter, redatora, diagramadora, impressora e responsável pela expedição dos exemplares, trabalhou no *Front* entre março de 1971 e agosto de 1973²¹⁹.

Yara foi também uma das militantes mais ativas no funcionamento e na manutenção da chamada Frente Brasileira de Informação (FBI), criada no exterior para denunciar o regime militar. A Frente Brasileira de Informação foi criada em 1969 a partir de um encontro entre Miguel Arraes e Márcio Moreira Alves. Segundo as informações de Yara, quando os quarenta banidos chegaram à Argel, a Frente ainda era muito pequena, uma configuração quase familiar. Quem estava à frente desse trabalho eram Everardo Noronhães, sobrinho de Arraes, e um ex-padre, que havia se casado e deixado a batina. A rede de informações tinha começado nos Estados Unidos graças à iniciativa de uma irmã de Márcio²²⁰.

Conforme Maria Cláudia Badan Ribeiro, “foi ela a responsável pela montagem da primeira sede da publicação do boletim da *Frente Brasileira de Informações*, realizada num apartamento que foi transformado em um laboratório de fotografias.” Em junho de 1970, com a chegada à Argélia dos quarenta banidos trocados pelo embaixador alemão sequestrado no Brasil, o *Front* passou a ser dirigido por um colegiado composto por Miguel Arraes, Apolônio de Carvalho, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, Ladislau Dowbor, da Vanguarda Popular Revolucionária, e por José Maria Crispim, do Partido Comunista Brasileiro²²¹.

Segundo Ribeiro:

Em Paris, a Violeta e o Márcio distribuíam aquele boletim que era feito. Mas, quando eu entro, como eu já tinha antes de ir para Argel, criado antenas da *Frente Brasileira de Informação* em vários países europeus, eu dinamizei mais ainda aquilo. E efetivamente criamos antenas por toda a parte, onde pudemos, inclusive em Moscou, criamos uma antena da *Frente Brasileira de Informação*, o Boletim também era divulgado lá, em alguns países da antiga União Soviética, nós mandávamos para China, nós mandávamos para alguns países asiáticos. O Boletim da *Frente Brasileira de informação* tinha também autonomia no Chile, tanto que eles pegavam só parte dos artigos

²¹⁹ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016, p. 175.

²²⁰ RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Deslocamentos e ativismo revolucionário: a experiência das mulheres exiladas brasileiras. *Revista de la Red de Intercâmbios de História de América Latina Contemporânea* Año 7, N° 13. Córdoba, Diciembre 2020-Mayo 2021, p. 118.

²²¹ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. *FBI: a agência de notícias que alternativa que desafiou a ditadura brasileira*. Agências de notícias. Blog sobre agências de notícias e temas relacionados. Pedro Aguiar. Jornalista e professor de Jornalismo da UFF. Disponível em: <https://agenciasdenoticiasblog.wordpress.com/2018/12/17/fbi-a-agencia-de-noticias-alternativa-que-desafiou-a-ditadura-brasileira/>. Acesso em: 27/06/2020.

que eram elaborados pela gente, e faziam uma segunda parte que era específica lá da questão chilena, mas também ele era divulgado na América Latina. Era divulgado nos Estados Unidos, nós tínhamos uma grande rede de divulgação do Boletim lá nos Estados Unidos e uma grande rede de divulgação do boletim também no Canadá²²².

De acordo com Fábio Cruz, Vanguarda Popular Revolucionária, Movimento Revolucionário Oito de Outubro e Aliança Libertadora Nacional concordaram em participar da publicação envolvendo seus integrantes exilados no Chile e na Europa, desde que as seções tivessem autonomia de decisões. Cruz mostra as dimensões do trabalho do *Front*:

Os números de exemplares publicados eram expressivos. Em 1971, por exemplo, a seção italiana produziu 5 mil cópias de boletim. Na Suíça, foram produzidos dois mil exemplares em francês e também em alemão. Na Holanda, eram distribuídas 300 cópias do boletim. O grupo da Frente na Alemanha Ocidental tinha uma edição de 2 mil exemplares. Na Suécia, haviam dois grupos do FBI que editavam 3 mil números do boletim. Com um número menor de membros, os exilados na Bélgica apenas distribuíam o boletim produzido em Argel²²³.

Outra importante participante do *Front* foi a advogada Anina de Alcântara Carvalho, defensora de presos políticos em São Paulo. Após o golpe civil-militar de 1964, Anina sofreu ameaças, foi presa, teve suas correspondências interceptadas e viu-se cada vez mais limitada no exercício de sua profissão. Em 1971, decidiu deixar o país. Exilou-se na Bélgica, no Chile e na França. Concedeu entrevistas a vários veículos europeus denunciando a situação de violência e desrespeito aos direitos humanos no Brasil, participou de conferências públicas e programas de rádio e televisão. Anina trabalhou junto a Anistia Internacional na elaboração de um relatório sobre a tortura no Brasil. De 1971 a 1973, organizou um arquivo com dados de presos políticos reunindo mais de três mil fichas de processados²²⁴.

O escritório de Londres era dirigido por Sena de Figueiredo e sua esposa, Maria Regina. No Chile, ainda participavam Maurício Dias David, Mário Siqueira, José Serra, que coordenava a Ação Popular em Santiago e Armênio Guedes, jornalista e ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nos documentos que

²²² RIBEIRO, Maria Claudia Badan. Deslocamentos e ativismo revolucionário: a experiência das mulheres exiladas brasileiras. *Revista de la Red de Intercatedras de História de América Latina Contemporânea* Año 7, N° 13. Córdoba, Diciembre 2020-Mayo 2021, p. 119.

²²³ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016, p. 148.

²²⁴ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. RAMOS, Jovelino. *Memórias do Exílio: Brasil 1964-19??*. São Paulo: Editora e Livraria Livramento LTDA, 1978, p. 62.

fazem parte do acervo do Centro de Informações do Exterior, há uma infinidade de menções a supostos participantes do *Front*. Nos interrogatórios dos exilados, o nome do boletim é frequentemente citado, como foi o caso do depoimento de Ângelo Pezzuti. Ele foi preso e na ocasião, disse que apenas sabia da existia do boletim, mas não participava dele²²⁵. Ângelo Pezzuti também aparece no acervo do exílio de Miguel Arraes.

Figura 6 - Dados da chegada de Ângelo Pezzuti²²⁶

Arrivée

Nom: Angelo Pezuti
 Nationalité: brésilienne
 NOM D'EMPRUNT: DOMINGO MELLILLO
 Passeport équatorien n° 5031
 Date: 14.6.1974
 Provenance: Paris

Départ

Dimanche - 15.6.74
 Destination - Paris

13.6.74
 Miguel Arraes

Fonte: Instituto Miguel Arraes (1974).

²²⁵ INT. nº344/73 de 31/10/1973 DOI/I ACE 007146 SNI/ARJ INFORMAÇÃO Nº 2881/73 – SCH. Depoimento prestado no DOI /CODI/I EXÉRCITO. Ângelo Pezzuti da Silva foi um dos líderes do Comando de Libertação Nacional (Colina), grupo de combate à ditadura que a presidente Dilma Rousseff fez parte, quando morava em Belo Horizonte. As ligações dela com Pezzutti foram os principais motivos da tortura que a ex-presidente sofreu em Juiz de Fora, conforme revelado pela série de reportagens A tortura de Estela contada por Dilma, publicada pelo Estado de Minas e finalista do Prêmio Esso de Jornalismo. Um dossiê encontrado no Arquivo Nacional, em Brasília, guarda um depoimento de Pezzuti, que confirma ter escrito um bilhete solicitando a Dilma ajuda para fugir da prisão. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/10/23/interna_politica,324987/relatos-dos-anos-de-chumbo-causam-comocao-em-audiencia-publica-da-comissao-da-verdade.shtml. Relatos dos anos de chumbo causam comoção em audiência pública da Comissão da Verdade. Marcelo da Fonseca. Estado de Minas. 23/10/2012. Acesso em: 15/03/2021.

²²⁶ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: EXI_DPED_0048_001.

Algumas pastas do acervo do exílio trazem listas de nomes, endereços e currículos. Podemos supor que estas pessoas também faziam parte da logística de produção e organização do *Frente Brasileira de Informações*.

Vemos em outros informes do CIEEX, menções a supostos colaboradores do *Front*. Gerson Gomes²²⁷, ao ser interrogado, negou colaborar com 15.000 escudos mensais e artigos para o boletim. Heron de Alencar²²⁸, é descrito no documento do Ministério do Exército como: professor da Sorbonne, intelectual, atuante do Partido Comunista Brasileiro, ligado a Luiz Carlos Prestes e líder da *Frente Brasileira de Informações*, tendo em Miguel Arraes o executante de suas diretrizes.

O jornalista e correspondente internacional Francisco Pedro Araújo Netto, também foi interrogado: “[...] Em dezembro de 1972, foi encontrado pela polícia italiana de Roma um caderno de endereços pertencente a Frente Brasileira de Informações, onde constava o nome Araujo Neto – Via Pio Foá, 49, interno 6, Monteverde Nuovo – Tel 53-2380 (Roma)”²²⁹.

O sociólogo João Bosco Feres, é um nome que aparece frequentemente. Tanto no acervo do exílio, quando no acervo do CIEEX, onde existe um dossiê de trinta e nove páginas sobre ele. Segundo Grangeiro, João era responsável pela organização do *Front* na Holanda. De lá ele recebia contribuições de diferentes grupos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro e a Vanguarda Popular Revolucionária, além de intelectuais e artistas²³⁰. Além disso, podemos citar que havia uma comunicação frequente entre as diferentes embaixadas brasileiras com a finalidade de vigiar os exilados e as viagens que eles realizavam.

Muito agradeceria a Vossa Excelência o obséquio de transmitir à Secretaria de Estado os dados disponíveis sobre JOÃO BOSCO FERES, considerado um dos fundadores da Frente Brasileira de Informações (FBI) e o principal articulador para a fundação do comitê holandês para a Anistia no Brasil, segundo consta, o nominado, teria, inclusive, se naturalizado holandês²³¹.

²²⁷ Ministério do Exército – I Exército – DOI 0723 Nº 347/73 04/11/73 interrogatório das 14 às 18 horas.

²²⁸ CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO. *Ministério do Exército*. Gabinete do Ministro. Identificação: S/103.2.

²²⁹ SNI. *Araujo Neto – subversivo*. Agência Central. Extrato de Prontuário. Identificação: Nº 000005. p. 4.

²³⁰ CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005, p. 59.

²³¹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Divisão de Segurança e Informações. INFORME Nº 521/80. 25/03/1980. DPNPES 134 P.8/39.

João, supostamente João Bosco Feres, foi citado na reunião geral que aconteceu em Berna, na Suíça. Ele é apontado no documento como a pessoa responsável pelo escritório na Holanda. O mesmo relatório aponta como representantes na França: Márcio, Raimundo, Paula e Carina. Na Inglaterra: Carlos e Armando. Na Bélgica: Jan. Na Alemanha: Carmem e Dora. Na Suíça: Rodrigo. Na Suécia: Tito e na Itália: Antônio, Daniela e Vittorio²³².

Carlos Figueiredo Sá, ex-juiz do trabalho do estado de São Paulo, é apontado pelo CIEX como participante do *Front*.

1971 – Em fevereiro foi detido e interrogado pela polícia uruguaia e intimado a deixar o país, em 10 dias, tudo indicando que se radicaria no Chile para dirigir a “Frente Brasileira de Informações”. Em outubro, estava em Santiago / Chile, como representante da Frente²³³.

Em seu prontuário, vemos o seguinte:

05.10.1970 – Informações recentes indicam que o nominado, ex-juiz do trabalho, foi nomeado por Miguel Arraes, desde a Argélia, representante no Uruguai, da Frente Brasileira de Informações, para formação do comitê uruguaio contra as torturas no Brasil²³⁴.

Podemos concluir, que é praticamente impossível, identificar todos as pessoas que em algum momento colaboraram com o *Front* durante seus quatro anos de existência. O acervo do exílio de Miguel Arraes possui mais de sessenta mil documentos, além do imenso acervo do Centro de Informações do Exterior - CIEX. Embora os exemplares do boletim sejam escritos de forma anônima, salvo raras exceções, como foram os casos de algumas matérias assinadas pelo próprio Miguel Arraes, por Dom Hélder Câmara, Jean Paul Sartre e Michel de Certeau. Ainda assim, através desses recursos e de biografias de exilados, podemos supor que essas pessoas citadas podem ter sido importantes colaboradores.

Segundo a Revista *Isto É*, em reportagem intitulada: *A vida de Serra no exílio*²³⁵, documentos classificados de secretos, que ainda estariam em fase de organização no Arquivo Nacional em Brasília, mostram que o político e ex-líder

²³² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: EXI_DFBI_0018_002. Relatório da reunião geral de Berna. 10-11 março de 1973.

²³³ SNI. Araujo Neto – subversivo. Agência Central. Extrato de Prontuário. Nº 000008. p. 9.

²³⁴ Prontuário N. 2016 Carlos Figueiredo Sá – juiz de Direito. Disponível em: <https://ptdocz.com/doc/1136633/prontu%C3%A1rio-n--2016-carlos-figueiredo-s%C3%A1-juiz-de-direito.p.4>. Acesso em 15/03/2021.

²³⁵ SEQUEIRA, Cláudio Dantas. A vida de Serra no exílio. *Revista Isto É*. São Paulo. Edição nº 2117. 09/06/2010. Acesso em 06/05/2021.

estudantil era cotidianamente perseguido por agentes do Centro de Informações do Exterior (CIEX), o setor de inteligência do Itamaraty. Nos documentos, ele era definido como um dos líderes e um dos mais ativos “pombos-correios” da *Frente Brasileira de Informações*²³⁶.

Amarílio de Oliveira Vasconcelos, que seria um dos fundadores do PC do B, também esteve presente nos arquivos no CIEX.

ÍNDICE: “Frente Brasileira de Informações (FBI)”. Amarílio de Oliveira Vasconcelos. Araujo Neto.

Em 28 de agosto de 1973 o jornalista brasileiro ARAUJO NETO, correspondente do “Jornal do Brasil” em Roma, endereçou carta ao subversivo AMARILIO DE OLIVEIRA VASCONCELOS, na época, refugiado político no Chile e com residência à Avenida Vicuña Mackenna, número 567, apartamento “C” – 3º andar, em Santiago do Chile.

A citada correspondência continha matéria jornalística “preparada” para ser publicada nos boletins da “Frente Brasileira de Informações (FBI)”, editados em Santiago, e versava sobre fatos que indicassem cada vez mais a imagem negativa do Brasil no exterior.

O marginado, que era Redator-Chefe do boletim da “FBI” e correspondente da agência de notícias “Hsin-Hua”, se encontra atualmente asilado na Argentina em companhia de sua mulher, RACHEL COSSOY BURKINSKY²³⁷.

No próximo capítulo iremos discutir como o Centro de Informações do Exterior trabalhou intensamente na vigilância aos exilados brasileiros, inclusive as publicações que circulavam no exterior. Encontramos no acervo do CIEX uma lista de pessoas que fariam parte do boletim e os respectivos escritórios do *Front*. Vejamos:

²³⁶ Pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 2011), que garante a transparência de todas as informações em poder do Estado, a classificação em grau ultrassecreto, por exemplo, só pode ser feita pelo presidente da República, vice-presidente, ministros e comandantes das Forças Armadas. Quando um documento é classificado como ultrassecreto, ele fica inacessível à opinião pública por 25 anos. E ao ser classificado como secreto, o prazo estabelecido será de 15 anos. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/22/comissao-restringe-poder-de-impor-sigilo-ultrassecreto-a-documentos-publicos>. Acesso em 28/06/2021.

²³⁷ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Centro de informações do exterior*. CIEX Nº117 / 74 data da obtenção do informe 16/nov./73 data do documento 06/março/1974.

Figura 7 - Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 1

BRDFAN, BSB. 2D. 7B. 29, P. 1/18 00636 (86)

CONFIDENCIAL 4748 173

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES

Brasília, DF 12 NOV 1973

ASSUNTO: "FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES (FBI)"

ORIGEM: CI/DPF

AVALIAÇÃO:

DIFUSÃO: SR's - DPF's

DIFUSÃO ANTERIOR:

REFERÊNCIA:

ANEXO: RELAÇÃO DE NOMES (16 Fls)

Rg. 15608/73

PEDIDO DE BUSCA Nº 1097 / 73

S-3

1 - DADOS CONHECIDOS:

1.1 - Os elementos relacionados no Anexo estão, direta ou indiretamente, ligados à "FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES - FBI", Organização Comunista, com intensa atuação na Campanha Difamatória contra o Brasil, no exterior.

1.2 - O país indicado pode não ser o de residência fixa do elemento, ou de sua nacionalidade. É fornecido, apenas, com o objetivo de facilitar as buscas, pois em alguma época serviu de residência efetiva para os elementos nele relacionados.

2 - DADOS SOLICITADOS:

2.1 - Remeter a esse CI/DPF, quaisquer dados sobre os mesmos, preferencialmente, entradas e saídas no território brasileiro.

2.2 - Positivado o item anterior, quais os endereços procurados pelos mesmos e contactos, de um modo geral.

CONFIDENCIAL cont....

Figura 8 - Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 2

2D. 7B. 29, P. 2 (2)

CONFIDENCIAL

MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES

Fls. 2 .

2.3 - Outros dados julgados úteis.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
30/01
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA
DOCUMENTO (Art. 62 - Dec. N.º 60417/67
Requisito para Salvaguarda de Assuntos
Sigilosos).



CONFIDENCIAL

DPF-SAV/399

Figura 9 - Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 3

4748 21.73.29P.3 (88)

CONFIDENCIAL

RELAÇÃO DE ELEMENTOS CITADOS A "FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES - FBI"

BÉLGICA

EMILIE ARNOULD /
Mouvements Belge "Pax Christi"
111 Rue de la Poste 1030 Bruxelles

ARTHUR BAERT /
178, Stoppelstraat - Gent

NICOLAS BOSLY /
Av de La Croix Rouge 184 (Bressoux) 4001 Liège

ANDRE CAPPELLE /
2, Tourelle, Obigies Kain LEUVEN

MARC DELEPELEIRE
La Revue Nouvelle
Rue Van Elewyck 35 - 1050 Bruxelles

MARGUERITE FIEVEZ
7, Rue Royale Sainte Marie - Bruxelles

NORBERT GORISSEN
Abbaye N D d'Orval Villiers Devant Orval

JEAN HEINEN
La Cité - Bruxelles

GEORGE NEEFS
Waversabaan, 220 - 3030 Heverlee

MARCEL PLOEM
Mussenstraat 120 B 3000 Leuven

WILLIAM STONE
Temoignage Chrétien
179 Av du Bois de La Cambre - Bruxelles

JAN TALPE
Studentenwyk, 6 ap 406 B 3030 Heverlee

CONFIDENCIAL

Figura 10 - Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 4

20.75.29, p.4

4748

CONFIDENCIAL

LUC et YOLANDA THOMÉ
Rue du Dr Huet, 36 Bruxelles 7

M. ARONSTEIN
Ligue Belge pour la Defense des Droits de L'Homme
1, Av de la Toison d'Or 1040 Bruxelles

JEAN BRUCK
Confédération Mondiale du Travail
Rue Joseph II, 50 1040 Bruxelles

TERESA CLAEYS
aux bons soins de Yolanda Thomé
Rue du Dr Huet, 36 Bruxelles 7

PIERRE GALAND
Rue Engeland 42 - 1180 Bruxelles

Mme ISABELLE BLUM
Unión Belge Défense de la Paix
Rue Watteau 17 1000 Bruxelles

BRUNO ARENS
Jeune Garde Socialiste
FNBP 630 1060 Bruxelles

JULES POLLÉ
Mouvemente Ouvrier Chrétien
Rue Pietinckx 19 1000 Bruxelles

ROSINE LENIN
Drapeau Rouge
Rue Caserne 33-35 1000 Bruxelles

ETIENNE-CHARLES DAYEZ
Information à la Radio-TV RTB Place Flagey 1050 Bruxelles.

DERDE WERELD BEWEGING
Mechelsestraat 119,B 3000 Leuven

CONFIDENCIAL

Figura 11 - Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 5

20.7B-29, P.5

CONFIDENCIAL
- 3 -

FINLÂNDIA

✓ REIJO MIETTRIN
Gyidenkatu 10 B 24
Helsinki

FRANÇA
RELIGIOSOS EM PARIS

✓ BASSAN VALDI JOSÉ (PALOTINO)
95, Rue de Sèvres VIème

✓ BASSO ADILDO
9, Rue Felix Faure 92 Asnières

✓ LABERGE JACQUES (SJ)
14 bis Rue d'Assas 6

✓ MANFROI OLIVIO (ofm)
7 Rue Marie Rose 14

✓ NESSIER MARCEL (SJ)
42 Rue de Grenelle 7

✓ TELLEGEN PAULO (op)
20 Rue des Tanneries 13

ORGANIZAÇÕES E PESSOAS LOCALIZADAS EM PARIS E OUTROS LOCAIS

✓ MARCELINI LORIDAN
61, Rue des Saints Pères VIème

✓ CHARLES ANTOINE
Paroisse N D des Anges
46, Faubourg Montbeliard 90 Belfort

✓ Maitre JEAN LOUIS AUJOL
Secrétaire General "Libre Justice"
6, Rue des Tilleus 92 Boulogne sur Seine

CONFIDENCIAL

Figura 12 - Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 6

20.7.73. 29, P.6

CONFIDENCIAL

(41)

EDOUARD BAILBY
35, Castagnary XVème

BERNARD et CLAUD BAZIN
24, Rue de Chagelles XVIIème

Mme ODILE BASSE
2, Place Mirabeau 95 Soisy sous Montmorency

JACQUES et CHRISTIANE BENOIT
66, Rue de la Vallée du Bois 92 Clamart

GEORGES CASALIS
11, Rue Voltaire 92 Antony

MICHEL DE CERTEAU (LES ESTUDES)
15, Rue Monsieur VIIème

JACQUES CHATAGNER (LA LETTRE)
68, Rue de Babylone VIIème

ROBERTO LAS CASAS
5, Rue Maillard XIème

THERESE MALIET
Croissance des Jeunes Nations
163, Boulevard Malesherbes XVIIème

PIERRE NARDIN
228, Av Roger Salengro 6ème étage, droite 92 Chaville

HENRI NOIROT
10, Rue Saint Marc IIème

PASCAL HENRI
25 bis Rue Saint Sabin XIème

PERRET
9, Rue de Duras VIIIème

P. PIETTRE
33, Rue de Vaugirard VIème

CONFIDENCIAL

0205102

Figura 13 - Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 7

20.7.73.29, P. 7 (41)

CONFIDENCIAL

✓ MICHEL ROGARD
85, Bd Pasteur, escalier B XIIème étage

✓ CHRISTIAN RUDEL
22, Louis Albert 1er VIIIème

✓ PIERRE JAMEE
4, Rue Mayet VIème

✓ RENÉ SALANNE
26, Rue Montholon IXème

✓ G SUBERVILIE
3 bis Rue des Beaux Arts VIème

✓ SHIRO TANAKA
56, Rue de la Verrerie IVème

✓ JACQUELINE THIBAUT
12, Rue de Chateaubriand VIIIème

✓ CHARLES TILLON
1, Traverse du Pont Baret 13 Aix en Provence

✓ ROGER TREFEU
34, Rue du Theatre XVème

✓ MICHEL WAGNER
176, Rue de Grenelle VIIème

✓ AROLDO WALL
17, Rue Boissière, 6ème étage XVIème

✓ JEAN L. WEIL
34, Rue de La Verrerie IVème

✓ ROLLAND COLIN (IRFED)
49, Rue de La Glacière XIIIème

✓ ROBERT COTTAVE
4, Rue Picquemart 78 Orgeval

✓ ANDRE CRUIZIAT
47, Rue du Borrego XXème

CONFIDENCIAL

0269102

Figura 14 - Lista de integrantes da Frente Brasileira de Informações – parte 8

2D.7B.29,P.8 (93)

CONFIDENCIAL

✓ FRANÇOIS DESOUCHES
54, Rue de la Boétie VIIIème

✓ GERARD LABROSSE
2, Av Gallieni 91 Brunoy

✓ FRANÇOIS LAMBERT
25, Rue de La Regnie Ième

✓ XAVIER LANGLADE
BP 201 XIXème

✓ A. LAVALLEE
7, Rue du Dr Dumée 77 Nemours

✓ JEAN LESTAVEL (LA VIE NOUVELLE)
73, Rue St Anne IIème

✓ REMY LESTIENNE
72, Rue de la Colonie XIIIème

✓ MICHEL LEVY
Hotel du Dragon Rue du Dragon - Paris

✓ DANIEL FRESCO
14, Square de Port Royal XIIIème Paris

✓ HENRI et ANNIE GIASER
Rue des Morillons, XVème Paris

✓ YVES GOUSSAULT
21, Rue Vieille du Temple IVème Paris

✓ EDOUARD GUEYDAN
42, Rue de Grenelle VIIème Paris

✓ GEORGES HOURDIN
163, Bd Malesherbes XVIIème Paris

✓ ANDRES JACQUES
80, Rue de Paris, 91 Massy

✓ MARIA JOLAS
106 bis, Rue de Rennes VIème Paris

CONFIDENCIAL

0209J02

Fonte: CIE X (1973).²³⁸

²³⁸ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento da Polícia Federal. *Centro de Informações*. Informe 00636. 4748/73. Referência: BRDFAN,BSB.2D.7B.29,P.1/18.

Segundo a Lei Nº 12.527 de 18 de novembro de 2011²³⁹ que regula o acesso às informações no país, os documentos nomeados de confidenciais caracterizam informações que, no interesse do Poder Executivo e das partes, devam ser de conhecimento restrito e cuja revelação não-autorizada possa frustrar seus objetivos ou acarretar dano à segurança da sociedade e do Estado e tem o prazo máximo de dez anos para que sejam acessados. Os documentos do CIEX que fazem referência ao *Front* são, em sua maioria, secretos ou confidenciais. Nos casos dessas listas apresentadas acima, é importante perceber o grau de vigilância e precisão de informações que os agentes do estado mantinham no exílio. A identidade dessas pessoas não estava preservada, nem tampouco seus endereços. Como eles sabiam exatamente a localização delas, ainda que estivessem dispersas em países diferentes e às quais organizações de esquerda elas estavam ligadas? Estavam expostas à sofrerem qualquer tipo de represália? Outra questão, é a de como chegavam a essas supostas informações, já que os exemplares do *Front* eram publicados anonimamente, e nos documentos de reuniões utilizavam sempre siglas ou somente os primeiros nomes. Nem sempre conseguimos cruzar as informações. Há nomes de pessoas que aparecem nos arquivos de forma recorrente, com suas atividades bem explicitadas. Em alguns casos, só vemos uma citação do nome do indivíduo, como alguns que fazem parte dessas listas. A suposta ligação à *Frente Brasileira de Informações* descrita no documento não significa necessariamente que essas pessoas fossem colaboradores diretos, ou escrevessem matérias para o boletim. Poderiam ser indivíduos que eventualmente estabeleceram algum contato com a organização do impresso, ou mesmo contribuíram financeiramente, ou na distribuição, ou eram apenas assinantes. São suposições que não podemos esclarecer nesse momento.

3.5 FINANCIAMENTO DO FRONT

Com sede na Argélia e sob a liderança de Miguel Arraes de Alencar, uma das primeiras formas de financiamento do boletim foi a pensão que o ex-governador recebia do governo argelino, além do trabalho que prestava como consultor de negócios. Além disso, começou um movimento de criação de empresas para

²³⁹BRASIL. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 29/06/2021.

intermediar exportações e oferecer mão-de-obra especializada e serviços ao governo argelino, como a INTRADE e a SERT²⁴⁰.

[...] Foi criada em 1969 a empresa de comércio internacional denominada INTRADE SA. E em 1973 foi criada a INTRADE, Empresa De Incorporação, Exportação e Representação Ltda., conhecida como INTRADE LTDA, associada a INTRADE SA., com escritórios em Argel, Paris, Genebra, e Rio de Janeiro²⁴¹.

Aécio Gomes de Matos chegou a Argélia enviado pela Anistia Internacional após curta permanência na Holanda. Ele trabalhou com Arraes na organização de um escritório de geração de recursos através de serviços de engenharia e venda de equipamentos, cujo principal objetivo era financiar um processo revolucionário no Brasil.

Miguel Arraes e os irmãos Silvio Lins e Marcos Lins eram sócios na empresa INTRADE SA. Silvio Lins era o diretor da organização e tinha a responsabilidade de prestar contas de toda a parte financeira. A INTRADE SA intermediava negociações entre empresas de diferentes países e o governo argelino, que precisava importar equipamentos, alimentos e mão-de-obra especializada. A partir de 1969 surgiram divergências entre os sócios. Arraes acusou Silvio Lins de desviar dinheiro da empresa e passou a cobrar-lhe insistentemente relatórios e prestações de contas. Diante das discordâncias, Silvio deixou o cargo²⁴². Também observamos várias menções a uma empresa chamada GRESSO, mas não conseguimos informações sobre quem participava desta empresa e a quem pertencia.

A seguir, podemos ver alguns documentos que tratam dessas empresas, dessas relações comerciais e das negociações que eles estabeleciam na Argélia. Podemos compreender esses documentos como evidências da existência dessas organizações e da importância que elas tiveram nas relações dos exilados com o governo argelino e de como essa inserção econômica pode ter contribuído com a adaptação desses indivíduos a uma nova vida no exílio.

²⁴⁰ CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005, p. 213.

²⁴¹ Relatório “Miguel Arraes: luta pela anistia”, produzido pela 2ª seção/CNME, de 04 de dezembro de 1986. Centro de Informações da Aeronáutica. Informe 0001 de 13 de janeiro de 1987. ARQUIVO NACIONAL. Miguel Arraes: luta pela anistia. Centro de Informações da Aeronáutica. Brasília: 13 de janeiro de 1987. Identificação: BR_ANBSBVAZ124A0083.

²⁴² CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016, p. 137.

Figura 15 - Documento financeiro – prestação de contas

S. LINS
D. MOURTHE

Alger, 31/1/71
EXI-DPCF-0101-001

Prestação de Contas, em preparação, prevista
pelo artigo nº 7 do acordo sobre o Setor
financeiro.

Prezado amigo:

Recebo-lhe acusar o recebimento da
peça contábil anexa à presente carta,
constante de:

- uma folha resumo, 1969, Débito,
Crédito e Saldo em caixa a 31/12/69,
manuscrita, rubricada Φ
- dezesseis folhas manuscritas, Φ , nume-
radas da maneira seguinte -
I, II, III, IV, V, VI-1, VI-2, VI-2A, VI-2B,
VI-3, à VI-8, VII, VIII e VIII-2, com
a mesma rubrica Φ , todas referen-
tes ao ano de 1969.

Cordialmente,

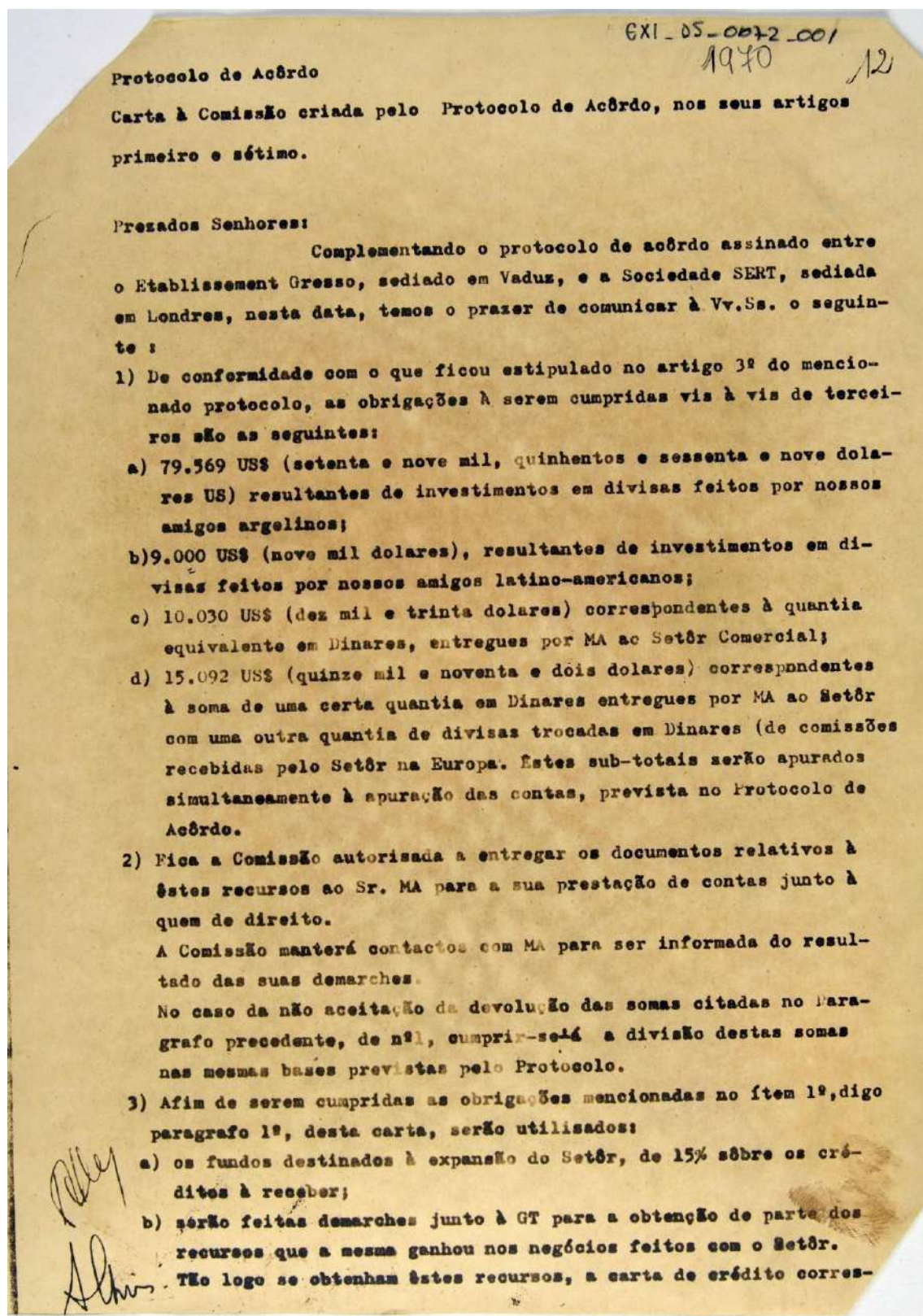
Aluis

P.S: Documento feito em 2 vias + 1 fotocópia.

Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).²⁴³

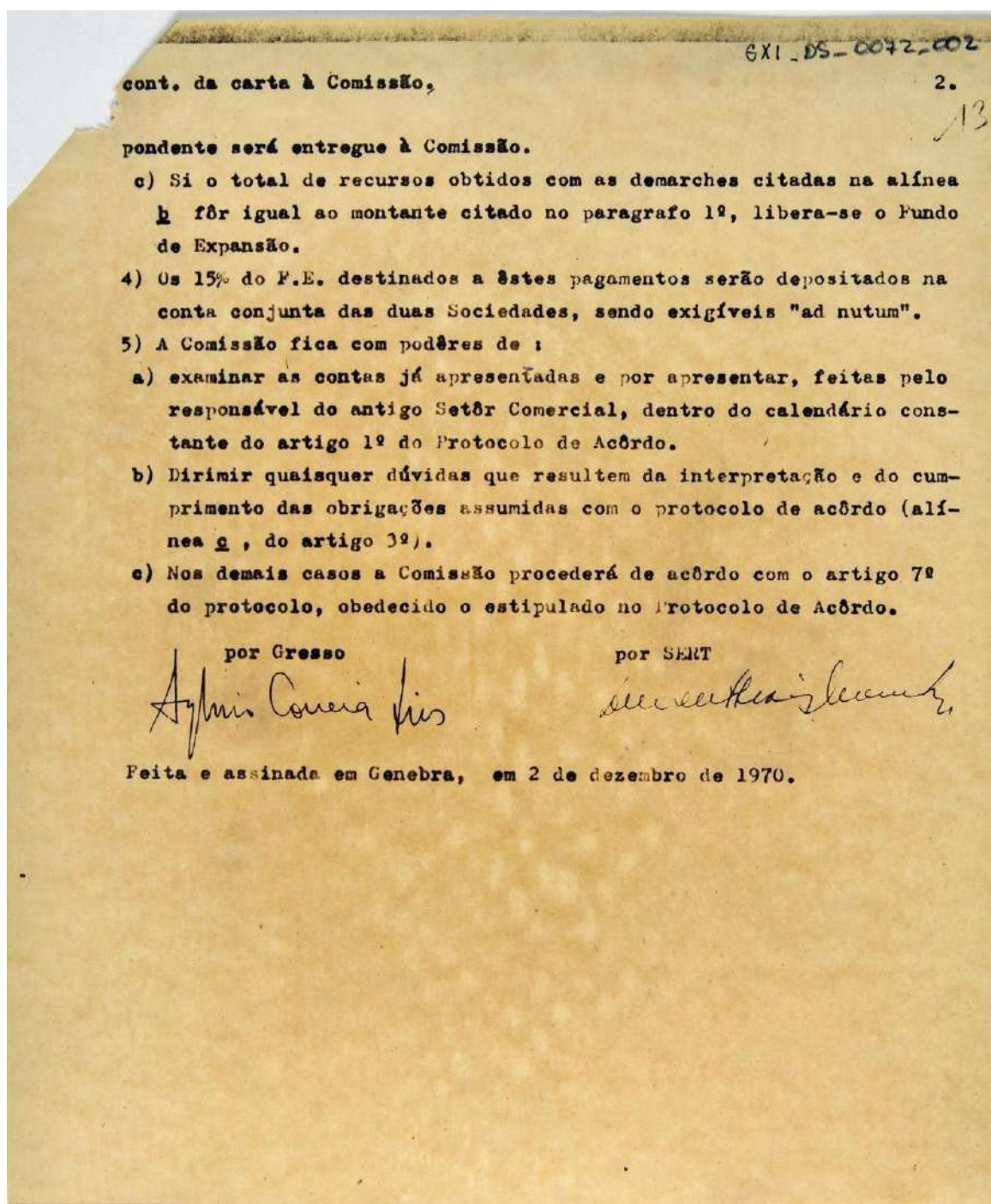
²⁴³INSTITUTO MIGUEL ARRAES. Acervo Exílio. Identificação: EXI_DPCF_0101_001.

Figura 16 - Protocolo de acordo entre as empresas SERT e Gresso - 1



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1970).

Figura 17 - Protocolo de acordo entre as empresas SERT e Gresso - 2



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1970).²⁴⁵

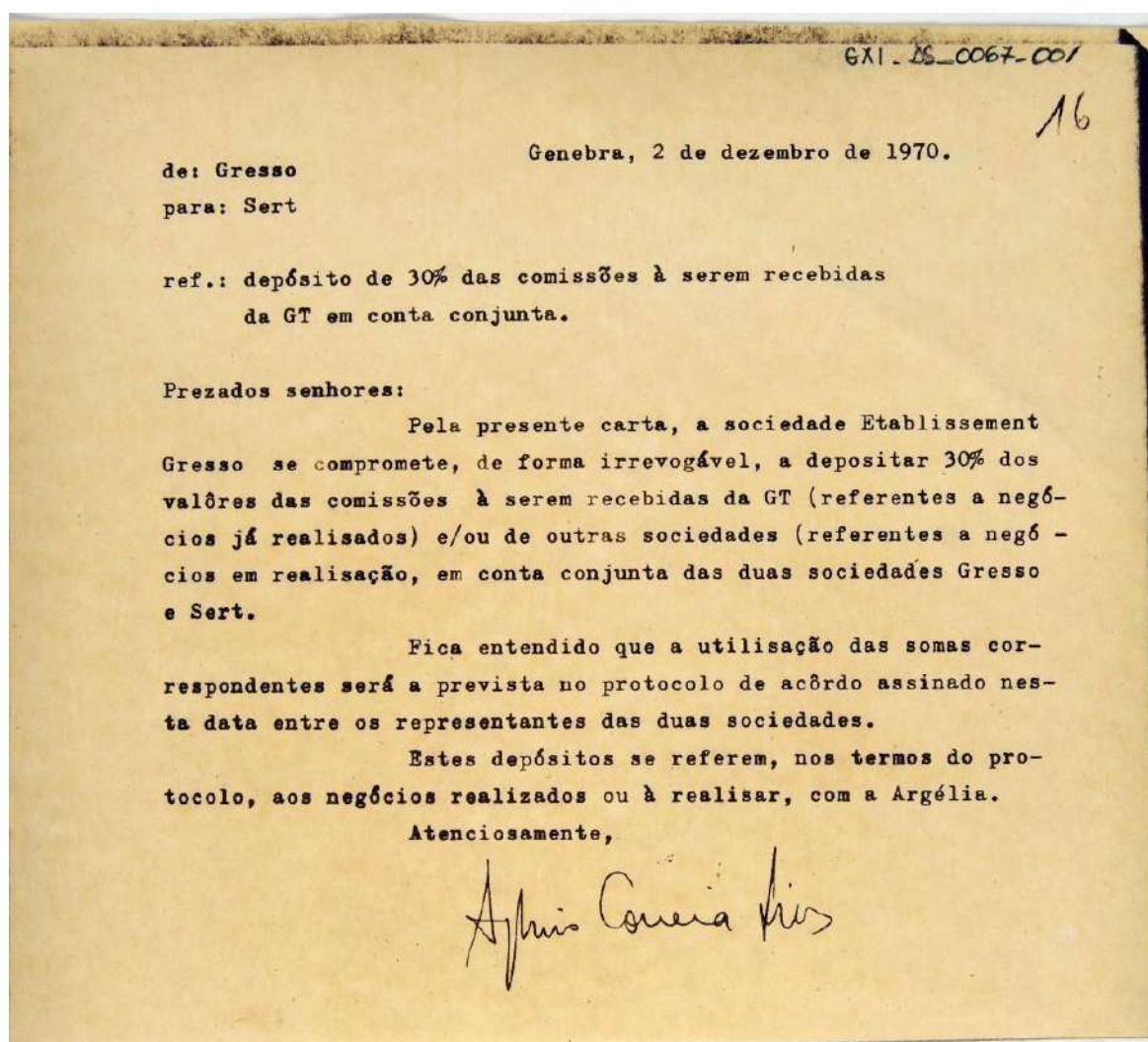
Segundo Fábio Cruz, antes da criação da *Frente Brasileira de Informações*, Miguel Arraes tinha criado, na Argélia, o Movimento Popular de Libertação (MPL). O movimento era na verdade um projeto de oposição à ditadura no Brasil. As diferenças teóricas, de opiniões e de interesses culminaram no fim do movimento.

²⁴⁵ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: EXI_DS_0072_002.

Além disso, o vínculo dessa organização com as empresas controladas por Arraes e os irmãos Silvio e Márcio Lins, causaram divergências, por causa da distribuição dos lucros e da centralização das decisões na pessoa de Arraes²⁴⁶.

Miguel Arraes foi responsável pela criação de uma organização revolucionária a partir do exterior, chamada Movimento Popular de Libertação (MPL). Embora ele não defendesse abertamente a luta armada, não deixou de cuidar da manutenção dos quadros da resistência a partir da *Intrade*, empresa que funcionou a partir de comissões de grandes multinacionais²⁴⁷.

Figura 18 -Transações financeiras entre as empresas SERT e Gresso



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1970).²⁴⁸

²⁴⁶ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016, p. 141.

²⁴⁷ RIBERIO, Maria Claudia Badan. A Resistência à ditadura civil-militar brasileira e as Redes Transnacionais de Solidariedade (1964-1985). *XXVIII Simpósio Nacional de História*. 2015, p. 14.

²⁴⁸ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: EXI_DS_0067_001.

As empresas GRESSO e SERT mantinham uma intensa troca de correspondência que continha diversas transações comerciais. Há muitas informações sobre a SERT, principalmente sobre os funcionários que faziam parte da empresa.

A empresa responsável por arregimentar profissionais recebeu o nome de SERT (Sociedade de Estudos e Realizações Técnicas Limitada). Arnaldo Mourthé assumiu a direção da empresa, que tinha sede em Londres. Miguel Arraes tinha 75% das ações da empresa e o restante das ações eram divididas entre Almeri Bezerra de Melo e os irmãos Arnaldo Mourthé (presidente) e Dirceu Morthé (conselheiro). O representante de Arraes na empresa era seu filho, Carlos Augusto, que residia em Paris²⁴⁹.

Frank Svensson foi a convite de Arraes para a Argélia, para planejar e desenvolver projetos, um pouco antes de Oscar Niemeyer chegar em 1967. Os exilados também trabalhavam na área da Educação, como foi o caso de Almeri Bezerra de Melo, que trabalhou num projeto de alfabetização de adultos, em árabe, utilizando o método Paulo Freire. Outros brasileiros, como Luis Hildebrando, Heron de Alencar, Ubirajara Brito e Euvaldo Matos, foram para a Argélia convidados pelo governo para realizar a reforma universitária no país e trabalhar em outros empreendimentos²⁵⁰. Profissionais como Nailton Santos (ex-funcionário da SUDENE), Neiva Moreira (jornalista), Dirceu Assis Mourthé (engenheiro) e seu irmão Arnaldo de Assis Mourthé (advogado), o ex-deputado Maurílio Ferreira Lima e o professor universitário Bayard Demaria Boiteux também foram trabalhar com Arraes²⁵¹.

Em 1970, foi criado um Bureau de Cooperação Técnica, para que os exilados brasileiros, de acordo com a formação de cada um, pudessem trabalhar na reconstrução da Argélia, já que eles precisavam de trabalho, e o país precisava da mão de obra especializada²⁵². A seguir nós vemos um documento que detalha as atividades desse Bureau e quais os principais objetivos da organização.

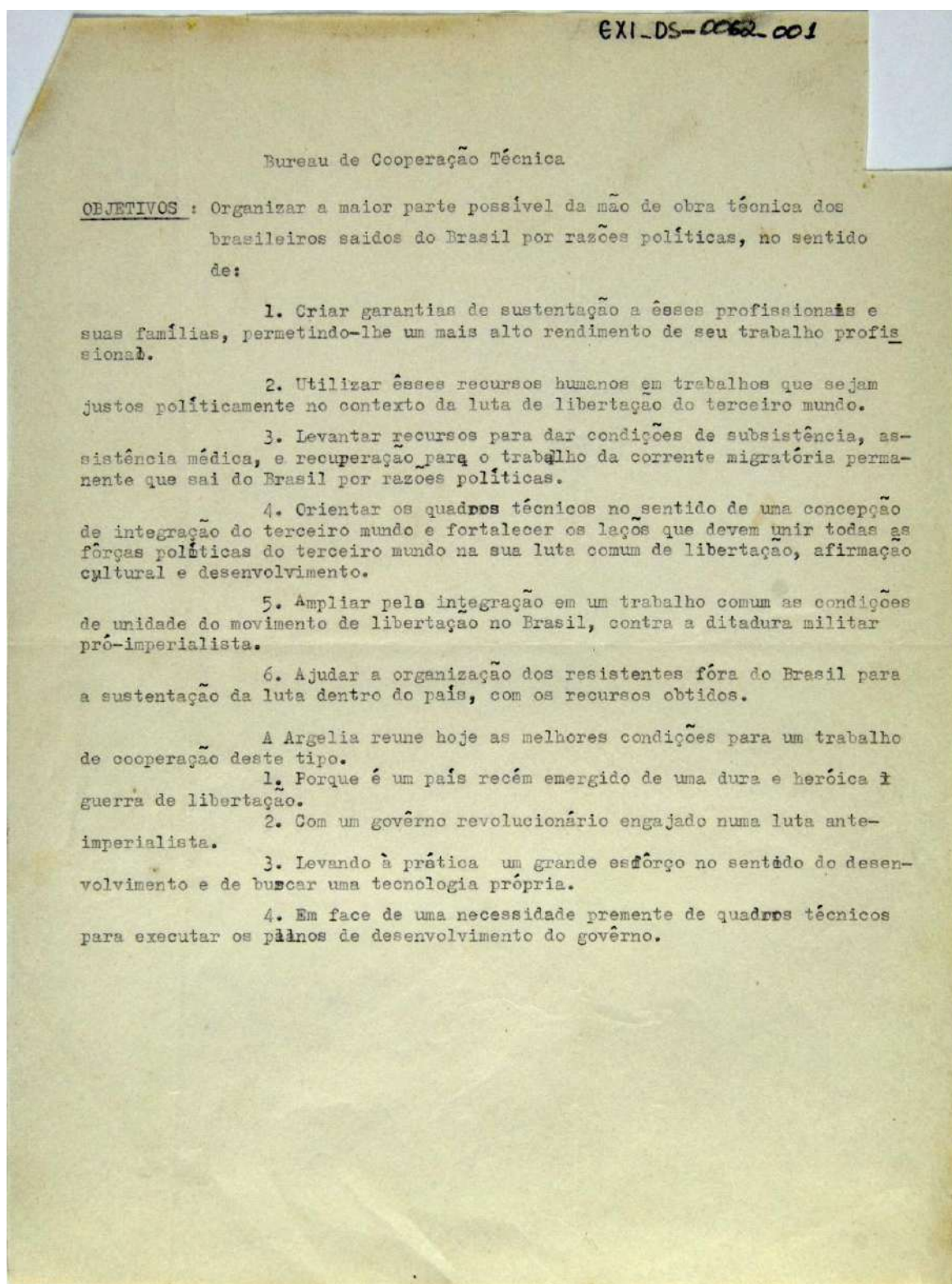
²⁴⁹ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016, p. 84.

²⁵⁰ CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005, p. 216.

²⁵¹ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016, p. 81.

²⁵² Ibidem, p. 83.

Figura 19 - Bureau de cooperação técnica



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1970).²⁵³

²⁵³ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: EXI_DS_0062_001.

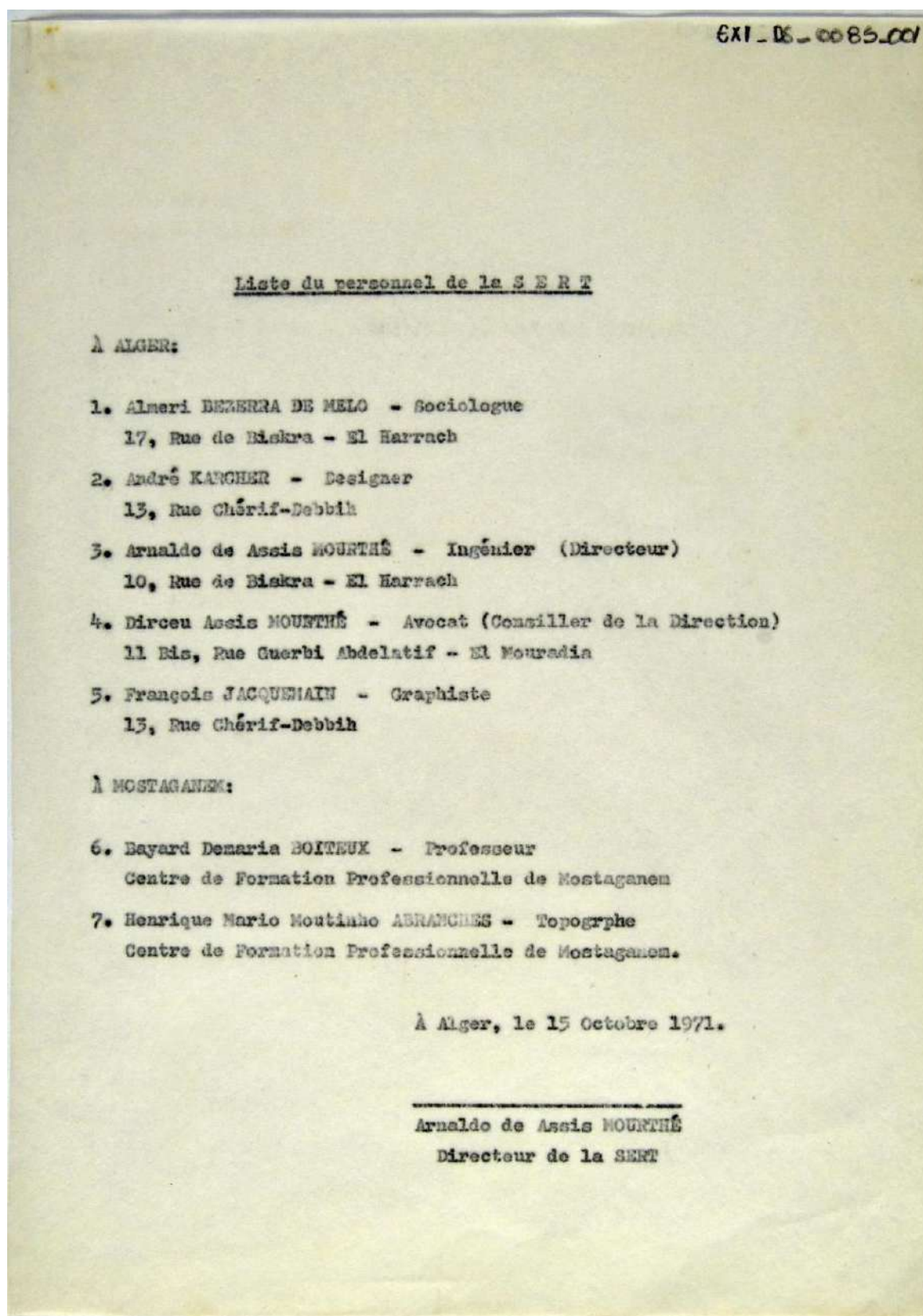
Miguel Arraes mantinha contatos com diversos ministérios do governo argelino, principalmente os Ministérios da Indústria, da Agricultura e do Trabalho. O primeiro grande negócio da SERT foi o contrato com a “Direction de la Formation du Ministère du Travail et des Affaires Sociales”, assinado em 11 de setembro de 1971. A empresa ofereceria equipe técnica para criar o *Centre National de Formation de Techniciens du Cadastre*, uma unidade de educação com vários profissionais²⁵⁴.

A SERT começou a funcionar efetivamente em janeiro de 1971 com os brasileiros exilados na Argélia. Depois começaram contatos com exilados e empresários da Bélgica, França e Suíça. A empresa intermediava a contratação de serviços de empresas europeias e brasileiras que pudessem atuar no país africano. O acervo do exílio contém várias pastas com currículos que eram enviados a Miguel Arraes para possíveis postos de trabalho²⁵⁵. Além disso, encontramos vários relatórios que tratam das importações de produtos, cotação do dólar, preço de tipos de madeira, gêneros alimentícios e os valores de importação e exportação para o Brasil. Vemos a seguir, uma lista com os nomes de funcionários da SERT e seus respectivos cargos e endereços e logo depois um documento que detalha despesas do *Front* e despesas da SERT. Os documentos financeiros são constantes no acervo do exílio de Arraes. Eles detalham pra nós certa organização e preocupação com os rumos do boletim e como estava sendo gerenciado os recursos para a manutenção do impresso.

²⁵⁴ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016, p. 84.

²⁵⁵ Ibidem, p. 88.

Figura 20 - Lista de funcionários da SERT



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).²⁵⁶

²⁵⁶ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: EXI_DS_0085_001.

Figura 21 - Despesas do Front

EXI.DTTP.0018.001

DESPESAS EFETUADAS PELO FRONT NO PERÍODO DE
1 DE JANEIRO A 28 DE JUNHO DE 1971.
(em francos suíços)

Recursos fornecidos ao Front

14/04/71 - Pagamento de dívida	*7.900,00
20/04/71 - Pagamento a M. Dahbi	*3.910,00
20/04/71 - Pagamento a Berkhani	*1.565,00
20/04/71 - Pagamento a Jean-Marie	*8.603,00
20/04/71 - Pagamento a Ioso	*4.307,00
20/04/71 - Pagamento a Mme. B.	*3.911,00
27/05/71 - Pagamento a Mme. Marzoratti	*1.489,00
28/05/71 - Pagamento a M. Dahbi	*3.721,00

Despesas

03/02/71 - Viagem de Al. a Su.	*2.344,00
04/02/71 - 1/3 viag. D. A.L.	*2.150,00
01/03/71 - Reprodução slides Mutualité (Pa)	*455,00
02/03/71 - Remessa slides v. aérea Air France (Pa)	*79,00
março - Jornais, revistas, livros, correio (Pa)	*79,00
abril - Jornais, revistas, livros, correio (Pa)	*79,00
02/04/71 - Telefonemas internacionais Al.	*25,00
25/05/71 - 2 caixas de etiquetas colantes	*179,00
03/06/71 - Pagamento a Violeta	*473,00
10/06/71 - Pagamento a Claude	*767,00
23/06/71 - Pe fixo para reprodução fotografia	*42,00

- Pagamento a Violeta	*750,00
- Pagamento dívida a Al.	*1.047,00
- Pagamento a Mme. Brachemir	*750,00
TOTAL	*44.625,00

*De acordo, faltando apenas retirar 750,00 do fundo a
Mme. Brachemir. 22.9.71*

Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).²⁵⁷

Figura 22 - Despesas da empresa SERT

EXI_DTP_0019_001

DESPESAS EFETUADAS PELO S.E.R.T. NO
PERIODO DE JAN A SET DE 1971.

04/02 - 1/3 viag. D. A.L.	*2.150,00	F.S.
13/04 - Pagamento a International Trade	*3.000,00	
10/05 - Pagamento a Ioso	*2.067,00	
10/05 - Pagamento a Maurílio	*4.130,00	
27/05 - Pagamento a International Trade	*1.300,00	
23/04 - Remetidos a Arnaldo em Paris	*948,00	
03/05 - Passagem Arnaldo Paris Argel	*358,00	
09/07 - Entregues a Dirc.	*9.756,00	
09/08 - Pagamento a A. Karcher	*4.878,00	
01/07 - Remetidos a Vel.	*27.109,00	
15/09 - Remetidos a Vel.	*4.400,00	
15/09 - Pagamento a A. Karcher	*2.860,00	
TOTAL	*62.956,00	

Visto
de
9.9.71

Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).²⁵⁸

Figura 23 - Resumo de reunião financeira do *Front*

EXI.DFBI_0017-001

Reunião de dia 4 de março de 1971
Assunto: finanças

1. De acordo com as informações oferecidas pelo responsável de S.C. há uma previsão de entrada até 30 de julho de 1971 de.....\$ 40.000.-
2. Desta quantia foram no entanto pagos até hoje.....\$ 11.000.-
3. Ficaram acordado em reunião de dia 20 de janeiro de 1971 que o dinheiro a entrar até pergar os 40.000 dólares seria distribuído proporcionalmente entre os 4 setores da maneira seguinte:

fbi.....	25%
ativ.gerais....	25%
sert.....	37,5%
freline.....	12,5%
4. Este princípio de divisão não foi posto em discussão na reunião de hoje; ele permanece portanto válido.
5. Levando porém em conta que há necessidade de justificar politicamente os investimentos e despesas previstas, pede-se que se prepare um texto onde esta justificativa seja claramente exposta. DM ficou encarregado de preparar a minuta deste texto.
6. Considerando ainda que a entrada efetiva de dinheiro é irregular quanto ao montante das parcelas e as datas em que são depositadas na conta geral, decidiu-se:
 - a) informar todos os setores da posição de caixa;
 - b) solicitar todos os setores a se porer de acordo quanto à prioridade de pagamentos eventuais ou de transferências a serem feitas; os pagamentos ou transferências a serem feitos regularmente e em datas fixas devem ser indicados.
 - c) designar um "responsável" (caixa) que execute os acordos feitos entre os setores para qualquer movimento de caixa. Este efetuará os pagamentos e transferências como o decidirem as 4 partes de comum acordo.
 - d) Em qualquer momento as partes podem ser informadas da posição atual de caixa. Todo depósito feito na conta geral será imediatamente comunicado às partes.
 - e) foi sugerido por DM que EN fosse encarregado das funções de "caixa".

Alger. 4.3.71

Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).²⁵⁹

²⁵⁹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: DFBI_0017_001.

Compreendemos que a existência e atuação do *Front* por quatro anos só foi possível graças ao financiamento que advinha dos colaboradores, das empresas que mantinham os salários dos exilados, das vendas de exemplares nas bancas e aos assinantes. Sem toda essa movimentação financeira resultado dos serviços prestados por Arraes e suas respectivas “equipes”, o *Front* não teria resistido tanto tempo.

3.6 O FRONT: UMA ESCRITA DE SI

O FRONT brasileiro de informações é uma entidade autônoma, fundada em novembro de 1969, a serviço da revolução brasileira e que tem por objetivo a tarefa de divulgação no exterior da luta do povo brasileiro contra a ditadura e o imperialismo. Divulgando e justificando esta luta o FBI se propõe não só a denunciar os crimes e as injustiças cometidas contra o povo brasileiro ou demonstrar o processo de submissão colonial imposto ao país, mas também mobilizar a opinião pública internacional para o apoio e a solidariedade aos revolucionários.

O Front só tem compromissos com a Revolução.

O Front é dirigido por um Comitê de Direção que responde politicamente e operativamente pela entidade, planeja a sua atividade global, supervisiona o cumprimento das tarefas e designa e instrumenta politicamente em cada país, os responsáveis locais pelo Front²⁶⁰.

Front Brasileiro de Informações – Definição é um documento que aparece várias vezes no acervo consultado e diz claramente os objetivos do boletim. A organização se diz autônoma, independente e a serviço da revolução no Brasil. O impresso enfatiza o compromisso em lutar contra a ditadura através das denúncias dos crimes de estado, e assim, mobilizar a opinião pública internacional para apoiar a luta dos brasileiros que se percebiam enquanto revolucionários. Embora possamos compreender que ao longo da pesquisa não há nenhuma ação concreta que viabilizasse o projeto político defendido nesse texto, o impresso se coloca abertamente a favor de uma revolução. O texto fala da fundação do boletim em novembro de 1969, no entanto, há uma edição publicada em francês em agosto daquele ano²⁶¹. Outro ponto importante desse documento, e que posteriormente gerou inúmeras discussões, até mesmo a extinção do boletim, foi a centralização do mesmo, expressa no terceiro parágrafo. Mais adiante trataremos de uma vasta documentação que deixa clara uma disputa entre os respectivos escritórios e os diferentes movimentos de esquerda que divergiam por mais autonomia nas

²⁶⁰ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 088. Identificação: EXI_BIFBI_081_001.

²⁶¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 03. Identificação: EXI_BIFBI_061_083.

decisões. É notável também a preocupação com a segurança de todos os envolvidos.

Em alguns escritos encontramos referência a possíveis colaboradores do *Front*, assunto abordado no tópico anterior. É principalmente nos documentos do Centro de Informações do Exterior – CIEX que encontramos afirmações e investigações de exilados, cujo governo afirma, que eram colaboradores do boletim.

Encontramos também alguns esboços, uns escritos à mão, outros datilografados, de pautas de reunião do *Front*, com listas de assuntos que seriam discutidos. Em outros, os textos trazem as respectivas resoluções das sessões que aconteciam em cada país. Esses escritos demonstram as ações que seriam colocadas em prática e as recomendações a serem seguidas pelas outras seções. Na França, por exemplo, o boletim era distribuído junto a grande imprensa do país, como podemos ver a seguir:

RESOLUÇÃO DA SESSÃO DE PARIS

Atendendo à evidência de que a atividade de publicação da Frente Brasileira de Informações na França, resumindo-se como atualmente ao boletim mensal traz a informação sem a contemporaneidade necessária a sua utilização pela imprensa e que a distribuição é limitada; cientes pro outro lado de que o boletim tem um bom número de leitores que oferece e pode oferecer um apoio à luta do povo brasileiro, a sessão francesa do Front Brésilien d'Informations resolve modificar sua política de publicações, orientando-a em três direções: um boletim urgente, um boletim bi-mensal e Dossier/Document²⁶².

O trecho transcrito foi produzido pelo núcleo localizado em Paris e aponta para alguns problemas enfrentados. Há uma discussão sobre o boletim não trazer ao leitor a proximidade dos acontecimentos, como é o caso da grande imprensa, já que há um tempo entre a coleta, filtro, envio, análise e produção das matérias. Discutia-se também sobre a limitada distribuição do impresso, o que se tornava um entrave no objetivo de divulgação e denúncia da ditadura. Nesse texto falou-se da importância de se produzirem não só os boletins²⁶³, como também dossiês²⁶⁴, que tratassem de temas com caráter mais permanente e com maior profundidade, como as seguintes questões: Amazônia; rodovia transamazônica; ecologia e capital

²⁶² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta 088. Identificação: EXI_BIFBI_080_001.

²⁶³ Boletim informativo é um tipo de distribuição regular a assinantes e que aborda geralmente um determinado assunto. É assim que o *Front* se autodenomina.

²⁶⁴ Dossier ou dossiê é uma coleção de documentos ou um pequeno arquivo que contém papéis relativos a determinado assunto, processo, empresa ou pessoa. Um dossiê geralmente contém a história de uma pessoa ou informações detalhadas para análise sobre um interesse em especial.

estrangeiro na região; o milagre econômico brasileiro: realidade ou mito; o capital francês no Brasil; compras de armas e relações políticas; infiltração imperialista na imprensa brasileira; o nazismo no Brasil; a situação dos camponeses do Araguaia descritas nas pastorais de D. Pedro Casaldaliga; o esquadrão da morte, seus crimes e a impunidade da justiça; os assassinatos políticos; a propaganda da ditadura, seus slogans, rádio, televisão, imprensa, AERP, e o general Octavio Costa Goebbels. O texto é assinado pela sessão francesa e está escrito em português.

O FRONT BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES: ANTECEDENTES E PERSPECTIVAS

As atividades contra o regime no exterior foram iniciadas logo após o golpe de 1964. Consistiam em denunciar a natureza pro-imperialista do golpe, a interferência direta americana na derrubada do governo Goulart, em protesto contra as torturas infligidas aos presos políticos e na mobilização da opinião pública internacional para exigir a sua libertação.

[...] As dificuldades dessa fase se revelam na ausência de qualquer organização no exterior, capaz de coordenar a luta para isolar a ditadura. [...] É durante esta terceira fase que aparece o Front, como instrumento destinado a denunciar a ditadura de maneira mais sistemática e coordenada. [...] Assinala-se que o tema da repressão e da tortura está esgotado, e insiste-se na necessidade de uma maior preocupação com a situação que se desenvolve no país. [...] Nessas condições, sem deixar de denunciar a repressão e os crimes cometidos pela Ditadura, é necessário que o Front explicita a orientação a seguir para isolar politicamente a Ditadura no exterior e fazer face de maneira eficaz à ofensiva que esta vem desenvolvendo; e ao mesmo tempo é necessário que ele defina de que modo pretende apoiar, ajudar ou promover a unidade de todas as forças anti-ditatoriais e anti-imperialistas. [...] Para que o Front possa obter, neste sentido, resultados apreciáveis, é necessário que ele esteja em condições de agir direta e indiretamente, sobre a opinião pública internacional; sobre a opinião de partidos políticos, de organismos governamentais e internacionais, das igrejas e particularmente da igreja católica; de personalidades políticas e de intelectuais susceptíveis de reagirem de qualquer forma à chantagem do atual regime e da sua política²⁶⁵.

Encontrado em várias pastas que contém a documentação do exílio, o texto *Antecedentes e Perspectivas* relata como foram as primeiras iniciativas de brasileiros exilados no combate à ditadura através das ações junto à opinião pública internacional. Essas iniciativas, em sua maioria, ainda foram pouco exploradas na historiografia e demonstram, segundo o texto, que foram ações dispersas, sem uma organização e sem unidade. O relato ainda argumentou que existiram fases diferentes de mobilização no exílio e que o *Front* se inseria numa terceira fase, pretendendo agir de forma mais “sistemática e coordenada” na produção de

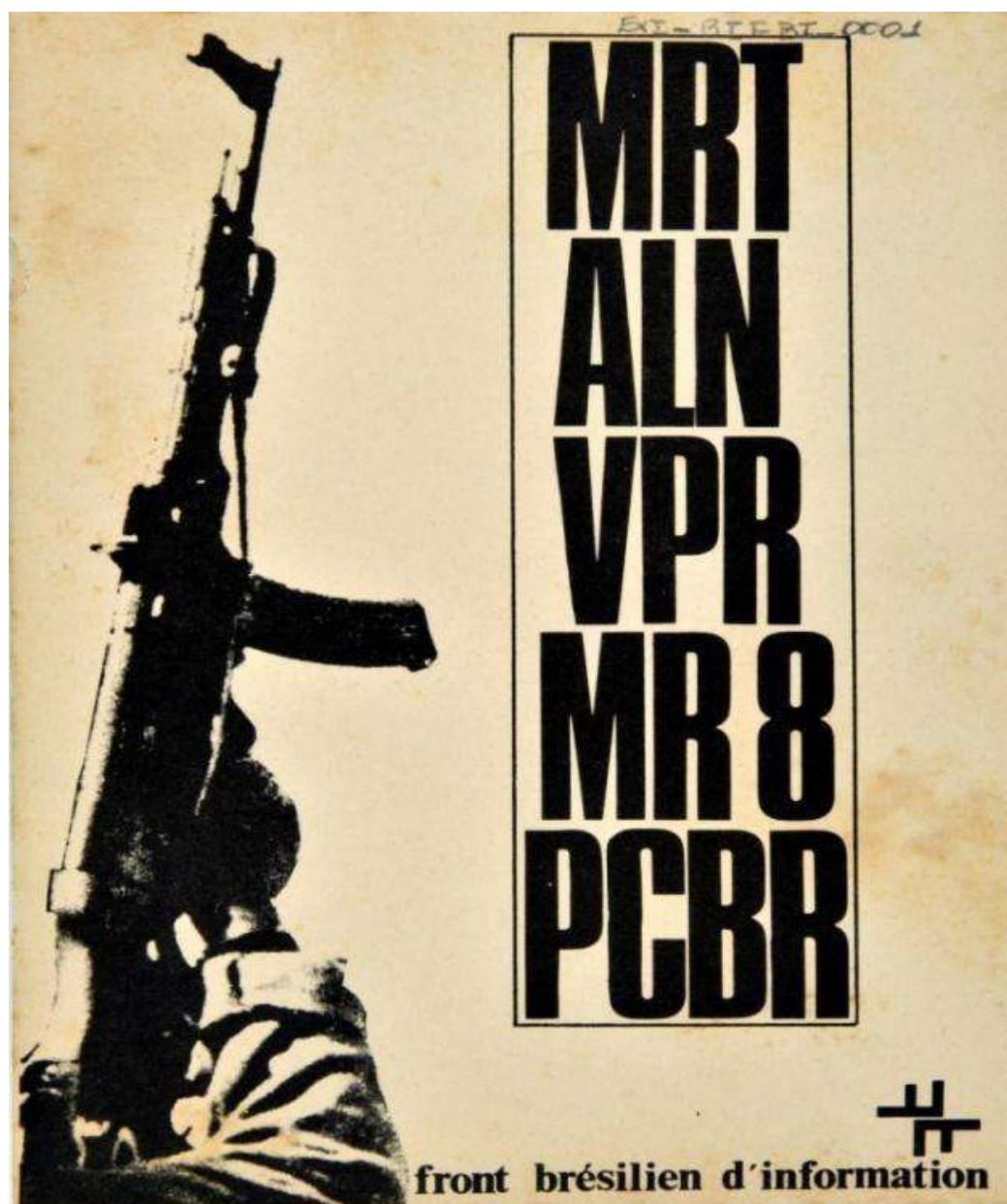
²⁶⁵ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 088. Identificação: EXI_BIFBI_084_001 a EXI_BIFBI_084_005.

denúncias. Por fim, o documento discutiu sobre formas eficazes de atuação no seu propósito de dar visibilidade às denúncias de tortura e violência.

A primeira fase de movimentação, abordada no texto, recebeu apoio de parte da Igreja Católica, que reivindicava a libertação de clérigos que estavam sendo presos. Esse momento vai de 1964 a 1965. De acordo com o texto, desde 1965 os exilados viveram uma segunda fase, aonde as eleições provocaram certa esperança, o que levou a uma pausa, para aguardar os desdobramentos dos acontecimentos e a partir daí pensar nas próximas ações. Além disso, o funcionamento do parlamento significava para o autor do documento, um atenuante para a opinião pública europeia.

Até 1968 o texto apontou para uma falta de organização no exterior em prol da luta contra a ditadura. Após a decretação do AI-5 e o aumento da repressão interna, os embates ganharam um novo fôlego. Apesar das diferentes correntes políticas das quais participavam os indivíduos exilados, houve certa unidade em torno do objetivo de combate à ditadura no plano político. E essa unidade sempre foi um tema recorrente nos documentos do *Front*, que de certa forma, idealizava uma unidade das esquerdas.

Figura 24 - Capa da edição do *Front* em francês – setembro 1971



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).²⁶⁶

Esta capa do *Front* em francês, publicada em setembro de 1971, é emblemática no sentido em que traz a sigla de grupos que faziam parte da luta armada²⁶⁷, *Movimento Revolucionário Tiradentes*, *Ação de Libertação Nacional*,

²⁶⁶ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 01. Identificação: EXI_BIFBI_001_001.

²⁶⁷ A luta armada ou guerrilha foi um conjunto de ações organizadas, lideradas por militantes com orientação política de esquerda, cujo significado político é conquistar a independência do povo ao derrubar um governo repressor. No Brasil, a luta armada contra a ditadura militar que vigorou no país no período de 1964 a 1985, era constituída por guerrilheiros influenciados por socialistas como Fidel Castro, que em Cuba, conseguiu formar fortes grupos de resistência e tomar o poder. As estratégias da luta armada são diversas, destacando-se a guerrilha urbana e a guerrilha rural. Um exemplo de guerrilha urbana foi a liderada por Carlos Marighella, mentor da organização ALN (Ação Libertadora Nacional), e envolvia ataques dos guerrilheiros ao governo (assaltos, atentados, sequestros, etc.)

Vanguarda Popular Revolucionária, Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. É notável essa tentativa de aglutinar forças, embora diferentes entre si. *Front* conquistou unanimidade entre todos os grupos de esquerda, embora não tenha sido contestado por nenhum outro segmento, certas organizações preferiram manter suas próprias ações isoladamente ou condicionar o seu apoio e participação a exigências que os responsáveis do boletim não puderam ou não quiseram aceitar. Arraes ligou-se a grupos que defendiam a luta armada, como a Aliança Libertadora Nacional e isso não foi bem aceito por importantes membros do boletim, como Almino Afonso, Armênio Guedes, Zuleika Alembert e Marcio Moreira Alves.

Front declarou desde os primeiros números que era a favor da “revolução brasileira” e essa revolução não passaria sem a luta armada, tema que será melhor discutido no próximo capítulo. *O FRONT brasileiro de informações é uma entidade autônoma, fundada em novembro de 1969, a serviço da revolução brasileira. O Front só tem compromissos com a Revolução*²⁶⁸.

Em carta redigida para Amílcar Cabral, líder da independência da Guiné, Arraes pediu para que ele conseguisse treinamento guerrilheiros para brasileiros que estavam em Argel e que já haviam participado da luta armada no Brasil²⁶⁹. Anos depois, em entrevista a Cristina Tavares, o ex-governador afirmou que nunca estimulou nenhum dos grupos armados que se formaram no Brasil, pois essa não era sua convicção de luta. Nesse momento, Arraes estava prestes a voltar, por causa da lei da Anistia, e sua fala pode ter relação direta com esse fato, pois ele ainda temia uma possível recusa que estava sendo discutida, e o ex-governador queria voltar ao país²⁷⁰.

No que concerne a unidade de luta no exterior, o documento *Antecedentes e Perspectivas* diz que o *Front* ficou longe do objetivo proposto e esperado. Embora as denúncias de tortura e repressão estivessem presentes em todas as edições

para que houvesse repressões sobre o povo e, como consequência, uma reação deste ao governo. A Guerrilha do Araguaia teve início no meio rural e foi organizada pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Tinha como objetivo provocar uma revolução socialista, derrubar o regime militar e instituir um governo comunista.

²⁶⁸ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 088. Identificação: EXI_BIFBI_081_001.

²⁶⁹ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016, p. 181.

²⁷⁰ MENDONÇA, Fernando. TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979, p. 101.

pesquisadas, e que esses fossem os temas centrais, falou-se nesse momento, que o tema da repressão e tortura estava esgotado, e insistiu-se na necessidade de uma maior preocupação com a situação que se desenvolvia no país. Percebemos nesse momento, como principais objetivos do *Front*; isolar politicamente a ditadura no exterior e ajudar a promover a unidade das forças que lutavam contra a ditadura e o imperialismo. Nesse contexto, alcançar a opinião pública internacional foi uma das principais ferramentas de ação. O documento foi escrito em Argel, capital da Argélia e data de janeiro de 1972²⁷¹.

O grupo coordenador sugeriu que uma norma de trabalho fosse uniforme em todos os países em que o *Front* era divulgado. O problema da segurança era prioridade, e para isso, a cúpula decidiu que o centralismo das operações deveria ser utilizado para assegurar a integridade das organizações e de todos os colaboradores. O documento a seguir foi enviado para todas as seções, em diferentes momentos, assim como em maio de 1971 escrito em português, sob o nome de:

Circular Nº 1

Aos Companheiros, em cada país ou região, responsáveis pelo Front. O grupo coordenador do Front Brasileiro de Informações face a necessidade do aperfeiçoamento de nosso trabalho, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista operacional, sugere aos companheiros responsáveis pela divulgação de nosso órgão em outros países uma norma de trabalho uniforme: a autonomia das várias representações é em princípio justa. Porém, temos um problema prioritário a considerar: a segurança. Estamos em guerra e o inimigo está em todo lugar; em razão disso, deve haver algum centralismo para assegurar a segurança de todas as organizações e companheiros.

O conteúdo das publicações nos diversos países deverá ter o noticiário do boletim base, editado pelo grupo coordenador de Alger. A disposição da matéria, bem como a introdução de notícias locais, a fim de haver motivação para a leitura de nosso boletim, fica a cargo dos companheiros responsáveis.

As matérias polêmicas devem ser enviadas em cartas expressas, ao F.B.I. (Alger) a fim de que sejam estudadas, levando em conta a oportunidade de suas publicações, e o enquadramento delas no corpo de definições do Front.

O grupo coordenador continuará a indicar um dirigente ou grupo de dirigentes responsáveis em cada país. A indicação por este processo é uma decorrência de problemas de segurança já referidos no início de nossa circular.

No que diz respeito aos problemas econômicos financeiros, é imprescindível a necessidade do envio de balancetes mensais, bem como de breves relatórios sobre as atividades de cada representação. Com esses dados é possível ficarmos a par da situação geral do Front.

²⁷¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 088. Identificação EXI_BIFBI_084_001 a EXI_BIFBI_084_005.

Solicitamos aos queridos companheiros o envio contínuo de informações para que, dia a dia, nosso boletim se aperfeiçoe. Alertamos apenas para a autenticidade das notícias, pois, como vocês sabem, a contra propaganda divulga notícias inverídicas de toda espécie²⁷².

Esta circular foi enviada em vários idiomas a todos os escritórios responsáveis pela reprodução do *Front*. Assim como em outros documentos percebemos que há uma preocupação quanto ao alinhamento dos temas tratados, e no seguimento das diretrizes colocadas pelo núcleo central localizado na Argélia. Há uma preocupação que houvesse uma padronização no modo em que os países e seus respectivos escritórios deveriam produzir o boletim. Identificamos uma necessidade de controle, de como o trabalho estava sendo feito e se estavam seguindo as normas que frequentemente eram repassadas nas reuniões e nas correspondências.

No próximo documento, há uma retomada no questionamento se a tortura e a repressão eram temáticas que ainda chamavam a atenção do público leitor. Embora fossem assuntos que estivessem em todas as edições, esse texto específico, discute se realmente esses informes estavam tendo o efeito esperado.

[...] No momento atual é preciso verificar se:

- a) as informações sobre torturas e outras formas de repressão continuam interessando o nosso público. Considera-se ele suficientemente informado sobre o caráter repressivo da ditadura? Anima-se a continuar denunciando a tortura e a repressão como métodos de governo no Brasil?
- b) as informações que temos sobre a resistência, sobretudo a das organizações armadas, são suficientes para convencer o nosso público de que povo do Brasil está em armas, em guerra, contra o governo?
- c) as condições para que o FBI, de “serviço às organizações e formações políticas que lutam contra a ditadura e o imperialismo” passe a ser “um serviço destas organizações e formações” se tornaram cada vez mais precárias. Nenhuma frente de forças populares foi organizada nem se anuncia para um tempo previsível. Portanto, não há nada que indique que o *Front* deve ser transformado num: instrumento de organizações de Frente armada ou de qualquer outra.
- d) uma definição nova do FBI parece se impor; e esta implicará fatalmente numa explosão da sua atual estrutura operacional e da sua base de sustentação política. Há uma ambiguidade que permite precariamente a unidade atual. E melhor (se ainda possível) acabar conscientemente com esta ambiguidade²⁷³.

Não é a primeira vez que o termo “convencimento” aparece na documentação. Para muitos integrantes do *Front*, por causa da censura, tanto internamente quanto externamente, a ditadura estava conseguindo impor sua visão positiva do governo, e era esta visão que precisava ser desconstruída e combatida. Outra questão recorrente na documentação foi a questão da unidade das

²⁷² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 088. Identificação: EXI_BIFBI_087_001.

²⁷³ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 088. Identificação: EXI_BIFBI_086_001.

esquerdas²⁷⁴. Os textos aonde o *Front* disserta sobre a sociedade brasileira nos trazem uma série de questões. Como o boletim enxergava a participação de parte da sociedade brasileira no golpe e na manutenção da ditadura? Qual a visão que o povo brasileiro teria das organizações que promoviam a luta armada? Muitas vezes, o boletim demonstrou uma visão “romântica” do que considerava ser o “povo” brasileiro. As edições traziam um discurso de que o “povo” estaria sendo enganado e que precisaria ser urgentemente esclarecido sobre o que estava ocorrendo no Brasil. E assim que a “verdade” fosse esclarecida, logo as organizações de combate à ditadura ganhariam apoio em massa da população. Essa visão, que ignorava a participação de parte da sociedade no golpe e na ditadura, foi pontualmente discutida na obra de Denise Rollemberg sobre a imprensa produzida no exílio²⁷⁵.

Front autodenominava-se uma estrutura política que estabeleceu uma complexa rede de informações na América do Sul e na Europa para combater a ditadura através da denúncia, e por isso, tentava tomar para si, esse papel de centralidade das ações no exterior, o que acarretou em diversas discussões devido a questões ideológicas, além disso, apoiou às organizações que promoviam a luta armada, conforme podemos ver:

[...] O FBI não pode falar das ações (expropriações, panfletagens, justiciamentos, raptos propaganda armada) das organizações armadas como de luta do povo brasileiro. Muito menos pode alimentar a ideia de que haja uma insurreição popular qualquer ou que o povo esteja em guerra contra a ditadura. O FBI não pode continuar dizendo que “as forças revolucionárias” eliminaram um soldado da polícia ou distribuíram leite numa favela. Nem misturar propositalmente expropriações, justiciamentos políticos e invasões de cidades por flagelados²⁷⁶.

²⁷⁴ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 047. Identificação: EXI_DFBI_0390_001.

²⁷⁵Ver mais: CRUZ, Denise Rollemberg; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção Social dos Regimes Autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 3 v.

_____. Debate no exílio: em busca de renovação. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v. 6, p. 291-339.

_____. Memórias no exílio, memórias do exílio. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO Reis, Daniel. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil*. Revolução e democracia (1964...). Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. (org.). *Que história é essa? Novos temas e novos problemas em História*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no exílio. IN: RIDENTI, Marcelo; MOTTA SÁ, Rodrigo Patto (org.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois* (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004, p. 277-296.

_____. *Exílio: refazendo identidades*. Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.2, p. 39-73, 1999.

¹⁴² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 088. Identificação: EXI_BIFBI_086_003.

Esse documento mostra o boletim discutindo seus planos de ação, sua autocrítica, e analisando sua atuação enquanto instrumento de combate e resistência à ditadura. A luta armada e o apoio às organizações como o Movimento Revolucionário Oito de Outubro - MR-8, entre outras, foram motivos de vários questionamentos ao longo da documentação. O impresso discutia como poderia tratar desses temas e ao mesmo tempo convencer os leitores dessas ações, consideradas por alguns, extremas e violentas.

Na tentativa de impor normas e estabelecer uma coerência na escrita, a comissão coordenadora instalada na Argélia elaborou um estatuto. Nesse documento se confirmam a autonomia, a condição unitária e a caução das organizações desde o interior. Em Paris, o *Front* começou com a unificação das iniciativas das organizações de exilados e patriotas no comitê contra a tortura que atuava desde os últimos meses de 1969. Este mesmo comitê já trabalhava de maneira artesanal no Chile e em Alger, e posteriormente seus membros passaram a fazer parte da fundação do *Front*.

Durante o primeiro semestre de 1971, *Front* viveu um período de organização. Nesses primeiros meses ocupou-se de estabilizar as necessidades de infraestrutura, como equipamentos para a impressão, financiamento, legalização, arquivo e redação, mesmo já passando por dificuldades financeiras e técnicas²⁷⁷.

Nos encontros de colaboradores, uma das questões mais discutidas era sobre o público alvo a quem se dirigia, as especificidades de cada localidade e a relação com os movimentos revolucionários de outros países. Na França, por exemplo, eles se dirigiam principalmente a setores de informação como jornalistas, organizações sindicais, políticas e religiosas, e elementos da classe média interessados no Brasil por motivos diversos, compromissos políticos, convencimento religioso, conhecimento pessoal do país e finalmente a brasileiros, principalmente os exilados.

Para os organizadores, como veículo de notícia, embora, o boletim perdesse o caráter de *notícia fresca*, devido à distância entre o tempo do acontecimento e o tempo da publicação, ele ganhava, enquanto material analítico. Uma das propostas era ampliar a distribuição junto aos brasileiros e enviar o impresso aos principais jornais e mesmo a organizações governamentais e diplomáticas em cada país e no

¹⁴³ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 088. Identificação: EXI_BIFBI_088_001.

Brasil. “Deve o *Front* discutir uma política de relacionamento com os movimentos revolucionários de todo o mundo, em particular nos países aonde atua²⁷⁸”. Houve nesse momento, uma proposta de lançar quatro diferentes tipos de publicações que deveriam ser produzidas pelo *Front*.

Havia uma premissa de que a comissão coordenadora deveria estar em constante contato com as coordenações locais, além de promover encontros regionais e internacionais. Aproveitando as possibilidades redacionais do Chile e de Paris, além de fortalecer a iniciativa de um arquivo na cidade francesa. Havia também uma proposta de discutir uma política de relacionamento com os movimentos revolucionários de todo o mundo, em particular nos países aonde atuava²⁷⁹.

Entre 21 de 23 de janeiro de 1972 realizou-se em Paris uma reunião de consulta com os representantes do *Front* na França, Holanda, Suíça e Bélgica²⁸⁰. Certos problemas sentidos pelos representantes desses países culminaram no encontro. A reunião destacou a política geral descrita em diversos documentos elaborados em Alger, aonde o boletim era descrito como um instrumento destinado a ajudar na unificação das forças que lutavam no Brasil, embora os problemas de falta de unidade sempre fossem recorrentes.

O texto ainda argumentou que as publicações do *Front* não eram exclusivamente destinadas às colônias brasileiras no exterior, e que deveriam ser endereçadas a todos aqueles que pudessem agir ou colaborar neste sentido. O documento reafirmou que, de acordo com a estrutura orgânica do impresso, o responsável local era escolhido pela coordenação internacional, estabelecida em Alger. Todos os que faziam parte da equipe local eram chamados de “participantes” e quem prestava algum tipo de serviço era chamado de “colaborador”. Somente a liderança, encabeçada por Miguel Arraes, era quem pode designar membros para implantar o *Front* em outros países. Mais uma vez, Paris era apontada como o lugar que melhor apresentava as condições de infraestrutura e de estabilidade política, necessárias a assegurar o desempenho de funcionamento do *Front*.

²⁷⁸ Ibidem.

²⁷⁹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_088_002.

²⁸⁰ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_092_001 e EXI_BIFBI_092_002.

3.7 FRONT NO MUNDO

Figura 25 - Capa da Edição do *Front* em italiano – fevereiro de 1971



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).²⁸¹

Front começou a ser publicado na Itália em 1970. Diferente da maioria das edições publicadas nos respectivos países, a versão italiana trazia as cores, preto, vermelho e rosa, e possuía um projeto gráfico único, moderno e muito parecido com as revistas comerciais da época. Dentre todos os boletins, o italiano era o mais bem elaborado e certamente o que custou mais recursos para sua produção. Ao final deste trabalho, traremos em anexo, um exemplar de cada capa do *Front*, na maioria dos idiomas em que foi publicado, pois alguns exemplares não estão disponíveis.

²⁸¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 032. Identificação: EXI_BIFBI_032_001.

Durante o ano de 1971 a opinião pública italiana demonstrou receptividade ao boletim principalmente algumas organizações políticas, como o Partido Comunista Italiano, o Partido Socialista Italiano, o Partido Socialista Italiano da Unidade Proletária, alguns setores da Democracia Cristã, o Movimento Político dos Trabalhadores e a Associação Cristã dos trabalhadores Italianos. Conhecidas personalidades da esquerda democrática e dirigentes das associações acima citadas, asseguraram em diversas ocasiões uma colaboração concreta com as iniciativas do *Front*. Entre estas personalidades se encontravam alguns dos expoentes políticos da esquerda leiga e católica italiana. Deve ser lembrada a colaboração do Comitê Europa-América Latina, do qual faziam parte ilustres expoentes da política e da cultura internacional, e que contava com um notável prestígio tanto no mundo político como junto às autoridades religiosas. Estas relações de colaboração concreta entre expoentes da esquerda política e o *Front* demonstram, segundo documento da seção italiana, a aceitação do mundo político e da opinião pública com respeito aos problemas da luta contra o imperialismo e do autoritarismo no Brasil²⁸².

Os dirigentes do Front na Itália estão convencidos de que tem razão aqueles que afirmam que somente se a ação política (e com maior razão ainda a militar) tiver atrás de si uma forte base de massa, é que será possível conseguir resultados concretos. [...] É opinião difundida e dividida pelos dirigentes do Front na Itália que um dos fatores fundamentais da fraqueza da oposição brasileira seja o seu fraccionamento e a falta de acordo entre homens e organizações. [...] Consideramos seja tarefa essencial do Front Brasileiro de Informações efetuar um trabalho de mediação para favorecer o encontro de todas as forças nacionais disponíveis à ação unitária, na base dos princípios gerais expostos²⁸³.

Front desenvolveu uma ampla ação de sensibilização da opinião pública, sem limitações de orientação política na área democrática. Na Itália o boletim foi difundido não só entre os assinantes, mas também entre os dirigentes locais de partidos políticos democráticos, sindicatos, jornais, diplomatas e agentes econômicos, sendo distribuídos mais de quatro mil cópias mensais. Diferente de outras seções há vários escritos que tratam da atuação da equipe sediada na Itália²⁸⁴. Segundo os dirigentes desta seção:

²⁸² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 088. Identificação: EXI_BIFBI_093_001.

²⁸³ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 088. Identificação: EXI_BIFBI_093_001.

²⁸⁴ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 088. Identificação: EXI_BIFBI_073_001.

[...] Com efeito, hoje o Front é a única força política brasileira em condições de manter relações concretas com a maior parte das personalidades e das organizações da oposição brasileira, seja no país como no estrangeiro. [...] Não fazemos questão de um julgamento sobre a luta armada e seus principais resultados atuais. Não discutiremos tão pouco se a tomada do poder e a derrubada da ditadura se fará por vias violentas ou por vias pacíficas.

O objetivo do Front é a derrubada da ditadura fascista, a eliminação do imperialismo estrangeiro no Brasil, a conquista pelo povo brasileiro da sua liberdade econômica e cultural do país. Isto é a conquista das condições e dos pressupostos para a reconstrução de uma sociedade nova, socialista. Os responsáveis do Front na Itália são conscientes de que, protagonistas desta transformação, como em todo o mundo moderno e também no Brasil, não pode ser senão a classe operária. Não enquanto a classe operária no Brasil já tenha conseguido um desenvolvimento, quer como dimensão e presença no país, quer como total consciência da sua tarefa histórica nacional, que lhe permita imediatamente tornar hegemônico o movimento²⁸⁵.

Antonio, Daniela e Vittorio são citados como responsáveis pela seção do *Front* na Itália²⁸⁶. Não há informações em relação aos sobrenomes desses indivíduos.

VERBALE DELLA RIUNIONE GENERALE DI BERNA DEL 10 – 11 MARZO 1973

Presenti: FRANCIA (Marcio, Raimundo, Paula, Carina)

G.B. (Carlos, Armando)

BELGIO (Ian)

HOLANDA (Joao)

RFT (Dora, Carmem)

CH (Rodrigo)

SVEZIA (Tite)

ITALIA (Antonio, Daniela, Vittorio)²⁸⁷

Escrito em italiano, datado de março de 1973, este é um dos poucos documentos que traz os núcleos dos países e suas respectivas equipes de colaboradores. Cada seção reunia-se frequentemente e tomava as decisões que eram repassadas para os outros núcleos como é descrito em vários momentos.

Na Holanda, o boletim começou a ser publicado em março de 1971²⁸⁸. Em documento redigido em fevereiro de 1973, podemos conhecer um pouco o trabalho desta equipe e como a visão desse grupo foi mudando ao longo do tempo:

Atualmente somos três brasileiros trabalhando no coletivo “Brazilians Informatie front”, juntamente com mais dez holandeses, ativos no coletivo, e mais alguns tradutores (que dão ajuda por correspondência). O boletim é sustentado indiretamente por “amigos” e por donativos de organizações [...].

²⁸⁵ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 088. Identificação: EXI_BIFBI_093_001.

²⁸⁶ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. EXI_DFBI_0334_001.

²⁸⁷ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DFBI_0334_001.

²⁸⁸ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 040. Identificação: EXI_BIFBI_040_002.

O caráter do boletim mudou sensivelmente, do primeiro número até agora; em 1971 sentíamos a necessidade de criar uma “imprensa paralela” que mantivesse a opinião pública holandesa a par da situação brasileira: repressão, tortura, medidas econômicas arbitrárias, etc. A visão da situação por nós brasileiros, era então muito clara: dentro de algum tempo estaremos de volta ao Brasil; a guerra começa e acaba... Nesse sentido, todas as organizações revolucionárias brasileiras agiam, discutiam e faziam o seu proselitismo (promessas de volta, autocríticas da luta armada, proposições de novas táticas e tentativas de unir a esquerda). Parece-nos, sem dúvida que essa situação mudou. [...] É a rotina do exílio que se impõe, acima de qualquer ilusão triunfalista: a vitória não será amanhã (como quase chegamos a acreditar há alguns anos) e não depende mais dos quadros atualmente no exterior²⁸⁹.

Num só texto podemos perceber várias fases do exílio refletidas nas expectativas desses indivíduos. Esse conteúdo dialoga diretamente com as análises feitas por Denise Rolemberg Cruz, na obra, *Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no exílio*²⁹⁰. O livro questiona o papel da subjetividade na História e de que forma este aspecto decisivo na vida do indivíduo pode atuar nos eventos e processos históricos. O exílio pode representar uma diversidade de experiências. Nesse contexto, as trajetórias no exílio foram únicas, particulares e imprevisíveis. Segundo Cruz, pensar o exílio como tempo e lugar das redefinições das esquerdas exiladas, é, assim, refletir sobre os sentimentos de estranhamento, desenraizamento e luto. A historiadora analisa de que maneira o projeto político e pessoal das gerações que viveram o exílio foi redefinido, suas rupturas e continuidades, suas transformações e como o exílio atuou nessas transformações. Embora seja importante e referência para esse trabalho, o que pretendemos mostrar é uma outra face do exílio brasileiro, pois esses indivíduos encontraram trabalho, adaptação, e estabeleceram relações políticas e econômicas na Argélia, diferente de outros casos analisados pela autora.

No documento produzido pela seção holandesa, vemos o quanto persistia uma visão de que a ditadura não duraria muito tempo. E que, é a experiência do exílio, a partir desse olhar, que eles passam a dialogar sobre a dimensão da situação brasileira.

A situação no Brasil mudou e é perigoso que nós estejamos vivendo aqui de lembranças, sem perceber que os termos do problema mudaram. Há outra geração no Brasil, ocupada com outros problemas, que já não são os mesmos de 1968-1970. Haverá, certamente, outras exigências de solução,

²⁸⁹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 047. Identificação: EXI_DFBI_0332_001.

²⁹⁰ CRUZ, Denise Rollemberg. *Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no exílio*. IN: RIDENTI, Marcelo; MOTTA SÁ, Rodrigo Patto (org.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 277-296.

diante das quais nossos discursos soam envelhecidos, dogmáticos, moralizantes e, finalmente, ineficazes. Por outro lado, nossa situação aqui também mudou: já não somos os “estudantes” caídos por acaso em Orly ou em Amsterdam, olhando para o outro lado do oceano. Cada um de nós viveu experiências pessoais profundas, que põem em xeque muitas das verdades proclamadas pela esquerda brasileira. Sobretudo (o que pode não estar ao nível deste papel, mas que nos parece de importância) fomos. Em três anos confrontados com comportamentos de “quadros de esquerda” que nem sempre foram os mais entusiasmantes ou convincentes. Pode parecer leviano afirmar isso, mas no momento levantamos uma pergunta, que no Brasil ou nos primeiros anos aqui fazíamos questão de deixar de lado: é esse pessoal, com essas ideias, que se prepara para tomar o poder no Brasil?²⁹¹

A imposição do exílio como uma tentativa de dismantlar toda uma mobilização em torno de um projeto político específico, pretendia isolar e afastar os indivíduos, juntamente a outras ações, como as prisões torturas, assassinatos, etc. No entanto, o exílio também significou para muitos, espaço de luta, resistência e militância. Essas experiências trazem debates e questionamentos sobre a atuação das esquerdas dentro e fora do Brasil, como podemos ver neste documento. Percebemos ainda, muitos conflitos resultantes de diferentes opiniões e divergências quanto às ações que deveriam ser tomadas e de como o trabalho do *Front* deveria ser conduzido²⁹².

Há uma grande preocupação sobre qual deve ser a atuação dos exilados. Redefinir o trabalho perante o FBI, ver o que é possível fazer, eles dizem que “a situação interna do Front mudou sensivelmente, sobretudo de setembro do ano passado até hoje. A descentralização pedida e aceita em Paris, em janeiro, foi realizada, mas de modo bem estranho ao que era de se esperar” [...] Estamos diante de um outro momento da revolução brasileira: um recesso em que alguns restos da luta armada ainda subsistem, nas prisões, no exterior [...] e o contingente que lá continua na luta parece estar bem desligado de nós aqui. Corremos o perigo de eternizar aqui um mito, insistindo ainda numa política de informações sobre o passado. Caberia ao Front, como entidade independente – tendo, portanto, pouco passado a defender e a conservar para o museu da história – tentar encontrar um novo estilo de trabalho no exterior, que corresponda à nova situação de modo a poder pensá-la dentro de um contexto de política internacional mais amplo [...] e, portanto, mais eficiente. O momento de triunfalismo das organizações de luta armada passou. Não há mais lugar para os debates de dois anos atrás. O trabalho perdeu seu caráter de urgência e imediatividade. Não somos mais uma vanguarda, temporariamente afastada da frente de luta, mas somos realmente uma retaguarda, fora da luta e dispondo de meios limitados de intervenção da mesma²⁹³.

²⁹¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 047. Identificação: EXI_DFBI_0332_001.

²⁹² CRUZ, Denise Rollemberg. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no exílio. IN: RIDENTI, Marcelo; MOTTA SÁ, Rodrigo Patto (org.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 285.

²⁹³ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 047. Identificação: EXI_DFBI_0332_001.

O tempo cada vez mais duradouro no exílio, as prisões, cassações, mortes e desaparecimentos, as sucessões dos cargos políticos sem eleições diretas, vão permitindo que os exilados façam outras leituras de como poderiam combater a ditadura. A ideia de que havia um “povo” brasileiro que apoiaria uma revolução vai sendo cada vez menos aceita. E conforme os acontecimentos as formas de luta começam a se “adequar” à realidade que se impõe.

Isso implica em diversas consequências: - tomamos distância da luta, o que nos permite, queiramos ou não, olhá-la mais criticamente. Vivemos uma outra experiência de contatos e de discussões, que nos permitiu conhecer melhor o pessoal com quem estamos envolvidos (isso desmistificou muita coisa e muita gente), permitindo-nos discutir mais diretamente sem os eternos rodeios impostos pela “ética partidária”. Pensamos que o Front tem condições de estabelecer, internamente, essa discussão aberta, onde ninguém tenha receios de heresias ou de placas (tão em moda há alguns anos atrás)²⁹⁴.

Na Suécia, o *Front* foi a terceira tentativa de trabalho de denúncia e divulgação da ditadura. O estabelecimento deu-se de maneira autônoma e o instrumento prático que caracterizou a organização foi um documento de fundação publicado na grande imprensa sueca, onde se fixaram como objetivos os seguintes pontos: denunciar os crimes da ditadura militar brasileira; denunciar a violação dos direitos do homem no Brasil e a repressão generalizada; divulgar a luta do povo brasileiro em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais; criar uma consciência internacional de apoio a essa luta, contra a ditadura, o fascismo e o imperialismo. Nesse sentido, seriam utilizados tais instrumentos: a publicação de um boletim periódico intitulado *Brasil Hoje*; a publicação de comunicações urgentes a imprensa sobre acontecimentos no Brasil, a análise de notícias publicadas na imprensa internacional; a publicação de artigos da intelectualidade brasileira, como informação para setores interessados na problemática do país; a promoção e realização de atos públicos de informação, dos quais participariam personalidades brasileiras no exílio²⁹⁵.

O primeiro exemplar em francês foi publicado em setembro de 1969. Em relação aos outros idiomas, o acervo dispõe de um considerável número de boletins. Além disso, a documentação do exílio traz muitas informações sobre o trabalho desenvolvido em Paris.

²⁹⁴ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 047. Identificação: EXI_DFBI_0332_001.

²⁹⁵ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 047. Identificação: EXI_DFBI_0333_001.

Front produziu estatutos, circulares (era assim que nomeavam esses documentos) e outros textos que tratam da definição do jornal, da organização, da sua proposta de trabalho, e das atividades que seriam desenvolvidas por cada setor. Um impresso, que em todos esses escritos, procurou reafirmar sua plataforma política antitadadura e anti-imperialista através da denúncia, propaganda e informação, buscando a unidade das esquerdas exiladas e a participação das várias organizações e grupos políticos existentes.

As equipes que produziam o boletim realizavam constantes reuniões e balanços dos núcleos instalados nos diferentes lugares. O plano de ação demonstrava que havia um interesse em ampliar os trabalhos do *Front*. Dentre eles, alcançar um público maior, inclusive na imprensa internacional; aquisição de maquinários para impressão; laboratório de fotografia; ampliação dos canais de circulação e comunicação; agência de reportagens produzindo, inclusive, conteúdo para o mercado publicitário mundial; produção de discos com músicas que estavam sendo censuradas em território brasileiro; criação de uma editora; de uma produtora de filmes e o interesse em estreitar as relações com Cuba. Todos esses projetos estariam alinhados com o projeto de uma revolução no Brasil.

Esse é um dos grandes diferenciais do *Front* enquanto documento histórico e impresso clandestino. Os organizadores deixaram para a posteridade uma escrita em que o boletim procurou construir uma imagem de si mesmo e que era constantemente reforçada entre os colaboradores, para que mantivessem claros os seus objetivos. Havia também o interesse em cooptar militantes independentes para participar da produção e divulgação, principalmente aqueles que não participavam de nenhuma organização existente, mas que estavam dispostos a trabalhar pela revolução brasileira.

O *Front* se definia como um porta-voz que surgiu para romper a censura imposta pela ditadura e com isso informar e mobilizar a opinião pública internacional sobre as arbitrariedades que estavam sendo cometidas pelos governos militares, com o cuidado de checar a veracidade das informações para não comprometer a credibilidade da organização. Segundo o boletim, esses objetivos estavam sendo alcançados na medida em que diferentes órgãos da imprensa internacional, organizações religiosas, além da própria Igreja Católica, organizações políticas e partidárias, passaram a reproduzir e divulgar as notícias publicadas pelo *Front*. Além

disso, a Anistia Internacional, a Organização das Nações Unidas, Comissões de juristas internacionais, a Organização dos Estados Americanos, entre outras importantes organizações e personalidades europeias, passaram a repercutir mundialmente as denúncias feitas pelo *Front*.

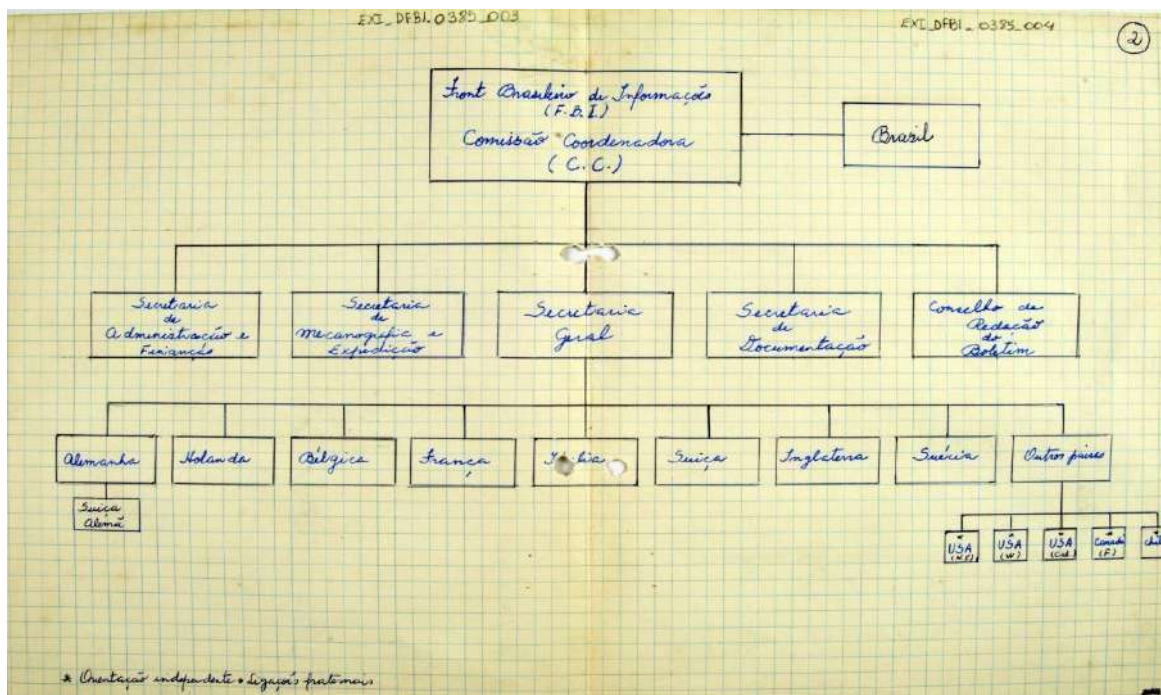
[...] o Front trata de informações, trata de seleção de informações e de divulgação das mesmas com objetivo de formação de uma opinião pública mundial favorável à luta revolucionária no Brasil, sob uma certa visão política que fez merecer a confiança de organizações revolucionárias no Brasil e de outros países e também de organizações que se formam no exterior para solidarizar e ajudar nessa luta. O front serve ainda diretamente as organizações enquanto veículo para seus comunicados, e tem servido mesmo para suas colocações políticas. Seu trabalho não se limita a informações diretas, mas também a utilização de outros veículos nesse sentido. O front necessita dessas informações para completar suas próprias fontes. É disso que ele vive. Portanto cabe às organizações em sua simbiose com o front enviar-lhe informações em primeira mão²⁹⁶.

O trabalho no *Front* seguia uma rotina e um ordenamento que são explicitados em alguns documentos. Dentre elas, observamos algumas ações, como, programação do trabalho de informação, ligações para a direção em Alger, presença e participação nas reuniões das organizações brasileiras, recepção dos visitantes, coleta de informações junto as agências de notícias e jornais, ordenamento do material coletado, reprodução de documentos, tradução, datilografia, fotocópia, registro, tratamento do material fotográfico, expedição do material selecionado para a direção do jornal, gestão financeira e arquivo do material.

Analisemos o organograma a seguir:

²⁹⁶ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta 047. Identificação: EXI_DFBI_0371_001.

Figura 26 - Organograma de funcionamento do Front



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).²⁹⁷

Cada secretaria citada nesse organograma possuía atividades específicas. A organização administrativa mantinha sua sede central na capital da Argélia. A Comissão coordenadora era composta por três membros, dois deles residindo em Alger, e o terceiro em Paris, aonde eram encarregados da direção política e administrativa.

A Secretaria geral era responsável pelas seguintes atividades: correspondência, coordenação da matéria para o boletim, coordenação de todos os documentos a serem publicados, serviços de tradução e revisão, envio de relatórios aos representantes em outros países sobre os principais acontecimentos do mês, bem como remessa dos balancetes, convocação de reuniões, feitura de atas, coordenação das relações da comissão coordenadora com os representantes do jornal nos outros países, e as tarefas das outras secretarias no caso de ausência dos responsáveis.

A Secretaria de documentação era responsável pelas seguintes atividades: organização dos arquivos e dos fichários, funcionamento da biblioteca, elaboração

²⁹⁷INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta 047. Identificação: EXI_DFBI_0385_004_A. Organograma de funcionamento do Front.

das fotocópias, serviço de fotografia, além das tarefas da secretaria geral nos casos de ausência do responsável.

A Secretaria de mecanografia e expedição era responsável por imprimir o boletim e demais documentos do *Front*, expedição de toda correspondência, controle do fichário dos assinantes e leitores e funcionamento do mimeógrafo.

A Secretária de administração e finanças era responsável pela administração da sede do *Front*, bem como dos pagamentos, apresentação de balancetes anuais e mensais, previsão orçamentária e organização de campanhas para arrecadar fundos de financiamento.

O conselho de redação era composto pela comissão coordenadora e pelos responsáveis das quatro secretarias. Deliberavam as matérias do boletim e outras publicações do *Front*. Os representantes residentes em outros países eram encarregados de publicá-lo segundo normas e diretrizes sugeridas pela direção e deveriam enviar balancetes e relatórios mensais, enviar artigos para serem publicados, remeter periodicamente informações ao órgão central e organizar sua direção administrativa de acordo com os recursos e as condições locais. A comissão coordenadora sugeria que as seções organizem campanhas financeiras sempre que possível, na tentativa de serem autossuficientes.

Os responsáveis pelo *Front* também trabalhavam na Comissão de Ajuda aos Brasileiros no Exílio – CABE²⁹⁸. Segundo o documento, essa comissão seria responsável por conseguir recursos para auxiliar brasileiros no exílio bem como para ampla divulgação das atividades do impresso. As normas de distribuição da ajuda seriam regulamentadas por um regimento interno do organismo e os recursos para funcionamento deste órgão seriam provenientes de contribuições.

O *Front* chegou a enviar uma carta a pessoas aleatórias no Brasil, com o seguinte conteúdo:

Compatriota,

Você está recebendo nessa carta uma série, de informações que não está acostumado a encontrar na nossa imprensa falada ou escrita. Cem mil brasileiros – entre os quais você – tiveram seus nomes escolhidos ao acaso nas listas telefônicas, para tomarem conhecimento daquilo que milhões de estrangeiros já sabem, pela imprensa internacional, fora do alcance da censura e repressão impostas pelo regime ditatorial vigente em nosso país.

Levando essas notícias ao seu conhecimento, a Frente Brasileira de Informações busca eliminar os efeitos desse poderoso instrumento – a

²⁹⁸ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Pasta FBI 047. EXI_DFBI_0385_009. Folha escrita à mão. Sem remetentes ou destinatários. Sem data.

censura – de que se valem os donos do poder para a manutenção do clima de desconhecimento favorável ao exercício da violência repressiva do governo sobre todos aqueles que, mais conscientes do que se passa, se levantam contra o regime.

A violência repressiva do regime, porém, não está voltada apenas para a vanguarda da revolução, mas ela atinge diretamente o povo, ela se traduz na vida cotidiana da imensa maioria da população brasileira. Analfabetismo e subnutrição constituem a crua realidade vivida pela maior parte dos que conseguem sobreviver à mortalidade infantil que, entre nós, alcança uma das taxas mais altas do mundo. Provavelmente não é essa a sua situação pessoal: você tem até telefone... mas isso não significa que você ignore esse fato e que não se angustie em constatá-lo. Entretanto na sua experiência pessoal, você não apenas sabe o que significa, mas sente profundamente o arrocho salarial, o aumento geral de custo de vida, os aluguéis extorsivos... E o que dizer do desemprego, e do subemprego disfarçado? E que dizer da impossibilidade da livre organização sindical, das intervenções nos sindicatos, da repressão nas greves? E a opressão nos meios estudantis e a eliminação de inúmeros professores e cientistas? Professores e cientistas que são imediatamente convidados para trabalhar em outros países como Estados Unidos, França, Alemanha, etc..., contribuindo para o seu desenvolvimento, enquanto que nossa pobreza intelectual se intensifica.

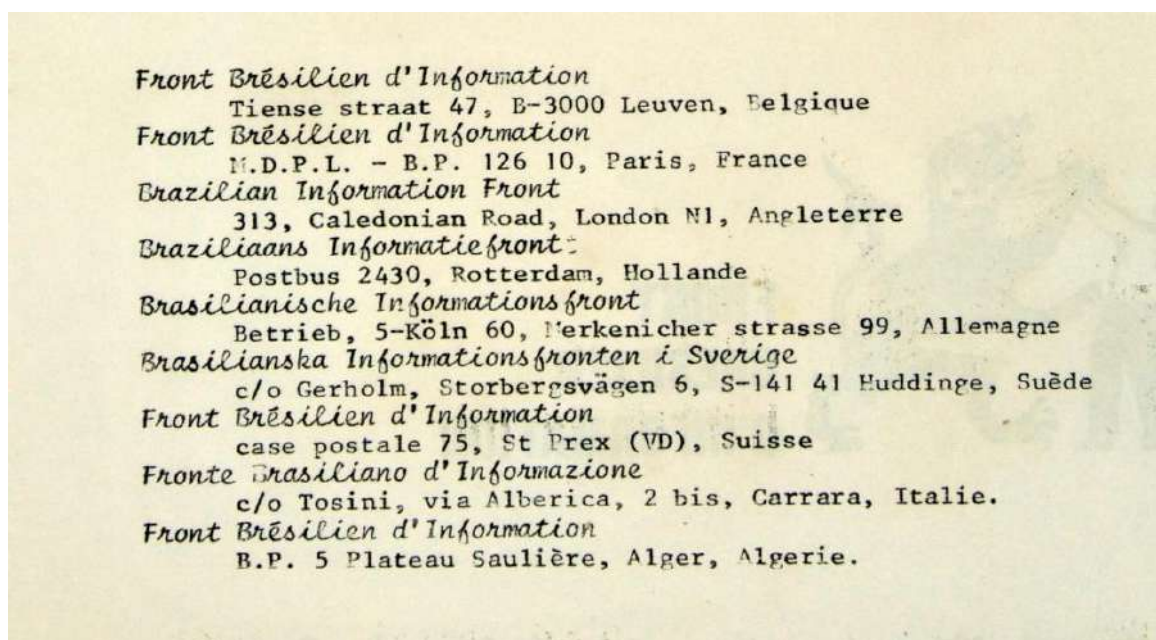
Essa situação se agrava dia a dia, desde o golpe de estado de 1964, na medida em que os seus interesses, os interesses dos empregados, dos analfabetos, dos desempregados, não podem ser defendidos. Você não pode conversar com seus amigos sobre esses problemas. A censura está presente em todo momento e em todo lugar: jornais, televisão, escolas, bares, cinema, teatros, livros, etc. Mas toda essa situação é mascarada por uma intensa propaganda que afirma que vivemos numa “democracia”, e em plena “prosperidade”. Mas essa intensa propaganda não consegue esconder a dura realidade brasileira, perante a opinião pública internacional. Brasil é hoje exemplo de violência, opressão, fascismo e de agudo subdesenvolvimento.

Quem se beneficia com tudo isso? É você? É o povo em geral? Ou é uma minoria ligada aos interesses internacionais que determina toda política do país?

Os militares no poder, instrumentos dessa minoria e dos interesses norte-americanos, são os responsáveis pelo arrocho salarial, pela censura, pela desvalorização de nossa moeda. São eles que prendem, espancam, torturam e matam nossos compatriotas que enchem as prisões. São eles os inimigos do povo. Contra eles devemos lutar. Contra eles já²⁹⁹.

Enviar cartas aleatórias ao Brasil era uma das estratégias de denúncia do *Front*. Por isso, remetiam correspondências em massa, como demonstra o documento ao citar a quantidade de *cem mil brasileiros*. Havia entre eles uma ideia clara, de que a maioria dos brasileiros não sabia exatamente das arbitrariedades que a ditadura vinha cometendo, principalmente por causa da censura e que através dessas cartas eles tomariam conhecimento sobre o que de fato estava acontecendo.

²⁹⁹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Pasta Exílio FBI 047. EXI_DFBI_0389_001.

Figura 27 - Endereços dos escritórios do *Front*

Fonte: Instituto Miguel Arraes (1972).³⁰⁰

Por último, vemos nesse documento os endereços dos núcleos de produção e distribuição do *Front*. Nesses escritórios, muitas vezes improvisados e com poucos recursos, as equipes se reuniam pra montar a estruturas das edições, que eram produzidas e distribuídas por eles. Os documentos revelam as particularidades de cada núcleo, os nomes de possíveis colaboradores (embora as edições sejam anônimas, aparecem muitos nomes de pessoas, a maioria, somente o primeiro nome), as divergências, os planos de ação, os objetivos a serem alcançados e como cada núcleo lidava com essas questões.

3.8 DIVERGÊNCIAS ENTRE AS EQUIPES E O FIM DO FRONT

Os impasses entre os colaboradores do *Front* são uma constante no acervo consultado. Em 08 de dezembro de 1970, registrou-se uma ata de reunião da seção de Genebra, “com o objetivo de contribuir ativamente no processo de discussão em curso, visando à superação da crise que atravessa a *Frente Brasileira de Informações* e também para discutir a proposta de estatutos formulada na reunião de Argel de julho-agosto de 1970”³⁰¹. O boletim havia sido criado em meados de 1969, e no ano seguinte já se falava em crise. Nessa reunião, foi elaborado um

³⁰⁰ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Pasta Exílio FBI 088. Identificação: EXI_BIFBI_095_002.

³⁰¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_073_001_01.

documento, que seria discutido em outro encontro a ser realizado no dia 12 de dezembro de 1970.

Uma hora antes da reunião do dia 12, um companheiro recebeu, em seu endereço e em seu nome, uma carta (em anexo) da companheira representante do FBI em Genebra, em que esta, invocando o parágrafo 6 da proposta de estatuto da Frente, decide não mais participar das discussões em curso. Adverte ainda que dadas as divergências de fundo entre alguns colaboradores e o responsável local, voltarei a retomar contato com vocês oportunamente³⁰².

Vemos um impasse quanto às decisões a serem tomadas. A seção de Genebra, aprovou uma proposição para que se organizasse na Universidade de Genebra uma venda militante do boletim nº 16, nos dias 10 e 11 de dezembro de 1970. Isso seria feito por estudantes suíços. Em reunião do dia 08 de dezembro de 1970, tendo em vista o sequestro do embaixador da Suíça no Rio de Janeiro, decidiu-se que a venda deveria ser adiada. Diante das novas circunstâncias o ato foi julgado inconveniente naquele momento, ainda assim, a venda do boletim realizou-se nos dias 10 e 11 de dezembro, sem que nenhuma comunicação fosse feita aos demais componentes da seção, conforme orientação adotada. As decisões políticas referentes às atividades do *Front* cabiam ao conjunto dos membros da seção local. Todos deveriam ser consultados antes de qualquer ação. Devido ao episódio, a representante local pediu desligamento do grupo, alegando a existência de pontos de vista divergentes quanto a atual estrutura do *Front* e que todos os participantes da seção local deveriam ser afastados, o que, segundo o texto, contrariava claramente a prática democrática e unitária que pretendia ser a marca do trabalho do boletim. O documento não esclarece a identidade desta colaboradora³⁰³.

Com o objetivo de contribuir ativamente no processo de discussão em curso, visando à superação da crise que atravessa a Frente Brasileira de Informações, a seção de Genebra da Frente reuniu-se no dia 8 de dezembro. Tratava-se de discutir a proposta de estatutos formulada na reunião de Argel de julho-agosto de 1970. [...] Uma hora antes da reunião do dia 12, um companheiro recebeu, em seu endereço e em seu nome, uma carta (em anexo) da companheira nomeada como representante do F.B.I. em Genebra, em que esta, invocando o parágrafo 6 da proposta de estatuto da Frente, decide não mais participar das discussões em curso. Adverte ainda que “dadas as divergências de fundo entre alguns colaboradores e o responsável local, voltarei a retomar o contato com vocês oportunamente”. [...] Firmou-se, no entanto, o princípio de que as decisões políticas

³⁰² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. Identificação: EXI_BIFBI_073_001_01. Papel datilografado. Assinado Frente Brasileira de Informações.

³⁰³ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_0076.

referentes às atividades da Frente cabem ao conjunto dos membros da seção local³⁰⁴.

O relatório ainda pontua que era preciso construir um debate para contribuir com a solução da crise política que o *Front* atravessava e esperava que a “companheira e representante da seção local” de Genebra, reconsiderasse sua atitude e retomasse o diálogo democrático no seio da seção. A atitude da representante local, que seria de certa forma uma autoridade, demonstrou, segundo o texto, um caráter predominantemente centralista da estrutura do *Front* expresso particularmente na nomeação de representantes das seções locais, e que isso não seria um caso isolado, repetindo-se, portanto, nos outros núcleos. Os demais integrantes decidiram em decisão unânime, continuar com os trabalhos naquela cidade.

Em outro episódio, houve uma reunião na cidade de Berna, capital da Suíça, em 18 de março de 1973. A partir desse encontro foi elaborada uma carta, que posteriormente foi repassada para as outras seções. O texto dizia o seguinte: “a ausência dos companheiros de Alger membros da antiga comissão coordenadora e a ausência de representação da seção de Alger dificultou o objetivo de unificação a que se propunha o encontro³⁰⁵”. A comissão coordenadora, localizada na Argélia, havia solicitado renúncia das atividades do boletim. O que causou certo incômodo aos membros das outras seções. O texto ainda falou da falta de definição dos objetivos da reunião e das divergências que vinham ocorrendo na seção suíça, dentre elas, falta de preparação política para a reunião, ausência de membros da seção de Alger e dissolução da CC (supostamente podemos entender como comissão coordenadora) que havia solicitado desligamento das atividades. Algumas sessões, que o texto não diz quais, vinham reclamando por maior participação e maior autonomia nas decisões. Reclamou-se do excesso de autoridade da comissão coordenadora e que esta, estaria impedindo a democracia interna e esterilizando a atividade dos outros núcleos.

A existência da comissão coordenadora era discutida como um obstáculo à democracia da organização ao mesmo tempo em que sua dissolução poderia caracterizar uma decisão unilateral e antidemocrática. Como é citado em vários

³⁰⁴ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_073_001_01 e EXI_BIFBI_073_002_01.

³⁰⁵ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DFBI_0339_001 a EXI_DFBI_0339_018. Súmula da reunião Alger/maio/1973.

documentos, Miguel Arraes fazia parte e era a principal voz da comissão coordenadora, localizada na Argélia. Também são citados alguns nomes: Márcio, Raimundo e a sigla MA. Vejamos:

Marcio, o episódio que deu origem à crise final se deu quando a VPR tranpôs para o Front um problema de sua luta interna, aproveitando-se de sua proximidade junto à comissão coordenadora de Alger, através de um militante seu que trabalhava lá. A comissão recebeu informações unilaterais sobre cinco seções: Bélgica, Holanda, Suíça, Alemanha e França. Este episódio deu origem à crise final, aonde houve uma dissolução da comissão coordenadora³⁰⁶.

O trecho citado faz parte de um documento de dezoito páginas, cujo título é “Análise da reunião do *Front* realizada em Berna. Súmula da reunião Alger – Maio/1973”. O texto narra um debate envolvendo as seções da Holanda e da Itália, assim como as decisões tomadas após o encontro. Na página cinco, cujo título é “Razões da dissolução” narra-se um episódio que ocorreu na seção suíça. O responsável pelo núcleo neste país divulgou, em nome do *Front*, um documento assinado por cinco “organizações armadas”, quebrando um princípio que regia o funcionamento do boletim. A insistência em manter, não a uniformidade, mas uma posição comum nas publicações decorria, assim, da preocupação de zelar pela linha geral estabelecida, dizia o texto. Discute-se também até que ponto o *Front* poderia contar com o apoio das “organizações armadas” ou estaria sendo “usado” para divulgar suas pautas.

O relatório diz que faltava a todos os envolvidos, a experiência de um trabalho realizado no exterior e que essa experiência deveria ser adquirida na prática, no máximo com a ajuda de companheiros de cada país, que tivessem participado de tarefas semelhantes. Muitos erros, segundo o documento, decorriam das insuficiências pessoais e da falta de meios, de unidade e de dificuldades inevitáveis que se encontravam na organização de uma frente de trabalho onde se misturavam diferentes pontos de vista a respeito da orientação de suas atividades. Diz-se que a tentativa de formar grandes coletivos de exilados como base política, espécie de partido no exterior, não teve êxito apesar da reconhecida capacidade dos autores da iniciativa. Entre os responsáveis e colaboradores, haviam também outros problemas, além de várias discussões e conversas isoladas, que frequentemente eram retomadas nas reuniões.

³⁰⁶ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. EXI_DFBI_0339_005.

Para Márcio (de acordo com a documentação supomos ser Márcio Moreira Alves) a centralização do *Front* em Alger perturbava o desenvolvimento do boletim na Europa³⁰⁷. A comissão coordenadora, segundo a documentação, foi criada no início de 1970 quando se percebeu que não era possível manter o funcionamento do boletim sem uma direção.

As seções também apresentavam problemas particulares. O boletim em alemão nunca foi uma cópia fiel dos remetidos, mas um resumo. A versão em italiano sempre divulgou matérias de interesse local e comentários destinados ao público do país. Nesse contexto, havia uma premissa de que as sessões não poderiam apenas redistribuir as notícias, esgotando sua capacidade de produção e dependendo inteiramente de outras seções. Julgava-se indispensável estabelecer uma orientação geral que determinasse as formas de organização dos trabalhos da entidade, sua aproximação com as forças antiditatoriais e com aqueles que paralelamente executavam atividades semelhantes.

Há indícios de problemas operacionais, sobre como o boletim seria produzido e de como seria esse relacionamento entre os vários núcleos no exterior. Reclamase a inexistência de um programa político discutido e aprovado pelo conjunto das equipes e que deveria funcionar em resposta às necessidades do trabalho de propaganda no exterior, embora o boletim tivesse um estatuto reconhecido por todos os envolvidos.

ESTATUTO DA FBI

A FBI é uma entidade a serviço da revolução brasileira e tem por objetivo a tarefa de divulgação no exterior da luta do povo brasileiro contra a ditadura e o imperialismo. Divulgando esta luta a FBI se propõe a denunciar os crimes e as injustiças cometidas contra o povo brasileiro, mas também a mobilizar a opinião pública internacional para o apoio e a solidariedade aos revolucionários.

A FBI só tem compromissos com a revolução.

A sede da FBI é em Alger. Cabe à secretaria-executiva deliberar sobre a sua transferência, na eventualidade da capital da Argélia deixar de apresentar os requisitos operativos e dessegurança para o funcionamento da entidade.

A FBI é dirigida por uma secretaria executiva composta de 5 membros. A SE responde política e operativamente pela entidade, planeja a sua atividade global, supervisiona o cumprimento das tarefas dela decorrente e designa e instrumenta politicamente, em cada país ou região, os responsáveis locais pela Frente.

A SE manterá, a título supletivo, tantos departamentos quantos forem necessários para atender às necessidades específicas da revolução brasileira no exterior. A curto prazo, ela se empenhará para criar os

³⁰⁷ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DFBI_0339_008.

departamentos de solidariedade, o jurídico, o de propaganda específica e o financeiro.

A Frente procurará ter em cada país um ou mais correspondentes, que responderão pelo trabalho local. A estrutura da Frente em cada país se adaptará, sempre que possível, às condições locais, observado o que aqui se prescreve.

São membros da FBI os brasileiros e estrangeiros que forem aceitos pelos responsáveis locais. Na admissão de novos membros os responsáveis locais zelarão para que se evite infiltração de policiais ou de pessoas cujo teor de vida possa causar prejuízos materiais, morais ou políticos à Frente.

As organizações revolucionárias brasileiras poderão se fazer representar junto à FBI através de um delegado explicitamente nomeado. A Secretaria Executiva, sempre que as circunstâncias o exigirem, pode convocar um conselho de representantes para deliberar sobre assuntos de caráter político que empenhem os revolucionários brasileiros.

Os presentes estatutos são endossados por: Ação Libertadora Nacional, Vanguarda Popular Revolucionária e MR-8³⁰⁸.

O *Front* procurou estabelecer um diálogo de colaboração com as organizações revolucionárias, como está definido no próprio estatuto. Sobre a Vanguarda Popular Revolucionária - VPR, não houve um apoio unânime, principalmente depois do episódio que deu origem a uma crise na seção suíça, já relatada na página anterior. Algumas outras associações políticas se limitaram a dar notas de simpatia em documentos que divulgavam e algumas pretenderam que o *Front* fosse veículo de propaganda de suas pautas, o que não ocorreu.

Havia em praticamente todas as seções pontos de acordo e de desacordo. As posições particulares aparecem e nem sempre entram em consonância com o objetivo principal. Há uma discussão sobre a questão da ligação entre o trabalho externo e a luta no Brasil.

A atividade do *Front* não depende organicamente da situação no Brasil. O trabalho no exterior depende politicamente da luta que se desenvolve no Brasil, mas dela independe organicamente. As atividades externas tem apenas o papel de intérprete de uma realidade que evolui no interior do país, seja ele desempenhado organicamente ou não, formalizado ou não por alguma entidade política, elementos que contribuem para dar uma maior ou menor credibilidade a quem o assume. Caso contrário, seria pretender, a partir de fora, ditar normas às várias tendências que lutam no interior ou expressar apenas o pensamento e a vontade dos que realizam o trabalho externo, sem nenhuma influência no desenrolar dos acontecimentos que ocorrem internamente. Há sim uma discussão sobre o papel político do *Front*³⁰⁹.

O documento diz ainda:

[...] concorda-se com a posição de Antônio: A evolução da situação interna determina nossa atividade, entendendo-se que, para compreendê-la, é

³⁰⁸ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DFBI_0328_001.

³⁰⁹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DFBI_0339_015.

necessário considerar o conjunto de forças que atuam no país. Nestas forças estão socialistas e não socialistas, marxistas e cristãos, opositores de várias tendências, sendo apenas de lamentar que não estejam politicamente organizados e unidos para melhor lutar contra o regime. Entende-se que o trabalho de denúncia da ditadura no exterior pode servir de estímulo à unidade daquelas forças, desde que realizado também por pessoas oriundas de variadas tendências e convicções; pode facilitar igualmente o apoio de forças semelhantes existentes no exterior. É a ação destas forças que possibilitará o isolamento da ditadura, sua condenação pela opinião pública internacional³¹⁰.

Rodrigo (sobrenome desconhecido), Márcio (Márcio Moreira Alves) e Raimundo (Raimundo Silva e Lima), possuem opiniões divergentes quanto a várias questões, principalmente sobre quem seria o público do *Front* e se haveria uma revolução de caráter socialista. Cada seção apresentava posições bem particulares. Por exemplo, o documento da seção suíça propunha criar um consenso internacional quanto à legitimidade de oposição à ditadura, sobretudo da oposição representada pelo movimento social da guerrilha urbana. Já o documento elaborado pela seção sueca pretendia denunciar os crimes da ditadura militar brasileira, a violação dos direitos humanos no Brasil e a repressão generalizada, divulgando a luta do povo brasileiro e seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais criando uma consciência internacional de apoio a essa luta. A seção suíça era defensora da *guerrilha urbana*, enquanto a seção sueca convocava importantes forças que pudessem realmente apoiar a luta do povo brasileiro.

Na documentação analisada percebe-se uma discussão de que se fossem mantidas essas posições, o boletim não alcançaria a unidade pela qual vinha trabalhando, como a troca de informações e outras formas de colaboração entre grupos de exilados. Em que níveis se daria esse combate? Na simples solidariedade ou através de objetivos políticos mais amplos? São questionamentos feitos pelas equipes.

A falta de unidade dessas concepções refletiu-se permanentemente dentro do *Front*, muitas vezes através de uma ação direta para controle da entidade, outras de forma indireta e até mesmo sem que as pessoas disso tivessem consciência. Não se trata de ver segundas intenções em cada um que se apresenta, mas de constatar as dificuldades inevitáveis que se encontra na organização de uma frente de trabalho onde se misturam diferentes pontos de vista a respeito da orientação de suas atividades³¹¹.

Para Rodrigo, o público alvo do jornal deveria ser as organizações de trabalhadores e não somente a opinião pública, para evitar que o *Front* apoiasse

³¹⁰ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DFBI_0339_016.

³¹¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DIFBI_0340_007.

iniciativas genericamente reformistas. Já para Márcio, a unidade política se faria em dois níveis: dentro do *Front*, trabalhando em torno do consenso sobre o socialismo, e exteriormente, aglutinando as forças que combatiam a ditadura. Já Raimundo achava improdutivo discutir se a revolução brasileira teria caráter socialista ou não.

Diante dessa situação, a seção de Alger solicitou uma melhor fixação dos objetivos que seriam discutidos em um novo encontro. Havia uma preocupação em relação aos resultados da reunião, pois existia uma disparidade dos pontos de vista expressos nos debates da reunião de Berna. Foi feita uma indicação de que os membros do *Front* colaborassem uns com os outros. Além disso, entendia-se como necessária a permanente aproximação com partidos, organizações e tendências opostas à ditadura, sem discriminação quanto às suas posições ideológicas ou políticas ou quanto às formas de luta que utilizavam.

Outro tema recorrente na documentação é a inexistência de uma frente única contra a ditadura³¹². Alguns problemas apresentados na estrutura do boletim também são discutidos: como o fato do *Front* estar situado no exterior, a indefinição da estrutura organizadora, os critérios políticos que orientam a composição de seus membros e de sua direção em todos os níveis, e o empirismo e improvisação nas relações com partidos e organizações do interior do Brasil.

Front sempre contou com seus próprios recursos; humanos e materiais, com os militantes brasileiros exilados e com as entidades e partidos progressistas e socialistas dos diversos países onde se encontrava. Algumas destas organizações participaram através de seus representantes, das discussões preliminares que levaram à formação do boletim, em 1969, mas era o boletim que possuía toda a responsabilidade de prover os recursos para a sua existência.

A situação atual do Front põe dois tipos de problemas que convém absolutamente distinguir e cuja solução deve ser encaminhada com pressa mas sobretudo com clareza. O primeiro problema diz respeito aos aspectos operacionais do Front. Eles são graves, mas, na medida em que a questão dos recursos não é satisfatoriamente resolvida. [...]

O segundo problema, muito mais importante, grave e básico é de natureza política. O que é o Front? O que pretende ele vir a ser?³¹³.

O texto ainda explica que Miguel Arraes adquiriu uma responsabilidade particular em relação ao *Front*, e que era o discurso dele que exprimia a orientação

³¹² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DFBI_0381_003.

³¹³ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DFBI_0370_001.

que convinha. No entanto, essa tendência política não superou uma série de contradições que surgiram entre as pessoas e grupos interessados ou ligados ao boletim.

A seção localizada em Paris foi a que mais apresentava divergências. É lá que se concentra parte ponderável dos que chegaram em 1964 e dos que chegaram entre 1969-1970. Nesses grupos estão presentes praticamente várias tendências da esquerda brasileira. Em Paris, nenhuma delas teve hegemonia. A questão da frente única e a instabilidade que perpassou a direção local foram alguns dos motivos de conflito. Ninguém poderia ser admitido ou excluído sem a aprovação do organismo de base ou frente de trabalho no qual pretendia atuar ou atuava. *Front* também realizou conferências anuais cujos membros podiam votar e participar das decisões. No entanto, só poderiam ser cooptados para a plenária os membros atuantes num organismo de base ou frente de trabalho. Vejamos o documento a seguir:

PELA ORGANIZAÇÃO DA FBI EM PARIS

Dentre os obstáculos que hoje entravam o desenvolvimento da FBI, alguns são consequência da situação política geral de nosso país, exprimindo por conseguinte a correlação global de forças entre Revolução e Contra-Revolução. Outros de erros, insuficiências e incompreensões surgidos no próprio seio da FBI. Não lhe cabe, nem lhe é possível, eliminar os primeiros, mas é dever impostergável de todos que militam e se interessam pela FBI buscar desde já soluções para os segundos. Os obstáculos políticos gerais que não cabe à FBI remediar, mas sim simplesmente levar em conta na formulação de seu programa e de seus métodos de trabalho são fundamentalmente dois: inexistência de Frente Única contra a Ditadura; o fato de estar a FBI relativamente separada do movimento objetivo da luta do povo brasileiro, devido à necessidade de se organizar principalmente no exterior. [...] A FBI realiza trabalho da frente única numa etapa em que inexiste Frente Única no Brasil. [...] Donde se conclui que os erros, incompreensões e insuficiências com que hoje ela se defronta nada mais são que a expressão de sua incapacidade em situar-se corretamente diante da problemática objetiva da esquerda brasileira. [...] A FBI é um trabalho de frente única no exterior. A FBI não é a Frente Única. [...] Reduzindo a discussão política na FBI aos portadores de carteirinhas e credenciais, eles repetem ainda uma vez o erro infantil que tem caracterizado os setores mais combativos de nossa esquerda: mobilizam os já mobilizados e desmobilizam os mobilizáveis. Basta olhar para o que está ocorrendo com a FBI de Paris para constatar a obviedade do que dizemos³¹⁴.

O documento de doze páginas argumenta que o *Front* trazia em si a expectativa de ser porta voz de uma frente das esquerdas, que ainda não existia, e que deveria “regredir” à sua mera condição de agência de informações e que a independência do *Front* não significava autossuficiência e o que legitimava o seu

³¹⁴ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DFBI_0390_001 a EXI_DFBI_0390_012.

trabalho era a própria luta revolucionária, denunciando e estando a serviço da revolução brasileira. O texto trouxe uma longa discussão sobre a participação de organizações da luta armada no *Front*, o que provocou certa “confusão” sobre a linha política do boletim, e cobrou dos dirigentes uma estrutura política interna, já que em Paris, “praticamente todas as tendências da esquerda estão representadas e não havia uma hegemonia definida”. O documento questionou as decisões sobre quem fazia parte da direção do boletim, quem poderia ser aceito como membro e o como a organização foi, pelo menos em Paris, incapaz de auto definir uma democracia interna, pois o centralismo predominava sobre a democracia. O texto nomeou alguns representantes de organizações de “caciques” e que estes tentavam impor uma hegemonia das organizações as quais representavam e que essa pretensão hegemônica era inaceitável. O texto ainda sugeriu que fosse organizada uma conferência para fixar a linha política, a estrutura do *Front* em Paris e suas relações com organizações e partidos do interior do Brasil.

A seção de Paris voltou a divulgar outro documento em 25 de fevereiro de 1973 enviando uma pauta de reunião que seria discutida com os núcleos da Alemanha, Argélia, Bélgica, Grã Bretanha, Holanda, Itália e Suécia³¹⁵. Em 10 de março de 1973 a sessão da Suíça também lançou um comunicado enfatizando a importância de uma reunião geral com representantes das diferentes seções do *Front*. Todos os núcleos da Europa já haviam confirmado a participação na reunião. O assunto principal do encontro seria a discussão e possível resolução dos problemas políticos que se colocavam no *Front*. O documento ainda falou que os membros da Comissão Coordenadora haviam solicitado afastamento definitivo do boletim. Esse fato foi confirmado e assinado pela sessão de Paris na data de 12 de outubro de 1973³¹⁶.

Os últimos relatórios produzidos pelos membros do *Front* datam de 1973. Ano em que são publicados os últimos exemplares. Em Roma, uma reunião produziu um relatório de cinco páginas traçando planos e objetivos para os próximos meses. No entanto, não se falava na possibilidade de fim dos trabalhos³¹⁷. O que nos leva a supor que a interrupção da publicação pode ter ocorrido de forma abrupta.

³¹⁵ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DFBI_0352_001.

³¹⁶ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_079_001

³¹⁷ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DTEP_0005_001 a EXI_DTEP_0005_005.

O próximo documento narra uma versão de que o *Front* teria sido criado em Santiago, no Chile, por Márcio Moreira Alves, depois de sua saída do Brasil. Consistia num pequeno boletim de duas páginas com relatos de torturas. Segundo o texto, a partir disso, outras divulgações começaram a ser feitas na Europa, prosseguindo, assim, de forma mais organizada um trabalho que outros já haviam iniciado desde 1964. As disputas em torno desse pequeno instrumento começaram em 1969. Alguns representantes de grupos de esquerda pretendiam transformá-lo em instrumento de sua propaganda; outros colaboravam para que fosse um ponto de unidade; outros, defendendo aparentemente essa tese, pretendiam apoderar-se do *Front*, para dar outra característica. Esse texto diverge da ideia *oficial* de que o *Front* teria sido fundado em conjunto, por Miguel Arraes, Violeta Arraes, Edvaldo Norões e Márcio Moreira Alves, na Argélia e embora não haja nenhuma outra fonte que confirme essa versão, é importante conhecer tudo o que se especulou sobre a fundação do boletim.

TRABALHO NO EXTERIOR

Remeto uma cópia da posição defendida pelos companheiros italianos em relação ao trabalho externo.

O Front de informações foi criado em Santiago por Márcio Moreira Alves, depois de sua saída do Brasil. Consistia num pequeno boletim de duas páginas com relatos de torturas.

Apoiamos, junto com outros companheiros, a iniciativa e começamos a fazer divulgações na Europa, prosseguindo, assim, de forma mais organizada um trabalho que outros já haviam iniciado desde 1964.

As disputas em torno desse pequeno instrumento começaram em 1969. Alguns representantes de grupos pretendiam transformá-lo em instrumento de sua propaganda; outros colaboravam para que fosse um ponto de unidade; outros, defendendo aparentemente essa tese, pretendiam apoderar-se do Front, para dar uma outra característica

Essas divergências refletem-se nalgumas matérias publicadas. Tais lutas prejudicaram o trabalho e ainda o estão prejudicando. Terminamos, agora, a liquidação de divergências e conseguimos, sobretudo, a compreensão de alguns grupos para um trabalho de unidade.

Estão eles dispostos a dar uma cooperação concreta, fazendo em boletins que possam editar por sua própria conta, a propaganda é específica de cada organização, se assim o desejarem. Neste particular, abre-se uma maior possibilidade de trabalho em vários países. O caso italiano é muito especial, pois ali se conta com o apoio de várias organizações locais, comunistas, socialistas, católicos.

Há tempo, procuramos unir o trabalho ao que se realiza no Chile. Uma série de mal entendidos impediu que isso se desse. Nada mais natural, porém, do que o aproveitamento recíproco de materiais, a troca de informações e a discussão de uma atuação conjunta³¹⁸.

³¹⁸ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DTT6_0041_017.

O próximo documento é um dos últimos escritos por uma sessão, pois é nesse ano, 1973, que o boletim encerra suas atividades. O *Front* também promoveu outras ações, pelo menos na Itália, organizou uma exposição de pintura e escultura em Roma, numa galeria de arte. Chegaram a fazer algumas reuniões sobre um novo boletim que seria lançado no Brasil, chamado *Brasil Democrático*, mas não há indícios que o projeto tenha saído do papel. Documentos do CIEEX, que serão analisados no próximo capítulo, informam que o *Front* chegou a produzir um programa de rádio diário, em Santiago, no Chile, e que também organizou algumas manifestações nas capitais em que estava instalado.

Essas e outras divergências repetem-se ao longo dos cinco anos de existência do boletim, mas não foram somente os embates que marcaram a existência do *Front*. As inúmeras denúncias levaram as arbitrariedades cometidas pela ditadura aos principais organismos internacionais, e repercutiram também na imprensa nacional. Há um documento que afirma que o *Front* colaborou com diversas redes de televisão da Holanda, Suíça, Alemanha e Itália, na realização de programas informativos sobre a repressão política e a tortura que se vivia no Brasil³¹⁹.

Cara Josina

Recebi sua carta sem data em que pede exemplares das últimas publicações. Deixamos de tirar o boletim de notícias que saía mensalmente e estamos fazendo outros trabalhos como o da Amazônia. A divulgação de simples notícias ou os protestos contra tortura perderam o interesse nessas bandas.

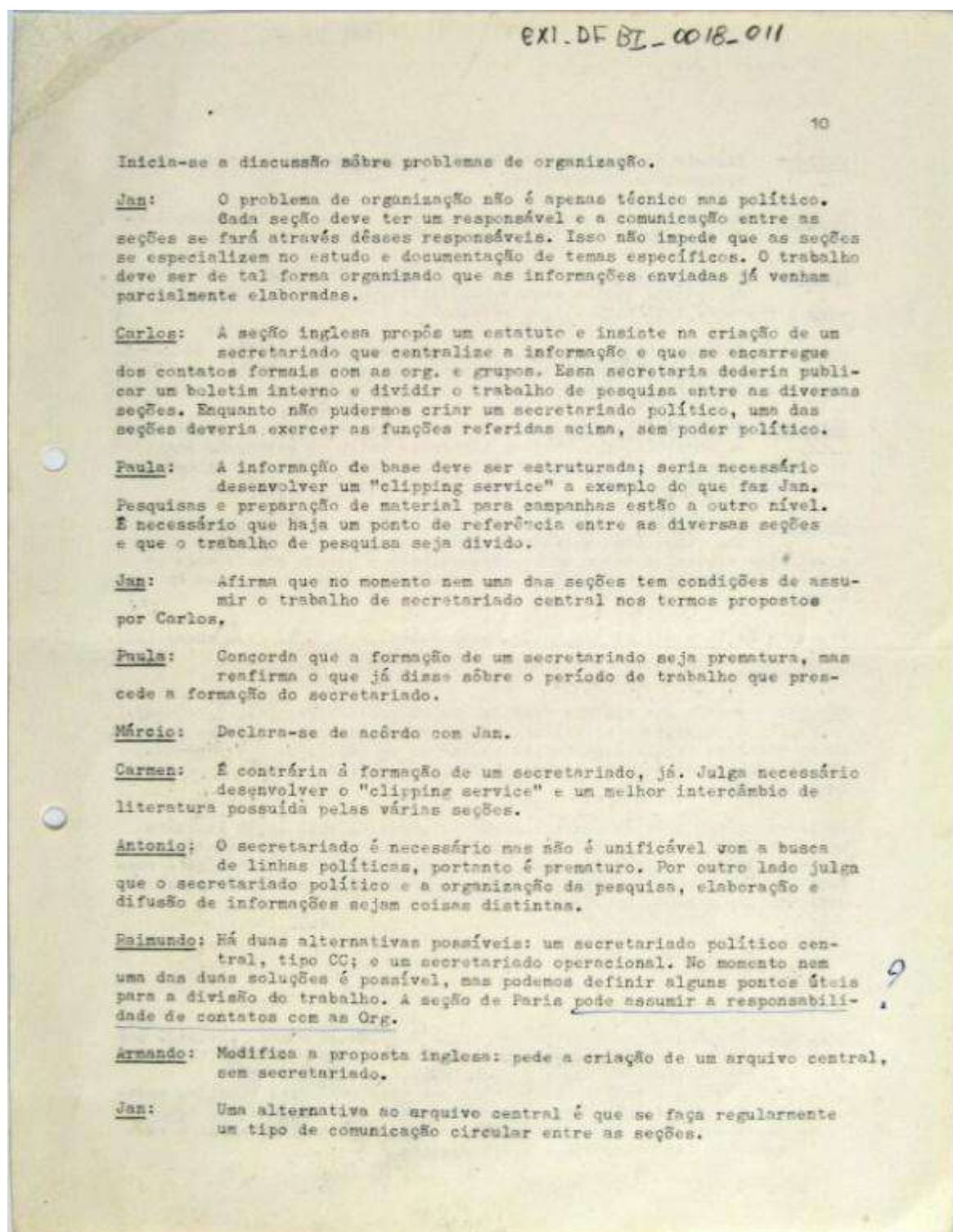
Por outro lado, as notícias da terra não indicam a retomada de qualquer luta sistemática que pudesse alimentar uma tal publicação.

[...] Lá na terra, segundo as pessoas com quem falei, as condições de trabalho são muito difíceis. Repressão e medo. Vasta propaganda do regime. Mentalidade de consumo da classe média. Falta de divulgação de perspectivas das forças de oposição, dispersas e desorientadas. Críticas aos atos isolados – hoje raros – dos grupos armados que, no entanto, são responsabilizados, com ou sem razão, por muito do que aconteceu e pela atual situação³²⁰.

A carta sem data e sem assinatura deixa indícios de que a circulação do *Front* já havia sido encerrada.

³¹⁹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DFBI_0366_005.

³²⁰ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_CE_0261_001 e EXI_CE_0261_002. Carta endereçada a Josina, sem data e sem assinatura.

Figura 28 - Resumo de reunião do *Front*

Fonte: Instituto Miguel Arraes (1973).³²¹

Essa é uma das raras discussões produzidas pelas equipes do *Front* que trazem nomes próprios e também designando as funções como vemos no

³²¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DFBI_0018_011.

documento acima. Quando assim o fazem, não colocam o sobrenome dos indivíduos. Trataremos mais adiante sobre a vigilância que o CIEX exerceu sobre o *Front* e onde há várias listas de possíveis colaboradores. Nas fichas e prontuários de vários cidadãos vemos a informação de que estes eram membros do informativo, nomeando inclusive a função que cada um exercia. Na maioria das vezes os documentos não são assinados, e também são utilizadas siglas. O acervo do exílio de Miguel Arraes, incluindo tudo o que faz referência ao *Front* é composto de papéis datilografados ou manuscritos, anônimos, muitas vezes sem remetente e/ou destinatário, sem indicar datas ou lugares. Em alguns momentos eles nomeiam como circular, carta, relatório de reunião, mas não é sempre que isso acontece.

Enquanto sobreviveu, a FBI teve três sedes, uma em Kasbah, no bairro mais antigo de Argel, e depois, quando os recursos minguaram, transferiu-se para um apartamento de dois cômodos. A cozinha foi convertida em laboratório de fotografia. Era onde Yara trabalhava. Quando os recursos acabaram, a *Frente* continuou a funcionar na casa da família Arraes dentro do Palácio do Povo, que era o Palácio do governo argelino, que tinha a sede principal e tinha várias casas, e numa dessas casas vivia Miguel Arraes até que Boumediène fica doente e o novo governo argelino pediu para Miguel Arraes deixar a casa e deu para Miguel Arraes viver num apartamento com três quartos, uma sala, ele, dona Madalena Arraes e os sete filhos e mais a *Frente Brasileira de Informação*³²².

O *Front* teve um papel importante na produção e divulgação de informações referentes a situação do Brasil. Esse boletim teve a participação de vários colaboradores que foram essenciais para denunciarem ao mundo notícias que estavam sendo censuradas no Brasil, ao mesmo tempo que, em muitas matérias, eram capazes de fazer análises políticas e econômicas sobre o país. Nesse sentido, é essencial destacar o papel de Miguel Arraes de Alencar como articulador para que tudo isso acontecesse e que o boletim cumprisse com seus objetivos e funcionasse por tanto tempo, já que era comum, que os informes clandestinos e alternativos não completassem sequer, um ano de circulação.

3.9 A DITADURA CRIA O CIEX

Na história do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis fazem parte dos fundos documentais produzidos pelas ditaduras. Nesse sentido, o

³²² RIBEIRO, Maria Claudia Badan. Deslocamentos e ativismo revolucionário: a experiência das mulheres exiladas brasileiras. *Revista de la Red de Intercâmbios de História de América Latina Contemporânea* Año 7, N° 13. Córdoba, Diciembre 2020-Mayo 2021. ISSN 2250-7264, p. 120.

acesso às informações públicas é alvo de disputas e debates envolvendo as “vítimas” e os documentos sigilosos. Esses arquivos, alguns secretos, outros sensíveis, sofrem a pressão dos contemporâneos e uma coação pela “verdade”. A questão dos testemunhos dos que viveram os acontecimentos, traduzindo sujeito e objeto numa mesma temporalidade, questões éticas e morais, empatia, emoção, identificação e, às vezes, até idealização, confronto de memórias e conflitos com a narrativa oficial, todos esses elementos fazem parte de uma discussão historiográfica sobre a ditadura.

Parte da memória brasileira ainda está marcada pela frustração, pela impunidade e pela ausência de uma verdadeira ruptura, já que a transição democrática foi orquestrada pelos próprios militares. Os crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra opositores políticos não sofreram nenhum tipo de punição. Em 2010 o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou o entendimento de perdão aos torturadores. A sociedade brasileira ainda precisa lidar com os desaparecidos políticos do período e com a abertura de parte dos arquivos que ainda continuam inacessíveis.

No apagar das luzes no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, o Conselho Nacional de Arquivos foi pego de surpresa: em dezembro de 2002, o presidente assinou o Decreto 4.553 que passaria a vigorar 45 dias após sua publicação, já no governo de Lula. O novo decreto não foi discutido com o CONARQ, ao contrário do anterior, então revogado. As novas regras eram mais rigorosas especialmente as que estabeleciam os prazos de classificação (período durante o qual o documento fica inacessível). Os documentos reservados tinham prazo de cinco anos e passaram para dez; os confidenciais subiram de dez para vinte anos; os secretos, de vinte para trinta anos, e os ultrassecretos (prazo inicial de cinquenta anos) podiam permanecer sigilosos para sempre³²³.

Em 12 de dezembro de 2004 ocorreu a queima clandestina de documentos sigilosos na base aérea de Salvador³²⁴. As denúncias da imprensa foram importantes para que alguns acervos significativos fossem transferidos para o Arquivo Nacional. O Brasil é hoje detentor de um dos maiores acervos políticos de documentos outrora sigilosos produzidos por uma ditadura militar, no entanto, o Arquivo Nacional e

³²³ FICO, Carlos. *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro*. Varia hist. vol.28 no.47 Belo Horizonte Jan./Jun. 2012, p. 55.

³²⁴ FRANÇA, Patrícia. *Queima de arquivos na Base Aérea ainda sem respostas*. A Tarde. 26/12/2009. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1145584-queima-de-arquivos-na-base-aerea-ainda-semrespostas#:~:text=Dram%C3%A1tico%20%2D%20Parte%20dos%20fragmentos%20dos,Tortura%20Nunca%20Mais%20na%20Bahia>>. Acesso em 06/05/2021.

alguns arquivos estaduais restringem o acesso a esses escritos que fazem menção a nomes de pessoas vivas³²⁵.

O acervo documental do Ministério das Relações Exteriores está dividido em cinco categorias no que diz respeito à natureza e ao grau de sigilo do assunto da documentação: a) secreto-exclusivo,² b) secreto, c) confidencial, d) reservado, e) ostensivo. Os documentos classificados como secretos-exclusivos obedecem a um período de restrição de 30 anos, os secretos seguem a regra de restrição à consulta de 20 anos, os confidentiais, de 10 anos, os reservados, de 5 anos e os ostensivos estão virtualmente liberados. Apesar de constar na legislação com certa restrição, os documentos classificados como reservados praticamente seguem a regra dos ostensivos e estão, pois, liberados, aparecendo nos volumes organizados juntamente com estes últimos³²⁶.

Atualmente há uma consistente documentação que trata da participação dos diplomatas do Itamaraty no sistema de vigilância da ditadura. Esses arquivos foram produzidos pelos órgãos de informação ligados ao Serviço Nacional de Informações - SNI. O trabalho de Gomes³²⁷ demonstra que a participação do Ministério das Relações Exteriores nas práticas repressivas ocorreu não apenas em casos excepcionais, mas em caráter sistemático, ao longo de vinte e um anos.

A obra de Gomes³²⁸ se insere nas recentes pesquisas historiográficas que se utilizam de grandes conjuntos documentais do Estado, que até décadas atrás eram mantidos inacessíveis. Ao empreender uma pesquisa sobre o Centro de Informações do Exterior - CIEX é perceptível que houve uma intensa colaboração dos governos da maioria dos países aonde haviam exilados brasileiros. Esses exilados eram vigiados e havia uma importante colaboração das autoridades locais para com o governo brasileiro, através das embaixadas, consulados, secretarias de segurança, e outros órgãos.

³²⁵O projeto "Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985" é uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, com a coordenação do Arquivo Nacional e patrocínio da Petrobras, que objetiva elaborar bancos de dados contendo informações dos arquivos participantes e colocar à disposição do público, pela internet, os registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil durante a ditadura militar. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em 02/07/2020.

³²⁶FILHO, Pio Penna. A pesquisa histórica no Itamaraty. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 42, No. 2. Brasília: July/Dec., 1999, p. 118.

³²⁷GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

³²⁸Ibidem.

3.9.1 A criação do CIEIX

Em 1966 o Centro de Informações do Exterior - CIEIX foi criado por meio de uma portaria ultrassecreta, assinada pelo secretário-geral do Itamaraty, Manoel Pio Corrêa, tal portaria, contudo, nunca foi publicada ou encontrada, e esse órgão que supostamente estava subordinado ao Ministério das Relações Exteriores, tampouco constava no cronograma oficial. Era, certamente, vinculado ao SNI.

Nos anos seguintes, o SNI começou a se ramificar, inserindo-se em todas as áreas da administração pública. Foi assim que, em 1966, foi criado, por meio de uma portaria ultrassecreta, assinada pelo secretário-geral do Itamaraty, Manoel Pio Corrêa, o Ciex. Tal portaria, contudo, nunca foi publicada ou encontrada, e esse órgão, que supostamente estava subordinado ao MRE, tampouco constava no organograma oficial do ministério. Era, em verdade, vinculado ao SNI. O Ciex, cuja função especializada era produzir informações sobre assuntos estrangeiros e cujos funcionários eram diplomatas de vários escalões, deveria “existir dentro do mais absoluto grau de sigilo”; além disso, a “clandestinidade” é fundamental para a segurança e eficiência de seu funcionamento, bem como para impedir que suas atividades possam, em alguma contingência crítica, comprometer o serviço diplomático brasileiro, e de forma geral, o governo brasileiro³²⁹.

O Itamaraty era sobrecarregado de órgãos de informação, isso sem considerar que o pessoal regular de uma delegação diplomática – embaixadores, adidos, secretários – já cumpriam, de ordinário, a função de informar o governo do país. O CIEIX e a Divisão de Segurança e Informações – DSI eram órgãos supervisionados pelo Serviço Nacional de Informações e funcionavam como uma espécie de enclave nos ministérios civis, os quais o Itamaraty absorveu sem traumas³³⁰.

O Centro coordenava a espionagem a partir dos informes colhidos nas embaixadas brasileiras pelo mundo. Em sua maioria, esses documentos eram formados por telegramas diplomáticos. Para o historiador, torna-se um desafio, transformar informações governamentais em uma história compreensível e relevante. Nesse sentido, o Itamaraty exerceu um papel fundamental ao longo de toda a ditadura, trabalhando para conquistar legitimidade junto à comunidade internacional, além de buscar credibilidade e “aceitação” para que projetos políticos e econômicos pudessem ser colocados em prática. As trocas de informações entre o governo e as embaixadas e consulados e o Ministério das Relações Exteriores foram

³²⁹ GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2019, p. 96.

³³⁰ Ibidem, p. 21.

utilizadas dentro da lógica repressiva e autoritária da ditadura militar então vigente³³¹.

Com base na Lei de acesso à Informação de nº 12.527/2011 de 18 de novembro de 2011, abriram-se portas jurídicas para o acesso aos documentos da ditadura militar, e com o decreto nº 7.724 de 16 de maio 2012, foi reforçada esta abertura com os editais redigidos pelo Arquivo Nacional, AN nº 1 de 17 de maio de 2012, AN nº 2 de 31 de maio 2012 e AN nº 3 de 29 de junho 2012³³².

Cabe lembrar que uma das características do terrorismo de Estado consiste na possibilidade do aparato repressivo aplicar táticas encobertas de violência, como a tortura, o sequestro, o assassinato e o desaparecimento, com o objetivo de atingir opositores, sem atender minimamente as diretrizes humanitárias básicas estabelecidas pela ordem jurídica internacional. Desse modo, os órgãos de segurança que compunham o sistema clandestino de repressão – como o CIEX – não estavam sujeitos às limitações normalmente impostas ao exercício da violência, podendo utilizar métodos terroristas de forma indiscriminada contra cidadãos conceituados como inimigos internos, sem enfrentar qualquer problema de legitimidade interna ou externa. De fato, o caráter encoberto do CIEX aumentou sua eficácia dentro do mecanismo repressivo, ao permitir que o inimigo interno fosse perseguido para além das fronteiras nacionais, sem que houvesse a necessidade de comunicar oficialmente as autoridades do país que acolhia aqueles sujeitos, sobre as operações de segurança realizadas em seu espaço geográfico³³³.

Um dos maiores trunfos do CIEX era justamente o sigilo e a discrição. O Centro instalou bases em Embaixadas brasileiras localizadas em vários países da América Latina e Europa. Segundo Dias³³⁴, estabeleceu escritórios em Montevideu, Santiago, Buenos Aires, Assunção, Chile, Paris, Genebra, Lisboa, Praga, Moscou, Varsóvia e Berlim Oriental, além de La Paz, Lima, Caracas e Londres. Havia uma forte vinculação entre o órgão, os adidos das Forças Armadas, a DSI/MRE e os funcionários das embaixadas dos respectivos países onde estava instalado. As trocas de correspondência entre o CIEX e a embaixada no Chile, são frequentes e demonstram como os exilados eram constantemente monitorados.

A Embaixada Brasileira em Santiago, representada pelo embaixador Antônio Cândido Câmara Canto, preocupava-se de forma prioritária com a imagem do seu governo no exterior, afetada pelas campanhas organizadas pelos exilados denunciando a existência de perseguições, torturas, sequestros e assassinatos de militantes de esquerda no Brasil. A DSI/MRE

³³¹ Ibidem, p. 28.

³³² Nascimento, Dmitri Félix. O serviço nacional de informações (SNI): o sindicalismo em Pernambuco como alvo (1964-1967). *Revista Crítica Histórica*. Ano V, nº 10, dezembro/2014.

³³³ DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973). *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019, p. 215.

³³⁴ Ibidem.

monitorava as ações de políticos, ex-militares, artistas e outras figuras de destaque na comunidade de brasileiros, envolvidos nessas campanhas ou em outras de apoio ao governo Allende. O CIEX, por sua vez, tinha como função principal vigiar de forma encoberta, as atividades dos exilados que pretendiam retornar ao país para dar continuidade à luta armada³³⁵.

O Ato Institucional Número Nº 5 influenciou o aumento da perseguição a brasileiros e estrangeiros, dentro e fora do país. No exterior, os exilados políticos eram mantidos em constante vigilância, sobretudo aqueles que haviam participado de ações de grupos armados de esquerda. O fenômeno do exílio não significou a garantia de liberdade política, pois em muitos momentos foi permeado por conflitos e negociações, muitas vezes veladas, e nem sempre pacíficas.

Quando os primeiros brasileiros começaram a ir para o exílio, o Itamaraty e as suas representações no exterior passaram a atuar informando outras instâncias governamentais sobre as atividades de seus compatriotas em outros países. Esse posicionamento do Ministério foi adotado antes mesmo da criação de órgãos de informações especializados em questões externas, isto é, o CIEX, criado em 1966, e a DSI-MRE, criada em 1967 ambos vinculados ao SNI³³⁶.

Dentre os inúmeros brasileiros exilados que estavam sob vigilância podemos citar o geógrafo Josué de Castro. Enquanto esteve na França, todas as publicações do professor eram enviadas ao Ministério das Relações Exteriores. Havia, inclusive, um dossiê, aonde “todos os seus passos” eram registrados, possivelmente com a contribuição de informações produzidas pela polícia francesa³³⁷. O jornalista Samuel Weiner também foi vigiado. Diretor do jornal *Última Hora*, teve sua vida “observada de perto” em Paris. Comportamentos, atitudes, declarações ou iniciativas políticas do jornalista eram frequentemente reportadas ao governo brasileiro³³⁸.

Era imprescindível que as autoridades brasileiras tivessem ciência de todas as denúncias que eram publicadas no exterior. E o Itamaraty colocava-se como órgão responsável por zelar pela imagem externa do Brasil. Era tarefa obrigatória impedir a divulgação, por qualquer meio, de notícias sobre as arbitrariedades cometidas pelos agentes da repressão, além de produzir uma imagem positiva da ditadura. A revista *Manchete* estava inserida nesse contexto sendo um dos veículos que publicava semanalmente “matérias pagas” e mantinha uma enorme receita

³³⁵ Ibidem, p. 170.

³³⁶ GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2019, p. 80.

³³⁷ GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2019, p. 84.

³³⁸ Idem, p. 88.

obtida pelas propagandas governamentais. As ações dos militares eram pautas frequentes em suas reportagens, não só factuais, como em matérias de mais de trinta páginas enaltecendo as obras da ditadura³³⁹.

Em 1970, chegou-se a aventar a criação de um órgão de propaganda oficial, com orçamento próprio, e ligado à pasta das Relações Exteriores, o que acabou nunca se concretizando. No final desse ano, contudo, o governo brasileiro, por meio do Conselho de Segurança Nacional, estabeleceu a “Política Governamental de Comunicação Social no Campo Externo”, cujas diretrizes eram o resultado das atividades de um grupo de trabalho integrado por representantes do SNI, da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) – órgão de propaganda vinculado à Presidência da República – do MRE e do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). O objetivo era propor medidas coordenadas para “fazer face à guerra psicológica adversa no campo externo, em especial a campanha de difamação do Brasil no exterior [...] deliberadamente forjada por grupos de asilados brasileiros e elementos da ala progressista da Igreja Católica”. De acordo com o documento, a campanha vinha atingindo diretamente o prestígio internacional do Brasil e, por essa razão, podia ser identificada como um problema de segurança nacional³⁴⁰.

Faziam parte da comunidade de informações o Centro de Informações do Exército – CIE, o Centro de Informações da Aeronáutica – CISA, e o Centro de Informações da Marinha - CENIMAR. A esses órgãos, somou-se o trabalho do CIEX:

O Cieux monitorava as atividades de oposição à ditadura militar no exterior e informava às autoridades brasileiras, além de recolher informações estratégicas relacionadas à política, à economia e às questões militares de países que interessavam ao Brasil. Também era usual que acompanhasse a cobertura da imprensa estrangeira sobre o nosso país, bem como as publicações de oposição ao regime, normalmente redigidas por brasileiros exilados. Todavia, sempre se destacou a produção de informações relativas a brasileiros que se dedicavam a denunciar, no exterior, a tortura e as demais práticas repressivas. Nesses sentidos, a importância das observações do Cieux sobre determinado país era diretamente proporcional à presença de brasileiros naquela localidade. Isso se evidencia, por exemplo, pelo aumento da produção de informações sobre países europeus à medida que brasileiros chegavam ao continente, principalmente após o golpe no Chile, bem como pela grande diminuição dessa produção após a Lei de Anistia e o paulatino retorno dos exilados ao Brasil³⁴¹.

Embora já houvesse, desde 1930, um trabalho de monitoramento dos brasileiros que viviam no exterior, é com a atuação do CIEX que veremos um sofisticado trabalho de coleta, análise e distribuição de informações, inclusive de foro íntimo e de invasão da vida privada, através de meios oficiais e também

³³⁹ NASCIMENTO, Greyce Falcão do. *Aconteceu, virou Manchete*: Notícias da Ditadura. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

³⁴⁰ GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada*: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia. Rio de Janeiro: Editora Record. 2019, p. 93.

³⁴¹ GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada*: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia. Rio de Janeiro: Editora Record. 2019, p. 98.

clandestinos. De acordo com Setemy desde 1935 a “ameaça do comunismo” já era uma pauta importante e que ditava muitas práticas do Serviço de Informações. Para a autora, entre 1935 e 1966, período de sua pesquisa, houve um esforço constante dos diferentes governos em institucionalizar a atividade de informações no âmbito do poder executivo, a fim de promover uma ação ampla e eficiente de combate ao comunismo com base no intercâmbio de informações nacionais e entre os países do continente Sul-americano, sempre mediado pela diplomacia brasileira³⁴². Os informes produzidos também seguiam uma regra de catalogação:

Os documentos do CIEX seguiam a padronização instituída pelo SNI que determinava um modelo geral para elaboração e classificação de documentos. Assim, os informes eram avaliados pelo grau de confiabilidade das informações neles contidas e recebiam uma sigla correspondente, sendo que nesse sistema a avaliação A1 indicava, para os padrões do SNI, uma fonte cem por cento segura, enquanto que a avaliação C3, já correspondia a uma fonte bem menos confiável (as avaliações eram A1, A2, A3, B1, B2, B3, C1, C2 e C3). O maior problema é que mesmo os documentos avaliados como A1 pelos agentes não podem e não devem ser considerados de forma alguma como plenamente confiáveis pelos historiadores ou pesquisadores que trabalham com essas fontes. Todas elas necessitam, sempre que possível, confirmação por meio de cruzamentos de dados ou utilização de dados complementares com o cotejamento de outras fontes³⁴³.

O historiador Pio Penna Filho é uma importante referência nos estudos sobre o CIEX porque foi o primeiro autor que chamou atenção para a relevância do órgão dentro da estrutura repressiva da ditadura. Dentro desse contexto, adidos militares das três forças armadas vigiaram brasileiros exilados. Alguns exilados foram, inclusive, interrogados no exterior, alimentando assim, as redes de informação. Durante o governo Geisel, o órgão continuou funcionando sem ser interrompido. *O Ciex foi extinto apenas em 1985 e o SNI, bem como as Divisões de Segurança e Informações, cinco anos depois pelo então presidente Fernando Collor de Melo*³⁴⁴.

De acordo com Setemy³⁴⁵ o tipo de relação estabelecida entre o Itamaraty e o aparato repressivo operado pela ditadura, durante as décadas de 1960 e 1970, não

³⁴² SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Sentinela das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013, p. 13.

³⁴³ FILHO, Pio Penna. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): O elo perdido da repressão. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 79-92, jul./dez., 2008.

³⁴⁴ GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2019, p. 102.

³⁴⁵ SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Sentinela das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

foi o resultado imediato da ruptura institucional simbolizada pelo golpe de 1964, mas parte de um processo histórico mais longo no qual o Itamaraty constituiu-se em mediador das ações coordenadas entre Brasil, Argentina e Uruguai para o combate à infiltração comunista. A autora compreende o CIEEX como resultado de um somatório de décadas de experiência de vigilância.

O Centro de Informações do Exterior oriundo do Ministério das Relações Exteriores e sob a guarda do Arquivo Nacional com sede em Brasília é nomeado pelo jornalista Cláudio Dantas, (autor de uma série de matérias publicadas no jornal *Correio Braziliense*, em Brasília, em 23 de julho de 2007, tratando sobre o centro), como a *CIA brasileira*, fazendo referência ao órgão americano que consistia num poderoso serviço de inteligência aonde uma malha de agentes e informantes se estendeu para além da América Latina e alcançou o velho continente, a antiga URSS e o norte da África. As relações estabelecidas entre o Itamaraty e a ditadura no que se refere à produção de informações por diplomatas que estavam a serviço do governo brasileiro no exterior, visando o controle da atividade política de brasileiros exilados, são essencialmente o corpo de documentos que formam o acervo do CIEEX.

O CIEEX ganhou as páginas da grande imprensa brasileira, em 2007, através de um conjunto de matérias e documentos publicados pelo jornal *Correio Braziliense* que “denunciava” a existência de um órgão de espionagem vinculado ao SNI e subordinado ao Ministério das Relações Exteriores durante a ditadura militar brasileira. De acordo com as pesquisas realizadas pelo jornalista Cláudio Dantas nos arquivos do CIEEX, sabe-se que esta seção, conjunto com a DSI/MRE foi criada para espionar os brasileiros que haviam deixado o país, seja em busca de exílio, por fuga ou banimento, e deu início a um fluxo regular de dados que circulavam com códigos e séries documentais próprios, isolados dos canais utilizados pela Secretaria de Estado para os demais fluxos de expedientes ostensivos. Além disso, o CIEEX não constava no organograma oficial do Itamaraty³⁴⁶.

O Itamaraty se insere no contexto de instituições civis do Estado que participaram ativamente na luta contra o comunismo e que estiveram assim colaborando diretamente com a ditadura. Brasileiros foram vigiados no exterior e, estrangeiros, no Brasil, pois eram considerados inimigos do Estado por suas ideias e atividades políticas. O Centro representou a criação e institucionalização de um órgão federal dedicado exclusivamente a levantar e processar informações. Nesse contexto, o exilado era tido como sujeito perigoso para sua pátria de origem e para o

³⁴⁶ Ibidem, p. 320.

país que o acolheu, e por esse motivo precisaria ser controlado e vigiado de perto pelas autoridades de acolha³⁴⁷.

A suposta *ameaça comunista* criou um discurso de desestabilização da ordem e da sociedade criando assim, a necessidade de ser duramente reprimida pelas organizações policiais. Para não correr os riscos de que a infiltração comunista rompesse os limites territoriais de seus estados e organizasse uma eficaz cooperação internacional, a vigilância rompeu as fronteiras nacionais. O que não era uma novidade dentro da história política do país. Desde 1900 os comunistas tornaram-se uma das prioridades da polícia política, na medida em que desenvolveram uma especialização das atividades policiais que se constituíram no país com a função de coibir indivíduos, grupos, associações e movimentos que pudessem atentar contra a ordem política e a estabilidade das elites dominantes³⁴⁸.

Durante o Estado Novo, esta motivação transformou-se em um dos pilares de sustentação ideológica do Estado e criou-se uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira. Nesse período o *perigo comunista* já funcionava como elemento de pânico no imaginário social brasileiro³⁴⁹. Nesse sentido, é importante verificar a contribuição de todas as esferas de vigilância que operaram em nosso país para esse sistema, principalmente a atuação dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), vigiando, torturando, prendendo e muitas vezes executando indivíduos considerados comunistas e inimigos do governo. No caso do DOPS em Pernambuco, a historiadora Marcília Gama da Silva vem se dedicando há décadas sobre a atuação do órgão no estado³⁵⁰.

Segundo Porfírio a construção do discurso anticomunista, perpassou o pensamento político que circulou no Brasil na segunda metade do século XX, utilizando não apenas da violência e da repressão, mas principalmente do trabalho da imprensa, colocando o estado de Pernambuco e a região do Nordeste, como lugares de perigo e agitação.

³⁴⁷ SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Sentinela das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013, p. 22.

³⁴⁸ Ibidem, p. 43.

³⁴⁹ PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

³⁵⁰ SILVA, Marcília Gama. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

Podemos pensar também a expressão *Operação Nordeste* como sendo um modo de intensificar a representação de que essa parte do Brasil se constituía como uma grave ameaça para o restante do país, seja pela miséria existente, seja pela ação dos comunistas. E era assim que setores do governo federal e da sociedade percebiam o Nordeste³⁵¹.

Desde o decreto de nº 22.332, de 10 de janeiro de 1933, ficou “formalizado” o contato com as polícias estaduais e internacionais para dar e receber informações que deveriam ser distribuídas para os demais órgãos da administração pública. Com isso, a polícia do Distrito Federal passou a contar com mecanismos de repressão, de vigilância e de informação altamente especializados, aptos a atuar de maneira coordenada com outros órgãos da administração pública estadual, nacional e estrangeira no sentido de garantir a segurança e a ordem interna.

Após o golpe de 1964 houve um aprimoramento de mecanismos legais e institucionais para a contenção do comunismo, que tiveram como molde o aparato legal e doutrinário norte-americano³⁵². Com isso o Serviço de Informações foi sendo cada vez mais aprimorado. De acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, o Brasil vivia a ameaça de uma guerra revolucionária de fundo ideológico, apoiado e estimulado pelo comunismo internacional por isso toda a população era vista como suspeita e inimigos internos³⁵³.

O SNI, que estava ligado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), passou para a supervisão direta da presidência da república. Em 10 de dezembro de 1964 foi aprovado o regulamento do órgão que se tornou o elemento central da chamada “comunidade de informações”: conjunto de órgãos que atuavam cooperativamente como fornecedores de informação ao presidente e às principais autoridades de primeiro escalão relativas a quaisquer questões ou pessoas que de alguma forma interessassem ao governo³⁵⁴. O SNI também estava ligado diretamente à execução da tortura, à corrupção e violação dos direitos e liberdades civis. Segundo Adriana Setemy:

³⁵¹ PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

³⁵² SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Sentinela das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013, p. 93.

³⁵³ ALVES, Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1964, p. 38.

³⁵⁴ FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro. Editora Record: 2001, p. 94.

[...] a cotidiana e rotineira troca de telegramas com as embaixadas do Brasil no exterior que o Itamaraty se constitui, na prática e de fato, enquanto importante agente de informações a serviço do Estado brasileiro em território estrangeiro³⁵⁵.

Muitas vezes, diplomatas brasileiros buscaram persuadir as autoridades políticas e militares dos países vizinhos, e até em outros continentes no sentido de coordenar ações de repressão e combate à expansão do comunismo. As diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional estabeleciam um estado permanente de guerra interna contra um inimigo que poderia estar dentro ou fora das fronteiras do Brasil³⁵⁶. Há uma extensa bibliografia que já analisou a cooperação entre as ditaduras militares do Cone Sul, e que inclusive contou com a conivência ou participação direta dos Estados Unidos.

[...] O Centro de Informações do Exterior (CIEEx), que em conjunto com a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), permitiu que o regime estendesse o controle dos seus inimigos para além das fronteiras territoriais do país utilizando-se de canais próprios da diplomacia e da rede de informações interna e externa que se teceu em torno do Serviço Nacional de Informações (SNI).

A criação do CIEEX resultou do ajustamento de recorrentes práticas políticas do Itamaraty de controle às atividades de brasileiros exilados no exterior às novas orientações impostas pela Doutrina de Segurança Nacional e ao sistema de informações que foi organizado após o golpe. O Centro funcionou entre 1966 e 1988³⁵⁷. Os documentos produzidos nesse período fazem parte de um acervo que ainda se mantém pouco acessível e com muitos dados sigilosos. As equipes do Ministério das Relações Exteriores produziram milhares de documentos ao longo de mais de vinte anos de trabalho.

3.9.2 A vigilância aos exilados

Para que a ditadura permanecesse e se sustentasse foi importante a organização de um amplo e complexo sistema de informações, dentro e fora do país. O domínio das informações deixava os militares sempre “um passo à frente” frustrando as ações dos grupos que tentavam impor algum tipo de resistência. Os

³⁵⁵ SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Sentinela das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013, p. 120.

³⁵⁶ Ibidem, p. 241.

³⁵⁷ FILHO, Pio Penna. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): O elo perdido da repressão. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, p. 79-92, jul./dez., 2008.

instrumentos de inteligência monitoravam e antecipavam as ações das esquerdas, com o objetivo de eliminar ou neutralizar aqueles considerados subversivos.

O Centro era, na verdade, uma agência que funcionava com grande autonomia na estrutura administrativa do Itamaraty. Embora tenha sido estruturado com quadros do Ministério, tendo à frente sempre um diplomata de nível intermediário (como Ministro ou Conselheiro), hierarquicamente subordinava-se, na prática, ao SNI. [...] O objetivo principal do Sistema Nacional de Informações, ao contrário dos serviços de informação de Estados democráticos, que em tese possuem como atribuição principal a defesa do Estado contra ações de natureza espúria (como ações terroristas, especulações financeiras, ingerências externas e inserção estratégica internacional), era o de zelar pela manutenção dos sucessivos governos autoritários que se revezaram no poder entre 1964 e 1984. [...] No caso brasileiro, o SNI e seus afiliados se especializaram muito mais na atuação interna, ou seja, na repressão aos que lutavam ou discordavam da ditadura militar e não na ação de espionagem internacional contra outros Estados. Essa é uma diferença importante a se destacar e que coadunava perfeitamente com a ideologia da segurança nacional, em vigor em boa parte da América Latina. Aliás, as próprias Forças Armadas brasileiras ao longo de sua história estiveram muito mais envolvidas no controle da ordem interna do que em efetivo emprego no exterior, combatendo em nome da pátria ou defendendo a soberania nacional³⁵⁸.

Os exilados que continuavam protestando contra a falta de liberdade política, a censura, a repressão, as torturas e desaparecimentos, eram o principal alvo da vigilância. Além dos expulsos pela ditadura, os brasileiros que moravam no exterior por outros motivos, também começaram a ser observados, principalmente os que se encontravam em países que mantinham intensas atividades políticas de esquerda.

As cidades consideradas centros de irradiação de atividades e propaganda consideradas comunistas, eram as mais vigiadas. Uma visita, uma reunião, um encontro, qualquer atitude considerada suspeita, era monitorada e as informações seguiam para os escritórios da agência central do SNI. Aonde houvesse mais concentração de exilados, mais o centro atuava. Miguel Arraes foi uma dessas personalidades, juntamente com o boletim *Frente Brasileira de Informações*³⁵⁹. Impresso que denunciava, a partir do exílio, as torturas, assassinatos e desaparecimentos cometidos pela ditadura. As embaixadas brasileiras espalhadas ao redor do mundo também enviavam ao Ministério das Relações Exteriores ofícios,

³⁵⁸FILHO, Pio Penna. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIE) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional* [online]. 2009, vol.52, n.2, p.43-62. 2009, p. 47.

³⁵⁹NASCIMENTO, Greyce Falcão. *Frente Brasileira de Informações: imprensa e resistência no exílio*. III Seminário internacional História do Tempo Presente. UDESC – Florianópolis – SC.2017. Disponível em <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPIII/IIISHTP/paper/viewFile/621/469>. Acesso em: 28/04/2020.

telegramas, e outros documentos. A ameaça comunista representada pelas ações dos exilados era o principal conteúdo desses informes.

Nesse contexto, o serviço de informações montado durante a ditadura foi capaz de influenciar o direcionamento das decisões e ações repressivas do sistema. Neutralizando ações e possíveis ameaças. As organizações de inteligência acumulavam, portanto, os papéis de informação e coerção, simultaneamente. Assim,

A teoria do “inimigo interno” induz o governo ao desenvolvimento de dois tipos de estruturas defensivas. Primeiro, o Estado deve criar um aparato repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os “inimigos”, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista “indireta”. Tudo isso implica ainda a centralização do poder e Estado no Executivo federal, que poderá então operar o vasto aparato de segurança interna. Segue-se também que os setores mais intimamente vinculados à coordenação das forças repressivas e de informação vêm a ser os detentores de facto do poder no interior do Estado de Segurança Nacional³⁶⁰.

Segundo Penna havia infiltração de agentes entre grupos de exilados, violação de correspondência e intercâmbio de informações com outros órgãos de inteligência. Brasileiros exilados tiveram suas vidas pessoais “vasculhadas” pela ditadura. Além disso, o CIEX também elaborava dossiês e agia como uma das ramificações do SNI dentro do Itamaraty produzindo informações sobre a segurança nacional, subversão, terrorismo, corrupção, imagem do Brasil no exterior, análises de conjuntura internacional, processos políticos de outros países e sobretudo a atuação dos Estados Unidos na América Latina³⁶¹.

Ao investigar os brasileiros exilados no Chile, Dias percebeu como esse grupo foi constantemente monitorado pelo CIEX. A autora é uma das referências de pesquisa sobre a vigilância que o centro exerceu em relação aos brasileiros no exílio, analisando diretamente os documentos que foram produzidos a partir da vida desses brasileiros.

Prado³⁶² também investigou a atuação do CIEX. Segundo a autora, o centro apreendeu significativa importância na consolidação e difusão da perspectiva anticomunista no continente Sul Americano, o papel da inteligência dentro da

³⁶⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/São Paulo: Edusc: 2005, p. 48.

³⁶¹ FILHO, Pio Penna. A pesquisa histórica no Itamaraty. *Rev. bras. polít. int.* vol.42 no.2 Brasília July/Dec. 1999, p. 87.

³⁶² PRADO, Mayra do. A atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEX) do Itamaraty de 1966 a 1986: a reexternalização do conflito ideológico. *Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais*. Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2017.

estrutura estatal e de como se antecipava aos acontecimentos frustrando, assim, muitas ações das esquerdas. Por isso a importância de um sistema de informações eficaz que contribuísse na manutenção do poder e da força do Estado.

O CIEX atuou por vinte anos e produziu um extenso volume documental, em sua maioria ainda não explorado pelos historiadores. Por meio do órgão, oficiais estrangeiros também colaboraram com a ditadura, da mesma forma que o governo brasileiro cooperou para a instalação de ditaduras em outros países da América Latina. Trabalhavam no órgão diplomatas de carreira, chanceleres e outros funcionários do Itamaraty³⁶³.

Atualmente o fundo documental do CIEX encontra-se no Arquivo Nacional de Brasília e possui milhares de informes produzidos pelo centro³⁶⁴. Durante décadas o acesso ao arquivo foi proibido. Somente após a sanção da lei de acesso à informação esses e outros documentos foram liberados para consulta³⁶⁵.

Durante seu período de existência, o CIEX produziu uma farta documentação contendo cartas, telegramas e informes que notificam suas ações, a designação de funcionários para a chefia, a escala de funcionários para as embaixadas e documentos de outros organismos e ministérios³⁶⁶. Desde sua criação, a descrição das atividades era uma das principais preocupações das autoridades militares brasileiras. A clandestinidade e a utilização de métodos sigilosos e ilegais eram algumas de suas principais ferramentas. Isso se aplicava também a confidencialidade dos próprios funcionários que trabalhavam no Centro.

Em seu Relatório, a CNV publicou os nomes de cinco chefes do CIEX identificados ao longo da existência do órgão: 1) Marcos Henrique Camillo Côrtes (primeiro-secretário), de 1966 a setembro de 1968; 2) João Carlos Pessoa Fragoso (primeiro-secretário), de setembro de 1968 a novembro de 1969; 3) Paulo Sérgio Nery (primeiro-secretário e depois conselheiro), de janeiro de 1969 a novembro de 1973; 4) Octavio José de Almeida Goulart (conselheiro e depois ministro), de novembro de 1973 a março de 1979; 5) Carlos Luzilde Hildebrandt (ministro e depois embaixador), de 15 de março de 1979 a 1984 (BRASIL, 2014, p.183). Nesta relação, porém, não consta o nome de Jorge Pires do Rio, que teria sido o sexto e último chefe do órgão, de acordo com um telegrama secreto encontrado no Fundo da DSI/MRE,

³⁶³ Ibidem, p. 14.

³⁶⁴ Ver: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. Brasília: CNV, 2014, capítulo 5.

³⁶⁵ BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

³⁶⁶ De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, estão disponíveis no Arquivo Nacional mais de dez mil páginas de documentos produzidos pelo CIEX. Todo o acervo encontra-se digitalizado e disponível para consulta no Arquivo Nacional.

enviado ao Vice-Chefe da DSI/MRE em maio de 1987 pelo General de Brigada (R-1) Manoel de Jesus da Silva, então Vice-Chefe do SNI³⁶⁷.

Segundo Pena, sem o efetivo trabalho do CIEX, os objetivos do Serviço de Informações não teriam sido alcançados. Para o autor, o grande trunfo foi o sigilo do órgão, que só passou a ser conhecido após a abertura de seu acervo documental. O Relatório Volume 1 da Comissão Nacional da Verdade trouxe um capítulo dedicado a atuação da rede de informações monitoradas no Brasil e em especial ao CIEX, reunindo elementos documentais que comprovam o envolvimento do centro em alguns casos de violações aos direitos humanos de brasileiros que se encontravam no exterior durante a ditadura.

O trabalho do CIEX possuía alguns objetivos específicos, dentre eles, fiscalizar o possível retorno dos exilados ao país, identificar as campanhas de denúncias que eram promovidas no exterior, acompanhar a atuação política dos brasileiros exilados e monitorar as viagens que esses brasileiros realizavam, já que poderiam ter algum caráter político. Além disso, o acervo ainda conta com relatórios de atuação dos indivíduos considerados subversivos; relatórios de divergências internas dentro das organizações de esquerda; identificação de elementos atuantes dentro das esquerdas; a *subversão* no meio estudantil; o uso da panfletagem e da pichação³⁶⁸ como formas de denúncia; a atuação do clero nos quadros subversivos; relatórios sobre a atuação de partidos e controle de atividades de elementos que tiveram seus direitos políticos suspensos; todos esses temas podem ser encontrados nos arquivos do CIEX.

É importante salientar que os pernambucanos exilados pela ditadura possuem arquivos, fichas e relatórios no acervo. E mesmo quando esses militantes estavam em território nacional, o CIEX solicitava informações sobre eles e suas atividades. A partir da trajetória de vida desses militantes é possível empreender uma série de pesquisas³⁶⁹. Nesse sentido, é importante destacar a existência de uma farta documentação de militantes, líderes camponeses e políticos como Paulo Freire,

³⁶⁷ PRADO, Mayra do. A atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEX) do Itamaraty de 1966 a 1986: a reexternalização do conflito ideológico. *Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais*. Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2017, p. 52.

³⁶⁸ Para saber mais sobre as pichações na ditadura militar ver: SOARES, Thiago Nunes. *Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil*. Curitiba: Appris, 2018.

³⁶⁹ Para saber mais sobre os pernambucanos que foram exilados pela ditadura brasileira. Ver: CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

Miguel Arraes, Dom Hélder Câmara, Francisco Julião e outros nomes importantes da resistência à ditadura. Como podemos observar no documento a seguir:

Figura 29 - Informe CIEX – Nº 332

BR AN, CSCI E.02.6.8.5/73
J.Y.M.-282

S E C R E T O

CIEX/ 332 / 01 a 03

DATA: 13/6/67

DISTRIBUIÇÃO: ADITAR/ROU SNI/ARJ
D-2/GabME 2ºSec/EME AVALIAÇÃO: B-2

ÍNDICE: Asilados brasileiros no Uruguai e Argélia. Apolón Fanzeres.
Miguel Arraes.

1. Em 22/MAI/67 o asilado brasileiro APOLÓN FANZERES recebeu, nas dependências do Hotel Florida, em Montevidéu, a visita de DJALMA MARANHÃO. Na conversa com este último, o marginalizado teria declarado que sua esposa viria para Montevidéu no correr da 2ª quinzena de JUN/67 e que PELÓPIDAS SILVEIRA, ex-Prefeito de Recife (PE), vem recebendo regularmente dinheiro oriundo da Argélia enviado pelo asilado MIGUEL ARRAES.

2. Recentemente, FANZERES mudou-se para a rua Arequita nº 2247, em Montevidéu (ROU).

S E C R E T O

Fonte: Arquivo Nacional (1967).³⁷⁰

³⁷⁰ ARQUIVO NACIONAL. *Asilados brasileiros no Uruguai e Argélia*. Apolón Fanzeres. Miguel Arraes. CIEX / Informe 332 / 01 a 03 / BRAN.BSBIE.02.6.8.5/73.13/06/1967.

No documento, Apólon Fanzeres, Miguel Arraes, Djalma Maranhão e Pelópidas Silveira são citados e é possível identificar fatos de foro íntimo e pessoal da vida desses exilados, o que nos demonstra a vigilância intensa e que nos traz um questionamento de como esses agentes tinham acesso a informações e ao conteúdo das conversas que esses exilados mantinham.

O acervo também é formado por uma vasta gama de correspondências trocadas entre os militantes, suas famílias e as respectivas organizações as quais estavam ligados. Essas cartas eram obtidas de forma ilegal. O governo brasileiro também mantinha listas atualizadas com a relação nominal dos exilados políticos em outros países, seus endereços e informações como emprego, matrícula em escolas e universidades e relacionamentos pessoais. Para isso, a ditadura instalou consulados e contatos regulares em lugares, inclusive improváveis para a posição geopolítica do país, como Antuérpia, Panamá, Bruxelas e Damasco.

Agentes infiltrados acompanhavam passeatas, manifestações e enviavam as respectivas repercussões ao governo brasileiro. Esses funcionários estabeleciam residência no exterior para espionar *todos os passos* dos exilados. Assistiam apresentações teatrais, eventos de publicação de livros, enfim, tudo o que pudesse ter a participação de exilados brasileiros, fazendo relatórios detalhados, de quem estava presente, quem organizou, quem seriam os convidados, e de tudo o que acontecia nesses episódios. As entrevistas que os exilados concediam, os artigos que escreviam para a imprensa e as reportagens publicadas, também eram alvo de investigação.

3.9.3 A importância do acervo do CIEX para novos estudos sobre a ditadura

O CIEX é uma importante fonte de pesquisa para quem deseja trabalhar com a imprensa internacional repercutindo a ditadura brasileira. Jornais, revistas e programas de rádio, eram alvos de relatórios detalhados de suas atividades. O centro reproduzia, analisava e arquivava as reportagens que falavam do Brasil, seja qual fosse o assunto. Essas publicações eram sempre intituladas nos relatórios como “Campanha de difamação contra o Brasil”. Além disso, filmes e conferências que discutiam a tortura também tiveram seu lugar na vigilância.

É possível ainda, encontrar no acervo do CIEX, endereços dos exilados atualizados, inclusive todas as mudanças de residência que estes faziam; materiais

que eram apreendidos com os militantes, cartilhas, panfletos, anotações sobre reuniões, bem como cadernos de anotações; todo tipo de relação e/ou correspondências mantidos com Cuba e com a URSS; movimentações financeiras; uso de passaporte e outros documentos; investigações de uso de documentação falsa; solicitação de descrição física, solicitação de fotografias atualizadas, informações sobre atividades estudantis e profissionais, e antecedentes criminais. A ditadura extrapolou todos os limites de foro íntimo e pessoal quando o assunto era a vigilância das pessoas consideradas inimigas. Além de tratar esses indivíduos de forma pejorativa na construção de seus relatórios, tratando-os como subversivos e marginados, como vemos a seguir num trecho de um informe:

A amante de TARZAN DE CASTRO teria enviado a Montevideú, em dias JUN/71, uma procuração para que o Ministério das Relações Exteriores do Uruguai lhe facilite a autorização judicial para casar-se com o marginado³⁷¹.

Tarzan de Castro teve seu nome citado em vários informes do CIEX. Começou sua vida política no Liceu de Goiânia, quando começou a participar do movimento estudantil em Goiás. Com a eclosão do golpe, organizou o primeiro foco de resistência armada na divisa de Goiás com a Bahia, no município de Dianópolis (GO). Foi preso pela primeira vez ainda em 1964. Em 1966, foi novamente preso, dessa vez na cidade de São José do Rio Preto (SP). Partiu para o Uruguai naquele mesmo ano, mas retornou ao Brasil em 1970 e foi preso pela terceira vez em Pernambuco, vindo a exilar-se no Chile em 1973. Com a instauração do governo militar chileno em setembro daquele ano, foi novamente detido, tendo ficado três meses preso no Estádio Nacional, em Santiago. Após ser libertado, exilou-se na França. Considerado um elemento perigoso, foi rigidamente vigiado em todo o período em que esteve exilado³⁷².

O acervo do CIEX conta ainda com documentos relacionados à concessão e prorrogação de passaportes; título de nacionalidade; renúncia ao asilo político; salvo conduto; uso de documentos falsos por brasileiros que tentavam entrar ilegalmente em outros países; consulta a fichas criminais; concessão ou negativa de vistos; expulsão; extradição; relatórios da situação política de outros países e documentos que discutiam a imagem do Brasil no exterior; assim como as operações para

³⁷¹ CIEX. Informe nº 272. *Documento Secreto*. 10/08/1971. TARZAN DE CASTRO. Casamento. BRAN, BSBIE.06.8,P.34/118.

³⁷² CPDOC. *Tarzan de Castro*. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/castro-tarzan-de>. Acesso em: 05/07/2020.

impedir pressões externas sobre a ditadura; cópias de inquéritos e de depoimentos; informações sobre prisões; identificação de presos; pedidos de clemência; certidão e antecedentes; situação dos subversivos dentro e fora do Brasil; solicitação de fotos atuais para ajudar nas investigações; solicitação de documentos; notícias sobre congressos de historiadores; trabalhos arqueológicos, pedidos de busca e apreensão; todo tipo de atividade promovida pelos exilados brasileiros; notícias sobre Cuba e a URSS, campanhas de denúncia contra a tortura; listas de atualização das atividades de elementos atingidos pelos atos institucionais 1 e 2; atividades de religiosos; todo tipo de propaganda comunista, nacional e internacional; obras na Rodovia Transamazônica; contato com organizações de esquerda em outros países; denúncias que eram encaminhadas ao gabinete civil da presidência da república; documentos do Serviço Nacional de Informações; dados de parentes de exilados políticos; listas de estrangeiros considerados indesejáveis ao território brasileiro; planos e ações dos grupos de esquerda; eleições em outros países; acontecimentos atípicos ocorridos dentro de delegacias e presídios, como, por exemplo, greves de fome; documentos da comissão interamericana de direitos humanos; cópias de livros; cópias de processos; cópias de reportagens da imprensa nacional e internacional; dossiês sobre torturas; denúncias de presos políticos; cópias de jornais, revistas e boletins de esquerda, documentos de outros ministérios; documentos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e documentos de cunho profissional, como cópias de contratos. É interessante observar a existência de um tipo de documento chamado *ficha de distribuição e processamento de documentos* onde há um acompanhamento da existência de determinados indivíduos, em todos os aspectos.

O fato de estar no exílio não garantiu a segurança desses brasileiros. O aparato repressivo agiu contra os opositores políticos, não apenas dentro das fronteiras nacionais, como também no exterior. O objetivo não era apenas vigiar, mas também impedir que as organizações brasileiras mantivessem vínculos entre si, estabelecessem relações com grupos e partidos de esquerda de outros países e/ou com a opinião pública internacional³⁷³.

³⁷³ DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no chile (1970-1973). *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019, p. 172.

O arquivo do Itamaraty está dividido em duas unidades: no Rio de Janeiro e em Brasília, onde é possível encontrar documentos secretos e confidenciais que remontam a 1947 constituindo um importante conjunto de fontes para a história do Brasil³⁷⁴.

3.10 A VIGILÂNCIA AOS INTEGRANTES DO *FRONT*

Nos Fundos de Pesquisa da Ditadura Militar do acervo do Arquivo Nacional em Brasília, especificamente nos Fundos do Centro de Informações do Exterior (CIEX), encontramos trezentas e oitenta e nove menções ao *Front*, das quais pudemos filtrar mais de quarenta arquivos que tratam diretamente do boletim. Em relação a Miguel Arraes de Alencar, foram encontradas mais de catorze mil citações.

Ao analisar os documentos que tratam diretamente de *Front*, percebemos que algumas pessoas são citadas com mais frequência do que outras. Além disso, alguns indivíduos que não “aparecem” na documentação produzida pelo boletim, são categoricamente citados pelo governo como membros do *Front*. Essas pessoas, tidas como colaboradoras do boletim tinham suas vidas vigiadas minuciosamente. Encontros, reuniões, conversas, viagens, informações sobre aonde estudavam e/ou trabalhavam, planos e outros aspectos da vida pessoal dos indivíduos, são relatados nessa documentação. Encontramos, além de várias cópias do boletim, documentos que eram produzidos nas reuniões do *Front*. Esses relatórios eram considerados “secretos” porque só quem escrevia, editava e produzia o boletim, tinha acesso. O que supõe dizer que era provável a presença de espiões do governo dentro da organização.

Marcio Moreira Alves, um dos principais colaboradores do *Front*, teve sua vida acompanhada em todo o período que passou exilado. Suas atividades no Chile eram frequentemente questionadas pelo governo brasileiro:

Efetivamente, Marcio Moreira Alves contava com forte cobertura no Chile, sobretudo nos meios da democracia cristã, dominante no país.

³⁷⁴ Para consultar o acervo do CIEX é necessário acessar o site do Arquivo Nacional (<http://arquivonacional.gov.br/br/>) seguindo a seguinte sequência: página principal do site, consulta ao acervo e SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional. O SIAN é o Sistema de Informações do Arquivo Nacional e é o principal meio de acesso às informações relacionadas ao acervo. Dentro do SIAN há dois módulos de pesquisa disponíveis ao público; Fundos e Coleções, e MAPA. Dentro da aba Fundos e Coleções é possível fazer uma busca avançada por palavras chaves. Para ter acesso ao SIAN é preciso fazer um cadastro com login e senha.

Há indícios de que teria acesso ao próprio Ministro das Relações Exteriores do Chile, Gabriel Valdez.

O marginado, antes de viajar para Paris, viajou em ABR/70 aos Estados Unidos, com o passaporte comum nº 587169, emitido em 7/DEZ/66, tendo recebido visto da Embaixada dos E.U.A. em Santiago.

Nos últimos meses que passou em Santiago, o marginado teria dividido com ALMINO AFONSO a liderança de um grupo de asilados brasileiros, com o objetivo da formação de uma Frente de propaganda contra o Brasil, frente essa dotada de um braço armado liderado por AMARILIO VASCONCELOS. EM AGO/70, o marginado esteve em Argel, onde entrou em contacto com MIGUEL ARRAES, que o levou a entrevistar-se com os asilados brasileiros ali residentes. Inicialmente mal recebido, por se ter postulado como marxista cristão e pouco dado à violência como via de conquista do poder, terminou finalmente por declarar que aceitaria a necessidade de unir-se à corrente mais radical, comprometendo-se a com ela colaborar, na medida do possível.

No entanto, a fixação do marginado em Paris se ligaria primordialmente à expansão das atividades da “Frente Brasileira de Informações”. Para tanto, poria à disposição da “Frente” suas ligações com os meios católicos esquerdistas do Chile e do Brasil³⁷⁵.

Marcio Moreira Alves e Almino Afonso são citados correntemente, tanto na documentação produzida pelo boletim, nas reuniões e relatórios, quanto nos documentos do CIEX. Nesse relatório a embaixada do Brasil reporta um protesto ao governo do Chile por permitir que Alves exercesse atividades políticas naquele país. Interrogado pelo governo chileno, e solicitado a não criar “dificuldades” com o Brasil, Marcio teria decidido apressar sua partida para Paris. Segundo o documento, era desejo de Marcio vir a Paris, e sobre isso, já havia conversado com Miguel Arraes a respeito, desde novembro de 1969. Mas como o governo brasileiro sabia dos planos e dos detalhes das conversas que esses exilados vinham mantendo?

Em outra ocasião:

MARCIO MOREIRA ALVES, em sua recente visita aos Estados Unidos, manteve contato com o Senador EDWARD KENNEDY, havendo este último declarado ao marginado que estava de acordo com as ações de sequestro na América Latina, único meio de manter vivo o “clima democrático” na região.

MARCIO MOREIRA ALVES confiou ao Senador material sobre “torturas no Brasil”, com vistas a uma eventual apresentação ao Senado dos Estados Unidos. Informou igualmente o Senador americano a respeito da receptividade que tem tido tal material entre os intelectuais franceses³⁷⁶.

Seguir os passos de Marcio Moreira Alves por todos os países que o mesmo transitava é um indício de que ele representava um incômodo ao governo brasileiro.

³⁷⁵ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.6,P.8/26.

³⁷⁶ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.7,P.38/71.

Além disso, assim como o fez com outros exilados, a forma como ele foi nomeado, “marginado”, desqualifica e trata-o de forma pejorativa.

Em documento oficial do Ministério das Relações Exteriores, um telegrama recebido da embaixada de Santiago em 02 de julho de 1972, intitulado como secreto, traz um parecer da chancelaria chilena sobre o *Frente Brasileira de Informações*.

mediante dicho boletin, asilados políticos brasilenos estarian realizando una actividad contraria l gobierno de su pais, lo que la ley chilena les veda, deberian poner selos hechos enconocimiento del ministerio del interior, para que ordene una investigacion y adopte las medidas del caso³⁷⁷.

O documento traz o nome Camara Canto, no final da página. Antônio Candido da Camara Canto era diplomata desde 1938. De 1961 a 1963, ocupou a chefia do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores, sendo nomeado em 1963 embaixador do Brasil na Espanha. Em 1968, tornou-se embaixador do Brasil no Chile onde permaneceu até setembro de 1975.

Os documentos, geralmente telegramas, são oriundos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Há uma intensa troca entre o governo brasileiro, a embaixada e o consulado do Brasil em Santiago. Pela primeira vez, vemos na documentação, uma referência a um programa radiofônico produzido pelo *Front*³⁷⁸. Até esse momento da pesquisa, não sabíamos da existência desse programa intitulado “La verdaden Brasil” com duração de trinta minutos e transmitido diariamente. O governo brasileiro chegou a exigir que o governo chileno tomasse providências em relação ao grupo que produzia o boletim e respectivamente o programa de rádio³⁷⁹.

O telegrama enviado em 24 de abril de 1972 diz o seguinte:

Ainda que os integrantes da chamada Frente Brasileira de Informações não sejam todos, ou mesmo que nenhum o seja, asilados, e sim, banidos ou foragidos do território brasileiro, não é admissível que esse governo lhes permita dedicaram-se a tais campanhas públicas de ataque ao governo brasileiro, tanto mais que, não obstante sua qualidade comprovada de delinquentes comuns, as autoridades chilenas parecem considera-los asilados políticos. Rogo manifestar o que precede à Chancelaria³⁸⁰.

³⁷⁷ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.3/98.

³⁷⁸ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.4/98.

³⁷⁹ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.5/98.

³⁸⁰ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.5/98.

José Maria Rabelo, exilado e colaborador do *Front* em Santiago, no Chile, também é citado várias vezes no acervo do CIEX. Numa das correspondências solicitam informações sobre ele³⁸¹. Em outra ocasião, reproduzem uma reportagem local sobre a livraria fundada por Rabelo³⁸².

O exilado brasileiro JOSÉ MARIA RABELO encontra-se atualmente, no Chile, proveniente da Bolívia, onde fundou, “La Librería de las Ciencias Sociales”. Essa livraria edita um boletim bimensal “Informe de Libros”, com uma tiragem de mais de seis mil exemplares. Em entrevista à imprensa chilena teria afirmado que “com muitos intelectuais brasileiros, não pôde suportar o advento de uma “nova ordem” militarista no Brasil e emigrou”. Na mesma reportagem, é indicado que em seu “currículum” consta (ainda que o marginado se negue a comentá-lo) um ato de rebeldia: no Brasil, esbofeteou um alto oficial que o criticava e pretendia detê-lo para desmentir uma reportagem³⁸³.

A reportagem foi publicada pela revista *Ercilla*, impresso chileno de publicação quinzenal, dedicada a diversos temas, principalmente política, economia e sociedade. A publicação foi lançada inicialmente como um boletim literário em 11 abril de 1933 e pertencia a Holanda Comunicações, proprietária também das revistas *Vea*, *TV Grama*, *Cine Grama*, *Miss 17 y Publimark*). A última edição da revista *Ercilla* foi publicada em 27 de abril de 2015. Tanto a reportagem quanto a própria livraria, são tema de vários informes do CIEX:

O exilado brasileiro JOSÉ MARIA RABELO encontra-se atualmente, no Chile, proveniente da Bolívia, onde fundou, “La Librería de las Ciencias Sociales”. Essa livraria edita um boletim bimensal “Informe de Libros”, com uma tiragem de mais de seis mil exemplares. Em entrevista à imprensa chilena teria afirmado que “com muitos intelectuais brasileiros, não pôde suportar o advento de uma “nova ordem” militarista no Brasil e emigrou”. Na mesma reportagem, é indicado que em seu “currículum” consta (ainda que o marginado se negue a comentá-lo) um ato de rebeldia: no Brasil, esbofeteou um alto oficial que o criticava e pretendia detê-lo para desmentir uma reportagem³⁸⁴.

Com o título: *Desde “rarezas” a noveloneso* texto, em espanhol, diz que o Chile tem se tornado o principal centro de investigações sociais da América Latina e por isso, a *La Librería de las Ciencias Sociales* (pertencente a José Maria Rabelo) é parada obrigatória para estudantes, jornalistas, pesquisadores e leitores de um modo geral. Vejamos trechos da reportagem:

³⁸¹ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.8/98.

³⁸² ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.9/98.

³⁸³ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.08.2,P.79/79.

³⁸⁴ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.08.2,P.79/79.

A livraria não possui vitrines, e funciona há um ano. A ideia surgiu em 1969. O jornalista José Maria Rabelo desembarcou no Chile depois de um breve exílio na Bolívia. Junto a seus sócios, que preferem manter-se no anonimato, estudaram durante meses a organização de uma livraria que de alguma maneira fosse diferente e funcional. Segundo Rabelo, a primeira característica da livraria é a especialização no campo das ciências sociais (economia, sociologia, antropologia, comunicação, psicologia, história), considerando a importância do Chile neste tipo de pesquisa. [...] A Livraria das Ciências Sociais decidiu então estabelecer mecanismos que possibilitassem aos leitores dispor de informações, permanentemente renovadas, sobre o movimento editorial. Um boletim bimestral, *Informe de Livros*, que é publicado e distribuído entre seus clientes e ao público em geral (basta preencher um formulário para recebê-lo) é o principal veículo de comunicação da livraria. O informe já tem uma tiragem superior a seis mil exemplares e contém listas e detalhados resumos de tudo o que chega do exterior, abrangendo além dos limites de especialização da livraria. [...] José Maria Rabelo se orgulha em dizer que a livraria contém clássicos, livros técnicos e específicos, obras raras e ainda consegue detectar o fluxo de uma produção que poderia definir-se como clandestina. [...] Rabelo é um homem tranquilo que está se enraizando no Chile. Como muitos intelectuais brasileiros não pôde suportar o advento de uma nova ordem militarista no Brasil e emigrou³⁸⁵.

O jornalista José Maria Rabelo foi diretor do jornal alternativo *Binômio*, em Belo Horizonte, entre 1952 e 1964, até que o impresso foi fechado pelo golpe. Rabelo passou dezesseis anos no exílio, entre Bolívia, Chile e França. Com o golpe do general Augusto Pinochet, no Chile, foi para Paris e tornou-se sócio de Miguel Arraes em outra livraria, que ficava localizada na Rue des Écoles, próxima a Universidade de Sorbonne. Segundo Rabelo, por causa do seu apoio à reconstrução do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, liderado por Leonel Brizola, Miguel Arraes, que considerava Brizola um adversário político (palavras de Rabelo), rompeu a sociedade na livraria. “Foi uma pena porque era considerada a melhor livraria estrangeira de Paris. Funcionava como uma espécie de embaixada dos exilados brasileiros e latino americanos³⁸⁶”. Rabelo é autor de vários livros, dentre eles, “Diáspora: os longos caminhos do Exílio”, junto com Thereza Rabelo³⁸⁷.

Em 1971 a imprensa chilena denunciou um caso de interrogatório e uso de violência a um brasileiro exilado no Chile, nas dependências do consulado brasileiro³⁸⁸. O caso está relatado em dois telegramas, denominados, *Secreto*

³⁸⁵ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.9/98 (tradução minha).

³⁸⁶ AGENDA BAFAPÁ. *José Maria Rabelo: parece que estamos chegando ao fim de uma era*. Disponível em: <https://bafafa.com.br/mais-coisas/entrevistas/jose-maria-rabelo-parece-que-estamos-chegando-ao-fim-de-uma-era>. Acesso em 24/07/2020.

³⁸⁷ RABELO, José Maria. RABELO, Thereza. *Diáspora: Os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

³⁸⁸ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.48/98 e REX.APD.121.P.49/98.

Urgentíssimo e foi publicado no jornal *Puro Chile* cujo título da matéria é “Grave denúncia de residente brasileiro”.

Um jovem que está no Chile desde novembro de 1971, como asilado político, diz que gostaria de continuar os estudos na Universidade de Concepcion. Por isso, procurou o consulado brasileiro para obter um certificado atestando a autenticidade dos seus documentos exigidos pela universidade. Ao procurar o consulado pela segunda vez, o jovem foi levado para uma sala, aonde foi interrogado durante três horas, por dois homens, de forma ininterrupta, utilizando o mesmo sistema usado com presos políticos nos cárceres brasileiros. Os supostos funcionários do consulado eram policiais, que o interrogaram sobre suas atividades e de outros brasileiros no Chile, perguntando se ele conhecia aqueles que estavam chegando do Brasil e quais eram seus contatos no Brasil. Como não respondeu, ele ouviu de um dos policiais que “não pensasse obter entrega de seus papéis, pois aos traidores da pátria eles não ajudavam”. O jovem foi ameaçado com represálias se divulgasse o ocorrido, e assim pôde deixar o edifício do consulado. O jovem não obteve o certificado do qual precisava, e mesmo com as ameaças quis fazer uma denúncia pública para alertar seus compatriotas para ter cuidado ao ir ao consulado, pois ao que parece, funcionários foram substituídos por policiais. O nome dele é Carlos Galeão Camacho³⁸⁹.

Carlos Galeão Camacho nasceu em 02 de maio de 1942 em Pelotas, Rio Grande do Sul, sendo filiado a dois partidos em toda sua vida. Primeiro ao Partido Comunista do Brasil e a partir 1986, ao Partido Verde (PV), sendo fundador e filiado nº 1 do Partido Verde na capital de São Paulo. Perseguido pela ditadura exilou-se no Chile, e lá solicitou asilo político, dedicando-se a abrigar e dar encaminhamento econômico e social a outros exilados políticos brasileiros. Casou-se com a chilena Mirna e com ela teve dois filhos. Com a abertura política no Brasil a partir de 1979, retornou ao país para refazer sua vida profissional, familiar e política. Integrou-se ao Partido Verde, do qual foi presidente da Executiva Municipal de São Paulo, capital, dirigente da Executiva Estadual de São Paulo e membro da Comissão Executiva Nacional do Partido³⁹⁰.

O caso de Carlos Galeão Camacho repercutiu no governo brasileiro. O texto contido nos telegramas dizia que os jornais *El Siglo*, *La Nacion* e *Clarín*, ainda não haviam publicado nada sobre o ocorrido, até aquela data, mas que isso poderia acontecer nos próximos dias. Os documentos estão assinados pelo Cônsul Geral do Brasil em Santiago, Mellilo Moreira de Mello. Mellilo foi diplomata desde 1962,

³⁸⁹ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.48/98 e REX.APD.121.P.49/98. (tradução minha).

³⁹⁰ BANCADA VERDE. *PV presta homenagem a Carlos Camacho*. Disponível em: <https://bancadaverde.org.br/nota-de-pesar/>. Acesso em: 14 de abril de 2020.

embaixador, escritor e chegou a ocupar uma cadeira na Academia Carioca de Letras.

Em outro informe³⁹¹, intitulado *Incidente com o asilado Carlos Galeão Camacho*, é relatado que o mesmo foi demitido do restaurante “Nico’s Pizza”, aonde trabalhava. O fato é descrito como uma consequência à repercussão da denúncia feita à imprensa chilena. Os jornais *La Nación* e *Puro Chile* voltaram a falar do caso e noticiaram que a demissão de Camacho foi resultado de uma campanha dos órgãos de direita chilenos “Tribuna”, “PEC”, e “SEPA”. Os órgãos alegaram que o asilado tinha ligações com a extrema esquerda chilena³⁹².

Ao analisar a documentação do CIEX vemos uma intensa comunicação e preocupação com os “novos” exilados políticos brasileiros que chegavam ao Chile. Os relatórios descreviam essas pessoas como *terroristas perigosos*.

Em telegrama denominado *Secreto/Urgentíssimo*, o texto informa que um grupo de exilados brasileiros estaria planejando assassinar membros da embaixada ou do consulado geral nas próximas 48 horas em represália a morte do militante Carlos Lamarca. Todos os diplomatas foram alertados pessoalmente a fim de que tomassem as necessárias precauções. Além disso, foi solicitado policiamento para todas as residências desses funcionários³⁹³. O fato não foi citado em outra fonte.

A relação do governo chileno com o governo brasileiro além de estar empenhada na vigilância dos exilados, tratava através de informes e telegramas, assuntos que poderiam interferir diretamente na vida desses indivíduos, como: a concessão e prorrogação de passaportes, título de nacionalidade, renúncia ao asilo político, salvo conduto, investigação sobre o uso de documentos falsos por brasileiros que tentavam entrar no Chile ilegalmente, autorização para conceder documentos, consulta se havia alguma acusação ou condenação por algum crime, concessão de asilo diplomático, entre outras coisas. Para que esses documentos fossem liberados havia uma intensa comunicação e investigação sobre a vida do exilado.

Em 17 de julho de 1971 foi distribuído um folheto sobre a “Semana da Solidariedade com o Povo Brasileiro”, que os exilados brasileiros distribuíram na entrada de uma exposição sobre tortura no Brasil, realizada no Teatro Concepción,

³⁹¹ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.53/98.

³⁹² ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.54/98.

³⁹³ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.58/98.

da Universidade de Concepción, no Chile. O evento foi vigiado e em seguida detalhado ao governo brasileiro, como vemos a seguir:

Participaram da “Semana” os banidos Pedro Alves Filho, Rafael di Falco Neto e Vera Maria Rocha Pereira, todos do grupo dos 70 terroristas trocados pelo Embaixador da Suíça no Rio de Janeiro, bem como o estudante brasileiro Jun Nakabayaski, matriculado na mesma universidade. Segundo informou o Cônsul honorário do Brasil em Concepción ao Cônsul Geral em Santiago, os subversivos em apreço fizeram uma conferência aos mineiros de Lota, sobre supostas torturas e perseguições no Brasil. Falaram também contra o governo brasileiro pela Rádio da Universidade, dizendo que tratarão de voltar ao Brasil para lutar ao lado dos 12 mil que se acham presos e que a Igreja do Brasil se acha ao lado dos presos e perseguidos políticos, razão pela qual muitos sacerdotes também tem sido presos³⁹⁴.

Os brasileiros também organizaram uma exposição fotográfica no Teatro Concepción e exibiram o filme *Vidas Secas*, que descrevia a situação de miséria e exploração que sofriam os camponeses do nordeste brasileiro. Esta “Semana da Solidariedade com o Povo Brasileiro” foi organizada pela Federação de Estudantes e pelo Conselho de Difusão da Universidade Local e foi alvo de vários ofícios e telegramas secretos. Panfletos distribuídos no evento, e notícias publicadas na imprensa local foram enviados ao consulado brasileiro. Os oito exilados envolvidos nesse evento estavam sendo vigiados e os informes chamavam-nos de *terroristas banidos*. Raael Di Falco Neto, Pedro Alves Filho, Vera Maria Rocha Pereira, Beluce Belucci, César Guilmar, Regina Guilmar, Francisco Mendes e Marijane Vieira Lisboa eram os principais organizadores.

O documento diz ainda, que “De acordo com o noticiário da imprensa, o programa da “Semana” constou de visita às minas de carvão de Lota, reunião com dirigentes sindicais, exibição da película “Vidas Secas”, conferência de imprensa no Salão América Latina da Galeria Universitária e uma série de palestras³⁹⁵”. O evento também contou com a participação de vários brasileiros que moravam em outras cidades do Chile. Diante disso, o governo brasileiro solicitou ao governo chileno que tomasse providências urgentes para impedir a realização do evento³⁹⁶.

Os documentos do CIEX também relatam investigações sobre chilenos que de alguma forma tentavam colaborar com os exilados brasileiros em território chileno e sobre chilenos que estavam sendo presos no Brasil por estabelecerem contato

³⁹⁴ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.61/98.

³⁹⁵ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.74/98.

³⁹⁶ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: REX.APD.121.P.79/98.

com pessoas de esquerda. Jornalistas chilenos que escreviam matérias de denúncia à ditadura no Brasil também eram sondados.

O CIEX também investigou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP

é uma entidade criada visando ao aproveitamento de professores sancionados pela Revolução, em trabalhos de planejamento e de pesquisas, notadamente na área das Ciências Sociais. Foi constituído no segundo semestre de 1969 e se caracteriza por congregar elementos marxistas, alguns punidos por Atos revolucionários ou ex-asilados, ou ainda, ex-militantes de organizações subversivo-terroristas. É dirigido por uma Coordenadoria Geral constituída pelos professores: Cândido Procópio Ferreira de Camargo, (Diretor Geral) Fernando Henrique Cardoso e Juarez Rubens Brandão Lopes, conhecidos elementos de esquerda, que se utilizam da entidade para desenvolver uma pregação marxista, em alto nível. O CEBRAP é uma organização que se denomina “privada”, de fins não lucrativos, e que não depende de recursos governamentais para seu funcionamento e expansão. [...] Paralelamente a estes trabalhos, os elementos da CEBRAP vêm, de há muito, desenvolvendo atividades de caráter político, esquerdista e contrário ao regime revolucionário³⁹⁷.

O CEBRAP foi acusado de contestar a ditadura na imprensa, através de publicações, principalmente em revistas acadêmicas voltadas para o público universitário e por esse motivo, a revista *Argumento*, editada pela Editora Paz e Terra, havia sido retirada de circulação. O órgão foi acusado de manter estreitos vínculos com a imprensa, principalmente com a esquerdista, e por isso exerceu decisiva influência política na campanha do MDB, possuindo vínculo com entidades intelectuais e estrangeiras, sendo um núcleo irradiador da doutrina seguida pelos setores esquerdistas e contestatórios, atuando no movimento estudantil, destacando-se a participação de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

A instituição frequentou as reuniões anuais da “Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC” na qualidade de órgão participante. Segundo o documento do CIEX, essas reuniões eram utilizadas pelos membros da entidade para a exposição de temas polêmicos, sob o enfoque esquerdista, conseguindo sempre, as maiores audiências entre os estudantes, professores e cientistas participantes, dada a imagem de “inteligência” atribuída ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, pela imprensa. O documento ainda traz em detalhes, os principais registros da vida de Fernando Henrique Cardoso, Florestan

³⁹⁷ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Informação nº 916/19/AC/76. Identificação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79000244_d0001de0001.pdf.

Fernandes, Paul Israel Singer, Vinicius José Nogueira Caldeira Brant, Octávio Ianni, Cândido Procópio Ferreira Camargo, Frederico Mathias Mazzucchelt, Maria Hermínia Tavares de Almeida, José Álvaro Moisés e José Arthur Giannotti, todos membros do CEBRAP.

Um dos casos que chamou a nossa atenção foi a contratação da professora Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida para trabalhar na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Os órgãos de informação do estado de São Paulo foram consultados para tratar dos antecedentes da professora, e o prontuário do Deops/SP consta nesse arquivo. Foram pedidos confirmação dos dados de identificação, antecedentes e outros dados julgados úteis e oportunos³⁹⁸. Isso nos revela que o CIEX não atuou exclusivamente com brasileiros exilados. Vemos outros casos em que o órgão também investigou brasileiros em território nacional.

O setor de inteligência do CIEX tinha conhecimento do regresso clandestino de exilados, das pessoas com as quais eles mantinham contato, suas viagens, planos, conversas, redes de atuação, pois a maioria das correspondências que eram enviadas ao Brasil eram violadas. Através da comunicação frequente com todas as embaixadas e consulados o governo brasileiro fiscalizava os exilados dos quais se tinha conhecimento oficial, mantendo assim, listas atualizadas com a relação nominal de exilados políticos brasileiros em outros países.

Para a ditadura, as publicações que tratavam da tortura no Brasil eram um permanente incômodo. Segundo o documento:

A “Frente Brasileira de Informações” vem distribuindo aos órgãos de informação pública, repartições governamentais, partidos políticos, etc, europeus e americanos uma série de boletins referentes a supostas torturas praticadas pelas autoridades brasileiras. Dando como endereço a Argélia – Boite Postale nº 5, Plateau Solière, Alger, Algérie – a citada Frente oferece informações sobre o Brasil³⁹⁹.

O arquivo ainda traz em anexo, uma cópia do boletim, datado de 15 de março de 1970. A edição do *Front* de julho de 1970 também é questionada pelo CIEX, por

³⁹⁸ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_82010816_d0001de0001.pdf.

³⁹⁹ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.198

fazer referência ao “Esquadrão da Morte” como assimilado às Forças Armadas, um dos assuntos discutidos no *Front*⁴⁰⁰.

Em 04/SET/70, teria viajado de Montevidéu com destino a Roma o refugiado brasileiro CAIO VENÂNCIO MARTINS, portador de passaporte brasileiro, possivelmente falso, fornecido por CARLOS FIGUEIREDO DE SÁ.

CAIO VENÂNCIO MARTINS iria integrar a chamada FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES na Itália, havendo recebido de CARLOS FIGUEIREDO DE SÁ a quantia de US\$ 500,00 (quinhentos dólares)⁴⁰¹.

O documento ainda traz em detalhes, os contatos que Carlos Figueiredo Sá, membro do *Front*, vinha mantendo com uma pessoa participante da Ação Popular e com outros integrantes das esquerdas como Manuel da Conceição, Levi, Djalma Maranhão e Maneco. O informe diz que ele iria encontrar Maneco e assim, passar pela fronteira do Uruguai com o Brasil. O texto surpreende pela riqueza de detalhes acerca dos vigiados. Em outra ocasião, o governo é informado de que:

Carlos Figueiredo de Sá pretendia viajar de Montevidéu com destino à Argélia, onde iria tratar – na qualidade de homem de confiança da organização no Uruguai – assuntos relativos à chamada Frente Brasileira de Informações⁴⁰².

O que percebemos, é que por mais que as matérias fossem publicadas de forma anônima, o governo brasileiro suspeitava das identidades de muitos colaboradores do *Front* e também investigava os jornalistas estrangeiros que replicavam os textos do boletim. Em um documento oficial, foi enviada uma lista de profissionais que escreveram a respeito das torturas policiais no Brasil. Eram jornalistas da Grã Bretanha, Itália, Austrália, Alemanha, Espanha, França, Portugal, Dinamarca, Suécia, Noruega e Áustria, que publicaram em seus países, matérias que vinham sendo divulgadas no *Front*, inclusive artigos sobre tortura e a situação dos índios do Brasil⁴⁰³.

No contexto da vigilância aos membros do *Front*, Carlos Figueiredo Sá, é um dos nomes mais frequentes na documentação do CIEX:

⁴⁰⁰ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.7,P.35/71.

⁴⁰¹ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.7,P.59/71.

⁴⁰² ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.9,P.12/84.

⁴⁰³ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.199

Carlos Figueiredo de Sá conseguiu estabelecer contacto com funcionário não identificado da Embaixada da Itália em Montevideu, através de um jornalista italiano que ali esteve entre outubro e novembro de 1970, entrevistando elementos “tupamaros”. Através do citado funcionário, o marginado estaria remetendo a Roma, para posterior despacho a Miguel Arraes, material a ser utilizado pela Frente Brasileira de Informações. A mala diplomática italiana de Montevideu é correntemente transportada pela “Alitalia”, sem guarda especial⁴⁰⁴.

Teria sido o jornalista Aldo Santini a facilitar o contato de Carlos Figueiredo de Sá e de Carlos Ovalo Cunha, refugiados brasileiros em Montevideu, com o encarregado de imprensa da Embaixada da Itália no Uruguai, a fim de enviar para a Itália, via mala diplomática, correspondência sigilosa da FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES elaborada por Carlos Sá. O citado contato teria sido efetivado nos escritórios de representante da Rádio Televisão Italiana (RAI) em Montevideu, à Avenida 18 de Julio, Galeria Diri⁴⁰⁵.

O refugiado brasileiro CARLOS FIGUEIREDO DE SÁ chegou a Santiago (Chile) em 20/setembro/71, procedente de Argel e Paris, vai Canadá, pela “SABENA”. Em Santiago, o marginado seguiu para a residência de LÍCIO DA SILVA HAUSER, onde se encontra alojado. Sá teria em seu poder cerca de US\$ 20 mil, recebidos de organizações comunistas na Argélia e França, para aplicação imediata junto ao movimento terrorista no Brasil e financiamento da “Frente Brasileira de Informações”, em Santiago e Montevideu (Uruguai)⁴⁰⁶.

Até a presente data, a “Frente Brasileira de Informações” (FBI) em Santiago (Chile), no montante de US\$ 50 mil, para gastos com a edição de seus boletins. O refugiado brasileiro CARLOS FIGUEIREDO SÁ seria o responsável pela contabilidade e controle do dinheiro⁴⁰⁷.

Nos arquivos da polícia política de Minas Gerais, há três prontuários com o nome Carlos Figueiredo Sá⁴⁰⁸. Num prontuário de vinte e quatro páginas produzido pela Secretaria de Segurança Pública Dependência DOPS/DEREX, com data de 13/06/1969, Carlos Figueiredo Sá é chamado de terrorista e acusado de ser um dos mentores da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e de estabelecer ligações com Carlos Marighella, condenado por subversão e foragido. Sá era juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região na capital de São Paulo⁴⁰⁹.

⁴⁰⁴ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.10,P.45/78.

⁴⁰⁵ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.10,P.48/78.

⁴⁰⁶ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.07.3,P.1/86.

⁴⁰⁷ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.07.4,P.42/64.

⁴⁰⁸ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Arquivos da polícia política – acervo do período de 1927 a 1982*. Disponível em:

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?query=&asc_desc=20&nome=figueiredo&nme_tipo=1&action=results2&andor=AND&start=460. Acesso em: 12/01/2020.

⁴⁰⁹ Prontuário N. 2016 Carlos Figueiredo Sá – juiz de Direito. Disponível em: <https://ptdocz.com/doc/1136633/prontu%C3%A1rio-n--2016-carlos-figueiredo-s%C3%A1-juiz-de-direito>. Acesso em: 12/01/2020.

Nascido em 12 de abril de 1914 em São Paulo na capital, Carlos Figueiredo Sá foi detido pela primeira vez em setembro de 1936 acusado de ser “militante comunista” e recolhido ao presídio político, sendo posto em liberdade em dezembro do mesmo ano.

Segundo o governo brasileiro, a atuação do *Front* trazia sérias preocupações:

As ações do Front para a estruturação de campanhas de descrédito contra o governo brasileiro, campanha essa que tem dado frutos tanto no que respeita à angariação de recursos para a subversão no Brasil quanto no que respeita à criação de zonas de atrito entre o governo brasileiro e outros governos⁴¹⁰.

Em documento⁴¹¹ há um relato de que Artur Poerner, brasileiro e integrante do PCB, teria viajado do Brasil a Montevideu durante a primeira quinzena de novembro de 1970. Poerner prosseguiu viagem para o Chile, portador de um “importante material” sobre torturas para divulgação naquele país, bem como de uma carta do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro para o Senador Corvalan, Secretário-geral do Partido Comunista Chileno. Segundo o documento, a viagem foi patrocinada pelo PCB e pela *Frente Brasileira de Informações*. Em 20 de novembro de 1970, Poerner teria embarcado, via aérea, com destino a Paris e a Argélia, onde iria desempenhar tarefa para a *Frente Brasileira de Informações*. A publicação do *Front* de julho de 1970 foi enviada em anexo a este documento e o texto diz que o exemplar foi recebido por jornais argentinos⁴¹².

Vejamos trechos de três documentos diferentes falando de exilados brasileiros:

Encontrar-se-ia atualmente em Roma Caio Venâncio Martins, que estaria na capital italiana já entrosado no esquema da FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES⁴¹³.

O asilado brasileiro no Uruguai, Jacy Pereira Lima teria abandonado seu trabalho no Restaurante de Montevideu, “O Cangaceiro”, havendo-se introduzido no meio universitário, mediante matrícula na Escola de Belas Artes da Universidade da República em Montevideu. O citado restaurante encontra-se atualmente fechado “para obras e por férias de funcionários⁴¹⁴”.

⁴¹⁰ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.8,P.17/42.

⁴¹¹ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.10,P.12/78.

⁴¹² ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.10,P.40/78.

⁴¹³ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.10,P.49/78.

⁴¹⁴ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.10,P.57/78.

Wilson Egidio Fava e sua amante Renata Ferraz Guerra de Andrade, os quais se encontravam refugiados em Montevideu, teriam viajado ao Peru, onde permaneceram cerca de um mês, prosseguindo posteriormente viagem para o Chile, país em que se encontrariam atualmente. No Peru, teriam contatado o refugiado brasileiro David Leher, ex-deputado por São Paulo, o qual trabalharia atualmente em Lima. Leher funcionaria como elemento de ligação para subversivos brasileiros no Peru, além de ser representante naquele país da chamada FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES e da organização subversiva brasileira MR-8⁴¹⁵.

Como já foi dito, a documentação do CIEX traz nomes e até mesmo as funções que essas pessoas desempenhavam no *Front*. No entanto, não dispomos de outras fontes que nos mostrem a atuação desses indivíduos no boletim, até porque o sigilo e o anonimato faziam parte do modo de operação deles. Há dezenas de relatórios descrevendo viagens, reuniões, conversas e encontros que esses exilados realizavam. O que essas pessoas iam fazer nessas viagens, quem iriam encontrar, de quais assuntos iam tratar, estava detalhado nos documentos chamados *secretos*, como podemos ver a seguir:

O ex-deputado paulista DAVID LEHER, atualmente residente em Lima, Peru, vem trabalhando para a agência de notícias cubanas “Prensa Latina”. No dia 10/FEV/71 o marginado encontrava-se em Montevideu, onde teria vindo apanhar material a respeito de torturas policiais, proveniente do Brasil. O referido material destinar-se-ia à divulgação pela “FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES”⁴¹⁶.

A imprensa internacional repercutiu em vários momentos as publicações do *Front*. O jornal de Montevideu “El Popular”⁴¹⁷, porta-voz do Partido Comunista Uruguaio, e que ainda existe atualmente, estava sendo acusado de publicar artigos tendenciosos sobre o tema “Repressão e torturas no Brasil”. Alguns artigos são citados, dentre eles, o texto “Apagaron fósforos y cigarrillos sobre mi vientre desnudo... Brasil, donde impera la tortura como sistema de Gobierno”. O texto foi publicado em 09 de dezembro de 1970 e assinado pela jornalista Julia Arevalo.

A articulista vincula-se desta feita à divulgação propiciada pela FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES, transcrevendo um suposto “documento original” em poder da FRENTE, no qual LAUDELINA MARIA CARNEIRO, da ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, narra torturas que teria sofrido e presenciado [...].

⁴¹⁵ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.10,P.59/78.

⁴¹⁶ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.06.3,P.7/12.

⁴¹⁷ PARTIDO COMUNISTA DE URUGUAY. *El Popular Semanario*. Disponível em: <https://www.pcu.org.uy/index.php/nuestra-prensa/el-popular>. Acesso em: 05/05/2020.

O jornal “YA” de Montevideu também se inclui na frente de imprensa que explora o tema “torturas no Brasil”; o citado jornal publicou, em sua edição de 05/DEZ/70 artigo datado de Argel, indicado “PL” (PRENSA LATINA?), no qual transcreve carta que já teria sido publicada no boletim da FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES de Argel, carta dirigida pela Senhora LINA PENNA SATAMINI ao Ministro da Justiça no Brasil acerca de MARCOS ARRUDA, filho daquela senhora; esta seria funcionária do Departamento de Estado dos EEUU⁴¹⁸.

Em várias ocasiões, jornais latino americanos republicaram matérias publicadas no *Front*:

“EL POPULAR”, órgão oficial do PC uruguaio, publica em sua edição de 05/março/1972, reportagem sob o título: “Torturas en Brasil”, na qual, além de estampar várias fotografias, enumera os tipos de torturas e os principais torturadores, variando de Generais a simples soldados, em vários estados do Brasil. A mencionada reportagem foi enviada do Chile, pelo correio, por CARLOS FIGUEIREDO DE SÁ, para o brasileiro no Uruguai, GERALDO SARDINHA, que por sua vez, a entregou ao sub-Diretor de “EL POPULAR”, o uruguaio-brasileiro NIKO SWCHARTZ, que a publicou. A reportagem foi elaborada no Chile pelo asilado brasileiro THIAGO DE MELLO, de encomenda para a Frente Brasileira de Informações⁴¹⁹.

Endereços dos exilados, materiais que eram apreendidos, cadernos de anotações, todo tipo de relação e/ou correspondências mantidos com Cuba e com a URSS eram vigiados e muitas vezes apreendidos. Qualquer tipo de correspondência ou documentação era interceptada. O governo brasileiro queira saber se eles estavam estudando, qual curso, número de passaporte, assuntos relacionados a trabalho, qual função, e mesmo detalhes sobre a vida pessoal dos exilados.

O asilado brasileiro ex-Almirante CANDIDO DA COSTA ARAGÃO esteve muito preocupado porque soube que seu filho, DILSON ARAGÃO, teve dificuldades para viajar do Brasil ao Chile, tendo sido obrigado a cancelar a planejada viagem. O filho de CANDIDO ARAGÃO iria trazer-lhe nova quantia em dólares americanos. Em lugar de DILSON, deverá ir a Santiago do Chile, nos próximos dias, sua irmã DILMA ARAGÃO⁴²⁰.

Eventos culturais realizados, quem estava por trás da organização, quem seriam os convidados, eram perguntas que deveriam ser respondidas pelos agentes da vigilância. Em outros relatórios vemos a abordagem de assuntos como: uso de documentos falsos, movimentações financeiras, solicitação de descrição física e de fotografias que fossem atuais, como vemos a seguir:

⁴¹⁸ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN,BSBIE.05.10,P.67/78.

⁴¹⁹ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.08.4,P.41/65.

⁴²⁰ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.08.3,P.7/49.

O comando central dos asilados e banidos brasileiros no exterior, sediado no Chile, ordenou um levantamento das residências de oficiais brasileiros em postos no exterior. A finalidade desse levantamento seria a de, futuramente, pedir às organizações subversivas nos locais onde servem os referidos militares que executem operações “punitivas” seguidas da publicação de “prontuários” elaborados pela chamada “Frente Brasileira de Informações”⁴²¹.

A seguir, podemos ver vários documentos que trazem supostamente a identidade de vários colaboradores do *Front*:

Segundo o CIEEX, Vânia Gelabe Bambirra dos Santos e Teotonio dos Santos Junior, casados, residentes à Calle El Bosque, 7, ap. B, em Santiago do Chile, membros da VAL-Palmares, eram ligados à Frente Brasileira de Informações⁴²².

Um dos mais ativos pombos-correios da chamada “Frente Brasileira de Informações” seria o ex-líder estudantil JOSÉ CHIRICO SERRA, que viaja entre Santiago e Montevidéu utilizando o passaporte comum brasileiro, número 741983, expedido em Santiago do Chile pelo ex-cônsul EDUARDO GUINLE⁴²³.

O autor de uma reportagem sobre torturas no Brasil aparecidos no jornal esquerdista uruguaio “EL ORIENTAL” em JUN/71, seria Décio Ferreira. Décio Ferreira é advogado, tendo pertencido ao grupo de consultores de LEONEL BRIZOLA, de quem se desvinculou. Atualmente estaria residindo em Argel, para onde viajou do Uruguai em JAN/ ou FEV/70, a convite de MIGUEL ARRAES, passando a integrar a “Frente Brasileira de Informações” como redator. Teria visitado o Chile em ABR/71, para contatos da “Frente”⁴²⁴.

Os boletins são redigidos por vários asilados e refugiados brasileiros, entre os quais se sobressaem AMADEU THIAGO DE MELLO, ALMINO AFONSO E AMARILIO VASCONCELOS. A disposição gráfica e paginação estaria a cargo de THIAGO DE MELLO e de sua atual mulher, a artista chilena ANA MARIA VERGARA, que seria, também, responsável pela tradução dos textos originais para o espanhol⁴²⁵.

O elemento SAMUEL AARÃO REIS, aproximadamente no dia 17/OUT/71, teria estado em Buenos Aires em tarefa da “Frente Brasileira de Informações”. Não teria ido a Montevidéu. Seria tarefa do nominado manter contatos com “Movimento Nacional Latino-Americano”, e entregar material do FBI para ser aproveitado na Argentina. Estariam os banidos querendo fazer um ato na Argentina com figuras de projeção como DARCY RIBEIRO ou HELDER CÂMARA. O nominado teria estado em Calle Cangallo, 1382, conversando com o grupo composto por: Dr. VENTURA MAYORAL, advogado de Perón; GREGORIO SELSER; FELIX LUNA; RODOLFO PUIGRÓS; ANTONIO BENITEZ; MARTA CURONE e outros⁴²⁶.

⁴²¹ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.07.2,P.7/85.

⁴²² ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.06.8,P.14/118.

⁴²³ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.06.8,P.47/118.

⁴²⁴ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.06.8,P.77/118.

⁴²⁵ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.07.2,P.63/85.

⁴²⁶ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.07.3,P.68/86.

RONALDO DA SILVA ROCHA, banido para a Argélia, encontrar-se-ia, presentemente, no Brasil, em São Paulo, realizando tarefas, de caráter operacional, da “Frente Brasileira de Informações”. Agradeceríamos receber dados adicionais, eventualmente disponíveis, sobre a presença efetiva e atividades do marginado em território nacional⁴²⁷.

Em princípios do mês de novembro/1971, estive em Buenos Aires, MÁRCIO MOREIRA ALVES, em tarefa da Frente Brasileira de Informações. Teria passado antes pelo Chile. O nominado teria estado com LUIS ECHENIQUE, da revista esquerdista “América Latina”, entregando-lhe material sobre CARLOS LAMARCA e mantendo reuniões com dirigentes peronistas, aos quais explicara o alcance da visita do Presidente MÉDICI aos Estados Unidos. A FBI estaria com bons contatos nos Estados Unidos, onde, com elementos de esquerda norte-americana, teria fundado uma organização denominada “Carib Comission Against Repression in Brasil”. JEAN MARC VAN DER WEID seria o elemento de ligação entre essa organização e a Frente Brasileira de Informações⁴²⁸.

JULIO GRECO, do “Movimento Nacional de Libertação Latino – Americano”, que funciona à rua Cangallo, 1362, na cidade de Buenos Aires, está em contacto com a “Frente Brasileira de Informações”. O marginado teria, em fins de abril/1972, recebido visita de CARLOS FIGUEIREDO DE SÁ. Com o marginado trabalharia ALEJANDRA JORDAN, encarregada de receber o material da “F.B.I.”⁴²⁹.

RONALDO DA SILVA ROCHA, banido para a Argélia, encontrar-se-ia, presentemente, no Brasil, em São Paulo, realizando tarefas, de caráter operacional, da “Frente Brasileira de Informações”. Agradeceríamos receber dados adicionais, eventualmente disponíveis, sobre a presença efetiva e atividades do marginado em território nacional⁴³⁰.

Em princípios do mês de novembro/1971, estive em Buenos Aires, MÁRCIO MOREIRA ALVES, em tarefa da Frente Brasileira de Informações. Teria passado antes pelo Chile. O nominado teria estado com LUIS ECHENIQUE, da revista esquerdista “América Latina”, entregando-lhe material sobre CARLOS LAMARCA e mantendo reuniões com dirigentes peronistas, aos quais explicara o alcance da visita do Presidente MÉDICI aos Estados Unidos. A FBI estaria com bons contatos nos Estados Unidos, onde, com elementos de esquerda norte-americana, teria fundado uma organização denominada “Carib Comission Against Repression in Brasil”. JEAN MARC VAN DER WEID seria o elemento de ligação entre essa organização e a Frente Brasileira de Informações⁴³¹.

Referência ao Documento de Informações número 1167/16/AC/72. Dos nomes citados, apenas FERNANDO CARDOSO PEDRÃO e ESTEVAM STRAUSS participam das segundas reuniões da “Frente Brasileira de Informações (F.B.I.)”, realizadas na residência de GERSON GOMES, funcionário da CEPAL/ONU. STRAUSS não é tido como assistente assíduo das reuniões, comparecendo raramente⁴³².

⁴²⁷ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.07.4,P.63/64.

⁴²⁸ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.08.2,P.37/79.

⁴²⁹ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.08.6,P.29/82.

⁴³⁰ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.07.4,P.63/64.

⁴³¹ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.08.2,P.37/79.

⁴³² ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.10.1,P.9/62.

O ex-ministro ALMINO AFONSO está chefiando a Frente Brasileira de Informações. Em janeiro / 1973, viajará para a França e a Argélia a serviço da organização⁴³³.

Muito agradeceria a Vossa Excelência o obséquio de transmitir à Secretaria de Estado os dados disponíveis sobre JOÃO BOSCO FERES, considerado um dos fundadores da Frente Brasileira de Informações (FBI) e o principal articulador para a fundação do Comitê Holandês para a Anistia no Brasil. Segundo consta o nominado teria, inclusive, se naturalizado holandês⁴³⁴.

Relação de elementos ligados à "Frente Brasileira de Informações"

Emilie Arnoud, Arthur Baert, Nicolas Bosly, Andre Cappelle, Marc Delepeleire, Marguerite Fievez, Norbert Gorissen, Jean Heinen, George Neefs, Marcel Ploem, William Stone, Jan Talpe, Luc et Yolanda Thomé, M. Aronstein, Jean Bruck, Teresa Claeys, Pierre Galand, Mme Isabelle Blum, Bruno Arens, Jules Pollé, Rosine Lewin, Etienne-Charles Dayez, DerdeWereldBeweging, ReijonMtetrtren, BassanValdi José, Basso Adilo, Laberge Jacques, ManfroiOlivio, Nessier Marcel, Tellegen Paulo, MarceliniLoridan, Charles Antoine, Maître Jean Louis Aujol, Edouard Bailby, Bernard et Claud Bazin, MmeOdile Basse, Jacques et Christiane Benoit, Georges Casalis, Michel De Certeau, Jacques Chatagner, Roberto Las Casas, Therese Naltet, Pierre Nardin, Henri Noirot, Pascal Henri, Michel Rocard, Christian Rudel, Pierre Jalee, René Salanne, G. Subervillie, Shiro Tanaka, Jacqueline Thibault, Charles Tillon, Roger Trefeu, Michel Wagner, Aroldo Wall, Jean L. Weil, Rolland Colin, Robert Cottave, AndreCruiziat, François Desouches, Gerard Labrosse, François Lambert, Xavier Langlade, A. Lavallee, Jean Lestavel, Remy Lestienne, Michel Levy, Daniel Fresco, Henri et Annie Giaser, Yves Goussault, Edouard Gueydan, Georges Hourdin, Andres Jacques, Maria Jolas⁴³⁵.

Cooperou com a "FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES – FBI", desenvolvendo, no exterior, na AMÉRICA LATINA e na EUROPA, campanha difamatória contra o BRASIL, através de peças teatrais, entrevistas, conferências, reuniões e seminários subversivo-culturais, nos quais aborda os aspectos negativos da política e do sistema judiciário brasileiro, e denuncia torturas praticadas em elementos presos. Como consequência, este Serviço foi de parecer negativo para a renovação do passaporte de AUGUSTO PINTO BOAL⁴³⁶.

Não há documentos que nos permitam afirmar que todos esses indivíduos colaboraram de alguma forma com o *Front*, mas também não podemos estabelecer uma negativa. Os arquivos detêm várias cópias dos boletins anexadas aos informes, inclusive, encontramos alguns documentos de conteúdo confidencial, resultado muitas vezes de reuniões entre membros do *Front*. É de se supor que havia elementos infiltrados na organização do boletim. Vejamos:

É o seguinte, o teor do documento que será enviado à Embaixada da Argélia no Brasil, para ser distribuído ao "F.B.I. (Frente Brasileira de Informações)":

"Reunidos o MRT-FLN outros companheiros de diversas organizações vêm de constituir um agrupamento revolucionário fundamentando sua decisão

⁴³³ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.10.2,P.13/93.

⁴³⁴ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: DPN.PES.134,P.8/39.

⁴³⁵ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRDFAN, BSB.2D.7B.89,P.3/8.

⁴³⁶ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: PRONTUÁRIO 87571.

num documento intitulado “Doze Pontos”, que constituem a sua visão político-revolucionária. Afirmamos que a revolução brasileira se encontra estagnada sob três aspectos: ideológico, político e militar. Afirmativa de que a violência revolucionária é a mais correta na atual conjuntura nacional; afirmamos que a formação de uma verdadeira vanguarda operária é a única capaz de dirigir a revolução; afirmativa de que a formação de verdadeiros quadros no político, no ideológico e no militar, será capaz de modificar, a nosso favor, o quadro de luta reinante no Brasil, pois a ditadura não oferece outra alternativa que a violência armada. Proclamamos que a principal contradição no Brasil é entre o capital e o trabalho, mas presentemente, a mais importante é a que se trava entre a ditadura, o imperialismo e o povo brasileiro. Finalmente, proclamamos que do seio da classe operária, força motriz da revolução, sairão as vertentes que conduzirão todo o povo brasileiro para a luta de libertação nacional como um todo” – “MRT-FLN”.

Nota: - Por razões de proteção à fonte, este Centro roga não seja dada ulterior distribuição à presente informação⁴³⁷.

Um dos nomes que chamou nossa atenção durante o processo de coleta e análise da documentação foi o prontuário de Manoel Conceição dos Santos. Nele, existe a informação de que Manoel pertencia aos quadros do *Front* e ao Comitê Central da Ação Popular. De acordo com o relatório, em 1967 ele frequentou um preparatório de guerrilha ministrado no Nordeste e em 1970, frequentou um curso na Academia Militar de Pequim, na China, com duração de cinco meses. Sua atividade política se desenvolveu na zona rural, no interior do Maranhão, aonde foi preso, numa operação chamada de “Operação Búfalo⁴³⁸”.

O caso de Manoel Conceição dos Santos está nos arquivos do CIEIX nomeado como *Operação Búfalo* e *Operação Búfalo II*, tamanha foi a repercussão. O documento foi produzido no Rio de Janeiro em 10 de agosto de 1972. A prisão de Santos trouxe como consequência uma série de pressões que o governo brasileiro passou a sofrer por várias organizações internacionais, entre elas, a Anistia Internacional, A Liga Suíça dos Direitos Humanos e o Comitê Britânico Contra a Ditadura no Brasil, que segundo o documento, pertencente à *Frente Brasileira de Informações* e que mobilizou a opinião pública suíça em favor do militante.

Tal campanha vinha pressionando o Embaixador do Brasil em Berna, que já havia recebido aproximadamente, 3.000 cartas de particulares, todas manifestando apreensões pela vida de Manoel, pois não se tinha informações se ele estava vivo ou se teria sido assassinado pelas forças policiais.

⁴³⁷ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.08.6,P.9/82.

²⁰⁷ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: PRONTUÁRIO 009508.

O governo optou pelo silêncio sobre sua prisão e destino, o que teria inquietado as organizações que Manoel Conceição dos Santos fazia parte. No texto, chamado de “Programa da Ação”, dizia-se que o objetivo inicial era inquietar as organizações, mantendo o máximo de sigilo, quanto a continuidade da prisão e destino do militante, aguardando as manifestações públicas e através da imprensa. A segunda fase do plano seria a da provocação, informando datas falsas sobre a possível auditoria que iria ocorrer com o preso, provocando assim, a reação das pessoas que, certamente, colocariam em dúvida essa informação alegando ser uma cobertura do suposto assassinato de Santos. O governo almejava desenvolver, desde já, atividades psicológicas sobre o preso, tentando convencê-lo a participar, voluntariamente, de uma ação desmoralizante daquelas Sociedades Internacionais. O texto diz que iriam levar Manoel Conceição dos Santos para a Guanabara, atual estado do Rio de Janeiro, para dar prosseguimento aos interrogatórios e que planejavam utilizar o trabalho da imprensa, na cobertura do caso, para “desmascarar as sociedades internacionais que estavam caluniando o governo brasileiro”. O texto ainda diz que:

Caso seja possível a adesão do alvo, programar para o futuro, uma entrevista dele a uma emissora de TV, à revista “O Cruzeiro” e a alguns jornais do Rio, São Paulo e do Nordeste. Em Recife, seriam iniciadas as atividades psicológicas sobre o mesmo, a fim de levantar a possibilidade do alvo para um futuro programa⁴³⁹.

Que atividades psicológicas seriam essas? Tortura? Qual o objetivo de planejar uma entrevista do nominado para apresentação futura, sob a orientação da S/103, (um oficial da S/103, é citado várias vezes no texto) uma assessoria de um produtor da TV Globo? O prontuário de Manoel Conceição dos Santos diz que ele fazia parte do Movimento Camponês e trazia uma lista de perguntas, separadas por assuntos, que deveriam ser feitas durante o interrogatório. É um prontuário extenso, de cento e uma páginas, que traz vários manifestos em favor da vida dele, enviados por organismos internacionais, inclusive, em outros idiomas, além de documentos produzidos pela polícia e fotos do militante. Essa correspondência foi enviada ao General Humberto de Souza Melo, do II Exército de São Paulo, em julho de 1972.

Um agente do estado foi designado para conversar e tentar colher informações com Manoel Conceição dos Santos, chamado nos documentos de “Bufalo”.

“Os contatos feitos com o “BUFALO” apresentaram bons resultados. O oficial, para conquistar sua confiança e amizade, inicialmente, procurou se informar do tratamento que estava recebendo, tendo conforme estava acertado com a 2ª/IV Ex. pedido, na presença do preso, que fosse feita uma limpeza em sua cela e que lhe fosse proporcionado um banho de Sol diário, no mínimo, de duas horas. As palestras com o mesmo foram informais, sem qualquer sentido de interrogatório, o que permitiu um diálogo muito proveitoso”. Os assuntos levantados pelo oficial para a 1ª parte da palestra foram os seguintes: atividades que desenvolvia no VALE DO PINDARÉ, MARANHÃO; organizações subversivas engajadas; os cursos de guerrilha que realizou no exterior; seus compromissos com o comunismo; suas ligações com sociedades ou órgãos de outros países no curso das atividades que realizava⁴⁴⁰.

Pessoas ligadas a Manoel Conceição dos Santos começaram a ser investigadas. As notas que seriam dadas a imprensa sobre o caso eram previamente discutidas e enviadas aos superiores, o que demonstra a importância com a qual o caso foi tratado.

A Rádio Tirana, da Albânia, noticiou às 21 horas, em 03 de agosto de 1972, que Manoel Conceição havia sido assassinado, por opor séria resistência contra o governo. A Rádio República da Albânia, às 20:15, em 09 de agosto de 1972 “o líder camponês MANOEL CONCEIÇÃO foi barbaramente assassinado por elemento da repressão brasileira, quando ele desenvolvia seus trabalhos em favor dos camponeses na região do MARANHÃO, especialmente no Vale do Pindaré...” (teceu vários elogios ao subversivo, concluindo) ... “MANOEL CONCEIÇÃO deverá ser considerado um exemplo de líder combatente e corajoso pelos camaradas de todo mundo ... (o programa foi encerrado com uma homenagem póstuma ao subversivo). Em 10 de Agosto de 1972 a Rádio Tirana, da Albânia, noticiou: JOSÉ PORFÍRIO e MANOEL CONCEIÇÃO, líderes da resistência, foram assassinados no MARANHÃO, tudo sob a supervisão dos generais da ditadura⁴⁴¹.

O CIE realizou, de Mar a 30 Set 72, a “OPERAÇÃO BÚFALO” tendo como protagonista o subversivo MANOEL CONCEIÇÃO DOS SANTOS e como objetivo o desmascaramento e a desmoralização pública da “Amnesty International”, cuja atividade de difamação contra o BRASIL no exterior vinha crescendo em ritmo assustador.

A referida operação teve um êxito compensador⁴⁴².

Foram organizados protestos na imprensa internacional e em algumas embaixadas. Pessoas ligadas à Ação Popular Marxista Leninista (APML) do Brasil

⁴⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: PRONTUÁRIO 009508.P.49.

⁴⁴¹ ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: PRONTUÁRIO 009508.P.71.

⁴⁴² ARQUIVO NACIONAL. *Centro de Informações do Exterior*. Identificação: PRONTUÁRIO 009508.P.79.

comunicaram à Anistia Internacional, entidade que se colocou em defesa dos perseguidos por ditaduras. A campanha em defesa de Manoel da Conceição chegou a várias partes do mundo. Formaram-se vários comitês, especificamente dezoito nos Estados Unidos, organizados por Igrejas Evangélicas; da mesma forma, a Igreja Católica mobilizou-se em países da Europa, como Inglaterra, Itália, Suíça, França e Alemanha. De todas essas localidades, enviavam-se cartas ao presidente Médici, clamando pela liberdade de presos como Manoel da Conceição. Em uma dessas centenas de cartas que o governo recebeu, estava um telegrama enviado pelo Papa Paulo VI conclamando pela vida e pela liberdade do camponês maranhense.

Logo após a liberdade, Manoel da Conceição foi para São Paulo fazer um tratamento médico, pois após os espancamentos, bem como outras formas de tortura, marcaram somática e psiquicamente a sua pessoa. O silêncio sobre a situação do militante foi um dos elementos que deu características próprias ao caso. Manuel Conceição dos Santos foi torturado por cerca de três anos e meio, dos quais um ano e dois meses em total incomunicabilidade nos porões da repressão da 10ª Região Militar, localizada no Ceará.

Enquanto presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Pindaré Mirim, no Maranhão, Santos chamou um médico da capital São Luís para atender moradores da região. Enquanto as famílias eram atendidas, o prefeito do município avisou que faria uma visita. “Nós aguardamos, de bom coração. E aí chegou foi a polícia – e, de novo, meteram bala”, relatou em entrevista à revista *Teoria e Debate*, da Fundação Perseu Abramo⁴⁴³. Atingido por dois tiros de fuzil no pé, ficou preso durante oito dias. Por ausência de tratamento médico, seu pé gangrenou e, após muita pressão popular, foi transferido para um hospital em São Luís, o que não evitou que sua perna fosse amputada⁴⁴⁴.

Ao sair do hospital, Santos foi morar na casa de alguns religiosos católicos, sob a responsabilidade do presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na cidade de Osasco. A casa dos padres foi invadida por dois homens desconhecidos. Manoel Conceição dos Santos foi levado direto para o DEOPS e colocado em uma cela onde foi novamente torturado por um período de quarenta e

⁴⁴³PEREIRA, Hamilton; AZEVEDO, Ricardo de. Manoel Conceição. *Teoria e Debate*. Edição 61 – Fev./Mar. De 2005. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2005/03/10/manoel-conceicao/>. Acesso em 30/10/2020.

⁴⁴⁴SANTOS, Raimundo Lima dos. Manoel Conceição Santos: de camponês a líder político. Raimundo Lima dos Santos. *Revista História em Reflexão*: Vol. 4 n. 7 – UFGD - Dourados jan./jun., 2010.

cinco dias ininterruptos. Ao sair do DEOPS, as igrejas católica e presbiteriana, além da Anistia Internacional prepararam todas as condições necessárias para sua partida ao exterior. Santos exilou-se em Genebra, capital da Suíça, em março de 1976⁴⁴⁵.

Vou saindo de meu país, não para fugir da luta e sim, para prosseguir juntos, lutando em outras terras, a fim de evitar a precipitação imediatista aventureira que só serve para atrapalhar a marcha da Revolução Brasileira. Prefiro andar mais devagar numa caminhada mais longa enfrentando os altos e baixos, os fluxos e refluxos, mais que seja um caminho seguro sem perigo de perder para a ultraesquerda aventureira ou a direita aventureira reformista conciliatória dos antagonismos de classes [...] abraços fraternos a todos os amigos. Breve voltarei⁴⁴⁶.

Com a lei da Anistia, em 1979, Manoel Conceição dos Santos retornou ao Brasil e participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 30 de março de 2019 foi assinado um projeto de lei estadual que concedeu pensão especial ao militante oferecida pelo governador do estado do Maranhão Flávio Dino (PCB)⁴⁴⁷.

⁴⁴⁵ Ibidem, p. 10.

⁴⁴⁶ REVISTA VEJA. 8 de março 1976, p. 28.

⁴⁴⁷ PETROVNA, Jéssica. Símbolos da resistência contra Ditadura é homenageado pelo Governo do MA. *Agência PT de notícias*. 29/03/2019. Disponível em: <https://pt.org.br/simbolo-da-resistencia-contra-ditadura-e-homenageado-pelo-governo-do-ma/>. Acesso em: 02/04/2020.

4 O BOLETIM COMO INSTRUMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA

A comunicação social configura-se um campo estratégico para a compreensão da vida contemporânea e nos traz importantes reflexões nas diferentes áreas de pesquisa e do ensino. Que formação específica temos recebido para trabalhar com imprensa enquanto fonte histórica? Além do caráter ideológico do discurso da imprensa, é preciso operar com mediações de análise do contexto macro.

Segundo Darnton⁴⁴⁸ a imprensa é força ativa da vida moderna e da história do capitalismo, atuando diretamente na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica. Não é apenas o registro dos acontecimentos. A imprensa nos fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela intencionalidade histórica que o constituiu, construindo para o seu público leitor, uma representação de mundo e de realidade.

A imprensa, seja ela oficial ou clandestina, trazem artefatos da modernidade que constroem técnicas de impressão, linguagem e gêneros, próprios desse período. Desde o século XIX os jornais e revistas agem como força ativa na constituição dos processos de hegemonia social. Configura-se um espaço privilegiado de articulação de projetos de forças sociais, assim como também é produto da experimentação, da criação social e histórica e das negociações sociais e culturais.

É preciso analisar as relações da imprensa com a sociedade e no que isso repercute. É necessário deslocar esse lugar da imprensa como espaço de neutralidade, acima do bem e do mal, para assim entendermos que os impressos se constituem como força histórica ativa, como se configuram os sujeitos, como atuam e se colocam em relação às forças atuantes, determinando seus aliados ou adversários, apresentando seu projeto editorial, analisando os conteúdos produzidos, os posicionamentos e as articulações sociais.

Os periódicos constroem narrativas históricas como representações da realidade, se posicionam no campo da memória social, articulando-se com o passado, o presente e o futuro. É necessário problematizar essas fontes, analisando

⁴⁴⁸ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

a conjuntura em que foram construídas, dialogando com outros documentos e compreendendo que a imprensa é um lugar de disputa⁴⁴⁹.

A escolha da mídia impressa neste trabalho, independentemente de sua configuração, clandestina ou alternativa, é uma importante fonte de pesquisa para análises políticas trazendo informações valiosas sobre o papel da militância fora do Brasil. Contudo, é preciso entendermos as parcialidades do documento, fazendo uma crítica interna e externa da fonte. Algumas perguntas foram lançadas para tentarmos responde-las: qual o grupo que edita o boletim? Quais as sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas? Quais as intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar determinados atores políticos? Quais são as múltiplas vinculações que a fonte tece com o meio na qual está inserida? Qual é o papel que o meu objeto representa em determinado momento da história brasileira? Essas entre outras perguntas nortearam toda a escrita desse capítulo.

A relação entre a escrita e o silêncio, imposto durante o período da ditadura trouxe a luta e a resistência através dos impressos produzidos apesar do medo e o que resultaria dessa escrita. O *Front* configura-se nesse cenário, onde a censura imperava no Brasil e os impressos produzidos pelos asilados e refugiados ganharam destaque em informar os leitores sobre as arbitrariedades ao denunciar casos de tortura e convocar entidades de proteção de direitos humanos a agirem contra esses atos de violência.

Para isso, analisamos a estrutura do boletim, seu texto, funcionamento, o que se passava em torno dessa estrutura, e o que era excluído. Interpretamos os discursos do boletim, sua evolução histórica, seu lugar social, e como interagiu em seu entorno político social. Fizemos comparações entre fontes, suas relações inter e intra discursivas e as relações que se estabeleceram entre o enunciado e tudo que não foi enunciado.

É necessário também entendermos as posições ideológicas, as condições materiais de produção, os processos de cooperação, as relações entre os interlocutores e as condições de leitura. O campo estratégico formado pelas representações que o boletim dá de si mesmo, de seus aliados e de seus adversários. Qual a expectativa que dirige a seus leitores? Que problemas podemos

⁴⁴⁹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, n.35, p.253-270, dez. 2007.

pontuar a respeito do boletim? Como se articulam os elementos de fala e os elementos de contexto em que se inscreve?

O boletim se articula com o momento histórico fazendo referência a eventos que se passam nesse contexto. Percebemos as seleções feitas, através do estudo dos conteúdos, pela análise dos temas que foram apresentados. Assim, selecionamos os assuntos mais discutidos e mais emblemáticos da história da ditadura, verificamos os posicionamentos dos integrantes do *Front* aos acontecimentos do Brasil, discutimos a repercussão desse impresso e como os depoimentos resgatados pelo boletim serviu de documentação para a ação da Anistia Internacional e do Tribunal Bertrand Russel.

4.1 UMA HISTÓRIA DA TORTURA

A convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu a tortura e outros tratamentos considerados cruéis ou desumanas, em de 10 de dezembro de 1984, no Artigo 1º:

Qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões, de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido, ou seja, suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimento são infligidos por um funcionário público ou outras pessoas no exercício de funções públicas, por sua investigação, ou com seu consentimento ou aquiescência⁴⁵⁰.

Entendendo a tortura como uma grave violação dos direitos humanos, Lynn Hunt trabalha a gênese da ideia e da prática dos direitos humanos, em especial na Europa e na América. Os direitos humanos considerados universais são fruto de uma longa luta nos campos social e político. Ainda assim, as primeiras declarações de direitos coexistiram com a persistência da escravidão e da discriminação ostensiva da mulher. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão encarnou a promessa de direitos humanos universais.

“Os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem” são a fundação de todo e qualquer governo. Todos são iguais perante a lei e a universalidade da declaração. A publicação da declaração galvanizou imediatamente a opinião pública mundial sobre o tema dos direitos, tanto contra como a favor. [...] por quase dois séculos, apesar da controvérsia provocada pela

⁴⁵⁰ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948). *Declaração universal dos direitos humanos*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>. Acesso em: 22/07/2020.

Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão encarnou a promessa de direitos humanos universais. Em 1948, quando as Nações Unidas adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo 1º dizia: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Em 1789, o artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão já havia proclamado: “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”. Embora as modificações na linguagem fossem significativas, o eco entre os dois documentos é inequívoco⁴⁵¹.

Até a segunda metade do século XVIII, crianças, doentes mentais, prisioneiros, estrangeiros, pessoas sem propriedades, escravizados, minorias religiosas e mulheres não tinham plena participação nos processos políticos. Declarações elaboradas por senhores de escravos e aristocratas tratavam dos direitos auto evidentes e inalienáveis de “todos os homens”. Somente em 1948 temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Os direitos humanos requerem três qualidades encadeadas: devem ser naturais (inerentes aos seres humanos), iguais (os mesmos para todos) e universais (aplicáveis por toda parte). Mas como podem os direitos humanos serem universais se não são universalmente reconhecidos e praticados?

Ainda estamos aprendendo a lidar com as implicações das demandas por igualdade e universalidade de direitos. Entretanto, nem o caráter natural, a igualdade e a universalidade são suficientes. Os direitos humanos só se tornaram significativos quando ganharam conteúdo político. Não são esses direitos num estado de natureza que fazem a teoria ser posta em prática; mas quando estão em sociedade e que passam a ser reivindicados no cotidiano, que o fazem adquirir certa materialidade. Foram nas declarações de 1776 e 1789 que a igualdade, a universalidade, e o caráter natural dos direitos ganharam uma expressão política direta pela primeira vez⁴⁵².

Entre 1689 e 1776 os direitos que tinham sido considerados muito frequentemente como pertencentes a determinado povo - os ingleses nascidos livres, por exemplo - foram transformados em direitos humanos naturais universais. Usavam-se os termos direitos naturais e direitos do homem. “Direito Humano” apareceu em francês pela primeira vez em 1763, significando algo semelhante a

⁴⁵¹ HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Tradução Rosaura Eichenberg – 1ª ed. Curitiba: A Página, 2012, p. 15.

⁴⁵² HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Tradução Rosaura Eichenberg – 1ª ed. Curitiba: A Página, 2012, p. 19.

“direito natural⁴⁵³”. O termo “direitos do homem” começou a circular em francês depois de sua aparição em *O Contrato Social* de Jean Jacques Rousseau. E é no século XVIII que as ideias de autonomia e igualdade que os direitos humanos começam a ter certa influência. Segundo Hunt: “Os direitos permanecem sujeitos a discussão porque a nossa percepção de quem tem direitos e do que são esses direitos muda constantemente. A revolução dos direitos humanos é, por definição, continua”⁴⁵⁴.

É na segunda metade do século XVIII que a tortura, como parte do processo judicial e as formas mais extremas de punição corporal começaram a ser vistas como inaceitáveis. Montesquieu em *O Espírito das Leis* (1748) falou sobre a tortura legalmente autorizada para obter confissões de culpa ou de nomes de cúmplices. Na década de 1780, a abolição da tortura e das formas bárbaras de punição corporal tinham se tornado artigos essenciais na nova doutrina dos direitos humanos.

As mudanças nas reações aos corpos e a individualidade contribuíram para essa mudança de mentalidade. Os romances e os jornais passaram a desenhar um cenário de indivíduos autônomos e empáticos com valores universais maiores. Hunt defende que os novos tipos de leitura (e de visão e audição) criaram novas experiências individuais (empatia), que por sua vez tornaram possíveis novos conceitos sociais e políticos (os direitos humanos)⁴⁵⁵. Por isso, o surgimento dos direitos humanos enquanto conceito está ligado diretamente ao modo como as mentes individuais compreendem, e remodelam as mudanças que acontecem nos contextos sociais e culturais. As experiências e interações criaram um novo contexto social. Para que os direitos humanos se tornassem evidentes, as pessoas comuns precisaram ter novas compreensões que nasceram de novos tipos de sentimentos⁴⁵⁶.

A empatia causada pela literatura na Europa do século XVIII através dos romances epistolares ensinavam a seus leitores nada menos que uma nova psicologia e nesse processo estabeleciam os fundamentos para uma nova ordem política e social. Segundo Hunt, a leitura dos romances criou um senso de igualdade e empatia por meio do envolvimento com a narrativa.

⁴⁵³ Ibidem, p. 21.

⁴⁵⁴ Ibidem, p. 27.

⁴⁵⁵ HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Tradução Rosaura Eichenberg – 1ª ed. Curitiba: A Página, 2012, p. 32.

⁴⁵⁶ Ibidem, p. 33.

Seria coincidência que os três maiores romances de identificação psicológica do século XVIII – Pamela (1740) e Clarissa (1747) de Richardson, e Júlia (1761), de Rousseau - tivessem sido todos publicados no período que imediatamente precedeu o surgimento do conceito dos “direitos do homem”⁴⁵⁷.

A questão da igualdade começou a ser discutida como algo universal e inerente ao ser humano. Autores iluministas falavam de liberdade e autonomia individual. Depois de 1789 muitos revolucionários franceses assumiram posições públicas em favor dos direitos dos protestantes, judeus, negros livres e escravos, ao mesmo tempo que se opunham ativamente a conceder direitos às mulheres, que não obtiveram direitos políticos iguais em nenhum lugar do mundo antes do século XX.

Assim como aconteceu com os direitos humanos de modo mais geral, as novas atitudes sobre a tortura como uma punição humana se cristalizaram primeiro na década de 1760, não apenas na França, mas em outros países europeus e nas colônias americanas⁴⁵⁸. A tortura judicial começou a ser abolida primeiro na Prússia - 1754, depois Suécia - 1772, Áustria e Boêmia - 1776. Em 1780, A monarquia francesa eliminou o uso da tortura para extrair confissões de culpa antes da condenação, e em 1788 aboliu provisoriamente o uso da tortura pouco antes da execução para obter os nomes de cúmplices.

[...] em 1789 o governo revolucionário francês renunciou a todas as formas de tortura judicial, em 1792 introduziu a guilhotina, que tinha a intenção de tornar a execução da pena de morte uniforme e tão indolor quanto possível. No final do século XVIII, a opinião pública parecia exigir o fim da tortura judicial e de muitas indignidades infligidas aos corpos dos condenados [...]. A tortura judicialmente supervisionada para extrair confissões tinha sido introduzida ou reintroduzida na maioria dos países europeus no século XIII, como consequência do reflorescimento da lei romana e do exemplo da inquisição católica. [...] Foi somente em 1790 que o parlamento britânico proibiu queimar as mulheres nas fogueiras. [...] Não surpreende que a punição nas colônias tenha seguido os padrões estabelecidos no centro imperial⁴⁵⁹.

Quando os escritores e os reformadores legais do Iluminismo começaram a questionar a tortura e a punição cruel, ocorreu uma mudança quase completa de atitude ao longo de algumas décadas. Mas não foi só a empatia despertada pela literatura a causa das mudanças de mentalidade. O novo interesse pelo corpo

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 39.

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 75.

⁴⁵⁹ HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Tradução Rosaura Eichenberg – 1ª ed. Curitiba: A Página, 2012, p. 76.

humano, a questão da individualidade e da inviolabilidade dos corpos também foram importantes nesse processo. Essa mudança passou a ser expressa nas artes, com a proliferação de retratos individuais estimulando a visão de que cada pessoa era um indivíduo, isso é, singular, separado, distinto e original e assim é que deveria ser representado.

Nessa perspectiva, pensamos no quanto a dor brutaliza o indivíduo e por identificação, os espectadores. A conversão das elites às novas visões da dor e da punição ocorreram em dois estágios, entre o início da década de 1760 e o final da década de 1780. A pressuposição de que a tortura podia incitar o corpo a falar a verdade, mesmo quando a mente individual resistisse, foi refutada por médicos e cientistas a partir de 1750⁴⁶⁰. Campanhas pela abolição da tortura e pela moderação do castigo ganharam destaque em várias publicações nesse período, inclusive em petições judiciais.

Assim, o castigo público solapava os sentimentos sociais, tornando os espectadores cada vez mais insensíveis; os espectadores perdiam os seus sentimentos de “amor universal” e a sensação de que os criminosos tinham corpos e almas semelhantes aos seus⁴⁶¹.

As Declarações de Direitos de 1776 e 1789 abriram panoramas políticos inteiramente novos, difundindo campanhas contra a tortura, o castigo cruel e todo um conjunto de outras causas de direitos humanos. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão determinava que a lei deveria ser a mesma para todos. Não deveria permitir a prisão arbitrária ou castigos além daqueles “estrita e obviamente necessários”, e o acusado deveria ser considerado inocente até ser julgado culpado. Começou aí uma nova concepção, como a de reabilitação e o reingresso do criminoso na sociedade. A punição, deveria ter simultaneamente, efeitos de dissuasão e readaptação. Isso influenciou nas lutas por direitos políticos e liberdade religiosa. As mulheres, enquanto potencial categoria praticamente isenta de direitos em todas as esferas sociais, não aparecem nas discussões das Assembleias Nacionais entre 1789 e 1791. Entre 1791 e 1793, as mulheres estabeleceram clubes políticos em ao menos cinquenta cidades provincianas e de maior porte, como em Paris. Os direitos das mulheres começaram a ser debatidos nos clubes, em jornais e em panfletos. A noção de vários tipos de direitos garantidos pela Constituição - os

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 101.

⁴⁶¹ Ibidem, p. 109.

direitos políticos dos trabalhadores, das minorias religiosas e das mulheres, por exemplo - continuou a ganhar terreno nos séculos XIX e XX, mas os debates sobre direitos naturais universalmente aplicáveis diminuíram.

A Declaração Universal não reafirmava simplesmente as noções de direitos individuais do século XVIII, tais como a igualdade perante a lei, a liberdade de expressão, a liberdade de religião, o direito de participar do governo, a proteção da propriedade privada e a rejeição da tortura e da punição cruel. Ela também proibia expressamente a escravidão e providenciava o sufrágio universal e igual por votação secreta. Além disso, requeria a liberdade de ir e vir, o direito a uma nacionalidade, o direito de cassar e, com mais controvérsia, o direito à segurança social; o direito de trabalhar, com pagamento igual para trabalho igual, tendo por base um salário de subsistência; o direito ao descanso e ao lazer; e o direito à educação, que devia ser grátis nos níveis elementares. Numa época de endurecimento das linhas de conflito da Guerra Fria, a Declaração Universal expressava um conjunto de aspirações em vez de uma realidade prontamente alcançável. Delineava um conjunto de obrigações morais para a comunidade mundial, mas não tinha nenhum mecanismo de imposição. Se tivesse incluído um mecanismo para impor as obrigações morais, nunca teria sido aprovada. Entretanto, apesar de todas as suas deficiências, o documento teria efeitos não de todo diferentes daqueles causados pelos seus predecessores do século XVIII. Por mais de cinquenta anos ele tem estabelecido o padrão para a discussão e ação internacionais sobre os direitos humanos⁴⁶².

Na metade do século XVIII começaram os protestos contra os suplícios e surgiram os grandes reformadores como Beccaria, Servan, Dupaty, Target, etc., além da necessidade de estabelecerem uma nova economia do poder, onde as punições gerassem mais efeitos e menos custos econômicos e políticos. Nesse cenário de crescimento da burguesia e dos crimes contra os bens, roubos e furtos principalmente, ligados à essa nova economia do poder deveria surgir um novo sistema penal que funcionasse como um instrumento para gerir diferencialmente as ilegalidades, ao invés de buscar suprimi-las. O poder gerou relatórios e estes iriam orientar os caminhos de execução, portanto, era um sistema que se auto alimentava.

Por outro lado, também podemos observar que a Justiça perdeu, junto com as suas garantias, a sua independência, torna-se um órgão do executivo expedindo não sentenças, mas “decretos regulamentares”, prestando-se apenas a gerir a nova ilegalidade. Ora a normatização do que era ilegal, do que era subversivo, não passava de mais uma forma de controle, posto que o antes era ilícito, permitido, passa, por imposição legal à sociedade, à ilegal, a proibido, podendo ser reprimido e controlado. Todo o subversivo pode agora ser vigiado, pois o poder nomeou-o como a face espúria da

⁴⁶² HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Tradução Rosaura Eichenberg – 1ª ed. Curitiba: A Página, 2012, p. 206.

moeda do poder e, como este e sua ideologia devem ser unívocos, todo dissenso é negativo⁴⁶³.

A partir do século XIX nenhum manual de Teologia Moral recolocou a questão da tortura, pois já no século XVII fora considerada prática “moralmente censurável”. No século XVIII, erigia em crime. No século XX após a Primeira Guerra Mundial a tortura ressurgiu como método de interrogatório policial e militar em dezenas de países, embora excluída da legislação. Na Segunda Guerra foi usualmente aplicada aos prisioneiros de guerra nos campos de concentração nazista, por exemplo. Os países membros da Organização das Nações Unidas ONU, assinaram em 1948, ainda sob a forte influência dos acontecimentos recentes, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde a tortura foi terminantemente condenada⁴⁶⁴.

Nas décadas depois de 1948, formou-se um consenso internacional sobre a importância de defender os direitos humanos. Organizações Não Governamentais ganharam influência internacional a partir da década de 1980 em grande parte por causa da difusão da própria globalização. A Anistia Internacional foi fundada em 1961. O fluxo constante de conferências e convenções internacionais contra o genocídio, a escravidão, o uso da tortura, o racismo e em favor da proteção das mulheres, crianças e minorias, mostrou o avanço na discussão sobre os direitos humanos. No entanto, a convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes em 1984 mostrou que na prática, muitas “violências” permaneciam sendo praticadas.

4.2 A TORTURA NA DITADURA E SUA REPERCUSSÃO NO *FRONT*

O direito brasileiro, através da Lei nº 9.455/1977, no artigo 1º, dispõe sobre o crime de tortura o seguinte:

- 4.2.1** - Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental;
- a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;
 - b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;
 - c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

⁴⁶³ OLIVEIRA, David Barbosa de. *Por que a tortura "corporifica" o vigiar e o punir?* Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016, p. 31.

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 39.

4.2.2 - Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo⁴⁶⁵.

Após o golpe e a instauração da ditadura, o estado brasileiro estruturou todo um aparato repressivo com o objetivo de conter qualquer tipo de oposição e resistência. A tortura passou a ser utilizada de forma sistemática, para obter informações, confissões ou por mero sadismo.

Foram raros os casos de presos políticos que não sofreram tortura física, psicológica ou emocional. Dentro dessas práticas de repressão podemos apontar as prisões arbitrárias sem flagrante, sem culpa formada e sem ordem judicial; o incentivo para que a sociedade vivesse num ambiente de terror estimulando as pessoas a participarem de uma rede de vigilância e de denúncia, como ato de civismo e de patriotismo; a produção de provas para o indiciamento de outros indivíduos; o estímulo à delação e às confissões através do uso da violência extrema nos interrogatórios; a produção de álbuns de fotografias para o reconhecimento de militantes; as escutas telefônicas; as operações de monitoramento; a violência sexual como prática de tortura e a instituição de locais específicos, como as Delegacias de Ordem Política Social, ligadas à Secretaria de Segurança Pública dos Estados e os chamados DOI-CODI dentro de quartéis pertencentes ao Exército.

Quando não deixou marcas irreparáveis, a tortura provocou a morte de centenas de pessoas. Em Pernambuco, camponeses e militantes políticos, particularmente da zona rural do estado, sofreram diretamente as arbitrariedades da ditadura. Chacinas ocorreram no campo e a maioria dos crimes permaneciam impunes sem nenhum desdobramento policial ou judicial.

A repressão no campo

Desde o começo de novembro, a repressão contra os camponeses do Norte e do Nordeste aumentou consideravelmente. Em Pernambuco, na pequena cidade de Quipapá, o proprietário Eptacio Vieira e seus capangas, sequestraram os camponeses Geraldo Severino e João Vitor. Obrigaram João, sob a mira de uma arma, a cavar uma cova onde Geraldo foi enterrado vivo. João fugiu e denunciou o crime. Ele foi imediatamente preso pelo sargento Taurino da Silva, da polícia local, acusado de “subversão”.

Os incêndios nas plantações de cana na Zona da Mata de Pernambuco – uma faixa de terra extremamente úmida ocupada pela monocultura da cana – serviu de pretexto para que o exército atacasse os camponeses. Mais de oitenta foram presos em poucos dias. Amaro Luis de Carvalho, chamado por “Capivara”, acusado de ser o líder de seus

⁴⁶⁵ BRASIL. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. Presidência da República. Casa Civil. Define os crimes de tortura e dá outras providências.

companheiros, foi torturado no Recife em 17 de novembro. Em algumas fábricas de açúcar dessa mesma região, uma greve foi reprimida violentamente pelo representante do Ministério do Trabalho, Sr. Romildo Leite, que declarou “insuflada por elementos subversivos que só pretendem perturbar a ordem”⁴⁶⁶.

Se João Vitor não tivesse escapado, não saberíamos como se deu a morte de Geraldo Severino e ele entraria na estatística de desaparecidos. Já no segundo caso exposto foi apresentado um suposto incêndio forjado pelas autoridades para prender e torturar camponeses da Zona da Mata de Pernambuco, em específico temos a descrição de Amaro Luís de Carvalho que foi preso e torturado por ser considerado o líder daqueles trabalhadores.

A economia brasileira deu seus primeiros sinais de recessão no início da década de 1960, com a queda na taxa de crescimento industrial e a aceleração da inflação. A solução para retomar o crescimento mantendo as taxas anteriores de lucros foi silenciar os trabalhadores por meio da repressão, concentrando a renda nas camadas médias e altas do país, e ao mesmo tempo em que se estimulava o consumismo. Foi este o cenário para o milagre econômico dos anos 1970. O terror e o castigo público foram utilizados como instrumentos de dissuasão para manter a integridade da comunidade e a ordem do estado. O caso de Gregório Bezerra arrastado pelas ruas de Recife foi um exemplo da tortura enquanto “espetáculo” na nossa história recente. A dor e o castigo fizeram parte do espectro público que também tinha suas amarras religiosas, representando um castigo pelo “pecado”.

No Brasil as discussões sobre os direitos humanos são muito recentes e foram impulsionadas principalmente após o golpe de 1964. Embora a Constituição Federal de 1988 representasse um avanço na legislação, as violações de direitos seguiram acontecendo. A impunidade foi certamente um dos maiores problemas do nosso país, fragilizando as garantidas constitucionais e aumentando ainda mais os números da violência.

O corpo tem sido tratado, nos últimos séculos, como instrumento da economia do poder, sendo a tortura, uma das principais práticas de controle dos estados de exceção. A tortura atinge diretamente o corpo. É seu alvo, seu objeto de atuação, de manipulação e de domesticação. Castigá-lo até que seus “objetivos” sejam

⁴⁶⁶ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_014_035. Nº 4. Edição de dezembro de 1969. Francês. (Tradução minha).

alcançados, ou tortura-lo até a morte para cumprir o desejo de determinado grupo social, um assassinato político.

O que nos interessa, ao buscar todas as referências que o *Front* faz sobre a tortura, é analisar o discurso produzido e a importância significativa que esse discurso adquiriu no combate e na resistência à ditadura. Como o boletim publicou e lidou com as notícias sobre torturas, assassinatos e “desaparecimentos”? Quantas vezes a tortura aparece nas edições? Por que denunciar a tortura praticada por agentes do estado era uma das “missões” do boletim? Qual a importância de nomear os torturados e os torturadores? O que o corpus documental do boletim traz de novo à nossa historiografia sobre a tortura praticada durante a ditadura? Por que a discussão sobre a tortura é relevante para quem está fora do país? Por que a denúncia dos crimes praticados pela ditadura tornou-se uma “motivação” para que comitês e o próprio boletim fosse criado e a partir dele, uma série de ações fossem desenvolvidas no exílio, como o Tribunal Bertrand Russel e o relatório da Anistia Internacional?

Dentro desses questionamentos, temos as relações em torno das quais são produzidos esses discursos e como em torno dele, circula o poder e os saberes. Segundo Oliveira⁴⁶⁷, durante o período da ditadura, a tortura foi o centro do controle e do poder. O poder produz saber, não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder⁴⁶⁸.

Partindo desse conceito, analisaremos a edição do *Front* de março de 1970, na qual vemos a seguinte matéria:

Cursos de Tortura

Em 8 de outubro de 1969, no quartel da Polícia Militar, na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, cerca de 100 militares, a maioria sargentos das três forças armadas do país, participaram de um curso prático de tortura. A aula, iniciada por volta das 4 horas da tarde, era ministrada pelo tenente Haylton, auxiliado pelos sargentos Andrade, Oliveira, Rosoni, Rangel, os cabos Mendonça e Povorelli e o soldado Marcolino. A apresentação consistia em projeções de “slides” tirados durante as sessões de tortura, aonde falavam das implicações de diferentes métodos e técnicas, conselhos sobre o uso de dispositivos e descrições dos efeitos que cada um pode produzir em um prisioneiro. As demonstrações práticas eram feitas nos prisioneiros Mauricio de Paiva, Angelo Pezzuti, Murilo Pinto, Pedro Paulo Bretas, Afonso Celso Lara, Nilo Sergio, Julio Antonio de Almeida, Irany

⁴⁶⁷ OLIVEIRA, David Barbosa de. *Por que a tortura "corporifica" o vigiar e o punir?* Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016.

⁴⁶⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 24 ed. São Paulo: Edições Graal. 2010, p. 30.

Campos, um ex soldado da polícia militar e um prisioneiro apelidado de “Zezinho”. Mauricio levou choques elétricos, Bretas teve os dedos espremidos por lâminas de aço, Murilo foi forçado a pisar em latas abertas, Zezinho foi pendurado no “pau de arara”, o ex-policia foi espancado com ponteiros e Nilo Sergio forçado a segurar pesos enquanto se equilibrava em uma perna. Esta demonstração prática fazia parte de um curso sobre métodos de interrogatório organizado pelos militares. Também foram realizados cursos semelhantes em São Paulo e Belo Horizonte⁴⁶⁹.

O conhecimento compartilhado pelos agentes da repressão demonstrando suas práticas de tortura e apresentando métodos de retirar informações dos prisioneiros são formas de representação do poder. Esses seminários eram comuns dentro desse período como nos apresentou a historiadora Samanta Vaz Quadrat ao abordar a questão da formação dos agentes de informação e repressão que atuaram em dependências públicas civis e militares durante a ditadura⁴⁷⁰.

A Escola Superior de Guerra (ESG) e a Escola Nacional de Informações (ESNI) ministraram vários cursos aos agentes do estado, principalmente às polícias, sobre técnicas de interrogatório com base na tortura, além de estabelecer um intercâmbio de informações constante com oficiais estrangeiros que vinham oferecer treinamento aqui no Brasil. Houve também o envio de funcionários do Estado para realizarem cursos em outros países. A ditadura não investiu apenas na estruturação de uma “comunidade de informações”, mas também numa institucionalização da tortura enquanto prática de Estado.

As práticas de violência contra os opositores políticos foram alvo de atenção e investimento do aparato repressivo brasileiro. A tese de que a tortura era praticada por “agentes subalternos exaltados” sem a ciência de seus superiores, foi refutada, no sentido de que havia uma preparação dos quadros de funcionários que atuavam, seja no âmbito militar, civil, nos serviços de inteligência e na repressão política. A própria estrutura das forças armadas, como a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), além de inúmeros quartéis e prédios pertencentes ao estado, foram utilizados para que a ideologia de segurança nacional fosse posta em prática⁴⁷¹.

⁴⁶⁹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_014_018. Edição março/1970, p. 3.

⁴⁷⁰ QUADRAT, Samantha Vaz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 19-41: jan./jun. 2012.

⁴⁷¹ Ibidem.

Com o passar dos anos, além do treinamento em cursos e seminários, o estudo científico sobre métodos de tortura passou a influenciar a prática dos agentes de repressão brasileiros dentro dos interrogatórios como identificamos a seguir:

[...] A tortura se torna científica com a observação constante do preso e a realização de pesquisas para avaliar o método mais eficaz. O objetivo da tortura também se transforma. Inicialmente utilizada por um método mais rápido e menos trabalhoso de obter informações e confissões – que se destinam a instruir os processos que se acumulam na justiça militar na qualidade de “provas” – sua finalidade passa a ser a inutilização do preso para qualquer ação revolucionária no futuro diante da criação de vários distúrbios psicológicos no torturado. Aos que o regime considera “irrecuperáveis” ou de “elevada periculosidade”, a morte por meio das mais atrozes torturas não é mais um “acidente de trabalho”, “um erro”, e sim um objetivo. [...] ⁴⁷².

Os métodos de tortura foram sendo desenvolvidos, ampliados e especializados. Antes vista como método menos laborioso e mais eficaz de obter informações ou confissões de um prisioneiro, onde o corpo era o centro de toda a violação e violência das mais diversas formas possíveis, agora o objetivo da tortura era atingir a mente dos inimigos, destruindo suas vontades e desejos. “Se são necessárias penas severas, é porque o exemplo deve ficar profundamente inscrito no coração dos homens [...]”. O suplício não restabeleceria a justiça, mas reatava o poder ⁴⁷³. O castigo, a morte pública e o suplício eram a divulgação simbólica da força do poder real.

O corpo é o objeto mais importante do processo, pois é nele que se encontram as duas faces mais importantes: a extração da verdade e a punição. O suplício é antes de tudo uma microfísica do poder sobre o corpo. É sobre o corpo do condenado que recai todo o poder do Estado ⁴⁷⁴.

Na Doutrina de Segurança Nacional a tortura foi parte integrante do sistema repressivo montado pelo Estado a fim de sufocar os direitos e as liberdades de seus opositores. Foi parte da estratégia de manutenção do poder. As investigações policiais e militares passaram a adotá-la como método de apuração de fatos considerados crimes contra a segurança nacional. Os Conselhos de Justiça Militar, na maioria das vezes, evitavam que as denúncias de tortura fossem descritas nos

⁴⁷² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_114_001. Edição de Abril 1973/Espanhol.

⁴⁷³ FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 43.

⁴⁷⁴ OLIVEIRA, David Barbosa de. Por que a tortura “corporifica” o vigiar e o punir? Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016, p. 13.

autos das ações penais. Muitas vítimas, por coação ou ameaça, optaram por silenciarem as violências sofridas pelo Estado perante a Justiça brasileira.

Segundo o psicanalista Hélio Pellegrino,

Na tortura, o corpo volta-se contra nós, exigindo que falemos. Da mais íntima espessura de nossa própria carne, se levanta uma vós que nos nega, na medida em que pretende arrancar de nós um discurso do qual temos horror, já que é a negação de nossa liberdade. [...] Nesta medida, o discurso que ela busca, através da intimidação e da violência, é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto⁴⁷⁵.

As marcas da tortura, visíveis ou não, transparecem nos corpos violentados. Todo aquele que pudesse contribuir com informações sobre os movimentos sociais ou indivíduos considerados subversivos era suspeito e, assim, poderia ser punido com a tortura. Os informantes e as informações circulavam em vias rápidas e seus efeitos eram rapidamente postos em prática. O controle era uma obsessão que dependia diretamente da informação que busca antever as ações dos grupos de oposição. Uma violência que gerou documentos e “autorizou” a ordenança de mais atos violentos.

A tortura gera um objeto que irradia poder: o torturado. O Estado não precisa torturar toda a sociedade para se adquirir a ordem, a segurança, mas apenas uma pessoa e, ao término desse ato, esperar que esta volte a sociedade multiplicando os estigmas que leva no corpo. O corpo, objeto disciplinar da tortura, cumpre sua função principal: irradia o vivido, transcende o corpo, pois o torturado carrega em seu corpo as marcas do poder, fazendo-o nascer no resto da sociedade o medo de ter a sua sorte, destarte multiplica a sua tortura por quantos venham a saber dela. É neste momento, que o medo disciplina a alma e codifica a personalidade e todos os seus atos aparentes. A partir de então, intensificar-se-à dentro do indivíduo uma luta: seu corpo represando o seu íntimo, desejoso de prazer e paz, petrificando pelo medo sua já gélida alma⁴⁷⁶.

Vigiando os passos da resistência e ao mesmo tempo modificando os mecanismos de ação, a prática da tortura domesticou uma população para manter a ordem e perpetuar o poder. Literalmente foi um saber que reforçou o poder, e, por assim dizer, conservou o poder. A microfísica do poder-saber foi se alimentando dia-a-dia do conhecimento gerado nos corredores, nas salas, nos documentos, nos relatórios, nos depoimentos, nos quartéis, nas delegacias, nos porões, nos interrogatórios da tortura. Foi o poder que nasceu de um contínuo respirar dos

⁴⁷⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 281-282.

⁴⁷⁶ OLIVEIRA, David Barbosa de. Por que a tortura "corporifica" o vigiar e o punir? Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016, p. 46.

bureaus⁴⁷⁷. O poder se exerceu pelo controle disciplinar através da intensa rede de vigilância e que consequentemente buscou disciplinar a sociedade.

A tortura, que foi empregada pela ditadura numa extensão nunca antes vista no Brasil, é um dos esteios que sustentam os regimes autoritários. No totalitarismo, marco extremo do arbítrio a que tais regimes podem chegar, ela emerge de sua condição de atividade subterrânea para converter-se em forma de governo, uma forma de governo monstruosa⁴⁷⁸.

Esse “leviatã” foi alimentado de todas as pessoas que tiveram seus corpos violados para manutenção de um sistema autoritário. A repressão pós-64, acentuadamente a partir de 1968, além dos processos antigos de tortura, contou com o uso de técnicas sofisticadas para fazer suas vítimas sofrerem mais. Sobre a condução dos interrogatórios:

Estes visavam a extrair da vítima o maior número de informações no tempo mais curto possível, a fim de que fossem utilizadas na ação repressiva antes que a estrutura de aparelhos e pontos, montada pelo grupo a que o militante capturado pertencia, se recompusesse, conforme determinavam suas normas de segurança. Isso significa que a tortura tinha uma finalidade específica, que não era meramente punitiva. Em tese, não se supliciava o prisioneiro por ele ser comunista, mas por ter informações que os órgãos de repressão queriam⁴⁷⁹.

A questão ideológica ou partidária foi uma construção narrativa utilizada para justificar a perseguição e as prisões ocorridas durante a ditadura. Nos interrogatórios, práticas de tortura eram apoiadas como método eficaz de obter informações necessárias para manter a segurança do Estado.

No exercício do poder, esses governos eliminaram fisicamente seus reais ou supostos adversários, neutralizaram a chamada classe política, impuseram severas restrições às organizações sindicais e às associações da sociedade civil e organizaram um regime de silêncio em torno das vozes e dos protestos que os incomodavam⁴⁸⁰.

Por isso a importância do trabalho do historiador em trazer esses relatos, evidenciando o papel da tortura como instrumento repressivo durante a ditadura. Contudo, existem controvérsias sobre o papel da tortura e dos assassinatos por parte da historiografia que relata a não ocorrência dessas ações após o golpe e que

⁴⁷⁷ Ibidem, p. 47.

⁴⁷⁸ GOUVEIA, Oserias. *Os (des)caminhos da utopia: glória e derrocada do comunismo na memória política de militantes dos anos sessenta*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003, p. 254.

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 257.

⁴⁸⁰ COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HÉLDER CÂMARA. *Relatório final*. Volume 1. Recife, 2017, p. 25.

essas ações arbitrárias foram, inclusive, uma resposta à radicalização da esquerda, todavia entendemos que essa visão não condiz com a veracidade dos fatos e da documentação. O clima de terror e violência pôde ser sentido, horas após o golpe.

Em Pernambuco, em 1º de Abril de 1964, ao mesmo tempo em que se depunha governador eleito Miguel Arraes, dois jovens estudantes, Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan de Rocha Aguiar eram assassinados durante manifestação popular de protesto pelas forças do exército. Dias depois, o líder comunista Gregório Bezerra foi exibido pelas ruas da cidade, sem camisa e com uma corda no pescoço preso por alguns soldados sob o comando do coronel do Exército Darcy Ursmar Villocq Vianna. Logo surgiram notícias – de que se torturava em alguns quartéis com a participação de oficiais das Forças Armadas. Durante todo esse tempo, perseguiram-se, prendiam-se aqueles identificados como suspeitos ao novo regime; e sobretudo, vigorava a mais dura repressão sobre os sindicatos rurais na zona da mata, que tiveram as suas modestas sedes destruídas e muitos de seus dirigentes e militantes presos, espancados ou mesmo assassinados, por vezes com a cumplicidade de proprietários de terra e seus algozes⁴⁸¹.

A perseguição e repressão aos opositores se deu desde o início do Golpe. O assassinato de dois jovens durante uma manifestação popular demonstrou que eles estavam preparados para assumir o controle do país mesmo que fosse através da violência aos opositores. A cena de Gregório Bezerra sendo arrastado pelas ruas do Recife reforçou a arbitrariedade desse ato cometido em um espaço público, para demonstrar à população que qualquer opositor poderia estar naquela posição. Como também as perseguições aos sindicatos rurais, com apoio dos proprietários de terra, que não aceitavam que os trabalhadores do campo pudessem ter direitos trabalhistas e por isso, suas sedes foram destruídas e seus membros foram mortos, presos e torturados.

Torturas a prisioneiros no Rio e em Belo Horizonte

A prisão de Murilo Pinto da Silva, Maurício Vieira da Paiva, Afonso Celso Lara Leite, Jorge Raimundo Nahas, Maria José de Carvalho Nahas, Nilo Sergio Menezes Macedo e Julio Antonio Betancourt de Almeida, ocorreu as 4 horas da manhã de 29 de Janeiro de 1969, na Rua Itacarambu, bairro de São Geraldo, Belo Horizonte, Brasil. Houve troca de tiros e Maurício foi atingido por duas balas.

Todos os prisioneiros foram colocados contra uma parede atrás da casa para serem fuzilados. O tiroteio não aconteceu por causa do delegado, Luiz Soares da Rocha, que temeu as consequências desse ato. Frustrados com a intenção de nos exterminar, os policiais começaram a lutar contra nós com os pentes de suas submetralhadoras. Fomos todos espancados e alguns sofreram cortes profundos na cabeça. Os ferimentos de Mauricio eram tão graves que, ao chegar ao posto de emergência, foi algemado e amarrado ao pescoço, o que permitiu que a polícia tentasse o estrangular. Fomos levados para a Delegacia de Vigilância Social empilhados no porta-malas de

⁴⁸¹ Ibidem, p. 26.

uma camionete jeepe. Ao chegar, fomos mais uma vez espancados. Mauricio não resistia e caía de vez em quando quando um policial o chutava. Por volta das 8h da manhã, tomaram a decisão de levá-lo ao hospital, “porque ele não vai decidir morrer”, disse o comissário Thacir Menezes Sia⁴⁸².

Muitos casos de tortura que aconteceram no Brasil foram denunciados fora do país, como o evento “Solidariedade com a luta do povo brasileiro” onde estiveram presentes personalidades acadêmicas e políticas como, Jean Paul Sartre, Michel de Certeau e Miguel Arraes. O objetivo era denunciar a prática da tortura contra presos políticos no Brasil. Cerca de 3.500 pessoas estiveram presentes no evento, que foi amplamente divulgado pela imprensa francesa.

Quando essas informações começaram a circular pelo mundo, várias personalidades e instituições de diversos países declararam sua solidariedade para com o povo brasileiro, e o Vaticano recebeu muitos pedidos para que se posicionasse publicamente contra a ação das forças repressivas no Brasil. Assim, o Papa Paulo VI, ao proferir sua mensagem de páscoa de 1970, condenou nações católicas que lançassem mão da tortura, o que foi entendido como uma referência ao Brasil, cuja imagem estava bastante marcada por esse crime contra os direitos humanos⁴⁸³.

Os casos de tortura que foram divulgados geraram uma repercussão negativa e prejudicou a imagem do Brasil no exterior. À medida que as denúncias iam aumentando, as autoridades brasileiras preocupavam-se ainda mais com a situação, pois poderia afetar as relações internacionais com outros países.

A tortura foi justificada como recurso utilizado na “guerra revolucionária” que visou combater o “perigo comunista” ao mesmo tempo em que foi oficialmente negada pelas autoridades. As denúncias feitas no exterior tinham como objetivo que o país sofresse sanções internacionais, pois na imprensa nacional e nos documentos oficiais, as acusações de tortura eram tratadas como uma “campanha difamatória contra o Brasil”, além disso, apontavam os impressos clandestinos como responsáveis por “manchar” a imagem do país. O *Front* foi incluído nessa categoria pelos documentos oficiais do Estado.

As denúncias começaram a provocar reações pelo mundo:

Em meados de julho de 1970, por exemplo, a Federação Luterana Mundial – cuja sede encontra-se na Suíça, mas que possui grande representatividade na França – cancelou sua quinta assembleia geral, que estava marcada para ocorrer no final do mês, em Porto Alegre. O evento

⁴⁸² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_014_007. Nº 8. Edição de março de 1970 em francês. (tradução minha).

⁴⁸³ GOMES, Paulo César. *Liberdade vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 303.

contava com o apoio da Igreja Católica e teria sua sessão inaugural aberta pelo presidente Médici. No entanto, a poucos dias do início do encontro, o secretário-geral da entidade declarou que o Brasil não apresentava as condições necessárias de recebê-lo. A anulação foi considerada uma ofensa grave pelo governo brasileiro, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil pediu a seus membros que se desligassem da entidade mundial⁴⁸⁴.

A participação de membros da Igreja foi fundamental para as denúncias e repúdios contra as práticas de tortura no Brasil. O governo negou a tortura e a existência de presos políticos a quem os chamavam de “terroristas”. Muitos casos de repressão a membros da Juventude Operária Católica repercutiram internacionalmente, através do relato de Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, que denunciou em jornais internacionais os crimes cometidos pelo como o *Le Figaro*.

Segundo informe do Ciex, entre 25 de fevereiro e 4 de março de 1970, os advogados Louis Pettiti e Jean-Louis Weil, ambos membros da Corte de Apelação francesa, foram enviados ao Brasil pela Federação Internacional dos Direitos Humanos, pelo Secretariado Internacional dos Jornalistas Católicos pela Associação Internacional de Juristas Democratas e pela Amnesty International para avaliar as condições de encarceramento dos presos políticos brasileiros. Após essa visita, os advogados teriam produzido um relatório, no entanto, não foi possível encontrar o documento nos arquivos consultados⁴⁸⁵.

A Anistia Internacional esteve sob intensa investigação do Centro de Informações do Exterior, que produziu dezenas de informes sobre a organização. O relatório que a organização produziu e divulgou em 1972 repercutiu internacionalmente.

Como resultado dessas investigações, a AI publicou, em setembro de 1972, o Relatório sobre as Acusações de Tortura no Brasil.¹⁶ O trabalho de denúncia dos crimes de tortura no Brasil se inscreve em um projeto mais amplo de alcance mundial da Anistia Internacional que ficou conhecido como Campanha Contra a Tortura (Campaign Against Torture),¹⁷ que foi lançada em dezembro de 1972. Por meio de eventos, palestras e conferências, a organização buscou sensibilizar setores da sociedade civil, a Organização das Nações Unidas (ONU) e governantes sobre o problema da tortura no mundo. Como parte da mobilização da Anistia Internacional contra a tortura, a organização se dedicou à produção de relatórios específicos e gerais sobre as denúncias de tortura em diversos países⁴⁸⁶.

⁴⁸⁴GOMES, Paulo César. *Liberdade vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 308.

⁴⁸⁵ CIEX. *Relatório sobre torturas no Brasil*. Louis E. Pettiti e Jean-Louis Weil: CIEX, informe n. 255. AN, Secreto. 28/07/1970, p. 525.

⁴⁸⁶ MEIRELLES, Renata. *Contra a Tortura: a Anistia Internacional durante a Ditadura Militar no Brasil. XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. 2015, p. 7.

Infelizmente não tivemos acesso a esse relatório produzido pela Anistia Internacional. Segundo Meirelles, o texto encontra-se no Arquivo do Estado de São Paulo, no acervo do DEOPS-SP e por não estar digitalizado, não houve condições de irmos a São Paulo fazer a consulta pessoalmente, devido à pandemia pela qual o mundo está atravessando. Todavia, este trabalho que analisou quarenta e duas edições do boletim *Frente Brasileira de Informações*, percebeu que em apenas dois exemplares, escritos em língua portuguesa, as edições de maio e junho de 1973, o boletim trouxe conteúdos dedicados a analisar a situação da região nordestina e depois a situação econômica do país, respectivamente. Em todas as outras edições o boletim dedicou-se a denunciar a tortura cometida pelos agentes do estado contra os opositores da ditadura. De modo geral, o *Front* trouxe depoimentos e relatos de prisioneiros e de sobreviventes, onde detalhavam os métodos de tortura utilizados nas sessões de interrogatório. O boletim descreveu as torturas que ocorriam nas prisões, penitenciárias e quartéis nas principais capitais do país. Como analisaremos a seguir:

Torturas a prisioneiros no Rio e em Belo Horizonte

A prisão de Murilo Pinto da Silva, Maurício Vieira da Paiva, Afonso Celso Lara Leite, Jorge Raimundo Nahas, Maria José de Carvalho Nahas, Nilo Sergio Menezes Macedo e Julio Antonio Betancourt de Almeida, ocorreu as 4 horas da manhã de 29 de janeiro de 1969, na Rua Itacarambu, bairro de São Geraldo, Belo Horizonte, Brasil. Houve troca de tiros e Maurício foi atingido por duas balas.

Todos os prisioneiros foram colocados contra uma parede atrás da casa para serem fuzilados. O tiroteio não aconteceu por causa do delegado, Luiz Soares da Rocha, que temeu as consequências desse ato. Frustrados com a intenção de nos exterminar, os policiais começaram a lutar contra nós com os pentes de suas submetralhadoras. Fomos todos espancados e alguns sofreram cortes profundos na cabeça. Os ferimentos de Mauricio eram tão graves que, ao chegar ao posto de emergência, foi algemado e amarrado ao pescoço, o que permitiu que a polícia tentasse o estrangular. Fomos levados para a Delegacia de Vigilância Social empilhados no porta-malas de uma camionete jeepe. Ao chegar, fomos mais uma vez espancados. Mauricio não resistia e caía de vez em quando quando um policial o chutava. Por volta das 8h da manhã, tomaram a decisão de levá-lo ao hospital, “porque ele não vai decidir morrer”, disse o comissário Thacir Menezes Sia⁴⁸⁷.

Durante os quatro anos de existência, o boletim buscou denunciar os casos de torturas, assassinatos, desaparecimentos e prisões arbitrárias que ocorriam no Brasil. Foram enviadas cartas ao Papa e às autoridades governamentais de diversos

⁴⁸⁷ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_014_007. Edição Março/1970. Nº8. Francês. (tradução minha).

países e cartas às comissões e órgãos que tratavam da defesa dos direitos humanos internacionais. Como podemos ver a seguir:

Carta ao Papa

A edição passada do *Front* nº 16 já havia publicado uma carta da Senhora Sattamini para o presidente Médici concernente às torturas sofridas por seu filho Marcos Arruda. Esse texto foi enviado ao Papa por intermédio do Sr. Colonnese, diretor do “Bureau Latino Americano” da conferência episcopal das igrejas dos Estados Unidos, acompanhado da carta que segue:

Vossa Santidade,

Este é um apelo urgente que nos foi transmitido pela Sra. Lina Pena Sattamini, pedindo ajuda para ela e sua família que atravessa um difícil período e desespero e transmitimos a Vossa Santidade a sua carta e o relatório que falam por si. Não compartilho da opinião de quem tem criticado Vossa Santidade por não ter cumprido o papel de pastor diante do desenvolvimento da tragédia humana pelas perseguições e torturas no Brasil.

Há cerca de dois anos Vossa Santidade concedeu-me uma audiência. Naquela época trouxe esse assunto ao conhecimento de Vossa Santidade. Posteriormente os documentos foram enviados a Vossa Santidade por intermédio do cardeal Samoré. Logo depois o cardeal secretário de estado tomou conhecimento desses documentos. Desse breve mas memorável encontro com Vossa Santidade. Lembro-me mais particularmente que Vossa Santidade me disse que naquela época, eu tinha que acreditar em Cristo e na Igreja. É por esta razão que transmito a Vossa Santidade esses documentos. [...] A senhora Sattamini é uma dos milhões de católicos que eu tenho procurado ajudar. [...]

Vossa Santidade pode estar certo de eu mesmo, como diretor da agência oficial para os assuntos latino americanos do episcopado norte-americano, procuro cumprir minhas responsabilidades e exercer com toda verdade e fé cristã. No entanto, gostaria de reiterar a resposta que dei a Vossa Santidade por ocasião deste muito breve encontro. Eu tenho fé na igreja e vou lutar para manter a fé na Igreja, porque é na Igreja que encontrei a verdade. [...] Peço a Vossa Santidade, do modo mais sincero, que acolha o pedido desta mãe ansiosa e desamparada e responda ao seu apelo.

L.M. Colonnese⁴⁸⁸.

Em contrapartida, a grande imprensa nacional tratou os militantes contrários a ditadura como terroristas e subversivos, dando inclusive, importante destaque as prisões e aos assassinatos como se esses fatos representassem algo de justo e positivo para a sociedade brasileira. As escritas de clérigos brasileiros e estrangeiros também passaram a ganhar destaque no *Front*. Com a prisão e tortura de religiosos, cresceram os protestos de líderes e membros da Igreja Católica contra a ditadura, pois a violência já não estava mais fora dos “muros da igreja”.

Sacerdotes ameaçam o fechamento de igrejas no Brasil

⁴⁸⁸ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_061_083. Nº 17. Edição de Dezembro de 1970 em francês. (tradução minha).

A tensão entre a Igreja e a ditadura brasileira alcançou seu ponto mais crítico nos últimos dias, quando depois de uma reunião o Conselho de Presbíteros da Arquidiocese de São Paulo – a mais numerosa e importante do país – foi divulgada uma declaração protestando violentamente contra as torturas e arbitrariedades praticadas contra os presos políticos e não políticos e a situação carcerária irregular a que são submetidas essas pessoas no Brasil. Entre outras medidas, ameaçam com o fechamento das Igrejas, inclusive aos domingos, se o governo não pôr fim às torturas físicas e morais aos prisioneiros⁴⁸⁹.

As listas de pessoas desaparecidas e assassinadas, publicadas mensalmente e as listas de nomes de supostos torturadores, juntamente com suas profissões e locais de trabalho, era algo inédito para a imprensa militante naquele momento. No Brasil, o jornal alternativo *Em Tempo*, foi o primeiro a publicar lista com nomes de torturadores. Ele foi criado a partir de dissidências de outro impresso, o jornal *Movimento*. Em janeiro de 1978, o *Em Tempo* foi lançado com a proposta de combater a ditadura denunciando seus crimes e expondo suas contradições internas. O impresso destacou-se por coberturas inéditas, como as primeiras greves que surgiam na região do ABC Paulista. Em julho de 1978, o *Em Tempo* publicou uma lista feita por presos políticos da ditadura com os nomes de 233 torturadores que trabalhavam para o governo. Essa publicação marcou a história da imprensa alternativa no Brasil, embora o *Front* já fizesse isso desde o começo da década de 1970, em seu trabalho no exílio⁴⁹⁰.

TORTURADORES IDENTIFICADOS

Iniciamos nesta edição a publicação de nomes de torturadores já identificados através de informações de próprios presos políticos. Estes são os torturadores:

GOMES CARNEIRO: capitão do Exército; Batalhão de Polícia do Exército – Rio de Janeiro.

ORLANDO ROSANTE: comissário de polícia política, DOPS – São Paulo.

JOÃO ALFREDO POECK: capitão da Marinha, Ilha das Flores – Rio de Janeiro.

HOMERO COELHO: capitão do Exército, OBAN – São Paulo.

BENONI DE ARRUDA ALBERNAZ: capitão, OBAN – São Paulo.

MAURÍCIO LOPES LIMA: capitão do Exército (homossexual), OBAN – São Paulo.

HOMERO CESAR MACHADO: capitão, OBAN – São Paulo.

AMORIM DO VALE: capitão da Marinha, CENIMAR – Rio de Janeiro.

LUIS MARIO CORREIA LIMA: tenente, polícia do Exército – Rio de Janeiro.

ALCIONE PORTELA: coronel, comandante do CODI (Comando de Defesa Interna) – Rio de Janeiro.

⁴⁸⁹INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: FBI_CHI_19721000_36_001. EDIÇÃO: SETEMBRO / OUTUBRO 1972 - EDIÇÃO EM ESPANHOL ANO IV Nº 35/36 Eº 15. (Tradução minha).

⁴⁹⁰ESTANISLAU, Lucas. Em tempo: um jornal para enfrentar a ditadura de modo contundente. *Opera Mundi*. São Paulo, 04/05/2018. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/memoria/49300/em-tempo-um-jornal-para-enfrentar-a-ditadura-de-modo-contundente>. Acesso em: 22/10/2020.

Inspetor BONICKER: CODI – Rio de Janeiro.
 GRALHA: capitão do Exército do 1º Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu – Paraná⁴⁹¹.

Além de ser o primeiro impresso fora do país a trazer as listas com nomes de torturadores em seus exemplares, *Frente Brasileiro de Informações* fez desta causa, uma das suas principais pautas de denúncia. Foram vários textos com esse tipo de conteúdo, até então algo improvável de ser publicado no Brasil devido aos enormes riscos. Denunciados pelos presos políticos, a identificação desses supostos torturadores foi fundamental para que outras pessoas que foram detidas e torturadas por esses mesmos sujeitos, pudessem identificá-los, fazendo com que as denúncias ganhassem ainda mais força e visibilidade.

4.3 A LUTA ARMADA

Como mataram a Carlos Lamarca
 Mais de 600 homens com metralhadoras, fuzis e helicópteros, fizeram parte da operação policial militar que culminou no selvagem assassinato de Carlos Lamarca e seu companheiro Luiz Barreto, (Zequinha) no interior do Brasil. Nas linhas que seguem podemos ter uma visão mais completa do ato de assassinato dos revolucionários brasileiros, operação que a imprensa brasileira, devidamente orientada pelos dirigentes do regime militar, tentou apresentar como prova da “eficiência” do aparato repressivo. Carlos Lamarca, 33 anos, ex-militar, desde 1969 passou a lutar na clandestinidade contra o regime fascista do Brasil. Nos dois anos de atividades revolucionárias, Lamarca se destacou pela enorme coragem e eficiência nas ações desempenhadas com seus companheiros da “Vanguarda Popular Revolucionária”⁴⁹².

A morte do militante Carlos Lamarca, além dessa edição “extraordinária” do *Front*, repercutiu nas edições de setembro e novembro de 1971 do boletim. Além dele, a morte de Joaquim Câmara Ferreira também foi amplamente divulgada. A luta armada foi tema de várias reportagens como o movimento de guerrilha no Araguaia, no ano de 1972 e as prisões e mortes de membros e líderes de grupos revolucionários, como vemos a seguir:

Revolucionários assassinados
 Dois combatentes revolucionários, pertencentes à VPR, Gerson Theodoro de Oliveira e Maurício Guilherme da Silveira foram assassinados em 22 de março por agentes da ditadura. A versão oficial junta-se a todas as versões que até hoje justificaram a morte de revolucionários sob tortura: “depois de

⁴⁹¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: FBI_CHI_19710200_00_001.jpg. EDIÇÃO: FEVEREIRO 1971 - ANO III Nº 17 Eº4 – SANTIAGO / CHILE. (tradução minha).

⁴⁹² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: FBI_CHI_19711000_BE_001.jpg. Boletim extraordinário. Santiago, Outubro de 1971. Edição em espanhol. (tradução minha). p. 1-5.

uma troca de tiros, os dois combatentes sucumbiram aos ferimentos durante a transferência para o hospital⁴⁹³.

As versões produzidas pela ditadura para divulgar as mortes de pessoas que combatiam o governo era sempre muito parecida. Geralmente, eles publicavam que a causa do óbito foi consequência de troca de tiros com policiais, em que os agentes do estado agiram em legítima defesa e para garantir a segurança pública. Essa versão, era constantemente publicada pela grande imprensa.

Como já foi discutido anteriormente, a aproximação do boletim com a luta armada, publicando textos de organizações, entrevistando líderes, como foi o caso da entrevista feita com o próprio Carlos Lamarca na edição de julho de 1970, culminou numa série de divergências entre os membros das equipes que organizavam o boletim.

Sobre a luta armada, é importante destacar que era composta, em sua maioria, por jovens inexperientes, que terminaram presos, torturados e mortos. Além do pequeno número de pessoas e ações, e mesmo não conseguindo promover uma revolução no Brasil, esses militantes deixaram marcas na história do nosso país.

Assim, entre 1969 e 1972, desdobraram-se ações espetaculares de guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos, ataques a quartéis, cercos e fugas, sequestros de embaixadores. Os revolucionários chegaram a ter momentos fulgurantes, mas, isolados, foram cedo aniquilados. Na sequência, entre 1972 e 1975, seria identificado, cassado e também destruído um foco guerrilheiro na região do Araguaia, na fronteira do Pará, Maranhão e Goiás, reunindo algumas dezenas de guerrilheiros, na tentativa mais consistente da esquerda revolucionária⁴⁹⁴.

A guerrilha do Araguaia pode ser considerada um dos maiores movimentos armados contra a ditadura promovido pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), que, na época, estava na ilegalidade. Ocorreu entre meados dos anos 1960, quando os primeiros militantes do partido chegaram à região, e teve seu fim em 1974, quando os últimos guerrilheiros foram caçados e abatidos por militares. Execuções, eliminação de vestígios e tortura foram utilizados para reprimir o movimento. Um grupo de noventa e oito guerrilheiros, sendo setenta e oito jovens que viviam em grandes cidades e vinte camponeses recrutados na própria região, enfrentou o Exército durante três anos na floresta amazônica, entre os estados do Pará e

⁴⁹³ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. Acervo Exílio. Identificação: EXI_BIFBI_038_003. Edição de maio de 1971. Ano III. Nº 5. p. 3 exemplar em francês. (tradução minha).

⁴⁹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 52.

Tocantins. Desse total, sessenta e oito foram mortos, além de onze militares. O Exército deslocou um efetivo de aproximadamente cinco mil homens, em três incursões realizadas em 1972, 1973 e 1974 respectivamente, para combater o foco guerrilheiro, sendo assim a maior mobilização militar no país desde a Segunda Guerra Mundial⁴⁹⁵.

O papel da luta armada foi superdimensionado na grande imprensa nacional para desviar o foco da repressão, tortura e violência em que o país estava imerso. Mesmo com as investidas da guerrilha urbana e rural, é importante observar que mais da metade do número de militantes dos grupos de esquerda eram estudantes que nunca tinham tido acesso a uma arma de fogo⁴⁹⁶.

Segundo Ridenti⁴⁹⁷, a opção pelas armas foi um fracasso. A disparidade de força bélica, tática e logística eram alguns dos principais motivos que resultaram na derrota da investida armada revolucionária.

Para Carlos Fico, a:

“luta armada” e repressão não tinham relação de causalidade, mas se retroalimentavam na medida em que a esquerda justificava sua opção. Com o endurecimento do regime, a chamada linha dura justificava a repressão com as ações armadas⁴⁹⁸.

Há uma grande discussão se a luta armada foi motivada pelo Ato Institucional Nº 5. Não é possível estabelecer uma simples relação de causalidade, pois os que se diziam revolucionários não contavam com o apoio do povo brasileiro, que em sua maioria, desconhecia suas pautas e motivações. O intenso trabalho das direitas e de boa parte da imprensa e da mídia criaram um ambiente de hostilidade em relação ao comunismo e a todas as mudanças que poderiam ser desencadeadas na estrutura da sociedade brasileira, principalmente no que dizia respeito à distribuição de renda.

⁴⁹⁵ PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Ciências Humanas*, v. 6, n. 3, p. 479-499, set-dez. 2011.

⁴⁹⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 44.

⁴⁹⁷ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

⁴⁹⁸ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n.20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

A democracia brasileira era apresentada como um elemento frágil que precisava ser defendido e resguardado.

O contexto da luta democrática definiu-se após a derrota política e militar da experiência da luta armada. Não foi um processo simples. Entretanto, a plataforma de luta democrática foi ganhando cada vez mais adesão, mesmo esse conceito tendo diferentes interpretações para cada organização. Mesmo assim, o movimento por eleições começou a ganhar as ruas novamente, principalmente através das iniciativas do movimento estudantil e de outras entidades, ganhando expressão e procurando romper os limites da clandestinidade.

Nesse momento o Movimento Democrático Brasileiro, parte da Igreja Católica, o Movimento Estudantil, os sindicatos de professores e de outras categorias, as associações de bairro, as organizações de mulheres, negros, indígenas e a imprensa alternativa foram construindo um cenário onde as campanhas políticas contra a ditadura e pela Anistia começaram a ganhar mais força.

Daniel Aarão Reis discute que as esquerdas tem aparecido em certos discursos históricos, como vítimas, e que a luta armada foi encarada como um processo de resistência. Segundo o historiador, essa é a memória que vem sendo construída pelas esquerdas. Nessa memória a sociedade também atuou como vítima, nunca como participante ativa. Houve um processo de condensação de várias correntes de oposição às reformas. O temor de que houvesse um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira foi capaz de formar um conjunto heterogêneo. O processo nacional estatista brasileiro que estava em curso desde o segundo governo de Getúlio Vargas passou a fazer parte da construção de um imaginário aonde subversão e comunismo viraram palavras chave. Assumiu no Brasil um programa internacionalista-liberal, centrado na abertura econômica para o mercado internacional, no incentivo aos capitais privados, inclusive estrangeiros, em uma concepção diferente do papel do estado na economia, mais regulador do que intervencionista⁴⁹⁹.

Daniel Aarão Reis foi membro da Dissidência Comunista da Guanabara, posteriormente chamada de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e integrou o grupo que ajudou a planejar o sequestro do embaixador americano no

⁴⁹⁹ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 35.

Brasil, Charles Burke Elbrik, no ano de 1969. O episódio culminou na libertação de dezessete presos políticos e marcou a história da resistência e da luta armada no Brasil⁵⁰⁰. Contudo, Reis foi preso, torturado e banido do país. Sua experiência reflete em sua escrita, o seu entendimento sobre a luta armada.

Segundo Carlos Fico, as ações armadas foram poucas e sua fase verdadeiramente ofensiva ou revolucionária muitíssimo breve porque, diante da óbvia superioridade e truculência da repressão, elas se tornaram meramente defensivas⁵⁰¹. Utilizaram nomes falsos, deixaram suas vidas, carreiras e famílias, para viver sob tensão máxima. Os dirigentes dessas organizações revolucionárias acreditavam mesmo que dezenas de jovens dariam conta de uma revolução num país com mais de cem milhões de pessoas cuja maioria desconhecia a existência da luta armada? Mais da metade dos militantes dos grupos de esquerda, eram estudantes. O trauma dos que sobreviveram é um dos aspectos fundamentais para entendermos as consequências de governos autoritários e ditatoriais.

Não se trata, por certo, de memória traumática nos moldes da que se constituiu na Argentina, mas como já avantei em outro trabalho, de memória restrita aos grupos de esquerda e marcada também pela frustração: frustração com o fracasso da opção pelas armas; com a imutabilidade do projeto militar de transição; com a ausência de clara ruptura entre ditadura e democracia e com a falta de punição dos torturadores⁵⁰².

A impotência dos revolucionários armados em retirar os golpistas do poder refletiu em marcas profundas em suas memórias. É resultado da frustração em não conseguir reverter a situação junto com o sentimento de impunidade pelos atos de violência e violação de direitos que membros do Estado causaram aos opositores.

Por fim, entendemos que a luta armada é um dos tópicos delicados da história da ditadura no Brasil. Mesmo com visões diferentes sobre o papel e a atuação dos revolucionários armados, seus relatos e suas memórias são fontes de relevância para compreendermos uma parte fundamental de nossa história.

4.4 O ESQUADRÃO DA MORTE NO *FRONT*

A primeira expressão do fenômeno que passou a ser denominado Esquadrão da Morte surgiu no Rio de Janeiro, no período entre o final dos

⁵⁰⁰ JÚNIOR, Carlos Zacarias. O espelho da memória: um debate com o revisionismo histórico em torno da ditadura. *Crítica Marxista*, n.40, p. 121-131, 2015, p. 122.

⁵⁰¹ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. Jan/Abr. 2017, p. 41.

⁵⁰² FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. Jan/Abr. 2017, p. 46.

anos 1950 e início dos anos 1960. Tratava-se de grupos de policiais envolvidos com a criminalidade. Segundo a jurista e pesquisadora Alessandra Teixeira, em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, os envolvidos agiam em prol de diversos interesses, com ligações diretas com as economias criminais, como, por exemplo, o jogo do bicho, a prostituição e também o tráfico de entorpecentes, além de torturas e assassinatos.⁵⁰³

O promotor de justiça e procurador do Ministério Público do Estado de São Paulo Hélio Bicudo foi designado para comandar as investigações sobre as denúncias de torturas e assassinatos de civis e presos políticos cometidos pelo Esquadrão da Morte. O jurista passou a ser hostilizado por figuras do governo, inclusive, pelo próprio governador de São Paulo naquele período, Roberto Costa de Abreu Sodré. Segundo Bicudo, o Esquadrão da morte começou a se formar na polícia civil de São Paulo, a partir dos anos 1960. Isso porque os policiais começaram a passar por treinamentos de combate aos simpatizantes do comunismo e aos oponentes do governo, fazendo com que uma parte da polícia ultrapassasse suas atribuições e passassem a atuar como uma polícia política, integrada ao sistema de segurança que tinha como objetivo eliminar de modo sumário pessoas consideradas subversivas, além de praticar torturas para aterrorizar e intimidar supostos inimigos⁵⁰⁴.

A formação de grupos de características análogas se deu em São Paulo no final dos anos 1960. O Esquadrão paulista surgiu justificado numa espécie de “ofensiva contra o crime”. Os agentes envolvidos foram apontados como autores de tortura e morte de civis e presos políticos. As denúncias chegaram para o jurista e promotor de justiça, Hélio Pereira Bicudo, que resolveu investigá-las um trabalho árduo e perigoso, contando com pleno apoio do promotor Dirceu de Melo que foi “seu braço direito”. A investigação que durou 364 dias resultou no livro “Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte”, peça chave para entender a lógica dos grupos de extermínios formados pela polícia⁵⁰⁵.

O Esquadrão da Morte atuava sob o comando do Delegado do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) Sérgio Paranhos Fleury, num período em que São Paulo e Rio de Janeiro apresentavam altos índices de violência. O assassinato em massa de “supostos” marginais foi a solução encontrada pelo grupo para mostrar

⁵⁰³ SÃO PAULO. *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo*. Relatório-Tomo I-Parte I – Repressão Política: origens e consequências do Esquadrão da Morte. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-i-cap2.html>. Acesso em: 20/01/2021.

⁵⁰⁴ BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da morte*. 3. ed. rev. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, 1975, p. 21.

⁵⁰⁵ SÃO PAULO. *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo*. Relatório-Tomo I-Parte I – Repressão Política: origens e consequências do Esquadrão da Morte. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-i-cap2.html>. Acesso em: 20/01/2020.

um papel de “eficiência” no combate à criminalidade. No Rio de Janeiro, o Esquadrão era formado por policiais corruptos e que já agiam ilegalmente em suas funções.

De acordo com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, uma investigação apontou que o Presídio Tiradentes foi o local com o maior número de prisioneiros assassinados pelo Esquadrão da Morte. Esses Fatos repercutiram após a investigação jornalística do premiado colunista e jornalista Jack Anderson ao divulgar um relatório produzido pelo Comitê de Solidariedade aos presos políticos do Brasil organizado por membros da Igreja Católica. Vejamos trechos das edições de julho/agosto de 1973 do *Front*⁵⁰⁶.

[...] Os presos políticos, além de serem submetidos a contínuas torturas, recebem comida de péssima qualidade e como resultado dessas circunstâncias, há um elevado número de presos com tuberculose pulmonar. Há também muitos doentes devido a carência de vitaminas e cálcio. Na prisão de Brasília se organizou uma greve de fome para protestar contra as torturas e os abusos, especialmente sobre uma mulher em estágio avançado de gravidez. Na prisão de Recife, no nordeste do país, a violência foi tão grande, que o líder camponês Amaro Luís de Carvalho foi assassinado pelo fato de ter cumprido sua pena, e portanto, deveria ser liberado. Na prisão Tiradentes, em São Paulo, os presos são retirados de suas celas e assassinados pelo “Esquadrão da Morte”. O relatório, segundo o colunista, denuncia fatos semelhantes a estes nas prisões de Linhares, em Minas Gerais; de Presidente Venceslau em São Paulo; de Ilha das Flores, em São Judas Tadeu (Penitenciária para mulheres), Vila Militar, Bangú, Ilha Grande, todos no Rio de Janeiro. Jack Anderson disse ainda, que o embaixador brasileiro em Washington e seu assessor de imprensa se recusaram a dar explicações sobre essas denúncias e reclamaram do Departamento de Estado uma atitude pública de protesto diante de tais graves fatos⁵⁰⁷.

O mesmo presídio é apontado várias vezes pelo *Front* como um dos principais centros de detenção para onde eram levados os presos políticos. Foi no Presídio Tiradentes que em maio de 1972, houve uma greve de fome com repercussão nacional e internacional, inclusive, com intervenção e mediação do Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

Sobre as origens do Esquadrão da Morte, Percival de Souza diz o seguinte:

Aconteceu que em 18 de novembro de 1968 um investigador da equipe 10 da Delegacia de Roubos, aquela das sessões rotineiras de pau-de-arara, foi morto ao querer entrar na casa de um obscuro Alemão, no bairro de

⁵⁰⁶ SÃO PAULO. *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo*. Relatório-Tomo I-Parte I – Repressão Política: origens e consequências do Esquadrão da Morte. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/Acesso> em: 20/01/2020.

⁵⁰⁷ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_130_001. Eº 30 Nº 43/44. EDIÇÃO: JULHO / AGOSTO 1973 - EDIÇÃO EM ESPANHOL. (tradução minha).

Americanópolis, zona sul de São Paulo, atingido por um tiro no rosto disparado por um certo Saponga. Os dois, vítima e matador, eram desconhecidos, jamais polarizaram atenções, mas saíram do anonimato como se a aparição de ambos, policial e marginal, estivesse sendo ansiosamente aguardada. Esse fato deu origem a uma caçada em busca de vingança. Uma multidão de policiais compareceu ao enterro de Davi Romeiro Parré. Muitos juraram vingança, sem jamais tê-lo visto antes e sequer lembrar sua fisionomia. O caso Parré, entretanto, seria apenas um pretexto. A criação do Esquadrão havia sido decidida bem antes da morte do investigador da equipe 10. Já fazia pelo menos três meses que um grupo de policiais de São Paulo viajara para o Rio de Janeiro com a missão exclusiva de absorver dos policiais cariocas a ‘técnica’ de eliminar os indesejáveis do convívio social com base em critérios estritamente particulares. Um “esquadrão” já funcionava no Rio e seus membros, ligados a uma associação com o nome do detetive Le Cocq, promoviam eliminações sumárias. O nome francês era o de um policial morto por um marginal, Manuel Moreira, conhecido nos anos 60 como Cara de Cavalo e que por causa desse crime foi massacrado em seu esconderijo na cidade de Cabo Frio⁵⁰⁸.

Como vimos acima, o caso *Parré* foi um pretexto utilizado para justificar a violência policial e o extermínio de supostos criminosos, primeiramente no Rio de Janeiro, mas que se espalhou por todo o país. Essa prática demonstrou uma exibição da força policial e de seu poder sobre a vida dos detentos, de como isso também foi utilizado para resolver questões particulares.

Segundo Mariana Dias Antônio⁵⁰⁹, o surgimento dos grupos de extermínio denominados pela grande imprensa como Esquadrão da Morte remonta à década de 1950, precisamente o ano de 1957, com a criação da Turma Volante de Repressão aos Assaltos a Mão Armada (TVRAMA), conforme determinação do Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) Amaury Kruehl, que transferiu sete policiais da Seção de Diligências Especiais (SDE) para o TVRAMA em ato reservado. O TVRAMA trazia um discurso, extremamente midiático, por causa da intensa repercussão da imprensa da época, qualificando o Esquadrão da Morte como defensor das pessoas de bem, dispostos a fazer justiça com as “próprias mãos”. As ações do “Esquadrão da Morte” passaram a virar destaque em reportagens que relatavam assassinatos de prisioneiros:

Nos fundos da Baía de Guanabara, na Estrada do Contorno, que liga o Rio a Niterói, a Polícia de Magé era avisada da existência do cadáver de um homem moreno, trajando apenas camiseta e sunga, como se tivesse sido retirado do xadrez para morrer. O desconhecido estava enforcado com uma

⁵⁰⁸ SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000, p. 69-70.

⁵⁰⁹ ANTONIO, Mariana Dias. “Outro Fuzilado Pelo Esquadrão”: o Esquadrão da Morte no Última Hora Carioca (1968-1969). *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 10, n. 23, Dez. 2018, p. 170-193.

fina cordinha de náilon, e tinha três balas exatamente no coração – as marcas inconfundíveis do esquadrão da morte⁵¹⁰.

No entanto, esse poder paralelo extralegal não sustentou uma imagem “positiva” por muito tempo. Com o passar dos anos, a ação do grupo passou a ser descrita pela imprensa como “atos de bandidos” e não mais como ações de policiais justiceiros. Segundo Percival de Souza, a polícia não admitia oficialmente a existência do Esquadrão da Morte, muito menos o governo do estado de São Paulo, como vemos a seguir em matéria da edição de dezembro de 1970 do *Front*:

O governo do estado de São Paulo e o Esquadrão da Morte
Um editorial do jornal “O Estado de São Paulo” intitulado “Um caso confuso”, comentou as declarações do governador de São Paulo, M. Abreu Sodré, sobre o “Esquadrão da Morte”. O governador disse que “isso tudo é uma invenção sensacionalista”. “Quando a polícia chega para prender um criminoso, responsável por vários assassinatos, afirma o governador, não há um único soldado para detê-lo. É óbvio que são quatro ou cinco deles que cercam a casa. Então um deles é morto, porque os bandidos fazem barricadas e sabem atirar muito melhor e são mais destemidos. Portanto, quando um grupo de policiais, sejam policiais civis ou militares, vai prender um homem perigoso, é óbvio que vai haver um tiroteio entre eles. O esquadrão da morte não existe como um grupo organizado”. (ESP 11.12.70).⁵¹¹

Até a década de 1970 ainda havia um intenso debate acerca da suposta existência do Esquadrão da Morte, embora já citado na imprensa diversas vezes, algumas autoridades insistiam na versão de que o Esquadrão não existia, como foi o caso da declaração do governador de São Paulo Roberto Costa de Abreu Sobré que afirmou tratar-se de matérias sensacionalistas.

O *Front* fez menção ao Esquadrão da Morte em dezesseis edições. A primeira, em dezembro de 1969, em uma matéria sobre a morte de Marighela, o texto revelou como a prisão e a tortura de dois irmãos dominicanos, Ives Lesbeauxpins e Fernando de Brito tiveram ligação com o assassinato do líder revolucionário. Os religiosos foram levados ao CENIMAR e interrogados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Segundo o *Front*, o servidor era o “homem acusado de montar a máquina de matar dentro da polícia e que ao mesmo tempo era reverenciado como herói nacional⁵¹²”. Foi através da tortura a esses religiosos

⁵¹⁰ ÚLTIMA HORA. Mortes nas estradas tem as marcas do Esquadrão: tóxico e bicho. Vespertino. *Caderno policial*. Rio de Janeiro.p.8. 15/05/1969.

⁵¹¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_061_083. Nº17. Dezembro/1970/edição em francês. (tradução minha).

⁵¹² SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000, p. 78.

que a polícia conseguiu um contato telefônico que os levou a Marighela. Na edição de março/1970 o *Front* trouxe uma lista de possíveis integrantes do Esquadrão da Morte:

Os torturadores de PE, major Lacerda, capitão João Luiz, Lieutenant Haylton, capitão Guimarães, sargento Oliveira, sargento Andrade, sargento Rangel, sargento Rossoni, soldado Marcolino, soldado Rosa, todos, ou quase todos, fazem parte do “Esquadrão da Morte”. Eles têm o emblema dessa organização em seus carros e chaveiros.⁵¹³

Na edição de setembro/1970 o *Front* denunciou as frequentes torturas que ocorriam no prédio sede da Operação Bandeirantes e no presídio da polícia armada do Rio de Janeiro. Segundo o boletim: “os torturadores não estão uniformizados e pertencem ao Esquadrão da morte”. Os comissários Cuoco e Milton Dias, apontados como membros da organização, também mantinham escritórios no segundo andar do prédio da OBAN (Centro de Torturas do Exército) situado na rua Tutoia, em São Paulo⁵¹⁴. As ações do Esquadrão, costumavam repetir suas práticas, como se quisesse deixar seu *modus operandi*, como vemos a seguir:

Agora saímos do campo das representações para voltarmos ao das práticas. Relembremos primeiro os traços de um tipo ideal de crime do esquadrão da morte: 1) cadáveres abandonados em locais desertos; 2) marcas de tortura; 3) mãos manietadas; 4) estrangulamento por corda de nylon; 5) ausência de documentos que identifiquem a vítima; 6) fuzilamento por múltiplos tiros; 7) cartazes com acusações ao morto e reivindicação de autoria; 8) relações públicas encarregado de apresentar as ações do grupo para a sociedade.⁵¹⁵

Não era e não é uma “tradição” que grupos de extermínio formados por agentes da polícia fossem julgados e condenados. De acordo com Hélio Bicudo, os integrantes do Esquadrão da Morte faziam parte de um sistema protegido pelas principais forças do estado. Nesse período, a violência policial não era questionada. Eles tinham “legalidade”, inclusive, para intimidar testemunhas e continuar agindo impunemente, principalmente com envolvimento no tráfico de drogas, com a exploração de jogos de azar e com a prostituição. A omissão do Ministério da Justiça nas investigações e o afastamento de Helio Bicudo demonstraram a proteção dos agentes envolvidos e como o caso foi tratado na época.

⁵¹³ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_014_007. Edição março/1970 em francês. (tradução minha). Torturas a prisioneiros no Rio e em Belo Horizonte.

⁵¹⁴ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_061_083. Nº 17. Edição em francês. Dezembro / 1970.

⁵¹⁵ NETO, David Maciel de Mello. “Esquadrão da morte”: Uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *DILEMAS* – Vol.10 – no. 1 – JAN-ABR 2017 – p. 132-162.

A exoneração do fiscal Hélio Bicudo da Direção da pesquisa sobre o Esquadrão da morte expressa de maneira evidente a lógica repressiva do regime militar brasileiro. A ligação entre a violência policial e a ditadura é uma necessidade intrínseca. Esta não pode viver sem aquela, porque seu conteúdo antipopular é manifesto para as grandes massas do país. [...] Entre muitas outras expressões da situação dramática em que vive o povo brasileiro está o famoso esquadrão da morte, cujos membros são parte fundamental do aparato de manutenção desta ordem social. [...] Entre outras atividades, esta organização semilegal se dedica à caça de assassinos e tortura de revolucionários. Um de seus principais chefes, Sérgio Fleury, é ao mesmo tempo chefe da repressão política em São Paulo. Realizou importantes missões policiais no exterior (como Paris, Uruguai, Chile). Os métodos repressivos do “esquadrão” são hoje em dia, exportados ao exterior, seja para levar até lá a repressão contra revolucionários brasileiros, seja para formar grupos de orientação similar, em outros países. [...] ⁵¹⁶.

Segundo Percival de Souza⁵¹⁷ o judiciário estava subordinado ao governo militar de tal forma que os próprios magistrados temiam ser presos ou exonerados, por isso, nem todos estavam dispostos a enfrentar represálias. Além disso, poucos jornais publicavam reportagens sobre as ações do Esquadrão. *Última Hora* e *O Estado de São Paulo* foram os que mais repercutiam os casos de violência ligados ao grupo. Muitas vezes, sem citá-los diretamente, por causa da censura.

“Plano 15” Mata Mais Três

Dois elementos não identificados e o traficante de maconha Paulo Vicente Ferreira – o Paulinho Cabrita – foram metralhados na madrugada de ontem pela polícia de Nova Iguaçu e atirados nas proximidades do Km 13 da Rodovia Presidente Dutra. A eliminação dos três faz parte do “Plano 15”, criado pelo Secretário de Segurança do Estado do Rio, Major Paulo Blar, destinado a liquidar todo marginal considerado “irrecuperável”. Foram mortos com tiros dados a curta distância, na cabeça, por armas de calibre 38 e 45. “O Plano 15” já eliminou mais de 200 no Estado do Rio. [...] Por obra da polícia mais de duzentas pessoas já foram eliminadas, sem julgamento, nem processo, num rito sumário que escreve um capítulo novo na História Penal⁵¹⁸.

A reportagem do jornal *Última Hora* relatou o caso do assassinato de três pessoas por policiais do Rio de Janeiro. O procedimento de execução e de descarte dos corpos se assemelhava ao *modus operandi* do Esquadrão da Morte. O Plano 15 era uma política higienista de eliminar pessoas ditas como “irrecuperáveis”, mas como vimos anteriormente, o critério de descarte dessas pessoas passava pela decisão de seus executores, no caso, os polícias fluminenses. A impunidade pôde

⁵¹⁶ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_0098. Edição de Agosto 1971/Espanhol.

⁵¹⁷ SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

⁵¹⁸ ÚLTIMA HORA. “Plano 15” Mata mais três. Vespertino. Rio, Sábado, 12 de fevereiro de 1966. ANO XV. Nº 4.986, p. 8.

ser percebida pelo afastamento de Hélio Bicudo, pois esse ato representou o fim das investigações sobre os crimes do grupo, embora surgissem cada vez mais provas, depoimentos e denúncias publicadas na imprensa. Ainda assim, Fleury seguiu colecionando prestígio na sua atuação contra os opositores da ditadura.

Fleury participou de muitas emboscadas que resultaram em prisões, torturas e mortes. O *modus operandi* do Esquadrão da Morte se estendeu de tal forma que Fleury participou incisivamente de apreensões fora do Estado de São Paulo. Comandou pessoalmente, a tocaia para executar Carlos Marighella, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN) no dia 2 de novembro de 1969. Essa e outras mortes, além das prisões de centenas de pessoas envolvidas em movimentos sociais que viveram dias horripilantes de tortura que servia para ajudar a desmontar a resistência à ditadura, sem dúvida o fortaleceu, e ele acabou sendo blindado, ficando quase intocável. [...] O Esquadrão da Morte adquiriu forças tão ameaçadoras que passou a ser vital para a repressão dos movimentos contra a ditadura⁵¹⁹.

Segundo a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, até hoje não se sabe a quantidade de vítimas do Esquadrão da Morte Paulista. A ditadura atuou para que os membros da organização não fossem punidos e nem seus crimes esclarecidos. Segundo Percival de Souza⁵²⁰, a própria morte do delegado Sérgio Fleury, esteve sob fortes indícios de que se tratou de uma *queima de arquivo*. Nas últimas matérias em que o *Front* falou sobre o Esquadrão da Morte, foi para denunciar a impunidade e o alto índice de assassinatos atribuídos ao grupo. Além disso, ainda existia uma lista de “desaparecidos” políticos cujas mortes poderiam estar relacionadas ao Esquadrão, mas essas mortes nunca foram esclarecidas, já que não houve investigação na época.

Esquadrão impune

Todos os processos começados em São Paulo contra o “Esquadrão da Morte” foram declarados nulos pelo Supremo Tribunal Federal. Além disso, o regime militar impôs uma completa censura sobre as informações da acusação de assassinato que pesam sobre a organização comandada por Sérgio Fleury. O ministro da Justiça ordenou aos jornais e redes de rádio e televisão que não mencionem “até novo aviso” a acusação de assassinato que pesa o esquadrão⁵²¹. (abril1971).

Lista de presos, desaparecidos, torturados, mortos e condenados à pena de morte:

Rubens Paiva, Francisco Nogueira Barros, padre Giulio Vicini, Raimundo Eduardo da Silva, Augusto Boal, Theodomiro dos Santos, Olavo Hansen, Salvador Tolezano, Julien Beck, Raul Ferreira Lanari, Hélio Fernandes,

⁵¹⁹ SÃO PAULO. *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo*. Relatório - Tomo I - Parte I - Repressão Política: Origens e Consequências do Esquadrão da Morte. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/Acesso em: 10/01/2020>, p. 15.

⁵²⁰ SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

⁵²¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: FBI_CHI_19710400_00_014. p.14 Edição Abril/1971 em espanhol. (tradução minha).

D'Almeida Jacoud, Fernando de Brito, Ives Lesbaupin, Carlos Alberto Libano de Christo, Carlos Lamarca, Ariston de Oliveira Lucena, Diogenes Sobrosa de Souza, Gilberto Faria Lima, Rose Lacrete, Antônio Calado. O esquadrão da morte assassinou a 230 pessoas nos últimos seis anos, somente no estado do Rio de Janeiro, segundo uma investigação divulgada na cidade do Rio de Janeiro⁵²². (dez/1971-jan/1972).

Na década de 1970, o delegado Fleury foi alvo de denúncias, por parte dos promotores de Justiça Hélio Bicudo e Dirceu de Mello, por sua atuação nos esquadrões da morte, como já foi citado. O delegado foi condenado juntamente com outros policiais, mas absolvido após a promulgação quase imediata da Lei Nº 5.941, conhecida como a “Lei Fleury”, de autoria do deputado governista Cantídio Sampaio, de São Paulo, que alterou o Código de Processo Penal (CPP) e garantiu ao réu primário com bons antecedentes o direito de responder ao processo em liberdade.

A lei trouxe uma novidade ao CPP ao modificar o parágrafo segundo do artigo 408. Se fosse primário e tivesse bons antecedentes (caso de Fleury), o réu poderia aguardar o julgamento em liberdade, ainda que já houvesse condenação em primeira instância e estivesse pendente a apreciação de recursos ordinários no tribunal. De qualquer forma, Fleury, nesse processo, acabou absolvido por unanimidade pelo 2º Tribunal do Júri de São Paulo no ano seguinte⁵²³.

Fleury foi acusado em diversos outros episódios de sequestro, tortura e assassinato durante a ditadura militar, entre eles os do militante Carlos Lamarca e do dominicano Frei Tito. O delegado participou da prisão de participantes do Congresso de Ibiúna da União Nacional dos Estudantes (UNE) e foi apontado como um dos comandantes da Chacina da Lapa, em São Paulo, e da Chacina da Chácara de São Bento, no Recife.

Fleury morreu em 1979, num suposto acidente em Ilhabela, no litoral de São Paulo, a bordo de seu iate. O delegado teria caído após ingerir elevadas quantidades de álcool, numa tentativa de passar de uma embarcação a outra. Nunca foi realizada uma necropsia de seu corpo para atesta a *causa mortis*. Recentemente, um ex-delegado do Dops, Cláudio Antônio Guerra, afirmou em entrevista que Fleury

⁵²² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_100_007.p.7. Edição dez/1971-jan/1972). Espanhol. (tradução minha).

⁵²³ BALAN, Mariana. *Recurso em liberdade foi criado para proteger delegado da ditadura*. Gazeta do povo. Caderno Justiça. Curitiba: 10/04/2008. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/recurso-em-liberdade-foi-criado-para-proteger-delegado-da-ditadura-d3e2eo8f0syjhfybr6elt4adu/>. Acesso em 19/10/2020.

foi assassinado, numa *queima de arquivo*, por ordem de um grupo de militares e policiais⁵²⁴.

A construção da “imagem” do delegado Fleury sofreu importantes mudanças ao longo do tempo. Ao construir uma carreira de “sucesso” dentro da polícia, no período da ditadura, ele não era visto como assassino e nem tampouco torturador. Por “combater a criminalidade” de forma “eficiente” dentro da força policial, Fleury foi galgando postos cada vez maiores dentro da polícia civil, adquirindo prestígio e notoriedade. Uma de suas realizações mais comentadas foi a desarticulação da prática do lenocínio na chamada Boca do Lixo, área de prostituição da região pobre da capital paulista. Em 1968 foi requisitado pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) para auxiliar na luta contra movimentos armados de esquerda, que faziam então sua aparição no país, e contra os movimentos de oposição política ao governo.

Ainda em 1968 participou das investigações referentes às explosões de bombas no jornal *O Estado de S. Paulo*, na sede do II Exército e nas estações ferroviárias da Fepasa, assim como às invasões das rádios Independência e Nacional para divulgação de manifestos pelos movimentos armados clandestinos. Em 1969, o assassinato do investigador paulista Davi Romero Paré pelo ladrão Carlos Eduardo Zampogna, o Saponga, desencadeou uma campanha de extermínio de supostos marginais nos moldes do Esquadrão da Morte, na época já atuante no Rio de Janeiro.

Fleury passou a atuar juntamente com a Operação Bandeirantes (Oban), organismo criado para combater os grupos de esquerda de São Paulo. Em novembro de 1969 chefiou o cerco ao líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), Carlos Marighella, que acabou fuzilado numa rua da capital paulista. O caso Marighella, que envolveu diversos padres dominicanos, gerou grande polêmica sobre como teria ocorrido o cerco, além de ter agravado as relações entre o governo e as autoridades religiosas. Em 1970 o servidor foi promovido por ato de bravura através de decreto do governador Roberto Abreu Sodré (1967-1971), tendo ainda nesse ano ocupado por três meses a chefia do 41º Distrito Policial, na Vila Rica, bairro da capital paulista.

⁵²⁴ MEMÓRIAS DA DITADURA. *Sérgio Paranhos Fleury*. Memórias da ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury/>. Acesso em 19/10/2020.

Em novembro de 1974 o delegado foi absolvido por unanimidade pelo 2º Tribunal do Júri de São Paulo por todas as acusações que estava sofrendo e foi condecorado como o policial do ano. Em 1977 Fleury recebeu o título de policial do ano novamente, e conquistou a medalha Anchieta e o diploma da cidade de São Paulo, ambos outorgados pela Câmara Municipal. Em setembro do mesmo ano foi nomeado diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC). Os policiais desse departamento manifestaram certa preocupação, pois essa nomeação poderia ser interpretada como uma retaliação à Justiça paulista, já que Fleury seria novamente julgado por crimes do Esquadrão da Morte no mês seguinte. Julgado em Barueri (SP) em outubro, foi absolvido juntamente com outros policiais da acusação de assassinato de diversos supostos marginais cujas mortes eram creditadas ao Esquadrão.

Em fevereiro de 1978 foi preso em sala especial da Delegacia Geral de Polícia em cumprimento de mandado de prisão preventiva expedido por um juiz de Guarulhos (SP). A prisão vinculava-se a dois novos processos relacionados com o Esquadrão da Morte e com a eliminação de marginais. Com a prisão, foi exonerado da direção do DEIC. No final do mês, um novo juiz, já que o anterior fora removido do cargo, revogou a prisão preventiva de Fleury, que foi posto em liberdade, reassumindo imediatamente suas funções no DEIC⁵²⁵.

Em julho de 1978 Fleury participou da convenção da Aliança Renovadora Nacional (Arena) paulista que indicou os candidatos do partido aos cargos eletivos para o pleito de novembro daquele ano. Em março de 1979 foi mais uma vez acusado da prática de torturas pela madre Maurina Borges da Silveira em depoimento prestado à Justiça Militar. A depoente encontrava-se presa em 1970 e foi acusada de crime contra a segurança nacional, quando foi banida do país em companhia de outros quatro presos, trocados pela vida do cônsul japonês em São Paulo, sequestrado por grupos armados de esquerda. Segundo a revista *Isto É* Fleury respondia por dez processos na Justiça. Em duas vezes foi réu. Na última delas, em Barueri, outubro de 1977, foi absolvido por 7 votos a 0⁵²⁶.

⁵²⁵ CPDOC. Sergio Fernando Paranhos Fleury. Rio de Janeiro: FGV. Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sergio-fernando-paranhos-fleury>. Acesso em: 26/03/2021.

⁵²⁶ SOUZA, Percival de. *O réu Sérgio Fleury*. IstoÉ. 01/03/1978, p. 10.

4.5 O CASO RUBENS PAIVA NO FRONT

Rubens Beyrodt Paiva, nasceu na cidade de Santos, em São Paulo, no dia 26 de dezembro de 1929. Coursou a faculdade de engenharia civil na Universidade Mackenzie, na capital paulista. Atuou no movimento estudantil como presidente do Centro Acadêmico e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE). Em 1962 foi eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após o golpe, Rubens Paiva, em apoio ao presidente deposto João Goulart, convocou os estudantes e sindicalistas a resistirem. Logo depois do Ato Institucional Nº 1, teve seu mandato cassado, precisamente em 10 de abril de 1964. Foi para o exílio por alguns anos e em 1969 retornou ao Brasil, mas manteve contato com outros exilados, entre eles Helena Bocayuva Cunha. Em 20 de Janeiro de 1971, morando então no Rio de Janeiro com a família, Rubens Paiva foi preso por seis militares da Aeronáutica e levado para a III Zona Aérea. Alegaram que ele estava sendo investigado por sua relação com os Bocayuva, então suspeitos de envolvimento com o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick⁵²⁷.

O caso Rubens Paiva foi um dos mais emblemáticos da ditadura militar, principalmente devido a sua intensa repercussão e as falhas cometidas pelo governo, ao entrar várias vezes em contradição sobre a prisão e desaparecimento do ex-deputado. Durante a prisão ele seguiu dirigindo o seu próprio carro até o quartel do comando da III Zona Área. No dia seguinte, sua esposa Eunice e a filha do casal, Eliana, foram sequestradas e conduzidas ao CODI, na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Inicialmente, o governo negou que Rubens Paiva tinha sido detido em qualquer dependência oficial. Tempos depois, mudou sua versão e relatou que após dois dias de sua prisão, ele havia sido “resgatado” em 22 de janeiro de 1971 por companheiros de militância.

Maria Eunice Paiva permaneceu doze dias presa e incomunicável e ao sair, verificou que no pátio da prisão estava o carro do marido, retirado no dia seguinte. O recibo de entrega do automóvel de propriedade da vítima foi entregue à sua irmã Renée Paiva Guimarães, datado de 4 de fevereiro de 1971, e expedido pelo Sub-Destacamento Administrativo do DOI/II Exército⁵²⁸. Apesar da evidência da prisão, o I Exército, em resposta ao *habeas corpus* impetrado junto ao Superior Tribunal Militar,

⁵²⁷ MEMÓRIAS DA DITADURA. *Rubens Paiva*. Disponível em: <http://memoriasdadicadura.org.br/biografias-da-resistencia/rubens-paiva/>. Acesso em 30/03/2021.

⁵²⁸ 6 Doc. 14, fls. 1361, vol. III, apenso I, do PIC n.º 1.30.011.001040/2011-16.

informou que Rubens, Eunice e Eliana jamais haviam sido presos em unidades do I Exército. Até 02 de março de 1971 a polícia carioca declarou desconhecida a sua localização. Contudo, no dia 28 de janeiro de 1971 os organismos de segurança anunciaram que “um preso de alta categoria social” foi resgatado por seus companheiros em operação no Alto da Boa Vista, chamado inicialmente de Rubens Seixas. Cinco meses depois, anunciaram que o suposto resgatado não era Seixas, mas sim, Rubens Paiva.

Inês Etienne Romeu, presa política, foi uma das principais testemunhas do caso Rubens Paiva. Inês ficou presa 96 dias numa casa, localizada no bairro Caxambu, em Petrópolis, entre maio e agosto de 1971. Ela foi a única sobrevivente da chamada *Casa da Morte*, centro clandestino de tortura utilizado pelos militares. Pelo menos vinte pessoas teriam morrido no local. Integrante da luta armada contra a ditadura, Inês foi militante e dirigente das organizações Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) e Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop). Ela informou, em depoimento⁵²⁹, que durante as sessões de tortura que sofria, conseguiu ouvir dos policiais a confirmação da morte de Rubens Paiva e que eles se referiam ao fato como “uma mancada”. Ainda de acordo com Inês, os policiais também admitiram ter matado Eleni Teles Pereira Guarida, Paulo de Tarso Celestino, Aluísio Palhano e Walter Ribeiro. Todos constavam na lista de desaparecidos da época.

Em reportagem na revista *IstoÉ*⁵³⁰ intitulada *Dossiê da Repressão – Desaparecidos?* o nome e a foto de Rubens Paiva são citados no texto. *Nem mortos, nem vivos, nem presos. Simplesmente desaparecidos.* A reportagem apresentou que, de acordo com um levantamento feito por exilados brasileiros, 81 presos políticos foram mortos por agentes do estado após serem submetidos a sessões de tortura entre 1966 e 1973. Nesse sentido, a ação dos organismos de repressão trouxe um novo significado para a palavra “desaparecido”: aquele cuja prisão ou morte não era reconhecida por qualquer autoridade.

⁵²⁹ COMISSÃO DA VERDADE DE SÃO PAULO. Ordem os advogados do Brasil. Conselho Federal. Comissão de Direitos Humanos. Processo Nº F-CDH—017/80. Inês Etienne Romeu. (MJ (MJ.007252/81). p. 21. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/arquivos/documentos/048-relatorio-entregue-por-ines-romeu-a-oab-rubens-paiva>. Acesso em 30/03/2021.

⁵³⁰ REVISTA ISTOÉ. *Dossiê da Repressão – Desaparecidos?*, 27/09/1978, p. 24-46.

Figura 30 - Dossiê da repressão – Isto É

EXI_CX072_012_002

**DOSSIÊ
DA
REPRESSÃO**

Desaparecidos?!

A face mais dura do esquema repressivo imposto no Brasil nos últimos catorze anos esteve presente, involuntariamente, aos dois dias — terça e quarta-feiras, dias 19 e 20 — de julgamento dos 63 acusados de tentativa de reorganização do Partido Comunista Brasileiro, afinal absolvidos por unanimidade. Presente, por exemplo, nas lágrimas de Carolina, a filha de David Capistrano, ao ouvir a negativa do Conselho de Sentença ao pedido de abertura de inquérito para apurar o desaparecimento dos oito acusados revéis, “por não existirem nos autos qualquer evidência de que a ausência dos mesmos se relacione com fatos que induzam a possibilidade da existência de qualquer delito”.

Era o malogro de mais uma das inúmeras tentativas feitas pelos familiares de 47 brasileiros nessa estranha situação: nem mortos, nem vivos, nem presos. Simplesmente desaparecidos.

Presente também nas lágrimas que um dos réus — Dimas da Anunciação

Das lágrimas de um julgamento às histórias de horror e morte

tos na fase inquisitorial.

A denúncia de Dimas é apenas uma entre centenas de outras, vítimas das mesmas ou de torturas ainda piores, que, segundo levantamento de exilados brasileiros, levaram 81 presos políticos à morte, entre 1966 e 1973.

Nem preso, nem morto. Desaparecido, segundo mestre Aurélio Buarque de Holanda, é “que, ou aquele que desapareceu”. “Pelo menos, era assim até 1970. Nesse ano, a ação dos organismos de repressão no Brasil introduziu um novo significado para essa palavra: aquele cuja prisão ou morte não é reconhecida por qualquer autoridade. De 1970 — quando desapareceu o estudante Antônio dos Três Reis Oliveira, preso em São Paulo a 10 de maio, primeiro caso do gênero registrado — até agora, 47 pessoas, segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia, ingressaram nessa relação assim descrita por Alceu de Amoroso Lima, em artigo no *Jornal do Brasil*: “São pais, irmãos, noivas, mulheres,



O julgamento do PCB no Rio: oito não compareceram, são desaparecidos. E foram absolvidos

24
ISTOÉ 27/09/1978

Fonte: IstoÉ (1978)⁵³¹

⁵³¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_CX074_012_002.

O texto informou que o primeiro caso de “desaparecimento” oficialmente registrado foi o do estudante Antônio dos Três Reis Oliveira, preso em São Paulo, em 10 de maio de 1970. O que não anulou a existência de inúmeros outros casos de desaparecimentos não comunicados, ou não registrados pelas autoridades oficiais. Naquele momento o *Comitê Brasileiro pela Anistia* já contabilizava 47 pessoas “desaparecidas”, dentre elas, Rubens Paiva, David Capistrano, Stuart Angel Jones. Já a *Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos* contabilizava, naquele ano, quase duas mil pessoas desaparecidas.

A edição do Jornal do Brasil de 02/11/1978⁵³² noticiou que após oito anos do desaparecimento de Rubens Paiva, a sua esposa, Maria Eunice Paiva, procurou os mesmos advogados que atuaram no caso Herzog para esclarecer as circunstâncias em que ocorreu o desaparecimento de seu marido. Através do depoimento do coronel reformado do Exército, Paulo Malhães, a Comissão Nacional da Verdade trouxe esclarecimentos sobre o que teria acontecido com Rubens Paiva.

Em março de 2014, o coronel reformado Paulo Malhães, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, confirmou que Paiva foi torturado até a morte e depois teve seu corpo jogado em um rio na região serrana do Rio de Janeiro. O coronel Reynaldo Campos contou em declaração ao Ministério Público Federal (MPF) como foi a montagem, pelo Exército, da simulação de fuga de Paiva. Em maio de 2014, o MPF do Rio entrou com uma ação contra cinco militares envolvidos no caso. Malhães foi encontrado morto em sua casa, em abril, um mês após seu depoimento à Comissão da Verdade⁵³³.

O ex-torturador Malhães foi morto após dar declarações sobre os crimes que tinha cometido durante a ditadura. Em 25 de abril de 2014, três pessoas encapuzadas entraram em seu sítio em Nova Iguaçu, renderam o caseiro e sua esposa e Malhães foi morto por asfixia causada pela supressão de seu pescoço através de estrangulamento. Os três criminosos saíram da casa levando um computador, uma impressora e três armas antigas da coleção do coronel.

Em documento oficial do CIEEX, vemos o seguinte texto sobre o ex-deputado:

Rubens Beyrodt Paiva pertence a VPR. Foi um dos signatários do Termo de Compromisso da “Frente Parlamentar Nacionalista”, lançado a público em Jun 63. Esteve presente ao ato de instalação do XXVI Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, em 22 Jul 63, cujo temário estabeleceu as “reformas de base”. Em reunião realizada no Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil, em 23 Set 63, em São Paulo, articulou um movimento

⁵³² JORNAL DO BRASIL, 02/11/1978.

⁵³³ MEMÓRIAS DA DITADURA. *Rubens Paiva*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/rubens-paiva/>. Acesso em: 19/10/2020.

de repúdio ao Gen PERY BEVILACQUA. Participou do ato de inauguração da “União Cultural Brasil-Cuba”, realizado na sede do Clube dos Artistas e Amigos das Artes, em São Paulo. Foi o encarregado de receber a correspondência de subversivos e terroristas banidos para o CHILE. Após sua prisão no dia 22 Jan 71, em consequência de informações que prestou, localizaria a casa utilizada pela pessoa que havia trazido correspondência do CHILE. Não conseguiu localizar, ao regressar, o VOLKS em que era conduzido foi interceptado por dois outros carros VW, que violentamente cortaram a frente, disparando armas de fogo. A equipe abandonou o carro, que se incendiou, e se refugiou atrás de um muro, passando a responder ao fogo. O prisioneiro saiu pela porta esquerda e correu para um dos carros assaltantes, que fugiram em alta velocidade. Foi preso em 20 Jan 71. Evadiu-se em 22 Jan 71 e seu paradeiro é ignorado⁵³⁴.

O acervo do SNI - Serviço Nacional de Informações, Agência Central ACE Nº 3481 / 83 disponibilizou para consulta pública no Arquivo Nacional o documento intitulado “Pedido de Busca 10/15/AC/77”, confidencial, datado em 20 de janeiro de 1977 – dia em que completavam seis anos de sua prisão, o nome de Rubens Paiva aparece no volume I, relativo aos cassados nos AI 1 e AI 2, na folha 113. Logo abaixo, aparece a sigla SDP, que significa “suspensão dos direitos políticos”, e a data da cassação de seu mandato: 10/04/1964. Na última linha sobre o deputado, uma palavra confirma a morte: “falecido”. Desde 1971, a família do parlamentar cobrava explicações das autoridades por seu desaparecimento. Esta foi a primeira vez que a família do ex-deputado encontrou uma resposta oficial produzida pelo Estado registrando oficialmente a morte de Rubens Paiva. Sua morte só foi oficializada em 1996, ano em que a família obteve um atestado de óbito. Seu corpo nunca foi encontrado⁵³⁵.

Documentos encontrados em 2012 atestam que Paiva foi morto após várias torturas entre os dias 21 e 22 de janeiro de 1971 nas dependências do Destacamento de Operações de Informações DOI do I Exército, instalado em um prédio dos fundos do Batalhão de Polícia do Exército, bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. Na época o I Exército divulgou que ele havia sido resgatado por grupos guerrilheiros quando era conduzido por três militares em uma diligência no Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro. A família nunca acreditou nessa versão e cobrou explicações do Conselho de Direitos da Pessoa Humana, órgão ligado ao Ministério da Justiça (MJ), no Superior Tribunal Militar (STM) e na Justiça Federal. O estado brasileiro, no entanto, só reconheceu a responsabilidade pelo desaparecimento de

⁵³⁴ BRASIL. *Acervo SNI*. AC ACE CNF 5771/80 3 / 4 Ministério das Relações Exteriores Secreto.

⁵³⁵ G1. Coronel revela que corpo de Rubens Paiva foi jogado em rio, diz comissão. Rio de Janeiro: 21/03/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/coronel-revela-que-corpo-de-rubens-paiva-foi-jogado-em-rio-diz-comissao.html>. Acesso em: 10/10/2020.

Rubens Paiva por meio da Lei nº 9140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhecia como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, já no governo do então presidente, Fernando Henrique Cardoso.

Em maio de 2014, a Justiça Federal aceitou a denúncia do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro contra cinco militares pela morte e ocultação do cadáver de Rubens Paiva⁵³⁶. O general José Antônio Nogueira Belham, comandante do DOI-CODI da época, e o coronel Rubens Paim Sampaio, oficial que integrava o Centro de Informações do Exército (CIE), foram denunciados por homicídio triplamente qualificado, ocultação de cadáver e associação criminosa armada. O Ministério Público Federal também denunciou o general reformado Raymundo Ronaldo Campos e os capitães reformados e irmãos Jurandyr Ochsendorf e Souza e Jacy Ochsendorf e Souza pelos crimes de ocultação de cadáver, fraude processual e associação criminosa armada. Segundo o Ministério Público Federal, Paiva foi morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do 1º Exército, no Rio de Janeiro⁵³⁷.

Os militares recorreram da abertura do processo ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que manteve a decisão em primeiro grau. Um segundo recurso foi protocolado no STF com base na Lei de Anistia. O ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki deferiu liminar para suspender a ação penal contra os cinco militares envolvidos no desaparecimento e na morte de Rubens Paiva em setembro de 2014⁵³⁸.

De acordo com uma publicação da Associação Brasileira de Imprensa⁵³⁹, o motivo da prisão de Rubens Paiva esteve relacionado ao desfecho do sequestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher. No dia 13 de janeiro de 1970, setenta

⁵³⁶ BRASIL. MPF denuncia cinco militares por crimes contra a humanidade no caso Rubens Paiva. *Ministério Público Federal*: 19/05/2014. Disponível em: <http://www.prrj.mpf.mp.br/frontpage/noticias/mpf-denuncia-cinco-militares-por-crimes-contra-a-humanidade-no-caso-rubens-paiva>. Acesso em 21/10/2020.

⁵³⁷ BRASIL 247. STJ mantém trancamento da ação penal pela morte de Rubens Paiva. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/stj-mantem-trancamento-da-acao-penal-pela-morte-de-rubens-paiva>. Acesso em: 20/10/2020.

⁵³⁸ PIVA, Juliana Dal. Checando a história: ditadura reconheceu morte de Rubens Paiva em 1977. *Revista Piauí*: São Paulo. 31/03/2016. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/03/31/checando-a-historia-ditadura-reconheceu-morte-de-rubens-paiva>. Acesso em: 20/10/2020.

⁵³⁹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. MPF denuncia cinco militares no caso Rubens Paiva. Disponível em: <http://www.abi.org.br/mpf-denuncia-cinco-militares-no-caso-rubens-paiva/>. Acesso em: 22/10/2020.

presos políticos foram trocados pela libertação de Bucher e seguiram para o Chile, destino de muitos exilados brasileiros. Ao retornar de sua visita ao Chile, Cecília Viveiros de Castro e Marilene Corona Franco traziam consigo diversas correspondências destinadas a pessoas no Brasil, contudo foram presas no aeroporto do Galeão. Uma das cartas era destinada a Rubens Paiva. Ouvida pelo MPF, Marilene afirmou ter sido ameaçada pelo Brigadeiro Burnier com uma arma, para que telefonasse para a vítima, no número registrado, e informasse que as correspondências do Chile haviam chegado. Após essa ligação, os agentes da repressão obtiveram o endereço do ex-deputado. A vítima foi inicialmente levada ao comando da III Zona Aérea, onde foi submetida à tortura, presenciada por Cecília Viveiros de Castro, Marilene Corona e Edson de Medeiros.

De acordo com a testemunha Edson de Medeiros: No dia 20 de janeiro [...] o declarante foi colocado em uma cela no andar térreo, dotada apenas de grades, o que lhe permitia ver o que se passava no corredor do prédio. [...] Recordar-se então que na parte da tarde ouviu gritos de um homem sendo torturado. Lembra-se perfeitamente que os agentes colocaram uma música do Roberto Carlos - Jesus Cristo - em alto volume, possivelmente com o objetivo de abafar os gritos. Algum tempo depois viu de sua cela passarem dois recrutas puxando pelos pés um homem forte e gordo, com mais de 100 kg. Este homem foi colocado na cela ao lado e gemia muito. [...] Algumas horas depois, o depoente ainda viu alguns agentes retirarem da cela um corpo inerte e totalmente coberto. [...] Percebeu também que os agentes davam uma importância muito grande àquele preso. Foi a última vez que viu esta pessoa⁵⁴⁰

A primeira matéria do *Front* sobre o caso Rubens Paiva foi publicada em abril de 1971: “Onde está Rubens Paiva?”⁵⁴¹, com uma manchete na capa do boletim. O texto trouxe uma carta, na íntegra, escrita por Maria Eunice Paiva, relatando todas as arbitrariedades cometidas desde o desaparecimento do seu marido até sua própria prisão, além do questionamento sobre o paradeiro de Rubens Paiva, desconhecido desde janeiro daquele ano.

Excelentíssimos senhores, Presidente e demais membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Esta carta é dirigida a suas Excelências por uma mulher que viu sua casa invadida por homens armados, dizendo ser agentes de segurança, para prender, sem apresentação de um mandato judicial ou de uma determinação qualquer de autoridade policial militar, primeiramente a seu marido, o engenheiro Rubens Beyrodt Paiva; logo, no dia seguinte, a ela mesma e a sua filha Eliana, adolescente de 15 anos de idade, abandonado em sua sorte, em

⁵⁴⁰ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. MPF denuncia cinco militares no caso Rubens Paiva. Disponível em: <http://www.abi.org.br/mpf-denuncia-cinco-militares-no-caso-rubens-paiva/>. Acesso em: 22/10/2020.

⁵⁴¹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: FBI_CHI_19710400_00_001. Abril de 1971. Edição em espanhol (tradução minha). Capa do exemplar.

casa, aos outros filhos menores. [...] Tudo isso começou em 20 de janeiro, dia de São Sebastião, perto das 12 horas, quando Rubens e as crianças voltavam da praia e nos encontrávamos em casa, na Av. Delfim Moreira nº 80, no bairro do Leblon (Rio de Janeiro). Rubens foi preso nesse dia, minha filha e eu, no dia seguinte. Eliana logo foi solta, e eu, no dia 02 de fevereiro. Estivemos todos no Quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, nesta cidade do Rio de Janeiro. Nesse quartel, me mostraram o livro de registro de seus prisioneiros, onde em uma de suas folhas, pude ver, com meus próprios olhos, minha foto, a de Eliana e a de Rubens. Nesse quartel, durante os interrogatórios aos quais fui submetida, me informaram que meu marido também se encontrava ali. Ao deixá-lo, quando fui liberada no dia 02, eu vi no pátio interno do quartel, nosso carro, o qual Rubens, preso, havia dirigido pessoalmente acompanhando os agentes de segurança. Identificado por mim, me foi dito, por um dos oficiais, que o carro se encontrava a minha disposição. Sendo impossível dirigi-lo naquele instante, minha cunhada, Renée Paiva Guimarães, por mim autorizada, foi buscá-lo posteriormente, e recebemos um recibo, cuja cópia envio junto com esta carta, para vosso conhecimento.

Ao sair da prisão, soube que minha mãe havia levado ao 2º andar do Ministério da Guerra, umas roupas destinadas a Rubens tal como me havia dito. Estas, foram inicialmente recebidas; mas dias depois, recusadas, sob a explicação de que Rubens não se encontrava em nenhuma organização militar submetida ao comando do Exército. Explicação essa que passava a coincidir com as informações oficialmente prestadas ao Tribunal Militar Superior nos processos de habeas corpus feitos a meu favor e ao de Rubens, por nosso advogado, Dr. Lino Machado Filho. Lamentavelmente e surpreendentemente, nessas informações afirmam que nem Rubens, nem eu mesma, estivéramos presos em unidades do Exército.

Tomei conhecimento da versão, que me inquieta dia e noite, divulgada em jornais e na televisão, no dia 22 de janeiro, insinuando que meu marido havia sido objeto de uma operação de resgate efetuada por grupos terroristas. Versão cuja falsidade é absoluta, e que tem o estilo de uma comédia desenfreada. [...] Não posso e não quero admitir que em meu país se faça desaparecer, assim, por tanto tempo, uma pessoa humana. [...] De que o acusam? Sua mulher e seus filhos tem o direito de saber. Que fizeram com Rubens, onde está e para onde o conduziram? Por que não cumpriram com as leis? Reivindico para meu marido o direito de ser preso segundo as mesmas regras da legislação penal de segurança. Para que se defenda; para que seja liberado. [...]

Dirijo um chamado a suas Excelências, membros deste eminente conselho institucionalmente organizado para a defesa dos direitos da pessoa humana. Faço um chamado para que se venha a permitir a Rubens o exercício do direito da defesa que não pode ser recusado; identificando o local onde ele se encontra, a autoridade que o mantém preso, definindo o delito que lhe atribuíram, preservando-lhe ao fim, sua integridade, física e espiritual, vale dizer, sua vida.

Apresento a suas Excelências as expressões de meu maior respeito.

MARIA EUNICE PAIVA⁵⁴²

O desaparecimento de Rubens Paiva foi questionado pela oposição na Câmara dos Deputados. O deputado Oscar Pedroso Orta, juntamente com outros parlamentares, se pronunciaram em plenário e, em outras instâncias, cobrando do Estado esclarecimentos sobre o caso e demonstrando em vários discursos as

⁵⁴² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: FBI_CHI_19710400_00_006. Abril/1971/p.6.

contradições contidas nas informações divulgadas à sociedade, ao Parlamento e à família do desaparecido⁵⁴³. Logo após o desaparecimento, os principais jornais do Rio de Janeiro publicaram a notícia de que Rubens Paiva havia sido “resgatado” por um comando subversivo.

Terror liberta subversivo de um carro das federais

Bloqueado por dois carros, o auto dos agentes de segurança conduzindo um prisioneiro importante foi varado de balas na Avenida Edson Passos, madrugada de ontem, para o resgate do homem cuja identidade é mantida em sigilo pelas autoridades. Os policiais abrigaram-se e responderam aos tiros do bando terrorista, enquanto o preso era embarcado em um dos autos, para a fuga em disparada. Balas atingiram o tanque de gasolina provocando a explosão e fogo no carro dos agentes, que ficou inteiramente destruído. Os policiais não foram feridos na refrega violenta, mas admitem que um dos subversivos, pelo menos, foi baleado. (texto de capa)

A identidade do resgatado é mantida em sigilo, pelos setores de segurança, sabendo-se apenas, que seria um político cassado e que fora capturado há dois ou três dias em sua residência, na Zona Sul.⁵⁴⁴

Embora não tenha trazido explicitamente o nome de Rubens Paiva, o texto apontava para o ex-deputado, já que não havia na cidade do Rio de Janeiro outro parlamentar cassado que havia sido preso em sua residência, na Zona Sul do Rio de Janeiro naquela semana. Na publicação não há direito de resposta, ou qualquer outra pessoa ou familiar sendo ouvido. Deixa-se muito claro no texto que se trata de um “subversivo”, e aos subversivos, cabia a prisão ou a morte. E, como foi relato anteriormente, essa ação descrita pelo jornal *O Globo* foi encenada pelos agentes da repressão para desassociar a custódia do ex-deputado e assim não ter que informar a morte e a ocultação de cadáver. A matéria informou que a viatura havia sido alvejada, que houve um confronto, mas não pode ser periciada, pois foi destruída pelo fogo.

Embora a busca pela localização de Rubens Paiva por parte da sua família, amigos e outros parlamentares fosse exposta na sociedade, essa informação passou a ser questionada pela imprensa:

Negada prisão de Rubens Paiva

O advogado Lino Machado Filho informou ontem que o Comandante do I Exército, ao responder ao pedido de informações do Brigadeiro Cruz Moss, relator do “habeas corpus” impetrado em favor do industrial e ex-deputado federal por São Paulo Rubens Beyrodt Paiva, afirmou que o paciente não se encontra preso em nenhuma unidade do Exército no Estado da Guanabara.

⁵⁴³AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento Mutilado: Deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. Brasília: Edições Câmara, 2012, p. 177-178.

⁵⁴⁴ JORNAL O GLOBO. *Terror liberta subversivo de um carro das federais*. Rio de Janeiro: Nº 13.718. ANO XLVI. 23/01/1971.

Rubens Paiva foi preso em sua residência no dia 20 do mês passado por pessoas que se diziam agentes de segurança. No dia seguinte, 21, sua esposa Eunice e sua filha Eliane foram presas da mesma maneira. A filha foi colocada em liberdade no dia 23, um dia após a sua detenção, e Dona Eunice foi solta terça-feira última⁵⁴⁵.

Como podemos perceber existia uma pressão social nas buscas pelo ex-deputado, o que podemos questionar sob essa demanda, pois existiram uma série de casos de desaparecimentos e nem todos ganharam destaque na grande mídia. Por pertencer a classe política e ter uma rede de influência, seu desaparecimento não foi esquecido, mas sim negado, como uma forma de negar a responsabilidade do Exército. Contudo, ao afirmarem que pessoas disfarçadas de agentes de segurança sequestraram Rubens Paiva, sua mulher e filha, a imprensa distorcia as informações a favor do Estado e não permitia que Maria Eunice, a esposa de Rubens Paiva, relatasse sua versão sobre os fatos.

Vemos como o jornal *Tribuna da Imprensa* noticiou o episódio divulgado pelo exército, publicando o seguinte texto: “subversivo teria escapado após tiroteio com a polícia”, diferente da postura do jornal *O Globo*, que preferiu deixar nas entrelinhas.

Terror resgatou preso em operação-comando
Uma audaciosa investida de terroristas verificou-se na madrugada de ontem, no Alto da Boa Vista, quando oito homens armados de revólveres calibre “45” e metralhadoras interceptaram uma viatura onde viajavam três agentes de Segurança, que transferiam do Serviço de Diligências Especiais para uma unidade militar, um elemento identificado como Rubens Beyrodt de Paiva, ex-deputado pelo antigo PTB de São Paulo. [...] O fato ocorreu às 5:20 da manhã, na avenida Edson Passos, imediações da Usina. Os agentes de Segurança eram todos militares integrantes de um órgão de Segurança e estavam encarregados de conduzir o subversivo Rubens Beyrodt de Paiva, preso no Alto da Boa Vista, para uma unidade militar. [...] Mais tarde, circulou outra versão de que Rubens Paiva estaria rondando a região com os agentes para mostrar-lhes um “aparelho”, não se tendo maiores detalhes a respeito. Os hospitais e casas de saúde estão avisados ante a possibilidade do aparecimento de alguém ferido a bala, fato que deve ser comunicado imediatamente às autoridades⁵⁴⁶.

Mesmo sem ouvir outras fontes, o jornal divulgou na íntegra a versão repassada pelo Exército, que inicialmente negou veementemente que Rubens Paiva, sua esposa e filha, estivessem detidos em alguma unidade oficial. Nessa reportagem, eles abordaram duas possíveis versões, a primeira seria aquela descrita também pelo jornal *O Globo* que relata uma suposta transferência de Rubens Paiva

⁵⁴⁵ JORNAL O GLOBO. *Negada prisão de Rubens Paiva*. Rio de Janeiro. Edição matutina, p.8, ANO XLVI Nº 13.729. 05/02/1971.

⁵⁴⁶ TRIBUNA DA IMPRENSA. *Terror resgatou preso em operação-comando*. ANO XXII. Nº 6.310. Rio de Janeiro. 23-24 de janeiro de 1971, p. 2.

então detido pelos agentes de segurança e que nesse transporte eles foram surpreendidos por tiros e nessa confusão Rubens Paiva teria fugido. Já na segunda versão, muito mais vaga que a primeira, o ex-deputado nem teria sido preso e que ele foi em direção a agentes de segurança para mostrar um objeto. Independentemente da versão, vemos uma tentativa de lançar diferentes versões sobre o ocorrido, confundindo o leitor sobre os fatos. No dia seguinte, o impresso divulgou uma outra versão do caso.

Advogado pede “habeas” para Rubens Paiva

O advogado Lino Machado Filho impetrou ao presidente do Superior Tribunal Militar, brigadeiro Armando Perdigão, um habeas-corpus em favor do ex-deputado Rubens Paiva, preso dia 20 último em sua residência, no Leblon. Na justificativa, o advogado lembra que “o paciente é industrial de ilibada reputação que, afastado do mandato de deputado federal por força do Ato Institucional número 1, dedicou-se à sua profissão, integrando mesmo empresas ligadas a entidades oficiais, no setor da habitação. De como sempre se houve com lisura e correção, podem testificar as direções de entidades para-governamentais de financiamento”. Em tempo algum, após a cassação, exercitou atividades políticas⁵⁴⁷.

Nesta ocasião o *Tribuna da Imprensa* relatou uma ação do advogado Lino Machado Filho para tentar libertar Rubens Paiva da custódia do Exército, destacando que os familiares e demais pessoas próximas ao ex-deputado sequer sabiam se ele estava vivo. Ao utilizar do recurso de *habeas corpus*, essa seria uma tentativa não só de libertar Rubens Paiva, mas saber se ele estava realmente sob a tutela do Estado, além de argumentar que o mesmo não estava mais envolvido em atividades políticas.

Enquanto parte da imprensa brasileira divulgou a versão construída pelo Exército e nomeava o ex-deputado de subversivo, Maria Eunice Paiva continuou sua busca pelo marido desaparecido. Em abril de 1971, o *Front* trouxe a seguinte pergunta: “Rubens Paiva está vivo?”. Na ocasião, o advogado Lino Machado afirmou ter recebido a informação de que Rubens Paiva estaria vivo, mas era uma informação vazia que não trazia detalhes sobre seu estado e nem indícios sobre a sua localização.

Onde está Rubens Paiva?

Em 20 de janeiro desse ano o ex-deputado Rubens Paiva, que foi impedido de exercer seus direitos políticos em 1964, foi sequestrado em sua residência no Rio de Janeiro por militares e até hoje não se tem notícia dele. Sua mulher e sua filha também estiveram detidas. Transcrevemos integralmente, uma carta escrita por sua esposa, D. Maria Eunice Paiva,

⁵⁴⁷ TRIBUNA DA IMPRENSA. Advogado pede “habeas” para Rubens Paiva. Tribuna da Imprensa RJ. p. 2. 25/01/1971. Ano XXII. Edição de Segunda-feira, nº 06311.

aonde relata todas as arbitrariedades cometidas desde o desaparecimento do seu marido e de sua própria prisão. A carta é dirigida ao Conselho de Defesa da Pessoa Humana do Brasil, presidida pelo Sr. Buzaid, ministro da Justiça. Tal conselho, entretanto, não respondeu a denúncia apresentada pela senhora Paiva.

Na carta, Eunice Paiva relata que sua casa foi invadida por homens armados, sem mandato judicial ou qualquer identificação policial. Prenderam seu marido, e no outro dia, voltaram para prender ela e sua filha, Eliana, uma adolescente de quinze anos. As duas foram levadas encapuzadas. Eliana foi liberada no dia seguinte, já Eunice passou doze dias presa, incomunicável, sendo interrogada constantemente. Depois de quase um mês, não há notícias nenhuma do seu marido. Ao chegar no quartel da polícia do exército, na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, Eunice viu a foto de sua filha Eunice, e de Rubens, seu esposo, no livro de registro de presos. Dias depois, Eunice foi informada de que Rubens Paiva, ex-deputado federal pelo estado de São Paulo, não se encontrava em nenhuma organização militar submetida ao comando do Exército⁵⁴⁸.

Na edição de Maio/Junho 1971 o boletim afirmou que Rubens Paiva havia sido morto após sessões de tortura. Para não ter que entregar o seu corpo deformado à família, e com isso criar um escândalo ainda maior, a ditadura criou a versão de que ele teria sido sequestrado. Essa versão foi divulgada por jornais em todo o país e mantida por muitos anos.

Em Julho do mesmo ano, o boletim trouxe o seguinte texto: “Caso Rubens Paiva: Um acidente da tortura?” Ao criar uma falsa versão de fuga, o governo admitia oficialmente, pela primeira vez, a prisão de Paiva, já que havia negado anteriormente que o ex-deputado estivesse passado por alguma unidade do exército.

Caso Rubens Paiva: Um acidente da tortura?

[...] Desde que foi sequestrado por oficiais do Exército em 20 de janeiro passado, junto com sua família, as notícias oficiais a seu respeito são tão contraditórias como esparsas. Mas as últimas informações parecem indicar que seu destino foi o mesmo que de outros compatriotas: assassinado pela ditadura militar. [...] Em nome da ARENA, o “deputado” Nina Ribeiro, no fim de junho, “esclareceu” que Paiva havia sido preso em 20 de janeiro de 1971 pelo Exército no Rio de Janeiro. Mas ao ser transferido para outra unidade militar, em 22 do mesmo mês, foi resgatado, após um grande tiroteio, por seus companheiros. Essa versão já havia sido divulgada em janeiro, de forma não oficial, pela polícia do Rio de Janeiro. D. Eunice Paiva, mulher de Rubens, tem a seguinte opinião: “Versão absolutamente falsa e que parece uma comédia cruel”. Esta versão agora confirmada pela ditadura – por meio da ARENA – é a primeira declaração oficial em que o governo reconhece sua responsabilidade na prisão de Paiva. Já que o governo havia negado anteriormente que tivesse prendido o ex-deputado⁵⁴⁹.

⁵⁴⁸ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: FBI_CHI_19710400_00_001.ABRIL 1971 - ANO III Nº 18 Eº4 – SANTIAGO / CHILE. Tradução minha.

⁵⁴⁹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: FBI_CHI_19710400_00_001.julho 1971 - ano III Nº 7 – Santiago / Chile. Tradução minha.

Como podemos perceber pela quantidade de notícias que circularam sobre a prisão e o desaparecimento de Rubens Paiva observamos que sua influência política foi fundamental para que seu caso ganhasse notoriedade dentro e fora do país. O boletim de julho de 1971 trouxe uma discussão sobre o caso Rubens Paiva, pois como foi dito no texto acima, foi a primeira vez que o Exército admitiu que o ex-deputado esteve detido em suas dependências. As várias versões sobre o caso Rubens Paiva foram tentativas de esconder a veracidade dos fatos, que só seria esclarecida anos mais tarde.

Na edição de dezembro do *Front*, Rubens Paiva compõe a lista de mortos e desaparecidos pela ditadura, e em todas as vezes que o boletim publicou essas listas, lá estava o nome do ex-deputado. O *Front* foi o primeiro impresso a denunciar que o deputado federal Rubens Paiva, desaparecido em 1971 após ser preso e torturado, tinha sido assassinado pelos militares brasileiros⁵⁵⁰. Publicou a versão da esposa de Rubens Paiva e cobrou do Brasil e de outras entidades de direitos humanos, esclarecimentos sobre o caso.

4.6 E A RESISTÊNCIA PRODUZ RESULTADOS: O TRIBUNAL BERTRAND RUSSEL E A ANISTIA INTERNACIONAL

O Tribunal Bertrand Russel foi criado inicialmente para julgar os crimes cometidos pelos Estados Unidos durante a invasão ao Vietnã. Fundado pelo filósofo Bertrand Russel cumpriu o papel de denunciar crimes cometidos por governos, construindo uma opinião pública mundial sobre os problemas decorrentes de políticas imperialistas e de genocídio, o que favoreceu a eclosão de um amplo movimento de solidariedade com o povo vietnamita em sua luta de libertação. A primeira sessão ocorreu em Estocolmo, no dia 12 de maio de 1967, sob a presidência de Jean Paul Sartre. Intitulado inicialmente como “Tribunal Internacional para os crimes de guerra” foi instalado a partir do apelo do povo vietnamita. Mesmo sem dispor de legitimidade jurídica, este órgão buscou sensibilizar a consciência moral da humanidade frente aos crimes daquela guerra.

O primeiro pedido para a análise e julgamento dos crimes da ditadura brasileira foi feito por exilados brasileiros no Chile, durante uma viagem em 1971

⁵⁵⁰ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Seção de Boletins. Pasta 2. Identificação: EXI_BIFBI_062_141_103_165. Julho/1971.

feita pelo senador italiano àquele país. Em agosto de 1972, organizações de esquerda brasileiras reunidas no “Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil”, grupo que editava o *Front* em Santiago, além de Miguel Arraes, então exilado na Argélia, dirigiram-se formalmente a Lelio Basso pedindo a realização de uma sessão do Tribunal Russell⁵⁵¹, fato noticiado pelo *Front*.

Tribunal B. Russel pretende julgar ditadura brasileira
O professor Lelio Basso, que esteve recentemente no Chile como convidado especial num Simpósio promovido pelas Universidades do Chile e Católica, manifestou ao Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil seu propósito de gerir, no sentido de que o Tribunal Bertrand Russel se reúna para julgar a ditadura brasileira e seus crimes. O professor Basso, como se sabe, foi relator do Tribunal Bertrand Russel durante o julgamento dos crimes americanos no Vietnã e na atualidade, membro do Comitê Italiano Europa-América Latina⁵⁵².

A segunda edição deste Tribunal foi presidida por Lelio Basso, senador italiano do Partido Socialista, que havia participado ativamente da edição anterior. O objetivo foi julgar as violações de direitos humanos cometidas pelas ditaduras na América Latina. Ambos não possuíam legitimidade jurídica para realizar condenações, mas se constituíram como tribunais de opinião. Nesta ocasião foram realizadas três sessões, sendo a primeira em Roma, de 30 de março a 06 de abril de 1974, a segunda em Bruxelas, de 11 a 18 de janeiro de 1975 e a terceira em Roma novamente, de 10 a 17 de janeiro de 1976⁵⁵³. A primeira sessão debateu e julgou a ditadura brasileira em seus vários aspectos: jurídicos, políticos, econômicos e religiosos, com atenção especial para as violações aos direitos humanos, praticadas através do uso sistemático da tortura.

O *Front* acompanhou, a cada edição, todas as ações que o Tribunal desenvolveu, pois tratou-se de uma estratégia de mobilização política e cultural ao tentar alcançar a opinião pública internacional para o caso brasileiro.

Roma, 20 de julho de 1973.
Relatório da Secretaria Geral do TBR.
A reunião internacional que acaba de se realizar em Roma nos dias 14, 15/7, de preparação da primeira reunião do Júri do Tribunal Bertrand Russel II para o Brasil, alcançou os objetivos a que se propunha. A Secretaria, de

⁵⁵¹TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. (org.). *Brasil, violação dos direitos humanos – Tribunal Russel II –* Reedição do original em italiano de 1975. Organizada por Giuseppe Tosi e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. Editora da UFPB. João Pessoa. 2014, p. 337.

⁵⁵² INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. novembro 1971 - ano III Nº 25 Eº4 – Santiago / Chile Identificação: EXI_BIFBI_099_022, p. 23.

⁵⁵³ FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O Tribunal Russel II e a voz da resistência à ditadura militar no Brasil. *RIDH*. Bauru, v. 4, n. 2, p. 93-110, jul./dez., 2016, p. 262

acordo com o Sen. Lelio Basso, havia proposto se fazer um balanço do que já se alcançou, fazer um levantamento das forças que apoiavam ou poderiam apoiar e particularmente traçar planos de trabalho detalhados. A participação foi expressiva. Presentes cerca de 25 pessoas, encontramos personalidades como os franceses Casalis e Matarasso (presidente da comissão jurídica por ocasião do Tribunal Russel para o Vietnã)⁵⁵⁴.

Nos dias 14 e 15 de julho de 1973 aconteceu na cidade de Roma, a preparação da primeira reunião do Júri do Tribunal Bertrand Russel II para o Brasil. A reunião verificou a necessidade de multiplicar o trabalho de propaganda e organização para que os trabalhos desenvolvidos tivessem um alcance internacional. Além de ter um plano de trabalho a ser desenvolvido pelas comissões, o tribunal buscava pela qualidade e objetividade das provas apresentadas⁵⁵⁵.

Tribunal Bertrand Russel

Se desenvolve em todo o mundo a campanha de solidariedade com o “Tribunal Bertrand Russel” por sua iniciativa de julgar os crimes praticados no Brasil pela ditadura militar. Apesar de todo o aparato publicitário montado pelo governo brasileiro para “vender” a imagem de um suposto “milagre econômico” e de sua afirmação de que “não há presos políticos no Brasil”, as forças democráticas de vários países têm se organizado para denunciar a tragédia de um povo submetido a uma crescente miséria e a um terror repressivo sem precedentes em sua história⁵⁵⁶.

Esse tribunal contou com a participação de intelectuais e juristas das mais diversas nacionalidades, tais como Jean Paul Sartre, filósofo francês; François Rigaux, jurista belga; Julio Cortazar, escritor argentino; Albert Soboul, historiador francês; Gabriel Garcia Marques, escritor colombiano; Dominique Chenu, teólogo francês; Vlademir Dedijer, historiador iugoslavo; George Casalis, teólogo francês; dentre outros, além das pessoas que testemunharam e dos voluntários que trabalharam para a realização das sessões⁵⁵⁷.

Nas sessões sobre o Brasil, testemunharam Dulce Maia, atriz; Fernando Gabeira, jornalista; Wellington Diniz, cinegrafista; René de Carvalho, economista, filho do militante internacionalista Apolônio de Carvalho; Carmela Pezzuti, funcionária pública; Maria do Socorro Vigevani, paraibana com atuação em São Paulo, e seu esposo italiano Tullo Vigevani; Rolando Fratti, metalúrgico e

⁵⁵⁴ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: EXI_DTEP_0014_001.

⁵⁵⁵ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Acervo Exílio*. Identificação: EXI_DTEP_0014_001.

⁵⁵⁶ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: FBI_CHI_19720300_29_001, p.24. Edição: março 1972 - ano III nº 29 eº 5 – Santiago / Chile.

⁵⁵⁷ FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O Tribunal Russel II e a voz da resistência à ditadura militar no Brasil. *RIDH*. Bauru, v. 4, n. 2, p. 93-110, jul./dez., 2016, p. 263

sindicalista; Marco Antonio Moro, advogado; e Nancy Unger, estudante norte-americana presa no país⁵⁵⁸.

Contando com uma ampla rede de solidariedade europeia, o tribunal promoveu a divulgação e deu visibilidade à situação dos perseguidos políticos. Através dos depoimentos e testemunhos constitui-se em um dos primeiros espaços abertos para que as vítimas da ditadura denunciassem as violações aos direitos humanos e expusessem publicamente as suas lembranças traumáticas das torturas e do exílio. Os depoimentos foram gravados em áudio e vídeo e realizados diante de um corpo de jurados e de uma plateia. A experiência pioneira do Tribunal Russell II foi minimamente noticiada no Brasil, mas sempre esteve presente nas páginas do *Front*⁵⁵⁹.

Partido Socialista Chileno apoia Tribunal contra Ditadura Brasileira
Dia a dia cresce o apoio internacional para que o Tribunal Bertrand Russel julgue a ditadura brasileira. Personalidades e partidos políticos de todo o mundo continuam aderindo a iniciativa. Em 11 de janeiro passado, Lelio Basso, dirigente do Tribunal para o Brasil, em visita ao Chile, entrevistou representantes dos Partido Socialista Chileno. Guarani Pereda, Gustavo Ruz e Arnoldo Camú, em nome do Comitê Central, expressaram o compromisso do Partido Socialista para a formação do Tribunal para o Brasil e para a constituição do comitê chileno de apoio ao mesmo. Lelio Basso confirmo ao "FRENTE" que o Tribunal espera efetuar sua primeira sessão em outubro desse ano em alguma capital latino-americana. Uma segunda sessão se faria numa capital europeia, no começo de 1974⁵⁶⁰.

O Tribunal organizou o seu trabalho por fases. No caso do Brasil, houve uma primeira etapa; a de investigações, que reuniu provas que fundamentavam as acusações feitas contra a ditadura através de relatos de dezenas de personalidades, organismos internacionais e jornais. *Comitês de denúncia da repressão no Brasil* foram criados em vários países, a exemplo dos Comitês já existentes no Chile, Estados Unidos, Canadá, França, Argélia, Uruguai, Suíça e Itália. O objetivo era reunir o maior número possível de testemunhos sobre a tortura para divulgar diante da opinião pública.

As sessões tiveram um grande eco na imprensa internacional e entre os estudiosos de direito e política internacional, historiadores, dirigentes e militantes políticos, resultando em relatórios publicados em vários países e idiomas. Jean Paul Sartre reivindicou a legitimidade da iniciativa:

⁵⁵⁸ Ibidem.

⁵⁵⁹ Ibidem.

⁵⁶⁰ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: p. 2. Edição: fev./mar. 1973 - ano IV Nº 33 Eº20 – Santiago / Chile.

O Tribunal Russell não substitui nenhum poder legítimo: ele nasceu, ao contrário, de uma lacuna e de um apelo [...] a nossa impotência é a garantia da nossa independência [...] Não representando nem governos, nem partidos, não podemos receber ordens de ninguém: examinaremos os fatos segundo a nossa consciência e em plena liberdade de espírito [...] E, todavia, qualquer que seja a nossa vontade de imparcialidade e de universalidade, somos conscientes que esta não é suficiente a legitimar a nossa empreitada. O que queremos, na verdade, é que sua legitimação seja [...] a posteriori. De fato, não trabalhamos para nós mesmos, nem tão somente para nossa edificação moral, e não pretendemos impor as conclusões à que chegaremos como uma fulguração. Na verdade, nós desejamos, graças à colaboração dos meios de informação, manter um contato constante com as massas que, em qualquer parte do mundo vivem a dor da tragédia do Vietnã. Nós desejamos que estas massas aprendam como nós aprendemos, que descubram conosco os relatórios, os documentos, os testemunhos, que estas possam apreciá-los e possam construir, como nós, a sua própria opinião, dia após dia. As conclusões, quaisquer que sejam, queremos que nasçam por si mesmas, para todos, ao mesmo tempo que para nós; talvez até antes. Esta sessão é uma empreitada comum, cujo resultado final deve ser, segundo a expressão de um filósofo: 'uma verdade que se torna tal'. Sim, se as massas ratificarão o nosso julgamento, então ele se tornará verdade e nós, no instante mesmo em que desaparecermos, elas far-se-ão sentinelas e poderoso apoio daquela verdade, saberemos que fomos legitimados e que o povo, manifestando-nos o seu consentimento, revela uma exigência profunda: aquela que um verdadeiro "tribunal contra os crimes de guerra", seja criado como órgão permanente, ou seja, que tais crimes possam ser, em qualquer lugar e em qualquer momento denunciados e punidos⁵⁶¹.

Este segundo Tribunal foi pensado inicialmente para julgar a repressão no Brasil, mas, após o golpe chileno, passou a incluir também o Chile e logo depois o Uruguai e a Bolívia. O Brasil demonstrou não ser um caso isolado de ditadura militar, mas um modelo que tendia a se estender por toda a América Latina. Foi por isso que, na reunião constitutiva, realizada em Bruxelas em 6 de novembro de 1973, decidiu-se adotar o nome de "Tribunal Russell II pela Repressão no Brasil, no Chile e América Latina".⁵⁶²

De 30 de março até 5 de abril de 1974, o *Tribunal Russell II sobre a repressão no Brasil, Chile e América Latina* organizou 13 audiências durante as quais foi apresentado um notável material informativo sobre as violações dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, violações pelas quais foram acusados quatro governos do continente latino-americano: os de Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia. O Tribunal, após ter ouvido as acusações formuladas por representantes qualificados dos povos destes países, ouviu muitos relatórios, interrogou numerosas testemunhas e especialistas, examinou uma abundante documentação escrita e audiovisual. Além disso,

⁵⁶¹TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. (org.). Brasil, violação dos direitos humanos – Tribunal Russell II – Reedição do original em italiano de 1975. Organizada por Giuseppe Tosi e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. Editora da UFPB. João Pessoa. 2014, p. 29.

⁵⁶² Ibidem, p. 39.

o Tribunal ouviu o relatório conclusivo de seu vice-presidente, Professor François Rigaux, que evidenciou os aspectos jurídicos do problema⁵⁶³.

Em um comunicado à imprensa, em 17 de janeiro de 1976 o Tribunal declarou culpados de violações graves, repetidas e sistemáticas dos direitos humanos e dos povos, as autoridades do Brasil, do Chile, do Uruguai e da Bolívia⁵⁶⁴. Sendo assim, o Tribunal emitiu uma lista de ações que deveriam ser colocadas em prática.

O Tribunal apela à consciência dos povos. Une-se a todas as forças democráticas do mundo para:

- 1) Dar a conhecer, com todos os meios disponíveis, o que acontece nos países da América Latina, manter vivo o interesse sobre estes problemas com reuniões, encontros, manifestações, artigos etc.;
- 2) Levantar fundos;
- 3) Apelar a todos os governos para que suspendam qualquer ajuda militar e econômica às autoridades de fato, condenadas pelo Tribunal;
- 4) Lançar uma vasta campanha para a libertação dos presos políticos do Brasil, do Chile, do Uruguai e da Bolívia;
- 5) Pressionar a Junta chilena, para que conceda os salvo-condutos aos dirigentes políticos ainda refugiados nas embaixadas e para salvar a vida de Clodomiro Almeida, ex-ministro dos assuntos exteriores de Allende, deputado do Partido Socialista chileno; de Luis Corvalan, secretário geral do Partido Comunista chileno e de Bautista Van Schouwen, vice-secretário do MIR;
- 6) Boicotar o envio de armas aos governos de que foi demonstrado o caráter repressivo⁵⁶⁵.

As ações do Tribunal Bertrand Russel II foram enviadas ao Secretário Geral da ONU e às organizações internacionais como a UNESCO, o BIT, a OMS, a OEA, a Comissão Justiça e Paz, o Conselho Mundial das Igrejas (CMI), a Federação Mundial dos Sindicatos (FSM Praga), a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL Bruxelas), a Anistia Internacional, a Associação dos Juristas Católicos, o Secretariado Permanente da Organização dos Países não Alinhados, as Organizações Internacionais da Juventude, a Liga Internacional de Defesa dos Direitos Humanos, a Comissão Internacional dos Juristas (CIJ); a todos os governos, aos membros do Congresso norte-americano⁵⁶⁶. Além disso, o Tribunal contou com o apoio de parte da imprensa de peso internacional, como *Le Monde* e o *Le Figaro*,

⁵⁶³TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. (org.). Brasil, violação dos direitos humanos – Tribunal Russel II – Reedição do original em italiano de 1975. Organizada por Giuseppe Tosi e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. Editora da UFPB. João Pessoa. 2014, p. 324.

⁵⁶⁴ Ibidem, p. 328.

⁵⁶⁵ Ibidem, p. 329.

⁵⁶⁶ Ibidem, p. 330.

e uma ampla rede de sustentação, muitas vezes ligada a movimentos de base, sobretudo cristãos⁵⁶⁷.

“Le Figaro” denuncia atrocidades no Brasil

“Desafio as autoridades brasileiras a permitirem a visita de um comitê internacional a uma das cadeias onde fui detido”, afirmou o engenheiro francês Gerard Francis Blum ao jornal conservador Le Figaro.

O mesmo jornal publicou excelente editorial sobre tortura no Brasil, assinado pelo autor conservador e membro da Academia Francesa Thierry Maulnier. Francis Blum morou no Brasil por quatro anos, e voltou ao seu país no último dia 29 de fevereiro após ter sido preso por mais de três meses. Atualmente ele está internado na enfermaria de um hospital de Paris, com tuberculose e com o diagnóstico de uma doença pulmonar muito grave, afirma o jornal.

O engenheiro francês conta que foi preso em Fortaleza, no estado do Ceará, no dia 28 de outubro do ano passado, junto com o monge Tarduet, da mesma nacionalidade, membro da Ordem Franciscana em missão ao Brasil, e o padre italiano Angelo Bernardini.

O jornal afirma que a polícia brasileira acusou Blum de ter falado de maneira subversiva durante uma visita às casas das pessoas mais pobres da região, e por isso foi preso e isolado em uma cela da Polícia Federal, onde ele foi mantido por 24 dias em completo isolamento⁵⁶⁸.

Em documento publicado pelo *Comitê de Denúncia a Repressão no Brasil*, produzido em Santiago, no Chile, temos uma notícia do jornal francês, *Le Figaro*, narrando experiências de franceses que foram presos no Brasil, sem uma justificativa aparente, descrevendo as condições das prisões brasileiras. Isso pôde ser comprovado pelas condições físicas de um dos prisioneiros após passar mais de três meses detido. O jornal iniciou o texto trazendo uma fala de um dos presos exigindo a visita de um comitê internacional para intervir nas práticas de prisão e encarceramento. Esse tipo de notícia não seria publicado na grande imprensa brasileira. O estado brasileiro, inclusive, já começava naquele momento a produzir documentos sobre a repercussão do Tribunal Bertrand Russel II.

O INTITULADO “TRIBUNAL BERTRAND RUSSEL” NA PROPAGANDA CONTRA O BRASIL

O presente relatório visa informar à Comunidade de Informações sobre a atuação do intitulado “TRIBUNAL BERTRAND RUSSEL” na campanha de difamações do BRASIL no exterior, promovida pelo Movimento Comunista Internacional (MCI). O relatório sintetiza todo o levantamento de dados e informações realizados pelo CIE para o conhecimento das origens do tribunal, suas atividades e as repercussões de seu trabalho no exterior. Informa algumas providências adotadas para neutralizar a propaganda desse órgão do MCI. [...] Finda a guerra do Vietnã, por sugestão de comunistas brasileiros asilados em países estrangeiros, dirigentes da

⁵⁶⁷ Ibidem, p. 341.

⁵⁶⁸ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: FBI_CHI_19720300_30_018, p.18. Publicação do Comitê de Denúncia a Repressão no Brasil. Santiago. Chile. Texto em inglês. (tradução minha). ABRIL / 1972.

“FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES” e, ainda, por solicitação de terroristas brasileiros banidos que atuavam no CHILE, o tribunal, a partir de fevereiro de 1973, aliou-se à campanha de difamações contra o BRASIL, no propósito de repetir o êxito de sua propaganda contra os EUA⁵⁶⁹.

A resposta do Estado brasileiro era sempre a negativa das acusações, dizendo tratar-se de uma campanha difamatória internacional promovida pelos exilados e pelo *Front*. Verificamos que há dezenas de documentos no arquivo do CIEEX com esse mesmo assunto:

Na sessão matutina do TRIBUNAL RUSSEL realizada na primeira quinzena do mês de janeiro de 1975, se analisou a situação brasileira e a participação das empresas multinacionais no sistema econômico do BRASIL. O citado TRIBUNAL escutou um extenso informe do economista brasileiro FRANCISCO ANDRADE (professor da Universidade francesa de VINCENNES, e que oculta seu verdadeiro nome nas sessões do TRIBUNAL RUSSEL, fazendo-se passar por FRANÇOISE ANDRADE). Durante a segunda sessão do TRIBUNAL RUSSEL, julgou-se a quatro (4) países latino-americanos (BRASIL, CHILE, URUGUAI e BOLÍVIA), acusados de violarem os direitos fundamentais do homem, os quais foram considerados culpados de “crimes contra a humanidade” [...] O presente assunto continua em processamento⁵⁷⁰.

⁵⁶⁹ CIE. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. Relatório Especial de Informações. Nº 06/74, de 25 Julho 74. BRAN, BSB 24.DHU.24,P.1/29, p. 3.

⁵⁷⁰ CIE. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. Identificação: INFORMAÇÃO Nº 0239/S-102-A2-CIE. 93161.

Figura 31 - Resumo da reunião do Front em Berna - Suíça

Presados companheiros do C D R T B .

Os representantes das seções do F B I na Europa, reunidos em Berna a 10.3.73 , decidiam integrar-se com todos os seus recursos materiais e políticos no trabalho de organização e realização do Tribunal Russell sobre o Brasil. Essa decisão foi tomada tendo em vista que, já estando publicamente lançado, o seu fracasso seria interpretado como uma vitória da ditadura brasileira que afetaria a todas as forças que lutam contra a ditadura e o imperialismo em nosso país.

Comunicamos essa decisão aos companheiros do Chile ressaltando a importância de, no futuro, haver consulta prévia do F B I quanto às decisões que afetem o trabalho de propaganda e mobilização na Europa, implicando essa consulta na resposta expressa, clara e a tempo útil das restrições que acaso sejam levantadas em relação às propostas apresentadas.

F. B. I.

*Spedito a Ramirez
a parte da in Chile
il 20/3/73*

571

Fonte: Instituto Miguel Arraes (1973).

O *Front* participou ativamente na divulgação do Tribunal Bertrand Russel II e, embora se tratasse de um “tribunal de opinião”, isso é, sem poderes de punições legais, quem compunha o tribunal eram personalidades do mundo científico e cultural dotadas de grande prestígio internacional. Quanto aos seus objetivos, o tribunal obteve sucesso, pois a mobilização da opinião pública é atestada através da presença de dez redes de televisão italianas e mais de cento e oitenta jornalistas que acompanharam as sessões e repercutiram em outros veículos. O tribunal denunciou os crimes e violências cometidas no Brasil pelos agentes do estado, e foi elemento importante de mobilização e repúdio no debate internacional, atuando, inclusive, após o “julgamento”. Representantes de partidos políticos, sindicatos,

⁵⁷¹INSTITUTO MIGUEL ARRAES. Acervo Exílio. Identificação: EXI_DFBI_0335_001.

embaixadas, juristas e ativistas de direitos humanos, além do próprio Lélío Basso e outros integrantes do tribunal estiveram presentes na “Primeira Conferência Internacional pela Anistia” em Roma, em 1979, exatamente quando o congresso brasileiro votava a Lei da Anistia⁵⁷².

A Anistia Internacional foi criada em Londres, em 1961, pelo advogado Peter Benenson, ligado ao Partido Trabalhista Britânico. Desde a sua fundação, trabalhou na defesa de presos políticos e na divulgação de denúncias de tortura entre a comunidade internacional. Uma de suas primeiras campanhas, *AMNESTY*, dedicou-se a lutar pela libertação e proteção de prisioneiros por razões políticas e religiosas em diversas partes do mundo⁵⁷³.

Após receber um intenso volume de denúncias, a Anistia Internacional passou a produzir relatórios sobre os casos de torturas que aconteciam no Brasil. A organização levantou fundos para lutar pela libertação desses presos e divulgou cartas que eles escreviam. Inicialmente, a organização ficou conhecida com *AMNESTY – Movimento Internacional pela Liberdade de Opinião e Religião*. Segundo Meirelles⁵⁷⁴, a partir de 1971, o Brasil tornou-se objeto das atenções do Departamento de Investigações da Anistia Internacional. Não há uma data precisa de quando a organização começou a receber denúncias sobre o Brasil, que acabou se inserindo num projeto mundial que o órgão desenvolveu contra a tortura no ano de 1972. O governo brasileiro proibiu que enviassem seus representantes ao Brasil, o que impediu a Anistia de visitar pessoalmente os presídios brasileiros. Sendo assim, os relatórios eram baseados nas entrevistas, depoimentos e cartas que brasileiros, ex-presos políticos e agora exilados, enviavam para a organização⁵⁷⁵.

A organização Anistia Internacional acaba de publicar um relatório sobre as acusações de tortura no Brasil. Londres, 1972.

Este relatório contém informações sobre o período que vai de 13 de dezembro de 1968 a 15 de julho de 1972. O estudo contém as leis concernentes a repressão aos opositores políticos decretadas pelos governos militares desde 1964. Aqui está o resumo: examinando a deterioração no campo do direito, vemos que as leis no Brasil, muitas vezes

⁵⁷²TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. (org.). *Brasil, violação dos direitos humanos – Tribunal Russel II* – Reedição do original em italiano de 1975. Organizada por Giuseppe Tosi e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. Editora da UFPB. João Pessoa. 2014, p. 344.

⁵⁷³MEIRELLES, Renata. *Contra a Tortura: a Anistia Internacional durante a Ditadura Militar no Brasil. XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. 2015.

⁵⁷⁴Ibidem.

⁵⁷⁵TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. (org.). *Brasil, violação dos direitos humanos – Tribunal Russel II* – Reedição do original em italiano de 1975. Organizada por Giuseppe Tosi e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. Editora da UFPB. João Pessoa. 2014, p. 135.

são contraditórias e inconstantes, enquanto atos institucionais e decretos secretos revogaram disposições constitucionais que protegiam os direitos humanos. [...] Regulamentos para controlar as atividades dos estudantes e dos professores universitários até decretos que instauraram a pena de morte, pela primeira vez na história moderna do Brasil. O congresso nacional foi fechado, o conselho de direitos humanos foi reestruturado para torná-lo ineficaz e o conceito de segurança nacional foi largamente ampliado. [...] O texto traz o testemunho detalhado de onze opositores do regime que foram presos e submetidos a tortura por diferentes órgãos das forças armadas. Existe uma lista de 1.081 pessoas que foram submetidas às torturas ou que estão desaparecidas desde o momento de sua prisão. A descrição das principais formas de tortura utilizadas. Uma lista com nomes de torturadores e as acusações contra eles. A Anistia Internacional informa que, em diversas ocasiões, desde 1970, enviou às embaixadas e ao governo brasileiro diversos recursos para poder realizar uma investigação no Brasil. Todos os apelos foram rejeitados⁵⁷⁶.

Após a repercussão das denúncias no cenário internacional, o governo brasileiro adotou a postura de não responder, nem desmentir as informações contidas no relatório da Anistia sobre as torturas que ocorriam nas delegacias de polícia, nos quartéis e nas prisões brasileiras. O relatório trouxe uma lista interminável de presos políticos brasileiros submetidos à tortura e foi divulgado diante da opinião pública mundial. O governo brasileiro proibiu a imprensa nacional de comentar o relatório e ainda demonstrou oficialmente sua solidariedade ao delegado Dr. Sérgio Paranhos Fleury, cujo relatório afirmava ter torturado oitenta e seis presos políticos⁵⁷⁷. Com a repercussão da imprensa nacional, e os frequentes questionamentos, o governo brasileiro, na pessoa do ministro das relações exteriores, passou a negar veementemente a existência da prática da tortura no Brasil. Como relatou o *Front*:

Não há torturas no Brasil?

Em declarações feitas ao correspondente da United Press International – UPI em Washington, o ministro de Relações Exteriores do Brasil, Mario Gibson Barbosa, declarou: “É uma infâmia dizer que no Brasil se pratica sistematicamente a tortura a presos políticos ou que haja uma política de violência estabelecida contra os delinquentes políticos” e acrescentou: “Nossos inimigos podem estar tranquilos e seguros de que no Brasil não praticamos tortura. Este é um ato de sádicos e isso os brasileiros não são”. (Jornal do Brasil 26.9.72). Anteriormente o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, e o próprio Presidente da República, General Garrastazú Médici tem dado declarações semelhantes. Eles responderam às acusações feitas por mais de vinte instituições internacionais, como a Cruz Vermelha Internacional, o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da OEA, o Conselho Mundial da Paz, Pax Romana, etc, sobre as torturas no país. Estes organismos nunca tiveram permissão do governo brasileiro para

⁵⁷⁶INSTITUTO MIGUEL ARRAES. Acervo Exílio. FRONT. Edição de maio/junho 1972/espanhol.

⁵⁷⁷TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. (org.). *Brasil, violação dos direitos humanos* – Tribunal Russel II – Reedição do original em italiano de 1975. Organizada por Giuseppe Tosi e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. Editora da UFPB. João Pessoa. 2014, p. 192.

comprovar a veracidade das denúncias visitando presídios. [...] Em outubro passado, foi editado em Londres um longo dossiê pela Anistia Internacional, organismo consultivo da ONU e do Conselho Europeu. Nesse dossiê consta, entre outros documentos, uma lista de 1.081 cidadãos brasileiros que foram torturados nas prisões e quartéis. Muitos foram torturados até a morte. O dossiê conclui apresentando uma acusação formal ao governo brasileiro pela violação dos artigos 5, 9, 18 e 19 da declaração universal dos direitos humanos da ONU.

[...] No número de setembro/outubro deste boletim, publicamos uma relação de 154 assassinatos, a maioria ocorreu nos últimos meses desse ano. Agora, “FRENTE” divulga uma lista parcial de mais de 300 torturadores, cujos nomes foram reconhecidos através de conversas com os exilados brasileiros no Chile e outras fontes mencionadas. No entanto, segundo declaração do Sr. Gibson Barbosa, “a campanha internacional contra as supostas torturas no Brasil foi objeto de estudo e cuidadosa atenção do governo, em especial pelo ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Na verdade, não encontramos nenhum elemento que possa apoiar essas acusações”⁵⁷⁸.

Documentos revelados recentemente mostram que, em função do relatório, entre junho de 1972 e abril de 1973, o Serviço Nacional de Informações recebeu 2.800 cartas vindas de cidadãos europeus sensibilizados pelas denúncias. A repercussão do relatório levou o general João Batista Figueiredo, então secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional do governo Médici, a elaborar um comunicado relatando que a melhor estratégia seria a de não responder à “campanha difamatória desencadeada no exterior pela organização Anistia Internacional”.

A “AMNESTY INTERNATIONAL” é uma organização internacional que participa da campanha difamatória do Brasil, no exterior, mantendo ligações com a “FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES – FBI”, órgão de difusão da infâmia e mentiras, no exterior, contra o nosso País. Por determinação superior reiteramos a recomendação contida no documento da referência no sentido de que não seja dada resposta a nenhuma correspondência da “AMNESTY INTERNATIONAL” e que toda sua correspondência seja remetida a esta Divisão⁵⁷⁹.

O relatório denunciou as violações de direitos humanos cometidas contra presos políticos enquanto estavam detidos. Os entrevistados descreveram os métodos utilizados e informaram os nomes de seus torturadores. Esta foi a primeira compilação com denúncias de tortura, torturados e torturadores no Brasil. A imprensa nacional não divulgou o documento⁵⁸⁰.

⁵⁷⁸ FRONT. Edição de dez. 72/jan. 73.

⁵⁷⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Divisão de Segurança e Informações. Informação Nº4953 ASI/DSI/MEC/74. BRAN,BSB AT4 14.5.P.1/4.

⁵⁸⁰ ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. 1972: *relatório sobre tortura de presos políticos do Brasil*. Disponível em: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/publicacoes/1972-relatorio-sobre-tortura-de-presos-politicos-brasil/> Acesso em: 11/09/2020.

Em setembro de 1972, a Amnesty Internacional publicou, em seu relatório anual, um conjunto de denúncias acerca da prática de torturas pelo governo brasileiro. O documento, que mencionava o nome de mais de mil indivíduos que haviam sido vítimas de sevícias pelas forças repressivas brasileiras, foi divulgado por vários veículos da imprensa internacional. A Amnesty Internacional também havia feito o levantamento de nomes de torturadores; porém, esses dados foram, inicialmente, informados apenas para algumas organizações internacionais e para autoridades brasileiras. Em Paris o jornal *Le Monde* destacava que, de acordo com o relatório, no Brasil, havia 12 mil presos políticos, 15 mil exilados, 130 banidos, 500 mortos sob tortura ou desaparecidos e 2 mil processos políticos a cada ano, entre 1969 e 1972. Além disso, o jornal tecia várias críticas à maneira como os procedimentos eram conduzidos⁵⁸¹.

O papel da Anistia Internacional de compilar esses dados foi um passo importante para denunciar as arbitrariedades executadas pelo Estado brasileiro e, não só isso, publicar os nomes das vítimas e de seus algozes, é uma atitude reveladora e desmistificadora, pois um sistema só funciona se tiver pessoas para executar, então foi de suma importância apresentar nominalmente os torturadores como forma de apresentar concretamente seus crimes e suas identidades.

Em ofício encaminhado ao Reitor da Universidade de Brasília, por parte do Diretor da DSI/MEC, Ministério da Educação e Cultura, cujo assunto é Anistia Internacional – Campanha difamatória contra o Brasil no exterior, observamos a vigilância sob a Anistia:

A Anistia Internacional é um movimento de âmbito mundial, com sede em Londres que, através do tema “lutar contra a perseguição e pela proteção dos direitos humanos”, aproveita-se para divulgar ideias não concernentes com os nossos objetivos democráticos. Atualmente, esse movimento vem trabalhando juntamente com a “Frente Brasileira de Informações”, de características subversivas, com a finalidade de difamar o Brasil no Exterior. Assim sendo, permitimo-nos sugerir a V. Magnificência duas medidas:

- 1- Não permitir que sejam dadas respostas à correspondência recebida da entidade em causa;
- 2- Determinar que a referida correspondência seja encaminhada à esta Divisão de Segurança e Informações⁵⁸².

Este documento com data de 25 de outubro de 1972 é uma constante no acervo do Ciex. O mesmo ofício foi encaminhado para outras universidades federais do país. Em 10 de maio de 1970 foi entregue ao embaixador do Brasil em Londres, uma carta assinada pelo Secretário Geral da Anistia Internacional, Martin Ennals, na qual se exigia que uma comissão do mesmo organismo fosse autorizada a visitar presos políticos e examinar as prisões brasileiras, conduzindo uma investigação em

⁵⁸¹ GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2019, p. 312.

⁵⁸²Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BRAN, BSBARI.ASR.06,P.1/1.

conjunto com as autoridades locais. Segundo o documento, Knell Johansson, representante da Anistia naquele momento, a organização ainda não havia visitado o Brasil ou outro país da América Latina e que os dados dos quais eles dispunham eram procedentes da “*Frente Brasileira de Informações*”, que entregou em Londres, através de Miguel Darcy de Oliveiras, uma extensa documentação com essas informações⁵⁸³.

Solicitam investigar torturas no Brasil
LONDRES 5, (Reuter-Latia). A Anistia Internacional publicou hoje um informe de 91 páginas sobre possíveis torturas a prisioneiros políticos no Brasil e solicitou ao governo brasileiro que permita o envio de uma comissão internacional de investigação. O informe, que se baseia em declarações firmadas e em cartas de prisioneiros supostamente torturados, afirmam que pelo um, Ojidas Carvalho de Souza, foi castigado até provocar a sua morte. A Anistia Internacional é uma organização independente que trabalha em favor da libertação das pessoas presas por suas crenças, origem étnica, cor ou idioma, tem 31 sessões nacionais. [...] A publicação afirma que a tortura é um instrumento do poder político no Brasil. Traz uma descrição detalhada dos severos castigos, descargas elétricas nos órgãos genitais e em outras partes do corpo de homens e mulheres presos, injeções da droga da verdade, torturas psicológicas, execuções simuladas e asfixia por imersão⁵⁸⁴.

Esse texto foi publicado no *Front*, que repercutiu frequentemente as ações da Anistia Internacional em relação ao Brasil. Talvez, por essa razão, em diversos documentos do acervo do Centro de Informações do Exterior, o governo brasileiro associou o trabalho da Anistia Internacional com a atuação da *Frente Brasileira de Informações*.

A “Campanha da TORTURA”, no BRASIL, da qual faz parte a denúncia dos subversivos e a representação da OAB (Anexos A e B), teve o seu início, aproximadamente, com os livros publicados pelo marxista MÁRCIO MOREIRA ALVES e pelo esquerdista ANTÔNIO CALADO quando, a pretexto de protestarem contra as alegadas sevícias em subversivos presos, insuflavam a agitação que teve seu auge em 1968. Com o apoio de D. HÉLDER CÂMARA, essa campanha alcançou repercussão no exterior, onde passou a ser patrocinada pela AMNESTY INTERNATIONAL, entidade que assumiu a liderança dessas difamações, visando ao descrédito do nosso país. Sem possibilidade de fazer o “trabalho de massa” no País – estavam sofrendo um puro revés nas ações de guerrilha urbana – as organizações subversivas criaram, então, a Frente Brasileira de Informações (FBI), a fim de propiciar a coleta e a difusão das notícias que pudessem denegrir o BRASIL no exterior, criando empecilhos para o nosso desenvolvimento.

⁵⁸³Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BRAN, BSBIE.05.6,P.4/26.

⁵⁸⁴ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: FBI_CHI_19721000_36_018, p. 19. Edição: setembro/outubro 1972 - ANO III Nº 35/36 Eº15 – Santiago / Chile.

Assim, em Novembro de 1969, foi editado na FRANÇA, o “LIVRE NOIR – TERREUR ET TORTURE AU BRESIL, onde foram citados alguns casos narrados por “testemunhas”⁵⁸⁵.

Publicações sobre tortura começaram a se propagar pelo mundo. Em 1970, na Itália, a obra “Livro Bianco – Tortura in Brasil”, trouxe uma lista de torturados e torturadores. No mesmo ano a revista equatoriana “Polêmica” tratou do reconhecimento oficioso da existência de torturas e presos no Brasil. Em toda a Europa, passou a ser exibido o filme “O Estado de Sítio” que enfocando o sequestro do Cônsul Aloísio Gomide pelos Tupamaros, mostrou uma cena de tortura com a participação de militares fardados. Em 1972, no Chile, o *Front* publicou uma reportagem, “Brasil 72” aonde foi publicada uma relação de “316 torturados e algumas autoridades responsáveis”. No mesmo ano, a Anistia Internacional, publicou, sob o título “Relação das pessoas indicadas como responsáveis pelas torturas ou homicídios” uma lista com 472 nomes de autoridades, civis e militares, acusadas de mandantes ou executores dos crimes então apontados. Em março de 1974, a Anistia publicou outra relação com 210 nomes de subversivos sob o título “Mortes inexplicáveis de suspeitos e presos políticos brasileiros”. Nessas publicações, vários oficiais gerais e autoridades estaduais civis, foram apontados como executores ou responsáveis pelas torturas e assassinatos. Em fevereiro de 1973, o PCB organizou o “Comitê de solidariedade aos presos políticos do Brasil”, onde elaborou uma relação com nomes de torturadores e encaminhou aos Bispos do Brasil. O documento foi chamado de “farsa da Frente Brasileira de Informações”, pelo governo brasileiro⁵⁸⁶.

A partir do final dos anos 1970, com a ascensão dos discursos relacionados aos direitos humanos, a Anistia Internacional e outros órgãos começaram a ganhar mais força e projeção.

Por meio de eventos, palestras e conferências, a organização buscou sensibilizar setores da sociedade civil, a Organização das Nações Unidas (ONU) e governantes sobre o problema da tortura no mundo. Como parte da mobilização da Anistia Internacional contra a tortura, a organização se dedicou à produção de relatórios específicos e gerais sobre as denúncias de tortura em diversos países.⁵⁸⁷

⁵⁸⁵Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. Identificação: PRONTUÁRIO 005771.

⁵⁸⁶Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. Identificação: PRONTUÁRIO 005771.

⁵⁸⁷ MEIRELLES, Renata. Contra a Tortura: a Anistia Internacional durante a Ditadura Militar no Brasil. *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. 2015, p. 7.

No Relatório sobre as Acusações de Tortura no Brasil, há informações sobre a história e legislação brasileiras; depoimentos de indivíduos; lista nominal com 1081 pessoas que sofreram tortura e a lista com o nome de 472 agentes da repressão acusados de tortura. Essa lista com o nome de 472 torturadores, entretanto, foi não foi tornada pública. De acordo com a documentação da Anistia Internacional, essa lista foi enviada em caráter confidencial ao governo brasileiro. O relatório trouxe informações básicas da história do Brasil e da legislação vigente e foi escrito em três diferentes línguas (português, inglês e francês).

Nesse Relatório, a Anistia Internacional concluiu que a prática da tortura se encontrava institucionalizada no Estado brasileiro; era amplamente difundida no Brasil e empregada como método de investigação de crimes políticos e de intimidação dos diversos movimentos de oposição ao regime militar brasileiro⁵⁸⁸.

O período trabalhado pelo Relatório sobre as Acusações de Tortura no Brasil vai de 2 de março de 1969 a 14 de junho de 1972 e refere-se ao momento em que o governo de Emílio Garrastazu Médici aperfeiçoou e institucionalizou a política de repressão aos movimentos de oposição. Uma das estratégias de ação era a comunicação com presos políticos, pois ao receberem cartas de uma organização internacional ou ao terem suas cartas divulgadas, esses presos se sentiam “amparados” de certa forma e essa sociabilidade chamava a atenção das autoridades carcerárias.

Querem matar “Menininho”

O jovem revolucionário brasileiro, César de Queiroz Benjamin, “o Menininho”, de somente 18 anos de idade, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), foi incluído na lista de 12 prisioneiros políticos cuja liberação foi solicitada pela Anistia Internacional ao secretário geral da ONU, Kurt Waldheim. As torturas sofridas por Menininho, as absurdas irregularidades na tramitação do seu caso nas mãos da justiça militar fizeram que sua situação fosse divulgada na imprensa internacional. Entretanto, segundo declarações dadas pelo MR-8, apesar de sua prisão ser de conhecimento mundial, não está descartada a hipótese de seu assassinato sumário pelos militares cariocas⁵⁸⁹.

Alguns casos, foram potencialmente “ajudados” pela ação da organização. Como foi o caso do jovem “Menininho”, descrito nesta reportagem do *Front*. Com a pressão da Anistia, muitos presos políticos tiveram seus casos expostos

⁵⁸⁸ Ibidem, p. 9.

⁵⁸⁹ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_BIFBI_112_001. Edição: fevereiro / março 1973 - edição em espanhol Eº 20.

internacionalmente e com a repercussão, muitos deles ganharam a liberdade partindo, inclusive, para o exílio. Embora o número de presos políticos “adotados” pela Anistia fosse baixo, a organização, em suas publicações sobre o Brasil, a exemplo do Relatório sobre as Acusações de Tortura, contribuiu para denunciar de maneira ampla a prática da tortura durante a ditadura. Nesse sentido, mais de 1.081 vítimas de tortura foram citadas. A publicação deste relatório ganhou relevância naquele momento, já que a imprensa brasileira se encontrava sob censura. Uma vez publicado, a Anistia Internacional começou a divulgar o conteúdo do relatório para a imprensa, governos e organizações religiosas ou humanitárias para que a opinião pública e a comunidade internacional se sensibilizassem com a situação dos presos políticos brasileiros e para que o governo brasileiro tivesse suas práticas expostas no exterior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar a atuação dos sujeitos exilados que editaram o boletim *Frente Brasileira de Informações*, enquanto ferramenta de combate e resistência à ditadura civil militar brasileira. Discutimos a existência do informativo como forma de luta e de enfrentamento dos brasileiros que foram forçados a deixar o país, e também toda a trajetória desenvolvida pelo impresso, de sua produção até seus desdobramentos nacionais e internacionais. Apesar do importante papel desempenhado na luta contra a repressão, existe uma escassez de pesquisas sobre os jornais alternativos e clandestinos produzidos no exílio. Verificamos que até o momento da publicação dessa tese, apenas um trabalho historiográfico trata diretamente do *Frente Brasileira de Informações*⁵⁹⁰, outros, fazem apenas menção à existência do boletim. Além disso, constatamos a ausência de pesquisas específicas e aprofundadas acerca da trajetória política de Miguel Arraes durante seu exílio na Argélia.

A documentação analisada neste trabalho traz uma contribuição inédita para a historiografia, pois o boletim *Frente Brasileira de Informações* e dezenas de outras publicações lançadas no exterior, ainda são desconhecidas da comunidade acadêmica. Além disso, fazem parte de um importante recorte que trata da resistência à ditadura no exílio. Percebemos ainda como o boletim também representou um espaço de disputa política entre os colaboradores que provinham de diferentes segmentos das esquerdas brasileiras. Este trabalho avança consideravelmente em relação a atuação dos brasileiros no exílio, mostrando que esses sujeitos não tomaram para si o papel de “vítimas”, pelo contrário, revelaram a força, as articulações, as disputas de poder, a capacidade de mobilização e enfrentamento, em um momento em que pensavam ter calado suas vozes.

Outras contribuições importantes foram a atuação política, econômica e intelectual de Miguel Arraes de Alencar durante os catorze anos em que esteve exilado na Argélia. Esta é uma parte de sua vida pouco ou nunca abordada nos artigos e livros escritos sobre o político. Arraes atuou como consultor e manteve contatos privilegiados com os movimentos de libertação africanos, com os

⁵⁹⁰ CRUZ, Fábio Lucas da. *Frente Brasileño de Informaciones e Campanha: Os jornais de brasileiros editados no Chile e na França (1968-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

progressistas europeus, com o escritório da Organização para a Liberdade da Palestina (OLP) e com seu líder, Yasser Arafat. Embora o primeiro ano de exílio tenha sido de adaptação, os anos seguintes foram de muitos contatos com Brasil, China, Cuba, França, Chile, Portugal, Suíça, Palestina, Itália e União Soviética. O ex-governador passou a ser convidado para participar de seminários, debates e congressos em vários países. Ele iniciou uma intensa atividade política pelo fim da ditadura no Brasil e se envolveu na criação do Movimento Popular de Libertação (MLP). Arraes escreveu livros no exílio, articulou-se com lideranças políticas de diversas partes do mundo, foi um intelectual ouvido, respeitado e um dos fundadores e financiadores da Frente Brasileira de Informações.

O objetivo do *Front* era, sobretudo, trazer notícias então censuradas no Brasil, informando à comunidade internacional, aquilo que não podia ser publicado na grande imprensa nacional, principalmente as denúncias de violação aos direitos humanos. Editado em nove países, Argélia, Alemanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Itália, Suécia, Suíça e Chile, *Front* noticiou e denunciou importantes desdobramentos no campo da informação, tanto aqui, quanto no exterior. Através do boletim, constatamos que a resistência à ditadura não se deu apenas internamente, e que a resistência no exílio foi parte importante desse período histórico.

O impresso dedicava-se a denunciar crimes praticados pelo Estado, como a tortura e a censura, além de discutir questões como a desigualdade social, a questão indígena, o desmatamento na Amazônia, e outros problemas que o país enfrentava naquele momento. Cada núcleo internacional possuía um grupo de exilados que organizava a produção, traduzindo os textos para o idioma correspondente e incorporando novos escritos de acordo com a realidade local e providenciando a distribuição. Além disso, exemplares eram enviados para militantes que viviam no Brasil, em Cuba e na União Soviética. O boletim publicava cartas de indivíduos que escreviam em busca de seus parentes, revelando a importância da atuação dos familiares dos desaparecidos, como também publicava listas de supostos torturadores, fato inédito nas publicações alternativas.

Dentro desse contexto de censura, as edições do *Front* registraram as diversas formas com as quais alguns militantes interpretaram o período; suas experiências, seus interesses, suas referências, suas discussões e seus embates que estavam em voga naqueles anos. Nesse momento, pessoas que provinham de

diferentes correntes ideológicas ditas de esquerda procuravam interpretar o passado e formular projetos para a política brasileira após a anistia, demonstrando assim, que a condição de exilado, não significou o fim da militância política para aqueles que atuavam na oposição ao militar. Ainda que no exterior não estivessem “totalmente livres” e sob o signo da vigilância, a informação foi utilizada enquanto ferramenta de mobilização e de resistência. Ao construir uma rede internacional de informações e estabelecer comunicação com exilados em outras partes do mundo, o *Front* estabelece para nós, uma representação de que é possível combater um governo autoritário na perspectiva da informação e da circularidade, rompendo o bloqueio estabelecido pela censura.

Os mais de sessenta títulos impressos fora do Brasil, como ferramenta de debate e resistência à ditadura militar brasileira configuram-se num campo fértil para novos trabalhos historiográficos. Sendo assim, esse trabalho se estabelece como um dos primeiros trabalhos historiográficos voltados para a discussão e compreensão do que foi a imprensa militante do exílio. Para Miguel Arraes e os demais idealizadores e colaboradores do *Front*, ao divulgar informações sobre o que estava ocorrendo no Brasil, haveria a possibilidade de uma possível “revolta” entre a população brasileira, pois no início da ditadura, havia ainda uma visão romântica de que parte da sociedade estava sendo “enganada” pela propaganda governamental e até mesmo “não sabia” da real situação do país, devido a censura imposta. Contudo, com o passar do tempo, perceberam que diante da problemática interna do país, com o apoio de parte da sociedade, diante de uma intensa censura e repressão a quem tentasse resistir, perceberam que a melhor estratégia de luta seria a ampla divulgação das denúncias de violação dos direitos humanos, num nível que chamasse a atenção da opinião pública internacional. Por isso os militantes passaram a fazer articulações com entidades internacionais de Direitos Humanos como o Tribunal Bertrand Russel e a Anistia Internacional.

Como abordamos, o *Front* surge num cenário em que os veículos de comunicação brasileiros estavam sofrendo grande pressão do governo através da censura. Os impressos alternativos apareceram como uma maneira de burlar esse sistema e trazer informações sobre as arbitrariedades cometidas pelo ditatorial brasileiro. Por ser produzido no exílio, existiriam uma série de dificuldades, desde

seu financiamento, produção, distribuição, tradução, e, sobretudo, captação de informações sobre o Brasil.

Vale destacar que a censura perpassava os veículos de comunicação e chegava nas correspondências, ligações telefônicas, comunicações com embaixadas, livros, e outros documentos pessoais que eram constantemente interceptados e violados por órgãos federais e estaduais de inteligência que verificavam a possível existência de mensagens subversivas ou informações sobre grupos de resistência. Por isso, existia também um atraso sobre os fatos que eram divulgados no *Front*.

Entendemos os jornais clandestinos, alternativos e produzidos no exílio como a representação material dos interesses dos grupos que o produziram e o *Front* não seria diferente, mesmo dando abertura para colaboradores de diferentes espectros político, o objetivo do boletim era denunciar as atrocidades que vinham ocorrendo no país.

Como em qualquer jornal existiam reuniões para definir pautas e ações que o boletim ia tomar em sua edição e como através de seus textos jornalísticos, eles poderiam evidenciar as violações de direitos humanos que ocorria no Brasil. Mas os fundadores do *Front* não limitaram suas ações na criação do boletim. Eles promoviam protestos, conferências, publicações de livros e outras ações.

Todavia, a participação nas matérias do *Front* não se restringiu a seus fundadores, em toda sua trajetória passaram inúmeros colaboradores que contribuíram para criação de textos, descrição de relatos vivenciados ou presenciados, recepção de documentos, informes, relatórios e cartas de familiares de presos políticos ou mesmo de sobreviventes de sessões de tortura, como também pessoas responsáveis pela tradução e distribuição do boletim em diferentes países.

Sua atuação em vários países deu-se pelos núcleos de produção e distribuição do *Front*. Nesses locais, muitas vezes improvisados e com poucos recursos, eram montadas as edições, que eram produzidas e distribuídas. Contudo, as relações entre os colaboradores não eram sempre harmoniosas. Impasses, divergências, tensões e celeumas foram apresentados durante a trajetória do boletim.

Em contrapartida a atuação dos jornais alternativos e clandestinos produzidos no exterior, a Ditadura cria o Centro de Informações do Exterior - CIEX, um órgão do governo responsável por vigiar os exilados brasileiros espalhados pelos países. Esse órgão recebia apoio dos governos locais que forneciam informações sobre as ações dos exilados através dos consulados, embaixadas, secretarias de segurança e outros órgãos de informação. O CIEX instalou bases em locais estratégicos na Europa e na América Latina para espionar e receptor informações dos exilados. Essa era uma forma do governo ditatorial brasileiro preservar sua imagem fora do país que foi afetado por campanhas realizadas por exilados denunciando práticas de violação dos direitos humanos.

Como vimos a censura foi um mecanismo importante para manutenção da Ditadura, mas também é necessário ressaltar o papel da vigilância para impedir ações armadas ou não de militantes contra o Sistema Nacional de Informações tinha como objetivo zelar pela manutenção dos governos autoritários, o órgão era responsável pela repressão a grupos que lutavam ou discordavam da Ditadura e na espionagem interna. Dentre as pessoas e organizações que sofreram espionagem do CIEX, está a figura de Miguel Arraes e o próprio *Front*.

Discutimos também como o acervo do CIEX é uma importante fonte para novas pesquisas dentro da temática da Ditadura. O acervo apresenta documentos de diferentes naturezas, desde cartilhas, panfletos e atas de reuniões até movimentações financeiras e passaportes dos alvos de investigação do órgão. Esse acervo merece ser mais explorado e proporcionar mais trabalhos que revelam a atuação dos mecanismos de vigilância implantados pelo.

A tortura foi um dos principais temas expostos nas edições do *Front*. O Estado brasileiro estruturou-se durante o militar com todo um aparato repressivo de conter qualquer ameaça, oposição ou resistência o governo. A tortura passou a ser utilizada como instrumento de obtenção de informações, confissões ou de sadismo por parte dos agentes públicos. Trouxemos alguns documentos que relatam desde cursos que oficiais das forças armadas eram submetidos para aprenderem técnicas de tortura, com sessões práticas oferecidas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Como também foram explorados além da tortura física, a tortura psicológica que seria uma forma mais eficaz de inutilizar a pessoa causando distúrbios psicológicos. O *Front* atuou decisivamente informando à opinião pública

internacional e denunciando os crimes e violências cometidos no Brasil pelos agentes do estado, o que se configurou num elemento importante de mobilização e repúdio no debate internacional. Representantes de partidos políticos, sindicatos, embaixadas, juristas e ativistas de direitos humanos, além do próprio Lélío Basso e outros integrantes do Tribunal Bertrand Russel II estiveram presentes na “Primeira Conferência Internacional pela Anistia” em Roma, em 1979, exatamente quando o congresso brasileiro votava a Lei da Anistia.

Após receber um intenso volume de denúncias, a Anistia Internacional passou a produzir relatórios sobre os relatos de torturas que ocorriam no Brasil. Embora não haja uma data precisa de quando a organização começou a receber denúncias sobre o Brasil, o país se inseriu num projeto mundial que a Anistia desenvolveu contra a tortura no ano de 1972. Mesmo proibida pelo governo brasileiro de enviar seus representantes, a Anistia Internacional elaborava seus relatórios com base em entrevistas, depoimentos e cartas que familiares, ex-presos políticos e agora exilados, enviavam para a organização.

Por fim compreendemos que o *Front* se insere nas redes de comunicação, denúncia e resistência organizadas por exilados fora do país. A imprensa alternativa produzida no exílio dava oportunidade para que os indivíduos pudessem se expressar, resistir, refletir, e estar mais próximos dos que partilhavam das mesmas condições e opiniões, através da troca de conhecimentos, experiências, e ampliação dos horizontes políticos e culturais. Ainda que estivessem sob constante vigilância do governo brasileiro, a sua atuação não foi impedida por essa circunstância.

REFERÊNCIAS

ALVES, Bernard José Pereira. Pouco tempo de Arraes: sindicalização rural e o direito de reclamar. *Revista Retratos de Assentamentos*, v.18, n.1, 2015.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1964.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

ARQUIVO NACIONAL. *Memórias Reveladas*. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 02 Jul. 2020.

ARRAES, Miguel. *A Democracia e a questão nordestina*. 2ª edição. Pernambuco: Editora Asa, 1986.

_____. *A nova face da ditadura brasileira*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

_____. *Discurso na íntegra*. 30 anos do retorno de Dr. Miguel Arraes do exílio. Brasília, 17 de setembro de 2009.

_____. *O Jogo do poder no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.

_____. *Pensamento e ação política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. *Palavras de Arraes*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1987.

_____. *O Brasil, o povo e o poder*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008.

BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. RIBEIRO, Ana Paula Goulart (Orgs.). *Comunicação e História – Partilhas teóricas*. Florianópolis: Insular, 2011.

BARCELOS, Thatiana Amaral de. A imprensa no PCB editada no exílio: Informação, Identidade e Militância. *Dissertação de Mestrado em História Social*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. Brasília: CNV, 2014. Capítulo 5.

BURKE, Peter (Org). *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Uma História Social da Mídia*. 2.ed.rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: A revolução sem violência*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CANTANHÊDE, Eliane; Dantas, Iuri. Arquivos do Dops e do SNI foram "plantados" na Bahia. *Folha de São Paulo*. 19 de dezembro de 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1912200402.htm>>. Acesso em: 02 Jul. 2020.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas*. História da censura no Brasil. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp, 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto / Edusp, 1998.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAVALCANTI, Lailson de Holanda; COLARES, Valda. *Magdalena Arraes: a dama da história*. Recife: Cepe, 2015.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *Memórias do Exílio: Brasil 1964-19??*. São Paulo: Editora e Livraria Livramento LTDA, 1978.

CHAUI, Marilena & NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. *Lua Nova* [online]. n. 71, p.173-228, 2007.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

COSTA, Edvaldo. *Cartas de Agosto*. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2007. CPDOC. *Castro, Tarzan de*. CPDOC: FGV. Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/castro-tarzan-de>>. Acesso em: 05 Jul. 2020.

CRUZ, Denise Rollemberg. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção Social dos Regimes Autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Debate no exílio: em busca de renovação. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Partidos e movimentos após os anos 1960. Volume VI, p. 291-339. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Memórias no exílio, memórias do exílio. FERREIRA, Jorge; AARÃO Reis, Daniel. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil*. Revolução e democracia (1964...). Vol. 3, p. 199-220. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. (Org.). *Que história é essa? Novos temas e novos problemas em História*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no exílio. IN: RIDENTI, Marcelo; MOTTA SÁ, Rodrigo Patto (Org.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois(1964-2004)*. p. 277-296. São Paulo: EDUSC, 2004.

_____. Exílio: refazendo identidades. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.2, p. 39-73, 1999.

CRUZ, Fábio Lucas da. Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: Os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979). *Dissertação em História* - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese em História* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.

CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p.253-270, dez. 2007.

DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo*: uma impressão freudiana. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973). *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

DOSSE, François. *O desafio biográfico*: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DREIFUSS, René Armand. *1964:A conquista do Estado*. Ação Política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FRANCO, Gilmar Yoshihara. *História e imprensa: os usos do jornal na pesquisa histórica*. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Natal/RN, 2013.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma Biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.) *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. O caso brasileiro. *VARIA HISTORIA*. Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan./jun., 2012.

_____. Censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 167-201.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

_____. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 167-206.

_____. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

_____. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. *"Liberdade é uma Calça Velha, Azul e Desbotada" - Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)*. São Paulo, HUCITEC/História Social-USP, 1998.

PENNA FILHO, Pio. A pesquisa histórica no Itamaraty. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 42, Nº 2, p. 117-144, 1999.

_____. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIE): O elo perdido da repressão. *Acervo, Revista Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, p. 79-92, jul./dez., 2008.

_____. O Itamaraty nos anos de chumbo. O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 52, n. 2, p. 43-62, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos: VIII Segurança, Penalidade e Prisão*. (Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. O Que é um Autor?. Nova Vega, 8ª edição (2012). Originalmente, *Qu'est-ce qu'un Auteur?* em Bulletin de la Société française de philosophie (pp. 73-104), 63º ano, nr.3, julho-setembro de 1969.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de António Ramos Rosa. Lisboa: Portugal Editora, 1967.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. Volume 1. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERTZ, René E.; BAUER, Caroline Silveira. Arquivos de regimes repressivos: Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. Nos tempos da imprensa alternativa. 1ª ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 1.ed.rev. São Paulo: Boitempo, 2012.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

_____. A tarefa do historiador. In: GOMES, Ângela de Castro & SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 13-37.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MALERBA, Jurandir (org.) *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto. 2006.

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tânia Regina. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2012.

MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

MORAES, Eldenor. *O mito pelo avesso*. Recife: Comunicante, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOULLIAND, Maurice. PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *O Jornal. Da forma ao sentido*. 3. ed. ver. Ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo. *Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS. Impresso), São Leopoldo, v. XXXIII, n.11, 2006, p. 37-62.

_____. (org.). *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

_____. *História, Metodologia, Memória*. 01. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. *História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano 3: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 269-303.

_____. SANTOS, Taciana Mendonça dos. Lutas Políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel

Aarão. (Org.). *As esquerdas no Brasil - Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2007, p. 451-488.

NASCIMENTO, Dmitri Félix. O Serviço Nacional de Informações (SNI): o sindicalismo em Pernambuco como alvo (1964-1967). *Revista Crítica Histórica*. Ano V, nº 10, dezembro/2014.

NASCIMENTO, Greyce Falcão. Aconteceu, virou Manchete. O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. *Dissertação em História*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

_____. Frente Brasileira de Informações: imprensa e resistência no exílio. *III Seminário internacional História do Tempo Presente*. UDESC – Florianópolis – SC, 2017. Disponível em:

<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPIII/IIISHTP/paper/viewFile/621/469>.

_____. *Aconteceu, virou Manchete*. Notícias da Ditadura. Porto Alegre: RS. Editora Fi. 2020.

NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In: NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques. *Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
PEREIRA, Jair (org.). *Miguel Arraes: Pensamento e Ação Política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PENA, Felipe. *Teorias e Críticas*. São Paulo: Editora Contexto, 3ª reimpressão. 2ª edição, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1. Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

PRADO, Mayra do. A atuação do Centro de Informações do Exterior (CIE) do Itamaraty de 1966 a 1986: a reexternalização do conflito ideológico. *Dissertação em Relações Internacionais*. UNESP/UNICAMP/PUC SÃO PAULO. Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. São Paulo, 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº. 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº. 3, 1989, p. 3-15.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Medo comunismo e Revolução: Pernambuco (1959 – 1964)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

QUADRAT, Samanta Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 315-328.

_____. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*. Belo Horizonte, Vol. 28, n. 47, p. 19-41, Jul./Dez., 2012.

ROSAS, Fernando. Fazer a História do Estado Novo. Uma conversa com Fernando Rosas. Por Luís Trindade. *Práticas da História*, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past 1, n.º 2, 2016, p. 203-223.

RABELO, José Maria. RABELO, Thereza. *Diáspora: Os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

REIS, Daniel Aarão (org.). *Modernização, Ditadura e Democracia: 1964-2010*. Coleção História do Brasil Nação vol.5. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014.

_____. *Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p.171-186, janeiro-junho de 2010.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

REIS, Daniel Aarão & MOTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. HERSCHMANN, Micael. (Orgs.). *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.

ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História do Brasil Nação: olhando para dentro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva, 2012.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Sentinela das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Carla Luciana (org.). *Estado e Poder: Ditadura e Democracia*. Cascavel: Edunioeste, 2011.

SILVA, Marcília Gama da. Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). *Tese (Doutorado em História)* - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

_____. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

SKIDOMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

SOARES, Thiago Nunes. *Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil*. Curitiba: Appris, 2018.

SOARES, Thiago Nunes. “Um clima de agitação criado por alunos esquerdistas”: vigilância, militância política e lutas pelas liberdades democráticas na UFPE (1973-1985). 296 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes. Imagens do povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Orgs.) *BRASIL, violação dos direitos humanos – Tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. (Reedição do original em italiano de 1975).

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANNA, Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

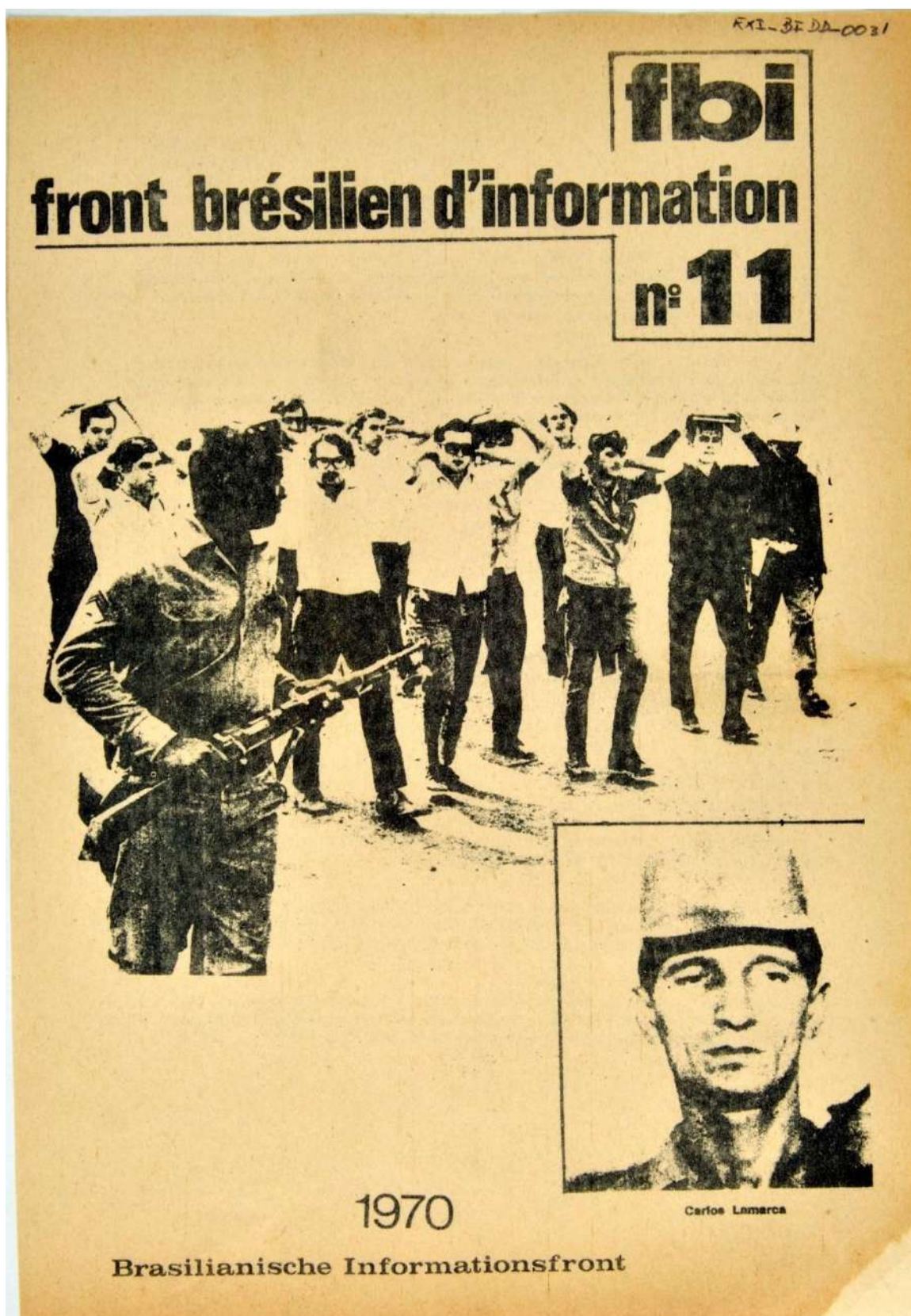
ANEXO A – LISTA DAS CAPAS DO FRONT

Imagem 1 - Capa do Front de julho de 1970 – Edição em Francês



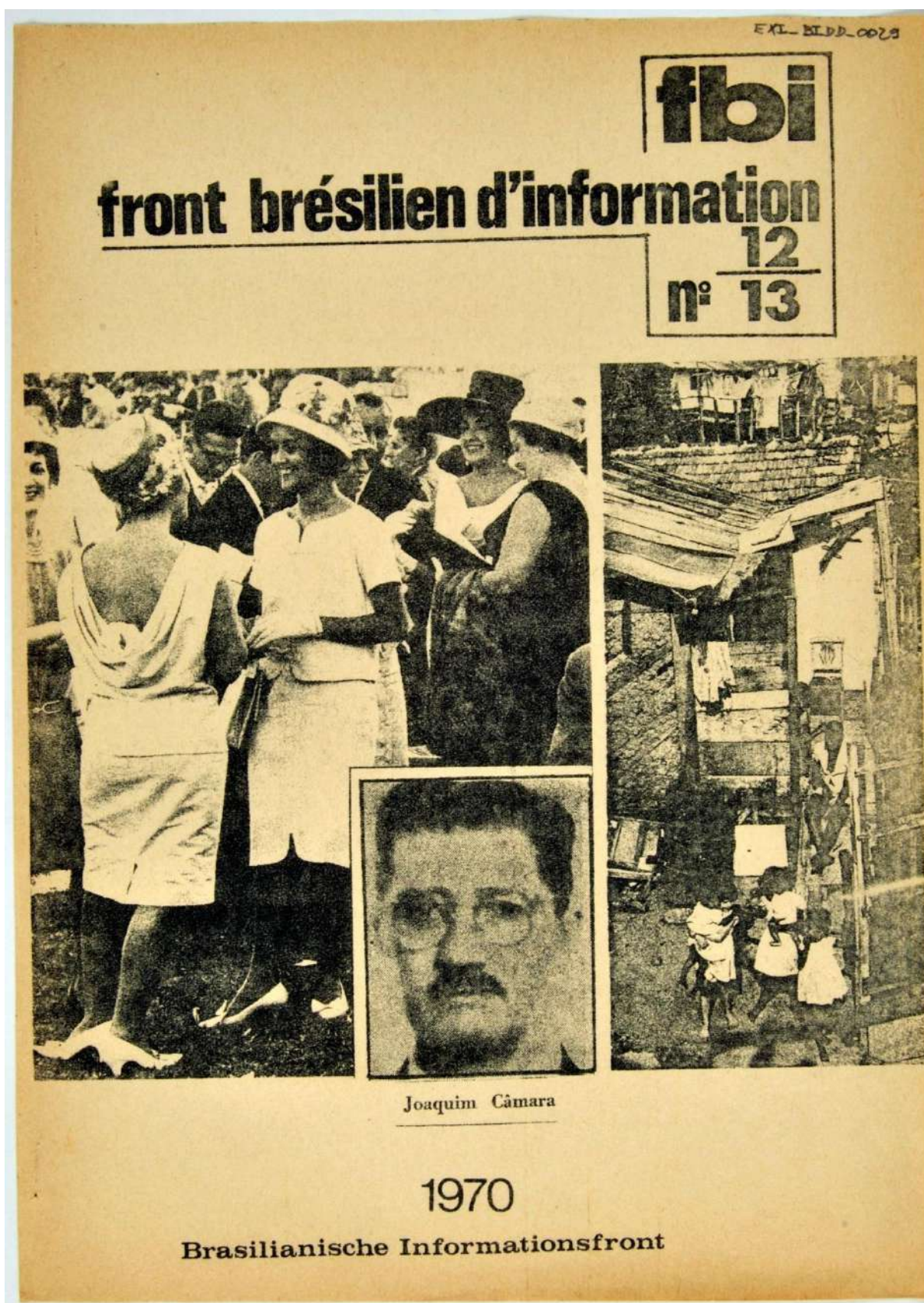
Fonte: Instituto Miguel Arraes (1970).

Imagem 2 - Capa do Front de 1970 – Edição Nº 11 em alemão



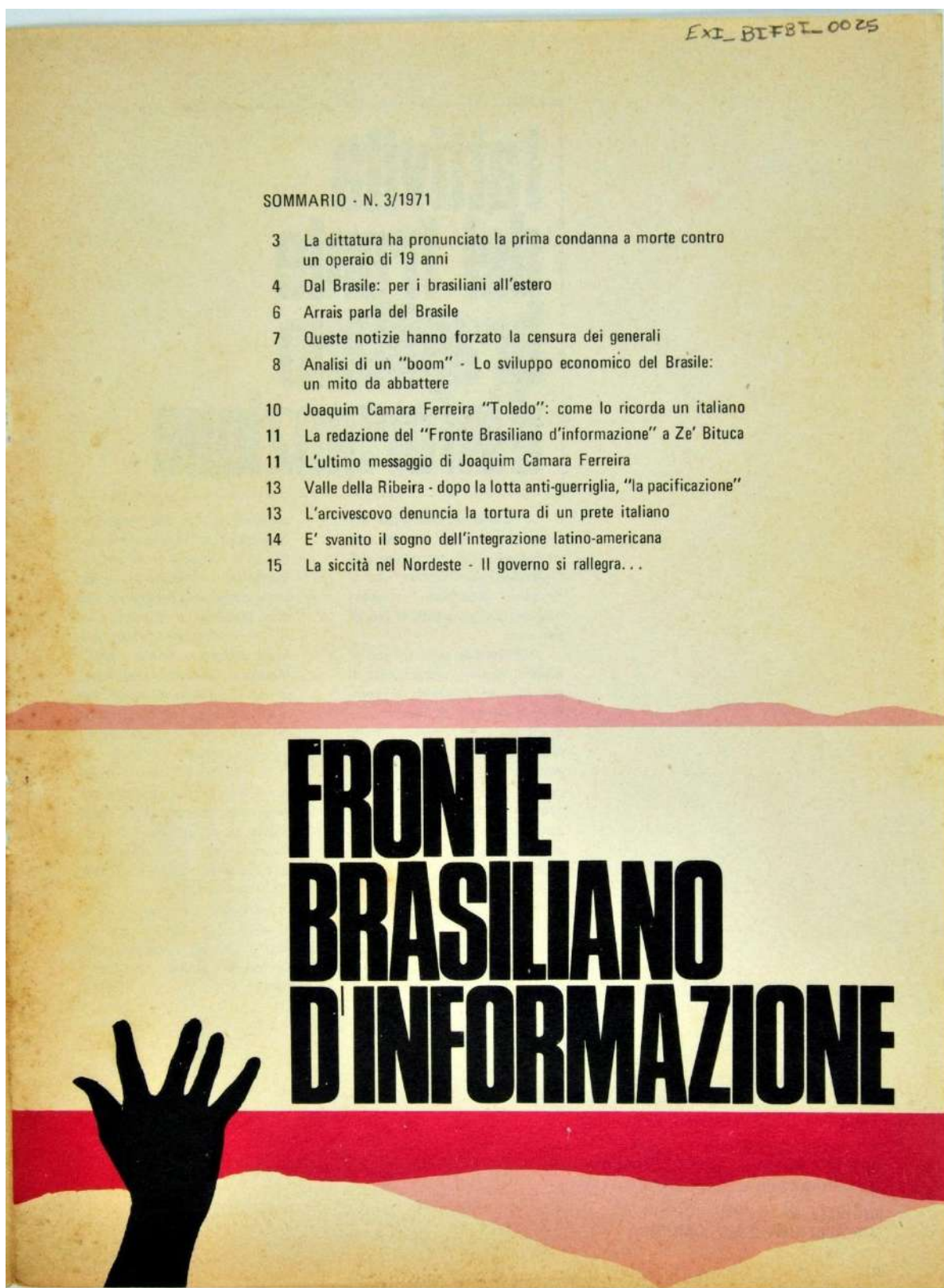
Fonte: Instituto Miguel Arraes (1970).

Imagem 3 - Capa do Front de 1970 – Edição Nº 12/13 em alemão



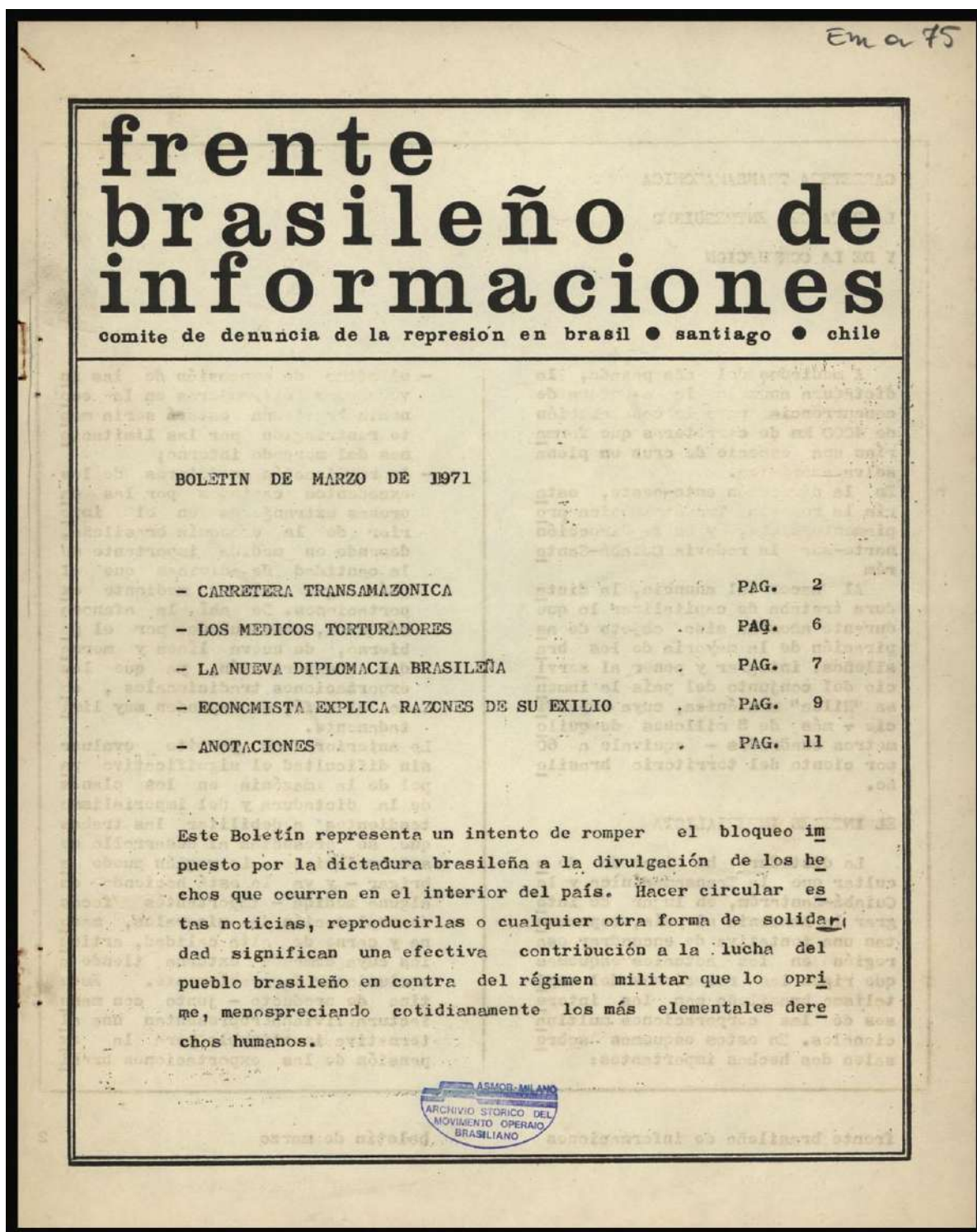
Fonte: Instituto Miguel Arraes (1970).

Imagem 4 - Capa do Front de Março de 1971 – Edição Nº 03 em italiano



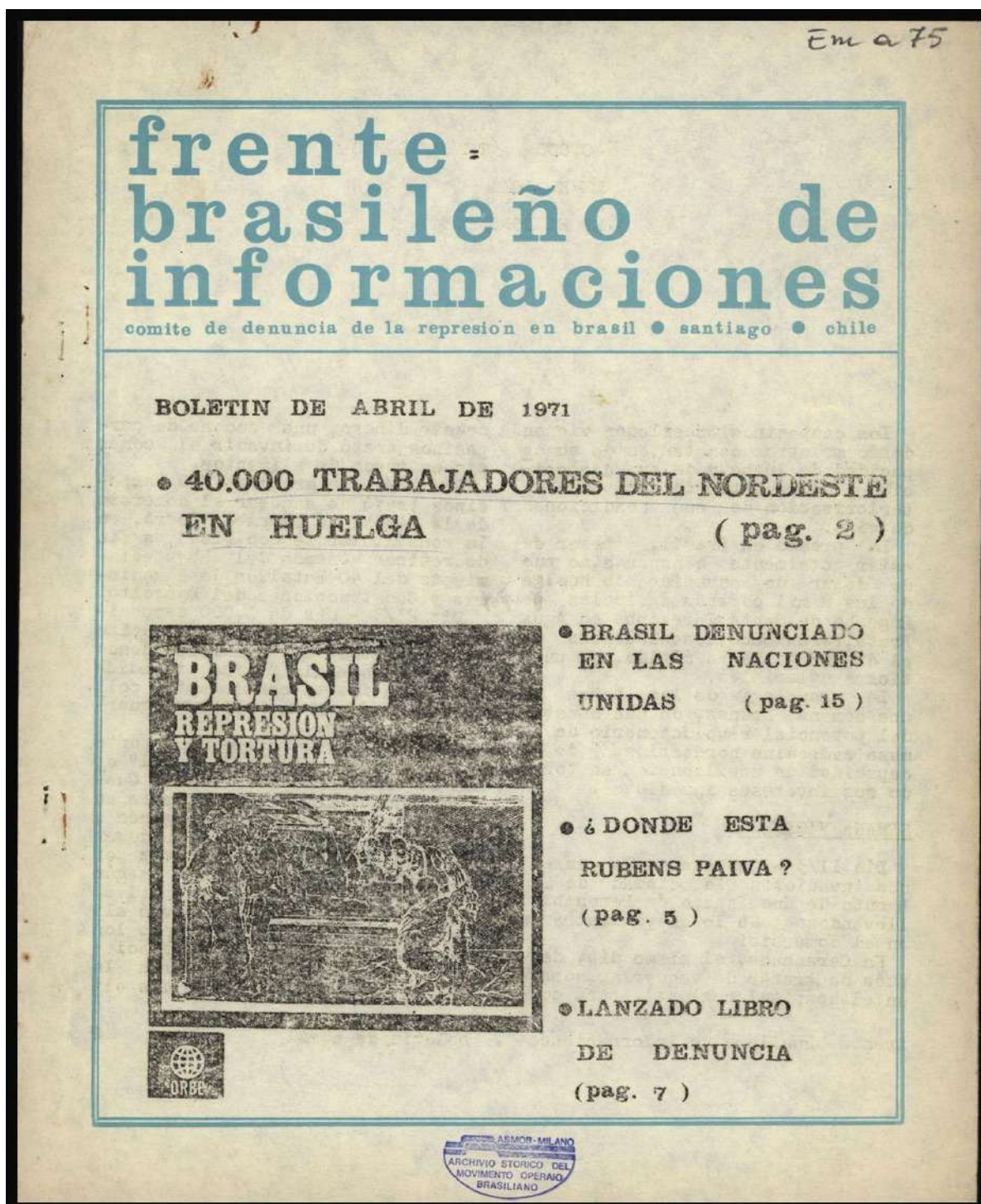
Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).

Imagem 5 - Capa do Front de março de 1971 – Edição em espanhol



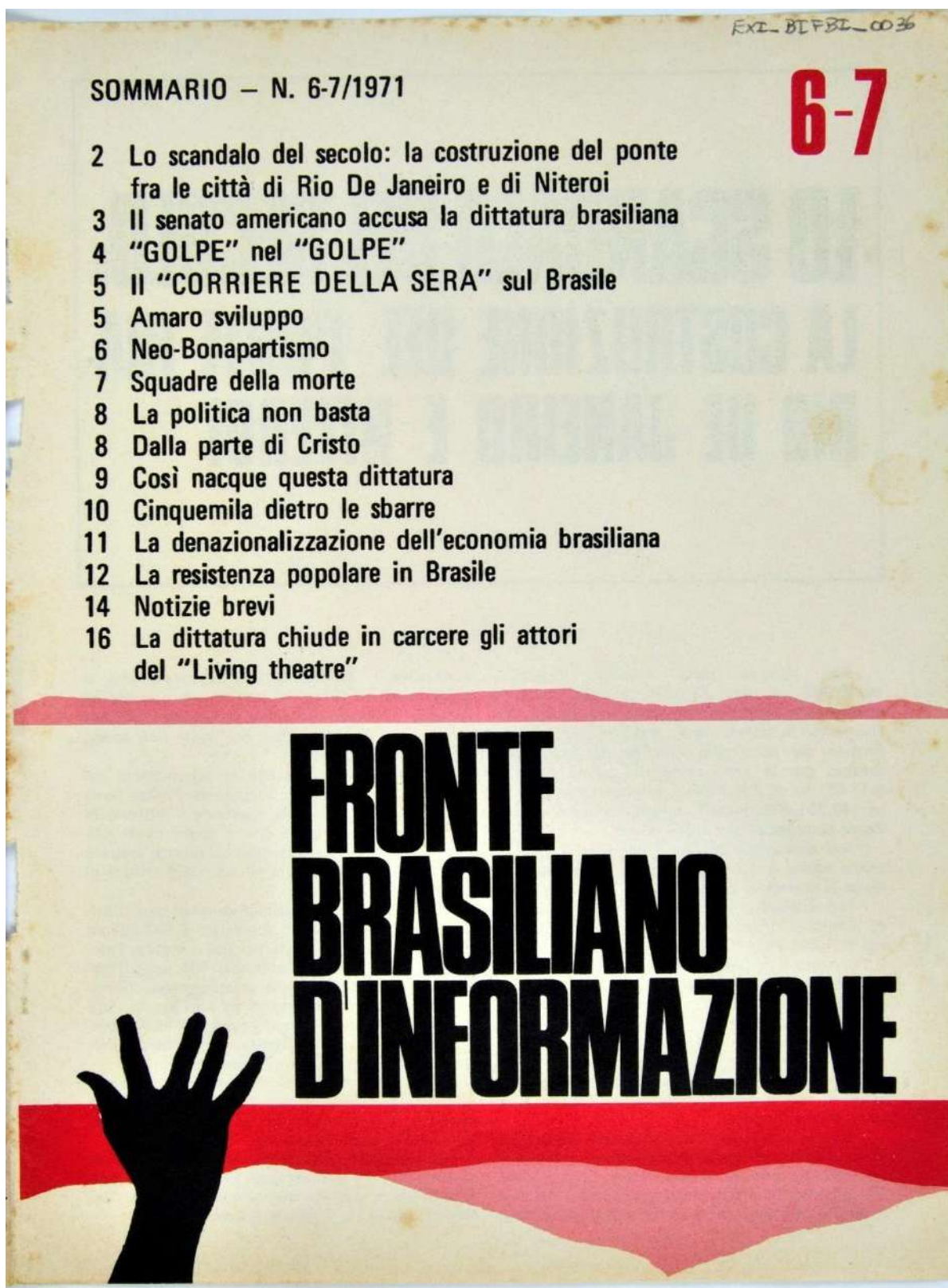
Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).

Imagem 6 - Capa do Front de abril de 1971 – Edição em espanhol



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).

Imagem 7 - Capa do Front de junho / julho de 1971 – Edição Nº 6/7 em italiano



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).

Imagem 8 - Capa do Front de julho de 1971 – Edição Nº 11 em espanhol



Imagem 9 - Capa do Front de agosto de 1971 – Edição Nº 22 em espanhol

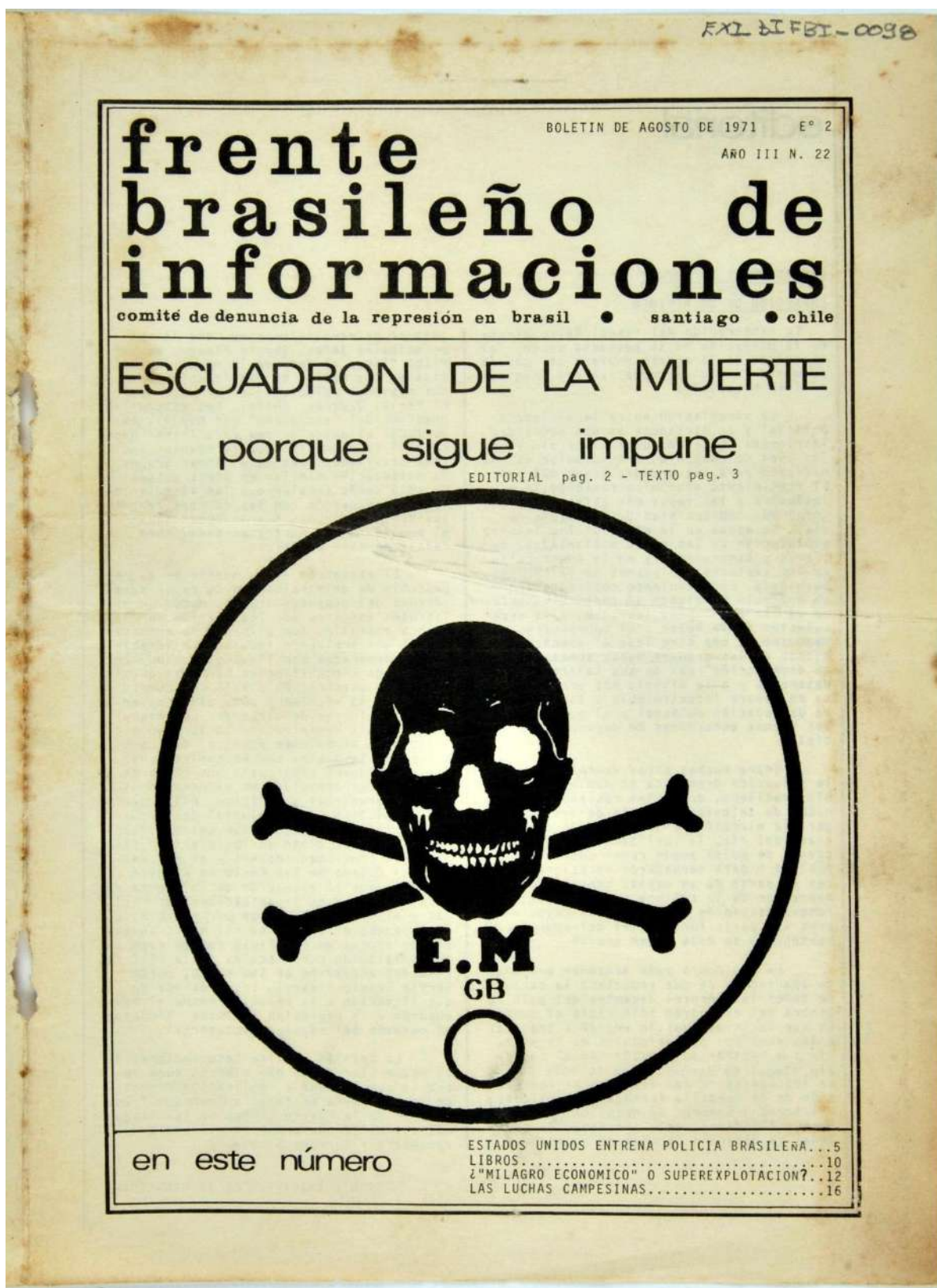
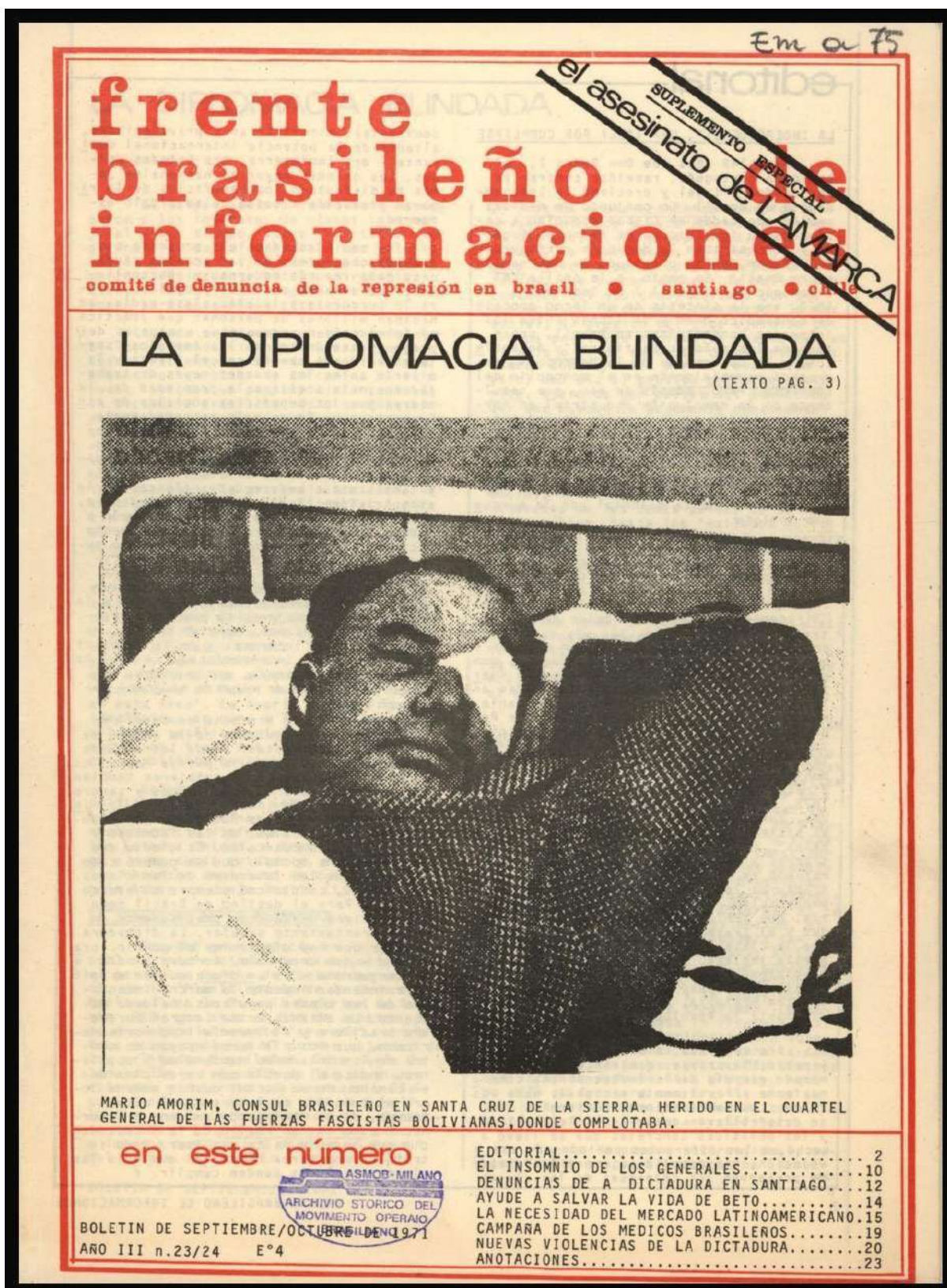
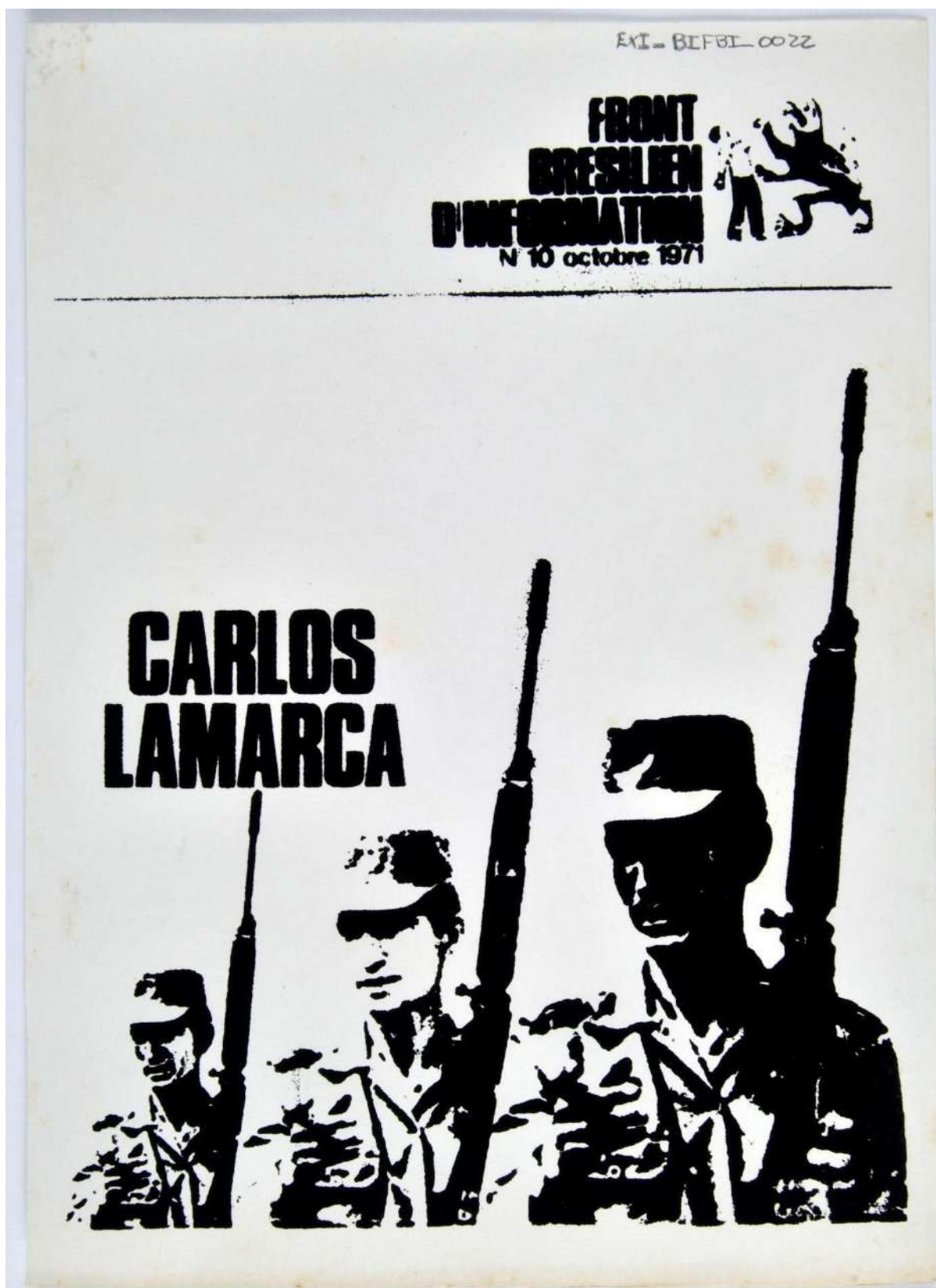


Imagem 10 - Capa do Front de setembro/outubro de 1971 – Edição Nº 23/24 em espanhol



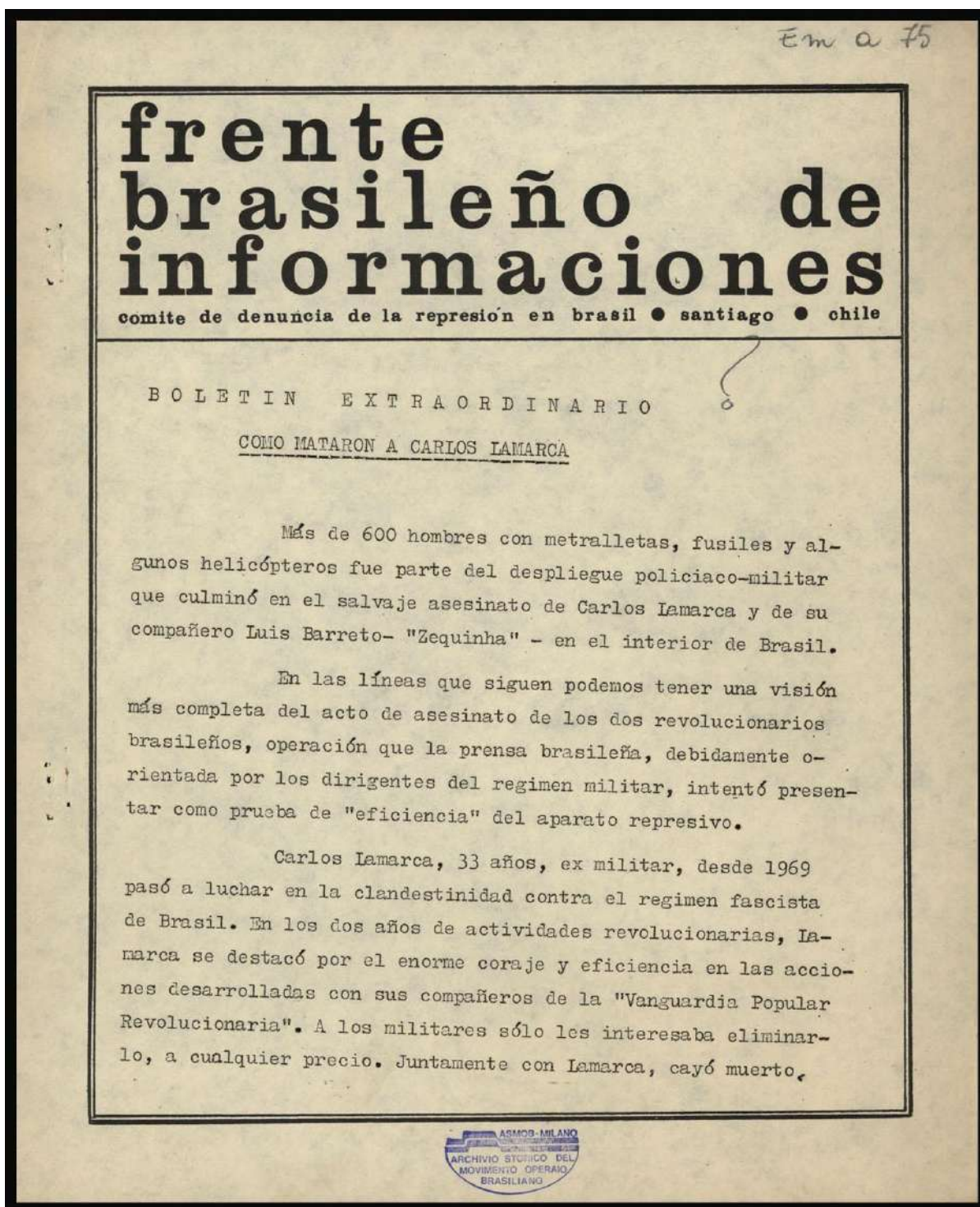
Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).

Imagem 11 - Capa do Front de outubro de 1971 – Edição Nº 10 em francês



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).

Imagem 12 - Capa do Front de outubro de 1971 – Edição extraordinária em espanhol



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1971).

Imagem 13 - Capa do Front de novembro de 1971 – Edição Nº 25 em espanhol

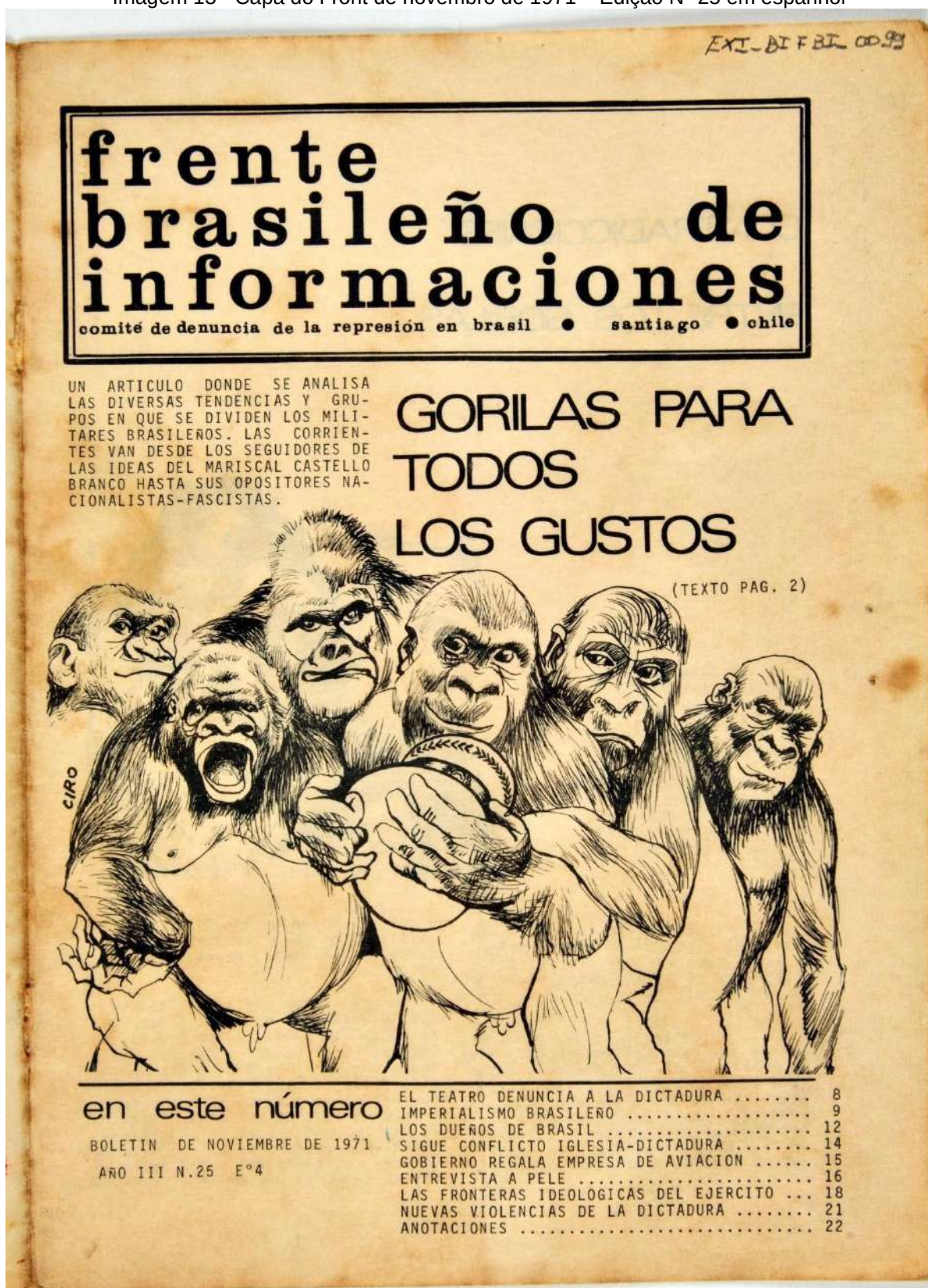


Imagem 14 - Capa do Front de dezembro/janeiro de 1971 – Edição Nº 26/27 em espanhol

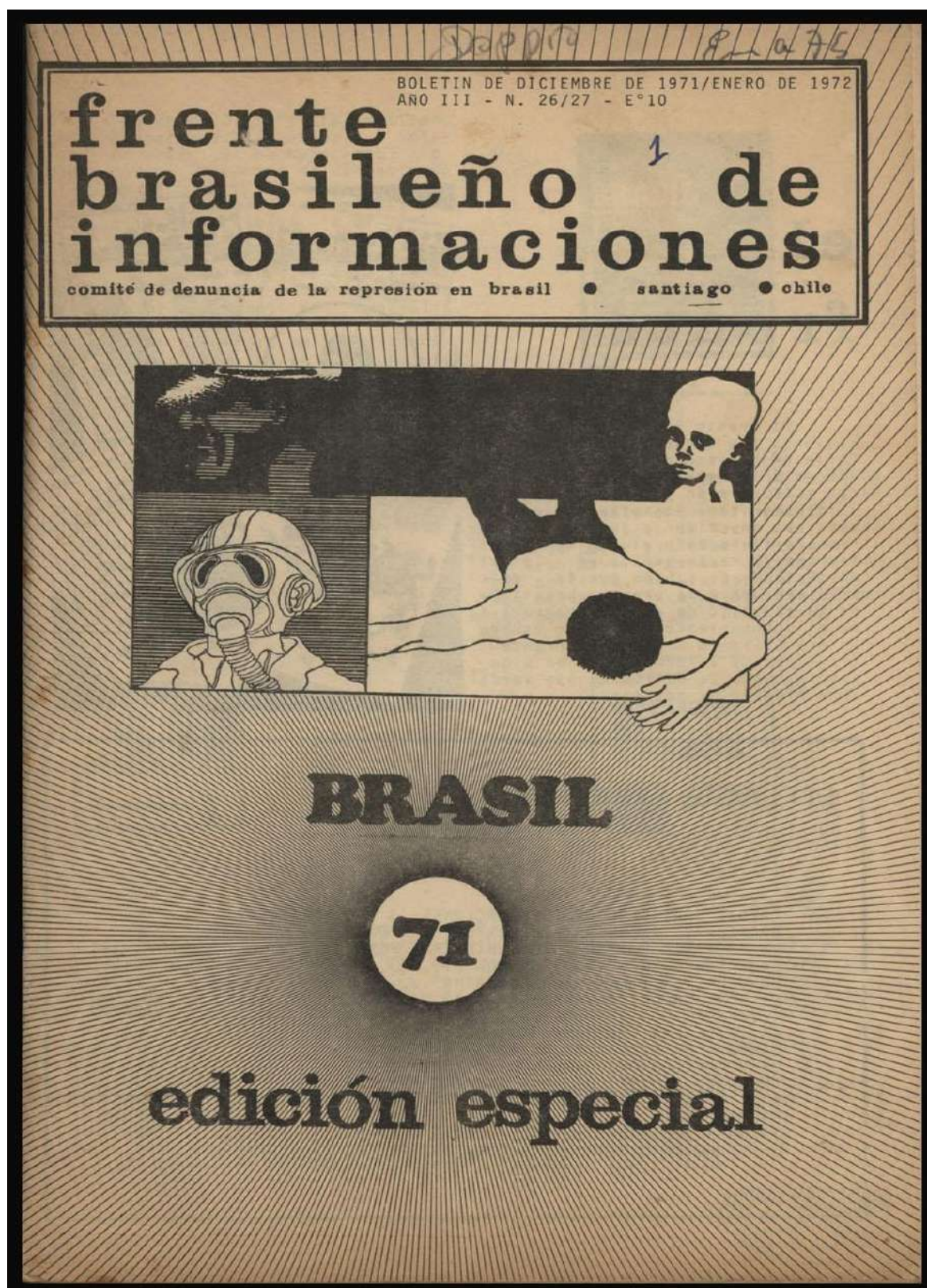


Imagem 15 - Capa do Front de dezembro/janeiro de 1971 – Edição Nº 26/27 em espanhol

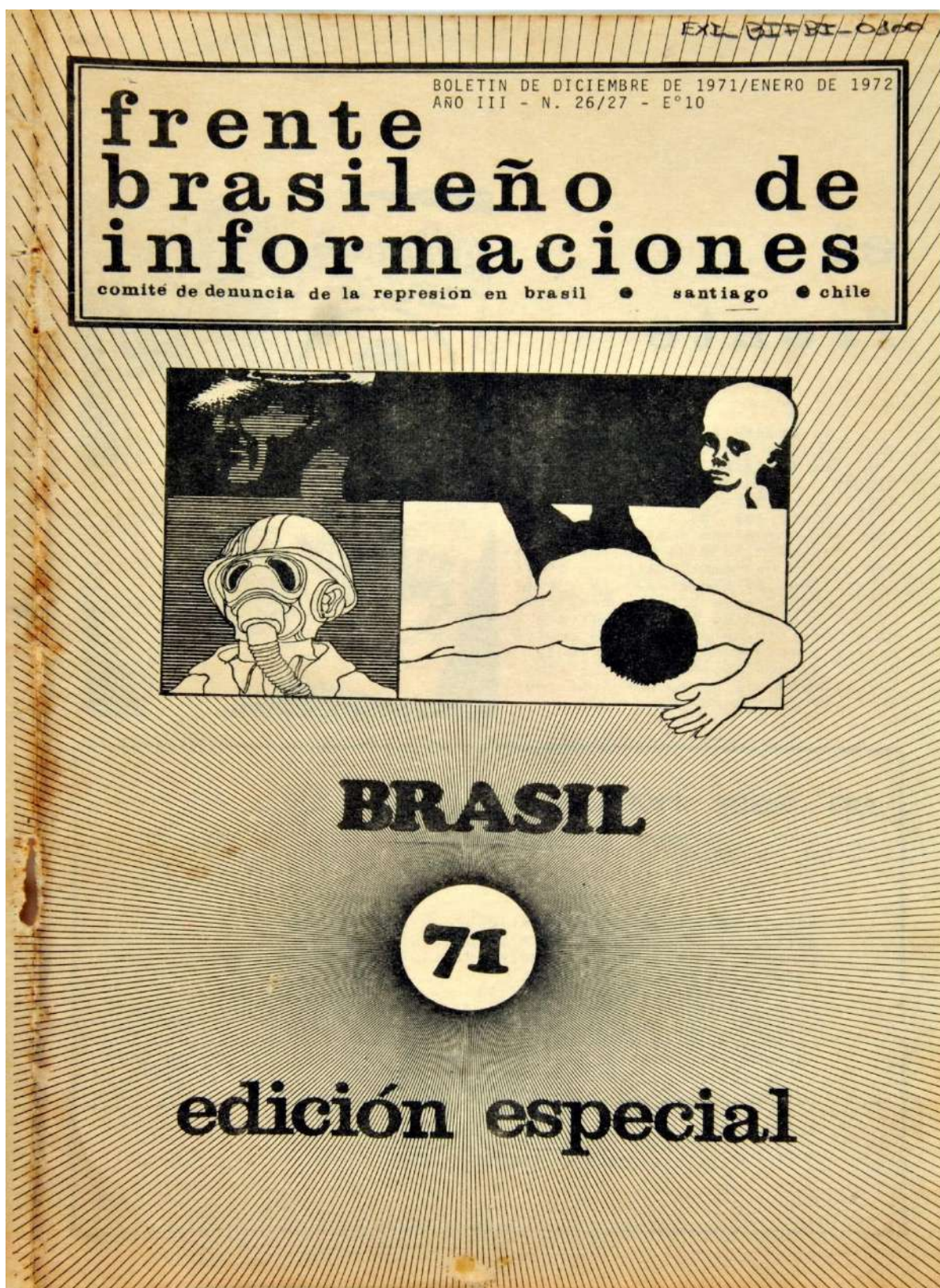
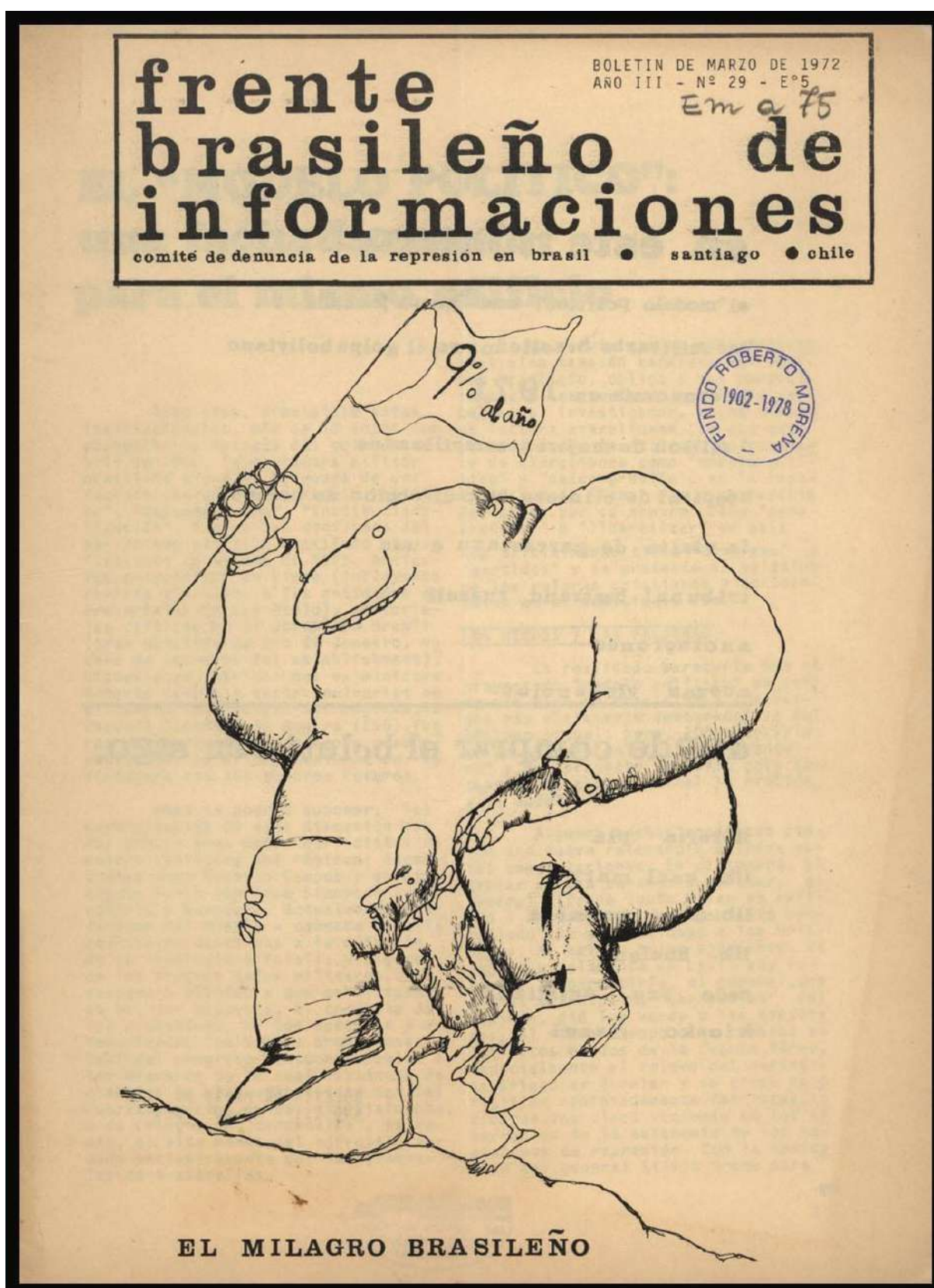


Imagem 16 - Capa do Front de fevereiro de 1972 – Edição Nº 28 em espanhol

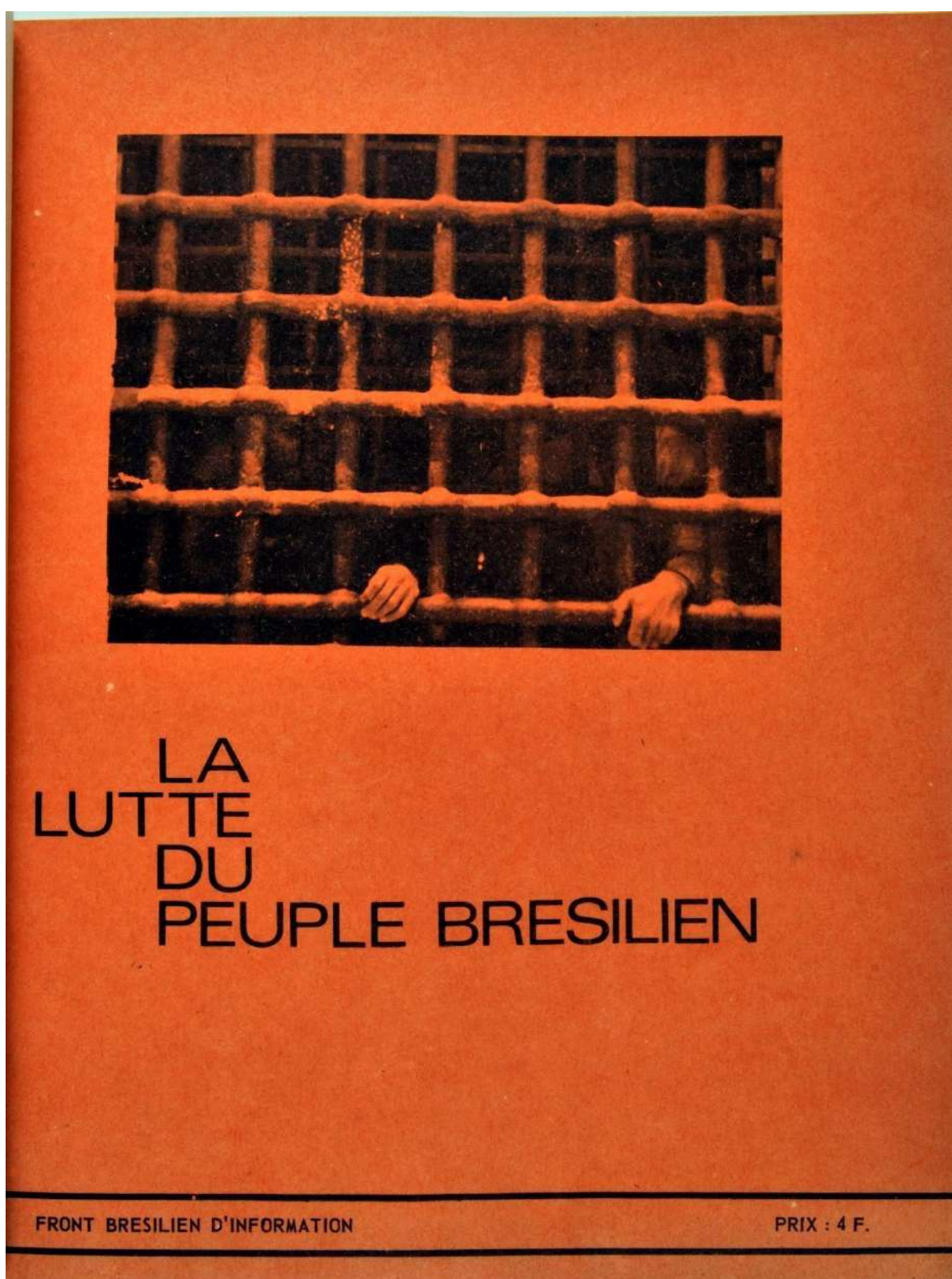


Imagem 17 - Capa do Front de março de 1972 – Edição Nº 29 em espanhol



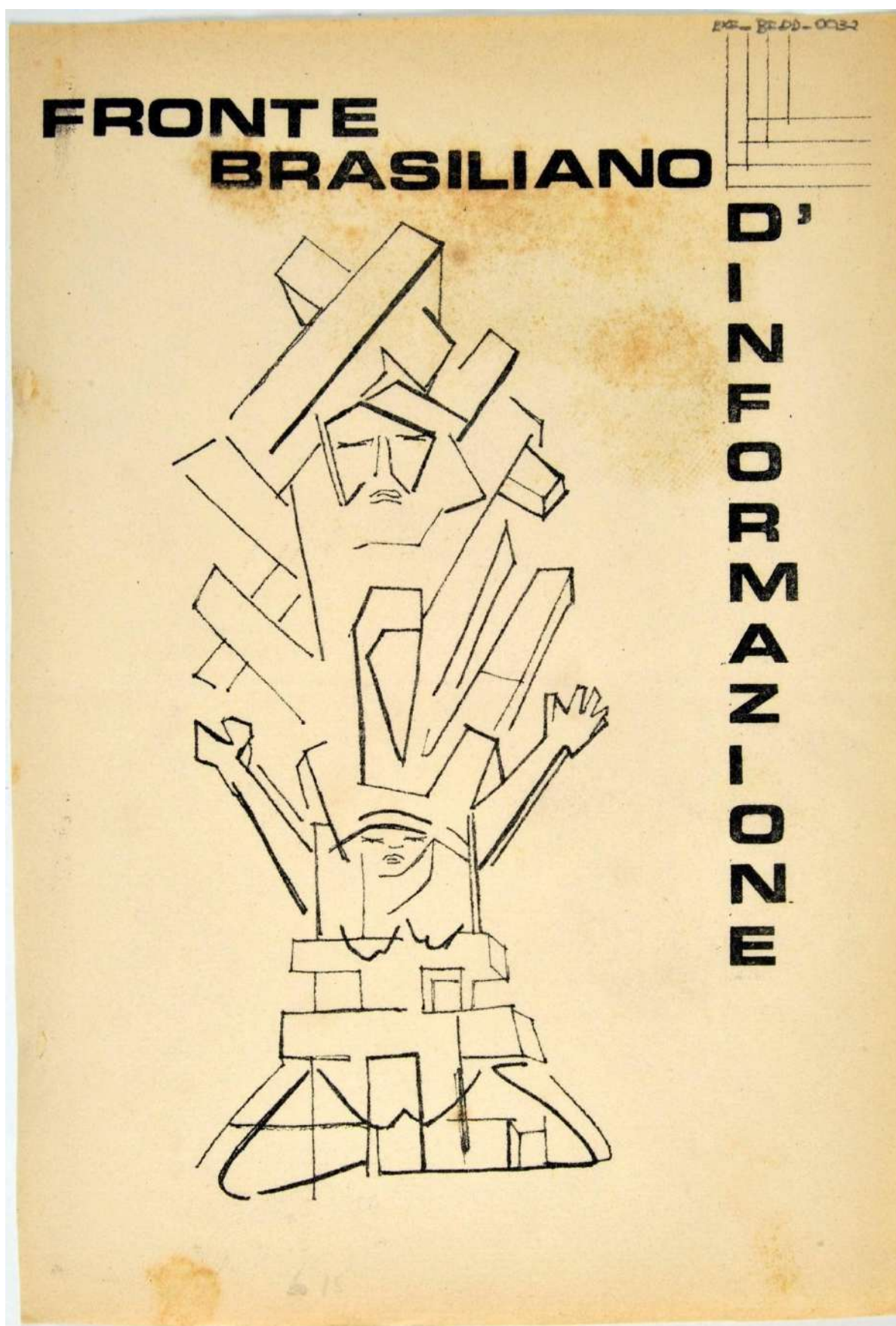
Fonte: Instituto Miguel Arraes (1972).

Imagem 18 - Capa do Front de janeiro de 1970 – Edição em francês



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1970).

Imagem 19 - Capa do Front de outubro de 1970 – Edição Nº 15 em italiano



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1970).

Imagem 20 - Capa do Front de julho de 1972 – Edição Nº 33 em espanhol

Ema #5

FRENTE

BRASILEÑO DE INFORMACIONES

COMITE DE DENUNCIA A LA REPRESION EN BRASIL

**El Diario de la
Huelga de Hambre**

**HELDER CAMARA
HACE NUEVAS
DENUNCIAS**

¿ QUE LE PASA AL

“MILAGRO ECONOMICO”

① **Concentración del ingreso aumenta el abismo social**

② **Aumento de la inflación genera contradicciones en el Gobierno**

③ **Caída de la Bolsa de Valores perjudica el bolsillo de algunos militares**



2600 (JUNIO 1971) - ASI CAYERON LOS INDICES DE LA BOLSA DE COMERCIO DE SAO PAULO - 1300 (MAYO 1972)

FUENTE: Revista VEJA, Nº 194

ASMOB - MILANO

ARCHIVIO STORICO DEL MOVIMENTO OPERAIO BRASILIANO

AÑO III - N. 33 - JULIO 1972 - Eº10

Imagem 21 - Capa do Front de agosto de 1972 – Edição Nº 34 em espanhol



Imagem 22 - Capa do Front de set/out de 1972 – Edição Nº 35/36 em espanhol



Imagem 23 - Capa do Front de novembro de 1972 – Edição Nº 37 em espanhol



Imagem 24 - Capa do Front de dezembro 1972/ janeiro de 1973 – Edição Nº 38 em espanhol



Imagem 25 - Capa do Front de fevereiro / março de 1973 – Edição Nº 39 em espanhol

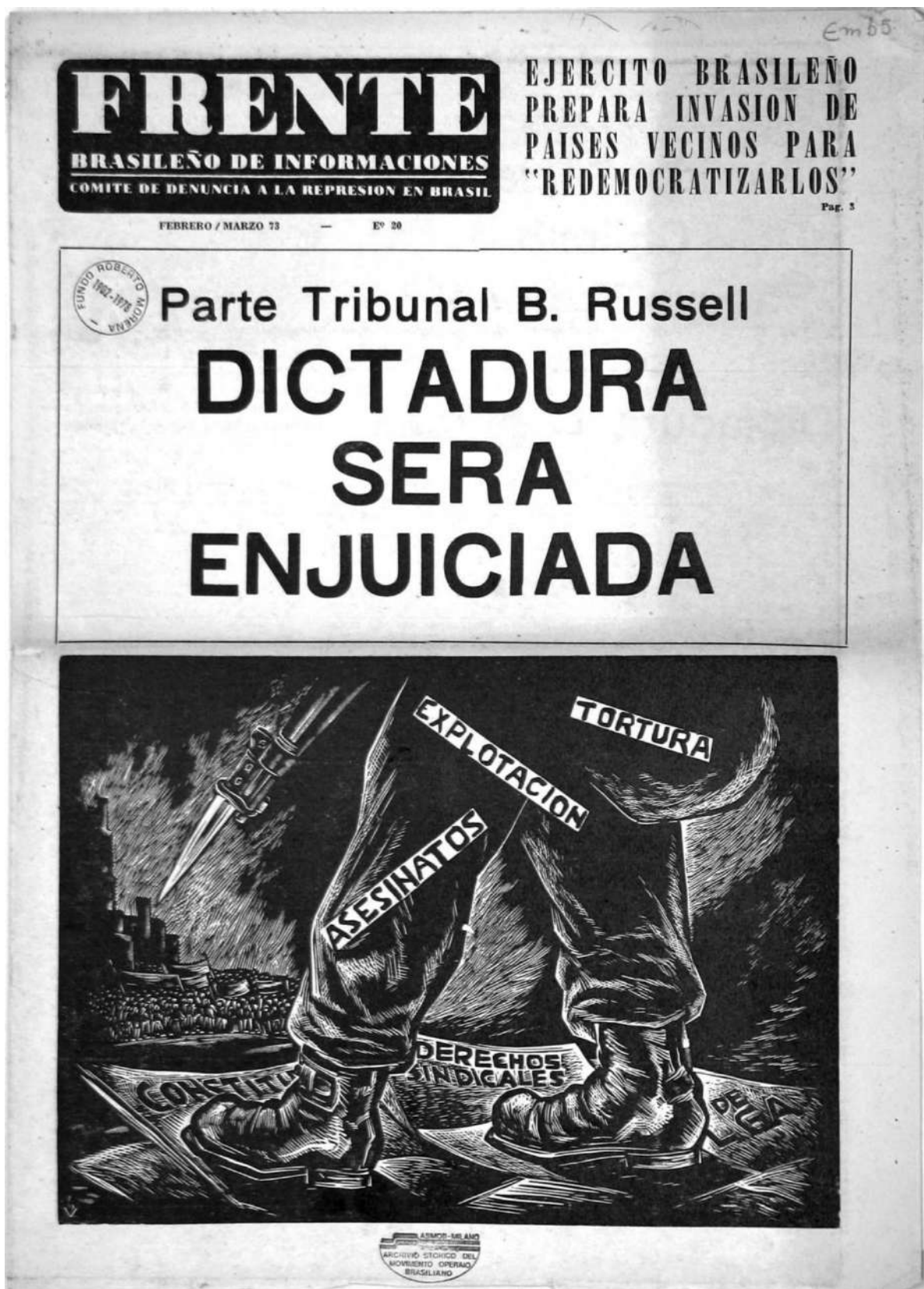
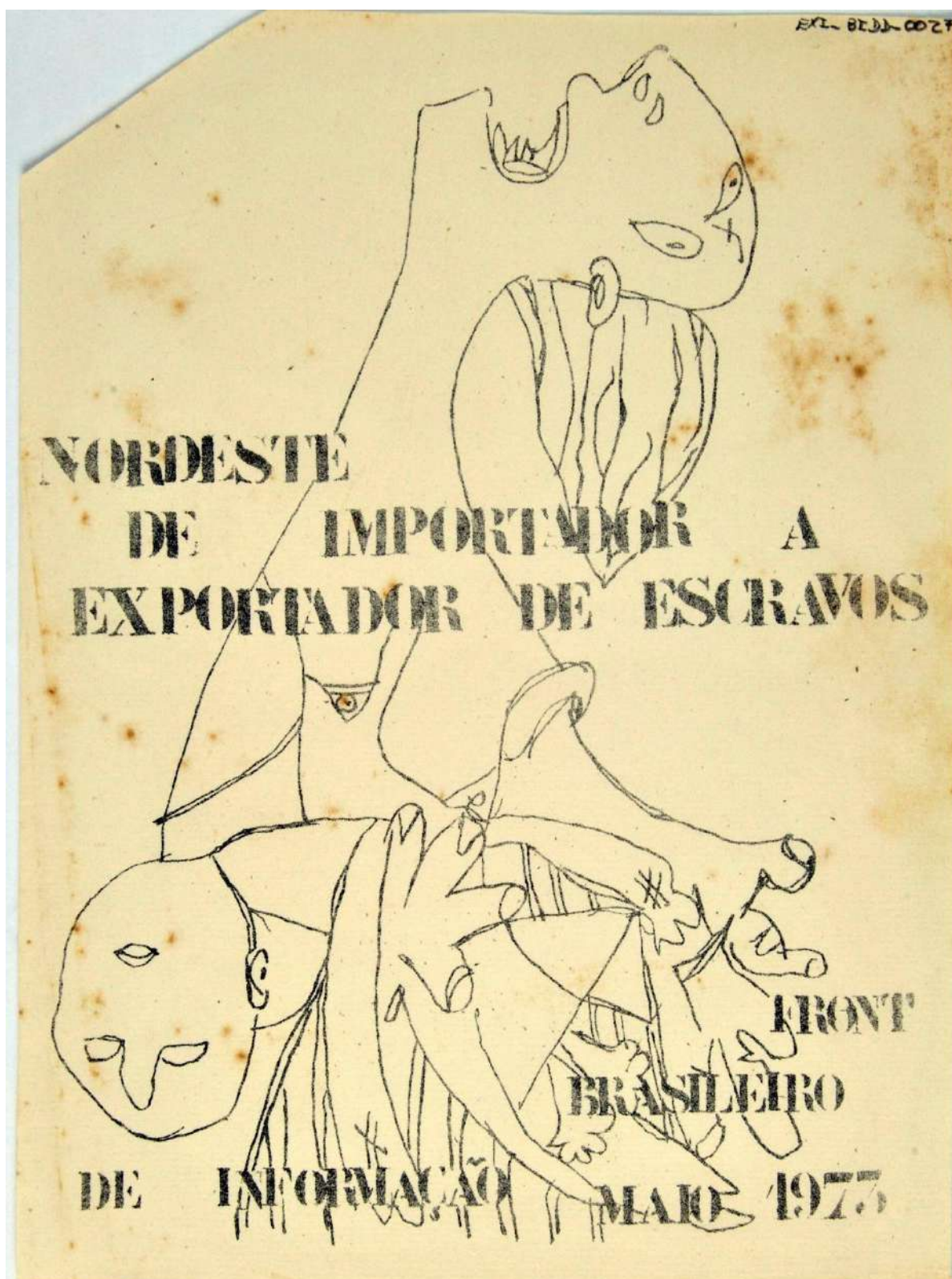


Imagem 26 - Capa do Front de abril de 1973 – Edição Nº 40 em espanhol

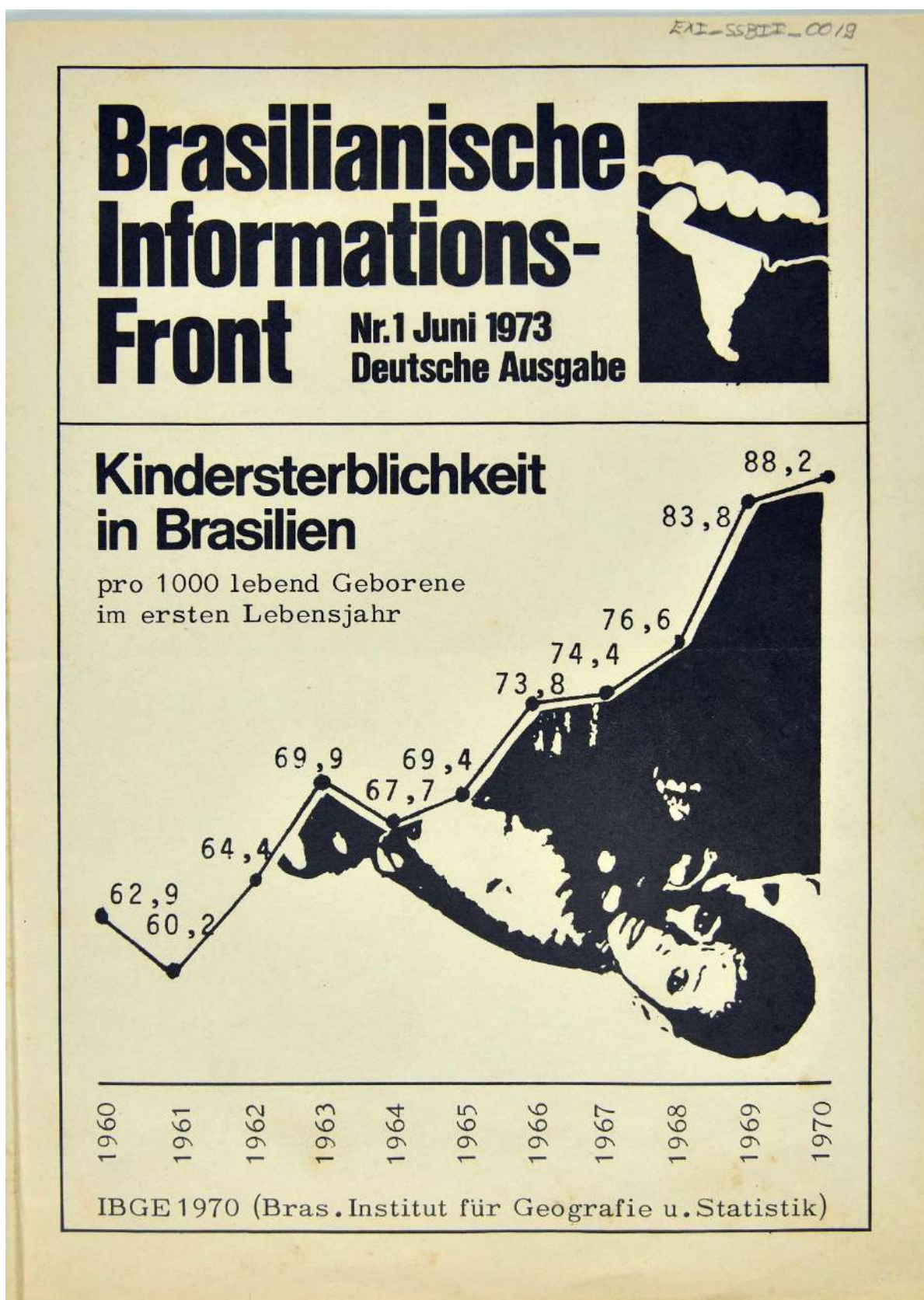


Imagem 27 - Capa do Front de maio de 1973 – Edição em português



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1973).

Imagem 28 - Capa do Front de junho de 1973 – Edição em alemão



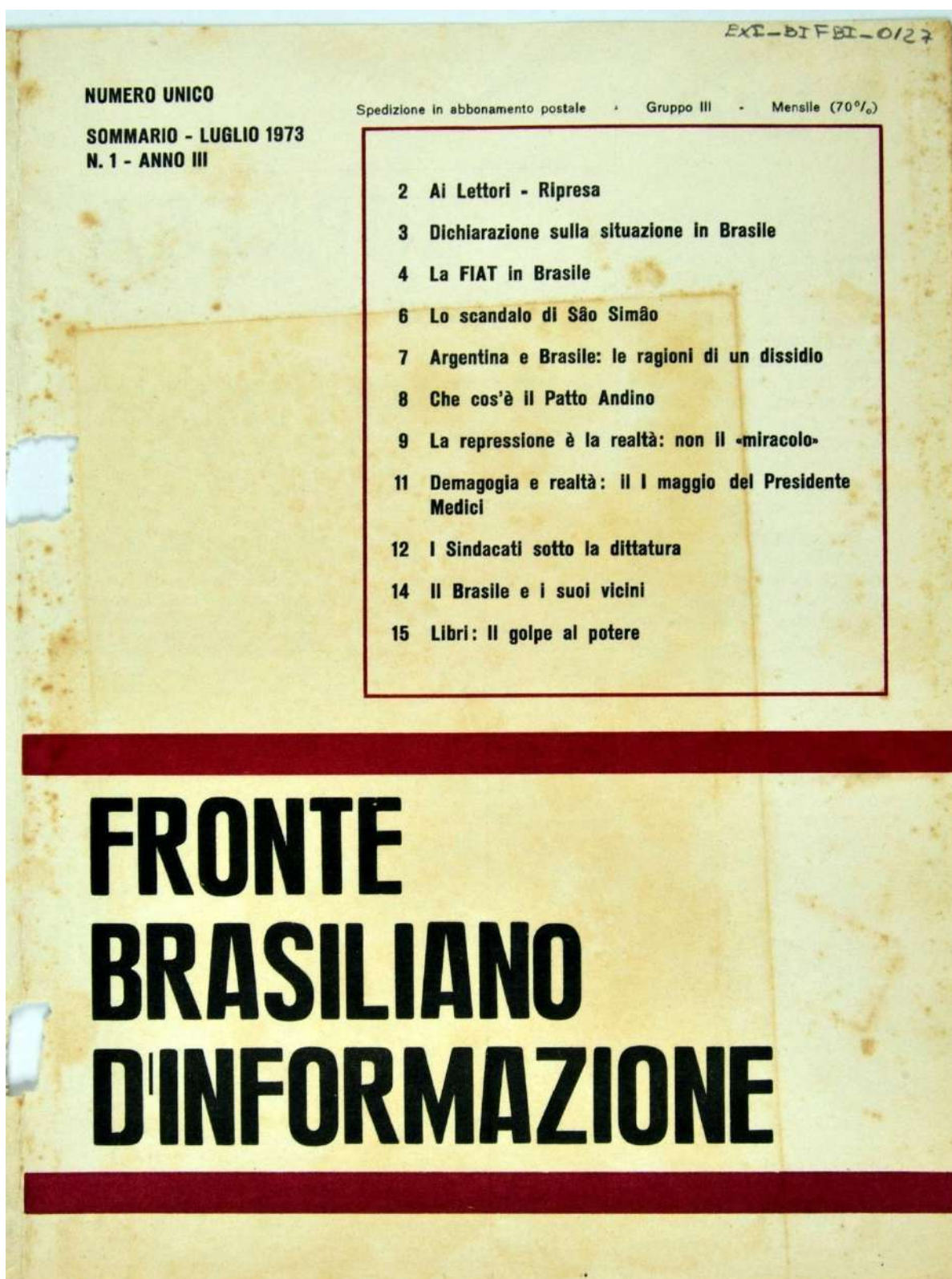
Fonte: Instituto Miguel Arraes (1973).

Imagem 29 - Capa do Front de julho / agosto de 1973 – Edição Nº 43/44 em espanhol



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1973).

Imagem 30 - Capa do Front de julho de 1973 – Edição em italiano



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1973).

Imagem 31 - Capa do Front de fev./mar. de 1973 – Edição em espanhol



Fonte: Instituto Miguel Arraes (1973).